



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

BRUNA FERNANDA SOARES DE LIMA PADOVANI

**ESTUDO DO LÉXICO DA LÍNGUA APURINÃ
UMA PROPOSTA DE MACRO E MICROESTRURA PARA O DICIONÁRIO
APURINÃ**

(Volume I)

**BELÉM
2020**

BRUNA FERNANDA SOARES DE LIMA PADOVANI

**ESTUDO DO LÉXICO DA LÍNGUA APURINÃ
UMA PROPOSTA DE MACRO E MICROESTRURA PARA O DICIONÁRIO
APURINÃ**

Trabalho de Tese apresentado ao programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Estudos Linguísticos.

Orientador: Prof. Dr. Sidney da Silva Facundes.

BELÉM
2020

BRUNA FERNANDA SOARES DE LIMA PADOVANI

**ESTUDO DO LÉXICO DA LÍNGUA APURINÃ
UMA PROPOSTA DE MACRO E MICROESTRURA PARA O DICIONÁRIO
APURINÃ**

Trabalho de Tese apresentado ao programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Estudos Linguísticos. Orientador: Prof. Dr. Sidney da Silva Facundes.

Data da aprovação: 28/02/2020

Banca examinadora:

Presidente: Prof. Dr. Sidney da Silva Facundes – UFPA

Avaliadora: Prof^a. Dr^a. Angela Fabiola A. Chagas - UFPA

Avaliadora: Prof^a. Dr^a. Marília Fernanda Pereira de Freitas - UFPA

Avaliadora: Prof^a. Dr^a Karylleila dos Santos Andrade - UFT

Avaliador: Prof. Dr. Fernando O. de Carvalho - UNIFAP

Suplente: Prof.^a Dr.^a Eliete de Jesus Solano B. Solano - UEPA

Suplente: Prof.^a Dr.^a Carmem Lúcia Reis Rodrigues - UFPA

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo
com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará**
**Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos
pelo(a) autor(a)**

L732e Lima-Padovani, Bruna Fernanda Soares de
Estudo do Léxico da Língua Apurinã: uma proposta de
macro e microestrutura para o dicionário Apurinã / Bruna
Fernanda Soares de Lima-Padovani. — 2020.
453 f.: il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Sidney da Silva Facundes
Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em
Letras, Instituto de Letras e Comunicação, Universidade
Federal do Pará, Belém, 2020.

1. Lexicologia. 2. Lexicografia. 3. Micro e Macroestrutura.
4. Dicionário. 5. Língua Apurinã. I. Título.

CDD 410.3

AGRADECIMENTOS

De início, gostaria de registrar os meus mais sinceros agradecimentos ao povo Apurinã por terem me proporcionado uma experiência humana e intelectual única, ao me acolherem e partilharem comigo sua língua, seu modo de vida e, sobretudo por me ensinarem a resistir.

Agradeço especialmente: ao Norá, meu primeiro professor de Apurinã, que estava sempre disposto a contribuir com a pesquisa e a esclarecer as minhas dúvidas; ao pessoal do Tumiã, em particular à Laura, Alfredinho, Célia, Chica e Abel por estarem sempre dispostos a ajudar em meu trabalho. A todos os Apurinã da comunidade Morada Nova, no rio Acimã, que me receberam sempre com muita alegria. Meus trabalhos de campo não teriam sido tão divertidos sem vocês. À dona Nair e ao Francisco pela acolhida alegre e fraternal nas minhas visitas ao São José. Ao Mathias por se dispor a andar comigo pelas aldeias da TI Caititu. Ao Valdimiro Apurinã por suas visitas à Belém. Agradeço também aos Apurinã do Curriã, Camicuã, do Km 45 e da Terra Nova (Itaboca) pela hospitalidade. E a todos os Apurinã com quem tive contato durante as viagens de campo e que de alguma maneira deram sua contribuição.

Agradeço ao meu orientador Sidi Facundes por ter me apresentado a linguística e o povo Apurinã e também por ter me dado todo o suporte sem o qual não seria possível este trabalho. Sou também grata aos meus colegas do grupo de pesquisa, por compartilharem conhecimento comigo.

Agradeço a banca por terem aceitado avaliar este trabalho, Professor Dr. Fernando O. de Carvalho, Professora Dr^a. Karylleila Andrade, Professora Dr.^a Angela Chagas, Professora Dr.^a. Marília Freitas e a professora Dr.^a Eliete Solano. Obrigada por todas as sugestões e contribuições que deram a esta tese.

Também sou grata à antropóloga Pirjo Kristiina Virtanen pelo carinho com que me recebeu em sua casa e universidade. Agradeço também pela companhia e apoio prestado durante a pesquisa de campo.

Agradeço ao CIMI (Conselho Indigenista Missionário), em especial ao Hoadson Leonardo Silva, por ter viabilizado o acesso às comunidades Apurinã, à Ione Azevedo, pelo carinho durante as paradas em Lábrea e Manaus, ao Zezinho, piloto do barco, sempre muito receptivo e prestativo.

Agradeço à CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela bolsa de doutorado.

Agradeço, ainda, à Delcia Pombo por seu carinho, amor e generosidade infinita.

Agradeço ao Romário Sanches pela parceria e pelas boas conversas sobre as nossas teses.

Agradeço também às minhas amigas Zulema Santos e Pâmela Assunção. Juntas desabafamos, nos solidarizamos, nos fortalecemos e nos divertimos muito.

Quero também registrar minha gratidão a minha Família. Ao meu pai, por sempre acreditar em mim. À minha mãe, amiga e companheira. Agradeço a ela pelo exemplo de mulher forte e corajosa. Agradeço também ao meu irmão, Felipe Lima, pelas suas orações e força espiritual. Às minhas tias Livramento, Lourdes, Ducarmo e Graciete, pelo incentivo e apoio inestimável durante toda essa trajetória e em especial a minha tia Regina Carvalhaes, que me acolheu em sua casa e cuidou de mim no período da graduação.

Agradeço ao meu marido e super companheiro, Netto Padovani, que está comigo desde antes de eu iniciar a graduação. Agradeço pelo seu amor leve, livre e sem tédio.

Por último, mas não em último lugar, deixo expressa minha gratidão à Deus que me permitiu chegar aqui, que me deu força, perseverança e sabedoria para que eu entendesse que os obstáculos encontrados foram para me fortalecer.

RESUMO

Esta tese tem por objetivo descrever e analisar o léxico da língua Apurinã (Aruák), como subsídio para a elaboração de um dicionário geral bilíngue bidirecional Apurinã-Português/Português-Apurinã. Apurinã é uma etnia indígena e uma língua minoritária falada, principalmente, em comunidades espalhadas às margens de vários afluentes do rio Purus, no Sul do Estado do Amazonas. Este trabalho procurou articular objetivos acadêmicos e sociais, em que, de um lado, temos a descrição e a análise do sistema lexical da língua Apurinã e, do outro, a documentação abrangente dessa língua com o intuito de assegurar o seu registro escrito, auxiliando o povo Apurinã nas iniciativas de ensino-aprendizagem e alfabetização da sua língua nativa. Cabe ressaltar que, no caso de Apurinã e de outras línguas indígenas brasileiras, a importância deste último aspecto se avoluma, uma vez que as línguas indígenas se encontram em risco de extinção. Para tanto, esta tese foi organizada em dois volumes. O primeiro volume é composto por quatro partes que, por sua vez, são constituídas por sete capítulos. O segundo volume apresenta o dicionário Apurinã, produto desta tese. Na primeira parte do primeiro volume, intitulada *Considerações Iniciais*, apresentamos no primeiro capítulo algumas características gerais da língua, cultura, e território Apurinã, bem como o contexto da pesquisa; no segundo capítulo apresentamos os aportes teóricos necessários para a construção desse trabalho; no terceiro capítulo discutimos acerca da construção e organização do corpus utilizado nessa pesquisa. Na segunda parte, denominada *Estrutura do Léxico do Apurinã*, apresentamos no quarto capítulo uma visão geral dos aspectos fonético-fonológico do Apurinã, onde mostramos o quadro de vogais e consoantes da língua, pontuando as variações que ocorrem em alguns segmentos, discutimos ainda sobre as distintas propostas da ortografia da língua; no quinto capítulo focamos nas categorias lexicais abertas da língua Apurinã, iniciando pela descrição dos nomes, suas subcategorias, discutindo sobre os processos de inovação lexical, variação linguística e o fenômeno do duplo vocabulário; em seguida, tratamos dos verbos e suas subcategorias. No sexto capítulo, tratamos das categorias lexicais fechadas, são elas: pronomes, demonstrativos, palavras interrogativas, partículas e morfemas flutuantes, procuramos descrever suas principais características e funções, bem como a forma como elas foram registradas no material lexicográfico. Na terceira parte, *Dicionário Apurinã*, constituída apenas pelo sétimo capítulo, debatemos sobre o modo como o dicionário foi organizado e as decisões tomadas em relação à proposta de macro e microestrutura. A quarta parte desta tese, *Considerações Finais*, é composta pelas conclusões, onde fazemos um apanhado geral do trabalho e dos possíveis desdobramentos que podem ser explorados a partir do dicionário, como, por exemplo, uma versão eletrônica do dicionário, dicionários pedagógicos, glossários de campos específicos da cultura Apurinã e cartilhas temáticas; os apêndices que são formados por pequenos textos coletados exclusivamente para esta pesquisa e os questionários. Finalmente, no segundo volume apresenta-se a proposta do dicionário geral para língua Apurinã.

Palavras-chave: Lexicologia; Lexicografia; Micro e Macroestrutura; Dicionário; Língua Apurinã.

ABSTRACT

This thesis aims to describe and analyze the lexicon of the Apurinã language (Aruák) with the purpose of elaborating a bilingual bi-directional general Apurinã-Portuguese/Portuguese-Apurinã dictionary. Apurinã is an indigenous ethnicity and a minority language spoken mainly in communities scattered along the banks of several tributaries of the Purus River in the south part of the state of Amazonas. This work sought to articulate academic and social objectives in which, on one hand, we have the description and analysis of the lexical system of the Apurinã language and, on the other, a comprehensive documentation of this language in order to ensure written registration of it, helping the Apurinã people in their native language teaching-learning and literacy initiatives. It is noteworthy that, in the case of Apurinã and other Brazilian indigenous languages, the importance of the latter aspect is increasing, since indigenous languages are in danger of extinction. To this end, this thesis was organized in two volumes. The first volume consists in four parts, which in turn consist of seven chapters. The second volume presents the Apurinã dictionary, product of this thesis. In the first part of the first volume entitled, *Initial Considerations*, we have in the first chapter an introduction to some general characteristics of the language, culture, and territory of the Apurinã people, as well as the context of the research; in the second chapter we present the theoretical contributions necessary for its construction; in the third chapter we discuss about the construction and organization of the corpus used in this research. In the second part, *Apurinã Lexicon Structure*, we present in the fourth chapter an overview of the phonetic-phonological aspects of Apurinã, where we show the inventory of vowels and consonants, pointing out the variations that occur involving some segments, and the different language spelling proposals; in the fifth chapter we focus on the open lexical categories of the language, beginning with the description of nouns, their subcategories, discuss the processes of lexical innovation, linguistic variation and the phenomenon of double vocabulary, then deal with verbs and their subcategories. In the sixth chapter, we deal with the closed lexical categories (pronouns, demonstratives, interrogative words, floating particles and morphemes), pointing out their main characteristics and functions. In the third part, *Apurinã Dictionary*, which is made up of the seventh chapter, we discuss how the dictionary was organized and the decisions made regarding the proposed macro and microstructure. The fourth part of this thesis, *Final Considerations*, is composed by the conclusions, where we make an overview of the work and the possible developments that can be explored from the dictionary, for example, an electronic version of the dictionary, pedagogical dictionaries, glossaries of specific fields of the Apurinã culture and thematic booklets; the appendixes are formed by small texts collected exclusively for this research; and by the questionnaires. Finally, the seconde volume is presented, which consists the proposal of the dictionary for the Apurinã language.

Keywords: Lexicology; Lexicografia; Micro and Macrostructure; Dictionary; Apurinã Language.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mapa com a localização das Terras Indígenas	22
Figura 02: Mapa com a distribuição das línguas Aruák	39
Figura 03: Esquema hierárquico da taxonomia	84
Figura 04: Amostra da versão em toolbox do banco de dados	101
Figura 05: Amostra da base de dados lexical	107
Figura 06: Amostra da base de informação sociolinguística	108
Figura 07: Amostra da base textual	109
Figura 08: Banco de dados com informações obtidas com a ferramenta concordância	110
Figura 09: Classificação dos nomes em Apurinã	136
Figura 10: Verbete do dicionário Apurinã	261
Figura 11: Modelo de abreviatura	263

LISTA DE CARTAS LINGUÍSTICAS

Carta Linguística 01: /e/ ~ /i/	117
Carta Linguística 02: /h/ ~ /ø/	120
Carta Linguística 03: [r] ~ [l]	123

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Formação semântica kÿpatykÿã	176
Gráfico 02: Formação semântica ixuwanenutsa	176
Gráfico 03: Formação semântica kapixixima	177
Gráfico 04: Formação semântica ãkiti tikakiërike	177
Gráfico 05: Formação semântica ãake	178
Gráfico 06: Formação semântica ixiswaãwithe	178
Gráfico 07: Formação semântica kytsinapunitikyte	179
Gráfico 08: Formação semântica anãaxima	180
Gráfico 09: Formação semântica ãkiti mapiãnyry	180
Gráfico 10: Formação semântica ãkytsaru	181
Gráfico 11: Formação semântica kamyriř	181
Gráfico 12: Formação semântica katxipukyrytsa	182
Gráfico 13: Formação semântica tÿtÿi	182
Gráfico 14: Formação semântica katarukyry	182
Gráfico 15: Formação semântica kytsynapunitikyte	183

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Terras indígena em que vivem os Apurinã	23
Quadro 02: Classificação da família Aruák – Payne	41
Quadro 03: Classificação da família Aruák – Aikhenvald	43
Quadro 04: Classificação da família Aruák – Raimirez	44
Quadro 05: Distinção entre lexicologia e lexicografia	56
Quadro 06: Tipologia de dicionários bilíngues	68
Quadro 07: Taxonomia das relações metonímicas	81
Quadro 08: Classificação hierárquica entre itens lexicais	82
Quadro 09: Marcadores e conteúdos do banco de dados no toolbox	102
Quadro 10: Protocolo de coleta	105
Quadro 11: Sistema vocálico da língua Apurinã	115
Quadro 12: Sistema consonantal da língua Apurinã	118
Quadro 13: Presença ou não do fonema /h/ nas palavras ‘um’ e ‘você’	121
Quadro 14: Distribuição dos ditongos em Apurinã	125
Quadro 15: Ortografia das vogais elaborada pelos missionários	127
Quadro 16: Ortografia das consoantes elaborada pelos missionários	127
Quadro 17: Ortografia das vogais empregada pela COMIM-Acre	128
Quadro 18: Ortografia das consoantes empregada pela COMIM-Acre	128
Quadro 19: Primeiro sistema ortográfico das vogais empregado por Facundes	129
Quadro 20: Primeiro sistema ortográfico para as consoantes empregado por Facundes	129
Quadro 21: Ortografia atual das vogais Apurinã	130
Quadro 22: Ortografia atual das consoantes Apurinã	130
Quadro 23: Exemplos de NC1	141
Quadro 24: Exemplos de NC2	144
Quadro 25: Semântica de nomes simples vs. semântica de nomes alienáveis	147
Quadro 26: Termos provenientes de línguas Aruá inseridos em Apurinã	158
Quadro 27: Amostra parcial de casos de variação geográfica	161
Quadro 28: Amostra parcial da variação geracional	163
Quadro 29: Amostra parcial de casos de formas com sentido descritivo vs. não descritivos cuja semântica envolve características físicas	171
Quadro 30: Amostra parcial de casos de formas com sentido descritivo vs. não descritivos cuja semântica envolve padrões comportamentais	173

Quadro 31: Amostra parcial de casos de formas com sentido descritivo <i>vs.</i> não descritivos cuja semântica envolve padrões comportamentais e funcionais	174
Quadro 32: Conjunto de marcadores pronominais	184
Quadro 33: Formativos da classe ₁	212
Quadro 34: Formativos da classe ₂	214
Quadro 35: Formativos restito aos verbos descritivos	215
Quadro 36: Pronomes livres na língua Apurinã	217
Quadro 37: Pronomes presos com função de sujeito/possuidor e objeto	220
Quadro 38: Exemplos de pronomes com a função sujeito/possuidor e seus alomorfes	220
Quadro 39: Demonstrativos em Apurinã	222
Quadro 40: Numerais em Apurinã	224
Quadro 41: Palavras interrogativas	233
Quadro 42: Partículas discursivas do Apurinã	238
Quadro 43: Ordem alfabética empregada no dicionário Apurinã	254
Quadro 44: Nomes inalienáveis que ocorrem com o sufixo <i>-txi</i>	255
Quadro 45: Nomes inalienáveis que ocorrem sem o sufixo <i>-txi</i>	255
Quadro 46: Nomes alienáveis	255
Quadro 47: Verbos transitivos no dicionário	256
Quadro 48: Verbos intransitivos no dicionário	256
Quadro 49: Verbos intransitivos descritivos subjetivos	256
Quadro 50: Verbos intransitivos descritivos objetivos	256
Quadro 51: Palavras homônimas no dicionário Apurinã	257
Quadro 52: Palavras polissêmicas no dicionário Apurinã	257
Quadro 53: Arcaísmos no dicionário Apurinã	258
Quadro 54: Neologismos no dicionário Apurinã	259
Quadro 55: Empréstimos no dicionário Apurinã	259
Quadro 56: Estrutura do verbete	261
Quadro 57: Exemplos de abreviaturas em dicionários da Língua Portuguesa	265
Quadro 58: Abreviaturas e símbolos empregados no dicionário Apurinã	266
Quadro 59: Exemplos	270
Quadro 60: Sistema de remissa no dicionário Apurinã	272

ABREVIATURAS E SIGLAS

ADJ	=	Adjetivo
ASSOC	=	Associativo
AUM	=	Aumentativo
CAUS	=	Causativa
CIMI	=	Conselho Indigenista Missionário
AFET	=	Afetado
ENF	=	Enfático
F	=	Feminino
FOCIMP	=	Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus
FOC	=	Foco
FUNAI	=	Fundação Nacional do Índio
FUT	=	Futuro
FRUST	=	Frustrativo
GER	=	Gerúndio
IBGE	=	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEB	=	Instituto Internacional de Educação do Brasil
ISA	=	Institu Socioambiental
INTJ	=	Interjeição
IDEO	=	Ideofone
LOC	=	Locativo
M	=	Masculino
N	=	Nome
NC	=	Nome classificatório
N.POSSD	=	Nome não possuído
NUM	=	Numeral
O	=	Objeto
PFTV	=	Perfectivo
PL	=	Plural
PASS	=	Passado
POSSD	=	Possuído
PRED	=	Predicativo
PRIV	=	Privativo
PROGR	=	Progressivo
PTC	=	Partícula
QUANT	=	Quantificador
RECIPR	=	Recíproco
RESTR	=	Restritivo
S	=	Sujeito
SG	=	Singular
SUF	=	Sufixo
TEMP	=	Tempo
V	=	Verbo
VBLZ	=	Verbalizador

SUMÁRIO

VOLUME I

PRIMEIRA PARTE CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1 APONTAMENTOS SOBRE O POVO E A LÍNGUA APURINÃ	20
1.1 Informações gerais sobre o povo Apurinã	20
1.1.1 Contexto sócio-histórico das terras indígenas Apurinã.....	22
1.1.2 Aspectos socioculturais	30
1.2 A língua Apurinã.....	33
1.2.3 Diagnóstico sociolinguístico.....	34
1.2.3.1. Atitudes linguísticas	36
1.3 Filiação genética da língua Apurinã: Ramo Purus.....	38
1.4 Estudos anteriores sobre a língua Apurinã	45
1.5 Sobre a tese	47
1.5.1 Objetivos e justificativas	47
1.5.2 Trabalho de campo	48
1.5.2.1 Coleta de dados	48
1.5.2.2 Colaboradores.....	49
1.5.2.3 Apresentação dos dados.....	49
1.5.3 Estrutura do trabalho	50
2 ALGUNS ENFOQUES TEÓRICOS	51
2.1 Léxico	51
2.2 Lexicologia & Lexicografia: correlações e interfaces.....	54
2.3 Tipologia e classificações de dicionários.....	58
2.3.1 Dicionários bilíngues.....	62
2.4. Metodologia teórica da lexicografia	69
2.4.1. Relações de significado	69
2.4.1.1. Semasiologia e onomasiologia.....	74
2.4.1.2. Sinonímia e antonímia	75
2.4.1.3 Homonímia e polissemia	77
2.4.1.4 Metáfora	78
2.4.1.5 Metonímia	80
2.4.1.6 Hiponímia/ hiperonímia.....	82

2.4.1.7 Taxonomia.....	82
2.4.2. A macro e a microestrutura de um dicionário.....	85
2.4.2.1. A macroestrutura	85
2.4.2.2. A microestrutura.....	89
2.5. Resumo do capítulo.....	90
3 A CONSTRUÇÃO DE UM CORPUS LINGUÍSTICO PARA APURINÃ.....	92
3.1 Linguística de Corpus.....	92
3.1.1 Compilação e tipos de corpora	94
3.1.2 Corpus e <i>software</i>	99
3.2 Banco de dados eletrônico da língua Apurinã.....	101
3.2.1 Compilação, anotação e corpus linguístico.....	104
3.2.1.1 Compilação do corpus: protocolo de coleta	104
3.2.1.2 Anotação e análise do corpus linguístico Apurinã no FLEx	107
3.3 Diálogo entre a Linguística de Corpus e o trabalho lexicográfico	111
3.4 Resumo do capítulo.....	112

SEGUNDA PARTE
ESTRUTURA DO LÉXICO APURINÃ

4 ASPECTO FONÉTICO-FONOLÓGICO.....	114
4.1 Inventário fonético-fonológico da língua Apurinã.....	114
4.1.1 Vogais	114
4.1.2. Consoantes	118
4.2. Estrutura silábica.....	123
4.3. Acento.....	125
4.4 Sistema ortográfico	126
4.5 Resumo do capítulo.....	131
5 CATEGORIAS LEXICAIS ABERTAS.....	132
5.1 Nomes.....	132
5.1.1 Nomes inalienáveis.....	136
5.1.2 Nomes alienáveis.....	145
5.1.4 Nomes não possuíveis	147
5.1.6 Nomes compostos.....	149
5.1.7 Nomes derivados de outras categorias	150
5.1.8 Neologismos em Apurinã	153
5.1.8.1. Neologismos semânticos	153
5.1.8.2 Neologismo por empréstimos	155

5.1.9	Variação lexical e o duplo vocabulário.....	160
5.1.9.1	Variação lexical.....	160
5.1.9.1.1	Variação geográfica.....	160
5.1.9.1.2	Variação geracional.....	163
5.1.9.2	O duplo vocabulário Apurinã.....	165
5.1.9.2.1	O sistema de dupla nomenclatura em Apurinã.....	169
5.1.9.2.1.1	A metaforização no processo de denominação da fauna e flora Apurinã.....	169
5.1.9.2.1.2	A metonímia no processo de denominação da fauna e flora Apurinã.....	173
5.1.9.2.2	Projeções entre domínios.....	175
5.2	Verbos.....	184
5.2.1	Características gerais dos verbos em Apurinã.....	184
5.2.3	Verbos intransitivos.....	189
5.2.3.1	Verbos intransitivos padrão.....	190
5.2.3.2	Verbos intransitivos descritivos.....	190
5.2.3.2.1	Verbos intransitivos descritivos subjetivos.....	190
5.2.3.2.2	Verbos intransitivos descritivos objetivos.....	191
5.2.3.2.3	Verbos intransitivos descritivos ambivalentes.....	192
5.2.4	Verbos transitivos.....	193
5.2.4.1	Verbos transitivos regulares.....	194
5.2.4.2	Verbos ambiditransitivos.....	194
5.2.6	A forma verbal <i>txa</i>	196
5.2.7	A forma verbal <i>awa</i>	203
5.2.8	Verbos com nomes incorporados.....	208
5.2.8.1	Verbos com incorporação de nomes regulares.....	209
5.2.8.2	Verbos com incorporação de nomes classificatórios.....	210
5.2.9	Morfologia dos verbos em Apurinã.....	212
5.3	Resumo do capítulo.....	216
6	CATEGORIAS LEXICAIS FECHADAS.....	217
6.1	Pronomes.....	217
6.2	Demonstrativos.....	222
6.3	Numerais e quantificadores.....	224
6.3.1	Numerais.....	224
6.3.2	Quantificadores.....	225
6.3.2.1	O quantificador <i>ithu</i>	226
6.3.2.2	O quantificador <i>kaiãu</i>	227
6.3.2.3	O quantificador <i>kuna kamuny</i>	228
6.3.2.3	O quantificador <i>puiãu</i>	229

6.3.2.4 O quantificador <i>axi</i>	230
6.3.2.5 O quantificador <i>ykyny</i>	230
6.3.3 Quantificadores e variação dialetal	231
6.4 Palavras interrogativas	232
6.5 Interjeições e Ideofones	233
6.5.1 Interjeições	233
6.5.2 Ideofones	234
6.6 Partículas	235
6.6.1 Partículas adverbiais	236
6.6.2 Partículas de polaridade	237
6.6.3 Partículas discursivas	238
6.6.4 Partícula exortativa	240
6.7 Morfemas Flutuantes	240
6.8 Resumo do capítulo	249

TERCEIRA PARTE

O DICIONÁRIO APURINÃ

7 ESTRUTURA DO DICIONÁRIO APURINÃ	251
7.1 Dicionário Apurinã: algumas observações iniciais	251
7.2 Organização do dicionário	253
7.2.1 A macroestrutura	253
7.2.2 A microestrutura	260
7.2.2.1 Estrutura do verbete	260
7.2.2.2 Convenções tipográficas da microestrutura.	261
7.2.2.3 Abreviaturas e símbolos	262
7.2.2.4 Exemplos do dicionário	267
7.2.2.5 Sistema de remissa	270
7.3 Definição	272
7.4 Resumo do capítulo	276

QUARTA PARTE

CONSIDERAÇÕES FINAIS

8 CONCLUSÃO	278
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	282

APÊNDICE I: TEXTOS EM APURINÃ.....	291
APÊNDICE II: QUESTIONÁRIO SOBRE A SITUAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DAS COMUNIDADES APURINÃ.....	298
APÊNDICE III: QUESTIONÁRIO SOBRE O PERFIL DEMOGRÁFICO DAS COMUNIDADES APURINÃ.....	301
APÊNDICE IV: QUESTIONÁRIO SOBRE A EDUCAÇÃO FORMAL DOS APURINÃ.....	304

VOLUME II

DICIONÁRIO GERAL DA LÍNGUA APURINÃ	306
---	------------

PRIMEIRA PARTE
CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1 APONTAMENTOS SOBRE O POVO E A LÍNGUA APURINÃ

Neste capítulo, apresentaremos, de maneira sintética, algumas informações relevantes acerca de aspectos socioculturais do povo Apurinã, com o intuito de fornecer um panorama geral sobre língua, história, cultura e sociedade Apurinã, além de apresentar, obviamente, o tema da tese, que trata de um estudo do léxico geral desta língua. Abordaremos, ainda, neste capítulo, os aspectos referentes à elaboração deste trabalho, apresentando os objetivos da pesquisa, as etapas do trabalho de campo, os sujeitos da pesquisa e a estrutura do trabalho.

1.1 Informações gerais sobre o povo Apurinã

Apurinã é uma etnia indígena e uma língua minoritária pertencente à família linguística Aruák. Segundo Facundes (2000), Apurinã é o nome usado em português para se referir ao povo *Pupÿkarywakury* e a língua falada por eles. Para a maioria dos Apurinã, o termo *Pupÿkary/ru* é uma autodenominação para pessoas pertencentes ao grupo Apurinã; no entanto, para alguns, o termo apenas designa ‘índio’. O autor comenta ainda que há outras denominações encontradas para esse povo na literatura geral, tais como, “Ipurina, Ipurinãs, Ipurinã, Ipurinan, Ypurinãs, Ipurynans, Hipurinás, Hypurinás, Hypurina, Tiupurina, Tiupurina, Tiupurinã, Jupurina, Kankite, Kankutu, Kankiti, Kankete, Kangiti (nome na língua Apurinã que significa ‘gente’), ou Kaxarari”.

Com uma população de 6.842 pessoas¹ (IBGE, 2010)² distribuídas em 24³ terras indígenas (FUNAI, 2018)⁴, os Apurinã ocupam tradicionalmente as margens de vários tributários do rio Purus, no sul do Estado do Amazonas, e em comunidades ao longo da rodovia 317, que liga as cidades do Rio Branco e Boca do Acre. Há também um número bastante significativo de Apurinã vivendo fora das aldeias, principalmente nas periferias das cidades de Rio Branco (AC), Boca do Acre (AM), Pauini (AM), Lábrea (AM), Tapauá (AM), Jatuarana

¹ De acordo com dados da Siasi/Sesai (2012), os Apurinã chegam a 8.300 indivíduos. No entanto, é importante ressaltar, que é impossível ser preciso quanto ao número da população Apurinã, devido as suas constantes migrações e sua forte presença nas periferias de algumas cidades.

² Senso Demográfico 2010, com base no quesito cor ou raça. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ascom/2015/img/05-Dez/pdf-brasil-ind.pdf>. Acesso em 23 de março 2018.

³ No site do ISA (Instituto Socioambiental) são citadas 27 terras habitadas pelos Apurinã, incluindo os casos de convivência com outras etnias nas terras indígenas: Paumari do Cuniuá e Paumari do Lago Paricá, no Amazonas, etnia Paumari, e com os Roosevelt, nos estados de Rondônia e Mato Grosso, da etnia Cinta Larga. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/apurina/1512>. Acesso em 23 de março 2018.

⁴ Informações obtidas no site da FUNAI: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em 23 março de 2018.

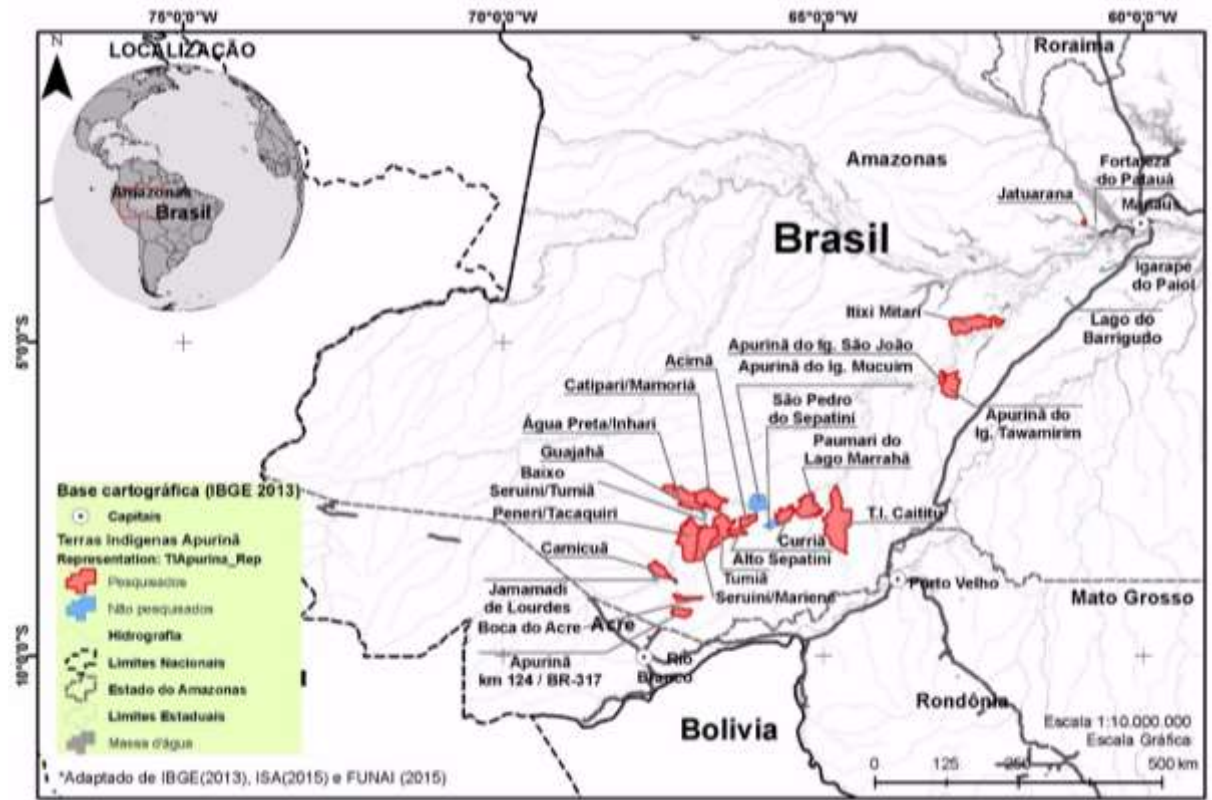
(AM), Manaus (AM) e alguns vivendo em terras indígenas de outras etnias, sendo duas com os Paumari nos lagos Paricá, Marahã, uma com a etnia Jamamadi do Lourdes e uma com os índios Torá⁵, na terra de mesmo nome no município de Manicoré (AM) e com etnias Tupí em Rondônia (FACUNDES, 2000; LIMA-PADOVANI, 2016).

O rio Purus é tributário do Amazonas, entre o Juruá e o Madeira. Sua cabeceira se localiza nas proximidades dos Andes, mais especificamente na Serra da Contamana, no Peru. O rio Purus percorre aproximadamente 3.300 km até sua desembocadura no rio Solimões, no Estado do Amazonas, atravessando no território brasileiro os estados do Acre e Amazonas. Reconhece-se comumente a divisão desta área em três partes principais, bem delimitadas por critérios geográficos, socioculturais e da morfologia fluvial, divisão esta que será mantida no trabalho: Alto, Médio (Médio-alto e Médio-baixo) e Baixo Purus. A primeira compreende a porção acreana da bacia, onde banha os municípios de Santa Rosa do Purus e Manuel Urbano. A segunda, o médio Purus, porção sul da bacia no estado do Amazonas, é subdividida ainda em duas partes, Médio-alto, onde o rio cruza o município de Boca do Acre, e o Médio-baixo, onde o rio cruza os municípios de Pauini, Lábrea, Itamarati e Canutama; por fim, a terceira, o baixo Purus na parte mais próxima à foz, onde o rio corta os municípios amazonenses de Tapauá, Anori e Beruri (SOUSA *et. al*, 2006).

A vida dos Apurinã, sua história e sua cultura estão profundamente ligadas ao rio Purus e a outros grupos indígenas que ali vivem. Segundo Schiel (2004), o território antes habitado pelos Apurinã restringia-se apenas ao complexo do Médio Purus, mas, por apresentarem características nômades, seu território estende-se atualmente desde o Baixo Purus no estado do Amazonas até o estado de Rondônia. O mapa na Figura 01 apresenta a localização aproximada do território ocupado pelos Apurinã.

⁵ Torá também é o nome da Terra Indígena onde esse povo habita. Essa TI Localiza-se nas proximidades da foz do rio Marmelos (Humaitá/ Manicoré - AM).

Figura 01: Mapa com a localização aproximada das terras indígenas Apurinã



Fonte: Lima-Padovani (2016, p. 30).

1.1.1 Contexto sócio-histórico das terras indígenas Apurinã

Esta subseção apresenta informações de natureza histórico-social acerca das Terras Indígenas (TIs) que os Apurinã ocupam. As informações aqui apresentadas provêm de dados retirados do site da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), do Instituto Socioambiental (ISA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos decretos de homologação das TIs, e das observações feitas nas viagens de campo realizadas por mim nos últimos sete anos, além de pesquisas anteriores, tais com: Facundes (2000), Barreto (2007) e Schiel e Smith (2008) e Lima-Padovani (2016).

Como mencionamos no início deste trabalho, o povo Apurinã está distribuído oficialmente em 24 terras indígenas que, por sua vez, são constituídas por diversas comunidades⁶, em vários municípios do Estado do Amazonas. Algumas destas terras, como

⁶ Em um levantamento realizado entre os meses de novembro e dezembro de 2017 para o Atlas Sociolinguístico da Língua Apurinã (em fase de elaboração), verificamos que há mais de 100 comunidades Apurinã distribuídas ao longo do território ocupado por eles. Vale destacar, ainda, que esse número de comunidades Apurinã varia a cada ano, devido às constantes migrações.

mencionamos anteriormente, são compartilhadas com outras etnias. O Quadro 01 lista as terras indígenas que os Apurinã ocupam, segundo os dados disponibilizados no site da FUNAI:

Quadro 01: Terras Indígenas em que vivem os Apurinã

Terra Indígena ⁷	Localização	Situação Jurídica ⁸
Acimã	Lábrea	Regularizada
Água Preta	Pauini	Regularizada
Apurinã do Igarapé Mucuim	Lábrea	Regularizada
Apurinã do Igarapé São João	Tapauá	Regularizada
Apurinã do Igarapé Tauamirim	Tapauá	Regularizada
Apurinã do Km 124, BR-317	Lábrea, Boca do Acre	Regularizada
Baixo Seruini/ Baixo Tumiã	Pauini	Em Estudo
Boca do Acre	Lábrea, Boca do Acre	Regularizada
Caititu	Lábrea	Regularizada
Camicuã	Boca do Acre	Regularizada
Catipari/ Mamoriá	Pauini	Regularizada
Fortaleza do Patauá	Manacapuru	Regularizada
Guajahã	Pauini	Regularizada
Igarapé Paiol	Manaquiri	Em Estudo
Itixi Mitari	Anori, Beruri, Tapauá	Regularizada
Jamamadi do Lourdes (Massikury/ Kãmpana)	Boca do Acre	Em Estudo
Jatuarana	Manacapuru	Regularizada
Lago do Barrigudo	Beruri	Em Estudo
Paumari do Lago Marahã	Lábrea	Regularizada
Peneri/ Tacaquiri	Pauini	Regularizada

⁷ Há, ainda, a localidade denominada de Curriã que foi plotada no Mapa 1, e não é descrita no site da FUNAI. Esta área encontra-se em fase de estudo, conforme relatos dos membros desta comunidade, da equipe do CIMI-Lábrea (Conselho Indigenista Missionário-Lábrea) e do IEB (Instituto de Educação do Brasil).

⁸ A demarcação das terras indígenas segue seis etapas diferenciadas que consistem em: (i) **Em estudo** - realização dos estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais, que fundamentam a identificação e a delimitação da terra indígena; (ii) **Delimitadas** - Terras que tiveram os estudos aprovados pela Presidência da FUNAI, com a sua conclusão publicada no Diário Oficial da União e do Estado, e que se encontram na fase do contraditório administrativo ou em análise pelo Ministério da Justiça, para decisão acerca da expedição de Portaria Declaratória da posse tradicional indígena; (iii) **Declaradas** - Terras que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça e estão autorizadas para serem demarcadas fisicamente, com a materialização dos marcos e georreferenciamento; (iv) **Homologadas** - Terras que possuem os seus limites materializados e georreferenciados, cuja demarcação administrativa foi homologada por decreto Presidencial; (v) **Regularizadas** - Terras que, após o decreto de homologação, foram registradas em Cartório em nome da União e na Secretaria do Patrimônio da União; (vi) **Interditadas** - áreas Interditadas, com restrições de uso e ingresso de terceiros, para a proteção de povos indígenas isolados (FUNAI, 2018).

São Pedro do Sepatini	Lábrea	Regularizada
Seruini/ Mariene	Pauini, Lábrea	Regularizada
Torá	Humaitá, Manicoré	Regularizada
Tumiã	Lábrea	Regularizada

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Partindo do Médio Alto Purus, temos a TI *Apurinã do Km 124*. Essa terra indígena está situada ao longo da BR 317, no trecho que liga as cidades de Rio Branco – AC e Boca do Acre – AM. A TI abrange uma área que vai do município de Boca do Acre à Lábrea⁹ e conta com uma população de aproximadamente 138 indivíduos, de acordo com IBGE (2010). Em pesquisa mais recente, trabalho de campo realizado em julho de 2017, atestamos que apenas duas pessoas acima de 60 anos falavam o Apurinã com certa fluência nessa TI. Importante ressaltar também que, atualmente, essa TI encontra-se dividida em dois núcleos (o pessoal do Km 124 e do Km 137), em virtude de conflitos internos entre os seus membros.

A TI *Boca do Acre* (mais conhecida por Km 45) recebe o mesmo nome do município em que partes da sua área está localizada; a outra parte da TI pertence ao município de Lábrea. Esta TI possui, segundo o censo do IBGE (2010), 144 pessoas. Vale frisar que nesta área há um número bastante grande de indivíduos que não são Apurinã; isso ocorre em virtude dos casamentos interétnicos entre Apurinã e não indígenas. Em trabalho de campo realizado em julho de 2017, observamos que aproximadamente oito pessoas ainda falam a língua Apurinã, estas com idade acima de 50 anos. No entanto, eles não usam mais a língua entre eles nas interações comunicativas do dia a dia.

Abaixo das TI do Km 124 e Boca do Acre, encontra-se a TI do *Camicuã*, que se localiza às margens do rio Purus, também no município de Boca do Acre – AM. Esta comunidade apresenta uma população de 464 indivíduos distribuídos em cinco comunidades, são elas: Camicuã, Katispero, Praia Nova, Centri, Colocação Mari (IEB, 2015)¹⁰. Na comunidade do Camicuã, pudemos observar em trabalho de campo realizado em Julho de 2017, um número bastante significativo de Apurinã que ainda apresentam fluência em sua língua nativa. Há, ainda, uma outra pequena parcela de falantes passivos em Apurinã, isto é, de

⁹ Informações obtidas no site da FUNAI: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em 26 janeiro de 2020.

¹⁰ Segundo o levantamento demográfico realizado pelo IEB (Instituto Nacional de Educação do Brasil), no ano de 2015, na Aldeia Camicuã há aproximadamente 352 pessoas, na Aldeia Katispero 43 pessoas, na Aldeia Praia Nova 21 pessoas, na Aldeia Centri 29 pessoas, e na Colocação Mari 19 pessoas.

indivíduos que entendem a língua, mas não falam. A faixa etária destes falantes fluentes está acima dos 45 anos e de falantes passivos de Apurinã está acima do 25 anos. A língua, portanto, não está mais sendo repassada para as crianças. Na Colocação Mari, composta pela família nuclear do seu Moacir (pais, filhos, genros, noras e netos), apenas o casal é falante fluente da língua, conforme relatos dos Apurinã da aldeia Camicuã. Por sua vez, nas comunidades Katispero e Centri não há mais falantes do Apurinã. Vale ressaltar também que apenas na Aldeia Camicuã tem escola, onde nos últimos anos a língua Apurinã vem sendo ensinada.

Nas proximidades da TI do Camicuã, ainda no município de Boca do Acre, situa-se a TI *Jamamadi de Lourdes (Massikury/ Kãmpana)*, área tradicionalmente ocupada pelos Jamamadi (Aruá), mas que atualmente também é ocupada pelos Apurinã. Esta TI ainda está em fase de identificação e, por isso, não foi possível obtermos mais informação em relação ao número de habitantes e a situação sociolinguística dos Apurinã que ali vivem.

Mais abaixo da TI do Camicuã e Jamamadi de Lourdes, descendo o Rio Purus, encontra-se a TI *Peneri/Tacaquiri*, já no município de Pauini – AM. Nesta TI vivem em torno de 791 indivíduos distribuídos em várias comunidades. Essa TI apresenta a população de maior complexidade social, uma vez que reúne cinco parentelas¹¹, três das quais com território claramente definido, fato que, de acordo com Schiel e Smith (2008), gera muitos conflitos. Possui, além disso, vários assentamentos na margem do Purus. Nessa TI, o português é a língua majoritária e só foi possível obter dados linguísticos (coletados por Facundes) com dois colaboradores da comunidade Nova Vista.

Abaixo da TI do Peneri/Tacaquiri na margem esquerda do Purus, encontra-se a TI *Água Preta/Inhari*, que fica no Igarapé Água Preta, também no município de Pauini – AM. Vivem nesta TI 349 pessoas distribuídas em várias comunidades. As comunidades que compõem esta TI são constituídas, em sua maioria, por membros de uma mesma família. Segundo relatos obtidos de Apurinã que vivem nessa área, na oficina de ensino da língua Apurinã (falaremos desta oficina mais adiante), realizada em Lábrea em abril de 2015, há um grande número de pessoas que têm fluência em Apurinã. Porém, até o momento não foi possível obter informações mais precisas.

Ao lado da TI Água Preta/Inhari situa-se a TI *Catipari/Mamoriá*, que se localiza às margens dos Lagos Catipari e do rio Mamoriá, também município de Pauini. Nessa área vivem aproximadamente 197 pessoas. Segundo Schiel e Smith (2008), esta TI é formada pelos

¹¹ Parentela é o termo utilizado para definir o modelo de famílias mais antigas Apurinã (SCHIEL, 2004).

intercasamentos das famílias que adotam os sobrenomes Muniz, Ramos, Francelino e Rafael. Dessa TI apenas tivemos dados da comunidade Vila Nova, que se localiza às margens do rio Mamoriá; nessa comunidade, de acordo com Facundes (em comunicação pessoal), apenas os mais velhos falavam a língua Apurinã.

A TI *Seruini/Marienê*, situada no Rio Seruini (tributário do Purus na margem direita) município de Pauini – AM, conta com uma população de aproximadamente 159 indivíduos. Segundo Barreto (2007), a maioria das pessoas que vive nessa TI é falante ativo da língua Apurinã. Facundes (em comunicação pessoal) afirma que essa área foi historicamente marcada por fortes conflitos com povos vizinhos e com seus próprios membros. Em função disso, algumas pessoas saíram dessa localidade e fundaram em outra região a comunidade Nova Fortaleza e, posteriormente, Vista Alegre, com a qual também trabalhamos e trataremos mais adiante.

Abaixo do Seruini/ Marienê encontra-se a TI *Tumiã*, que se localiza nas margens do rio Tumiã (afluente na margem direita do Purus), no município de Lábrea – AM. Nessa área, vivem em torno de 115 pessoas que estão distribuídas em três aldeias, são elas: Kanakuri, Raiz e Aldeínha; e várias colocações às margens do rio, conforme censo Médio Purus realizado pela SESAI (2016). Essa TI é habitada por membros de duas parentelas: uma que é considerada moradora antiga do Tumiã e uma família que migrou, há cerca de quarenta e cinco anos, da TI Seruini/Marienê. A maioria das pessoas que constituem essa TI utiliza o Apurinã diariamente e por isso a língua materna ainda é passada para as crianças em algumas comunidades. Verificamos que apenas na comunidade do Kanakuri (comunidade constituída por pessoas que migraram da TI Seruini/Marienê) o português é a língua usada no dia a dia¹².

Abaixo do Tumiã, já no complexo Médio Baixo Purus, nas proximidades do município de Lábrea – AM, está situada a TI do *Alto Sepatini*. Esse local conta com uma população de aproximadamente 47 indivíduos, dos quais apenas os mais velhos são falantes fluentes em Apurinã. Dessa área, obtivemos dados com colaboradores da comunidade Três Bocas.

Abaixo da TI Alto Sepatini localiza-se a TI *Acimã*, que também pertence ao município de Lábrea – AM. Em um levantamento realizado em pesquisa de campo no mês de agosto de 2018, verificamos que nessa área vivem 72 pessoas que se concentram em uma única comunidade chamada de Morada Nova. Observamos também, a partir do levantamento, que

¹² Fora da TI Tumiã, há ainda as comunidades Aquidabam (trata-se de uma comunidade com intercasamentos de Apurinã e não índios) e Mapuã (de acordo com os Apurinã dessa região, esta área é tradicionalmente usada por eles, atualmente é ocupada pela parentela da Jarina e seus filhos).

nessa comunidade todos os adultos são falantes ativos da língua Apurinã, os jovens são falantes passivos; no entanto, a língua nativa não está mais sendo transmitida às crianças e também não é ensinada na escola.

Abaixo da TI Alto do Sepatini, encontra-se na margem esquerda do rio Purus a TI denominada *Apurinã do Igarapé Mucuíim*. Nesta área vivem em torno de 92 pessoas, conforme o censo da SESAI (2016), as quais se concentram na única comunidade denominada de Boa Esperança. De acordo com relatos de membros dessa comunidade, obtidos em trabalho de campo em agosto de 2018, não há nenhum falante da língua Apurinã nessa aldeia.

Mais abaixo da TI do Igarapé Mucuíim localiza-se a TI *São Pedro do Sepatini*. Nessa comunidade vivem 129 pessoas, conforme dados disponibilizados pela FUNAI (2018), sendo que seis não se consideram indígenas. Desta área, infelizmente, não conseguimos obter maiores informações no que concerne à situação sociolinguística da língua Apurinã.

A TI *Paumari do Lago Marahã* é uma área tradicionalmente habitada pela etnia Paumari (Aruá). No entanto, atualmente, a TI vem sendo dividida com os Apurinã. Nessa área há sete comunidades Apurinã, são elas: Escondido, Nova Bandeira, Ilha Verde, Alcântara, Nova Fortaleza, Vista Alegre e Terrinha. As comunidades Nova Fortaleza, Vista Alegre e Terrinha foram formadas há pouco tempo, por indivíduos oriundos da TI Seruini/Marienê. Nessas comunidades, apenas os mais velhos são falantes fluentes da língua e o Apurinã não vem sendo ensinado nas escolas.

Nas proximidades da TI Paumari do Lago Marahã, ainda na região de Lábrea – AM, situa-se o *Curriã*. Como mencionamos anteriormente, essa área encontra-se em processo de identificação. Nessa TI há duas comunidades: Bom Jesus, que fica às margens do rio Purus, e a aldeia Curriã, que se localiza às margens do lago Curriã. A comunidade Bom Jesus é constituída por indivíduos miscigenados com não indígenas, ou seja, não há falantes do Apurinã. Já a comunidade Curriã é constituída por indivíduos que migraram da região do Peneri. Nessa aldeia vivem 14 pessoas, entretanto, apenas dois Apurinã são falantes fluentes da língua e quatro são falantes passivos.

Abaixo da TI Paumari do Lago Marahã e da área em que se localiza a comunidade do Curriã, encontra-se, já nos arredores da cidade de Lábrea, a TI *Caititu*. Essa terra indígena apresenta uma configuração sociocultural bastante complexa, uma vez que essa área é composta por aproximadamente 25 comunidades¹³ que, por sua vez, são formadas por indivíduos

¹³ Comunidades que compõem a TI Caititu: São José, São Francisco, Tucumã, Novo Paraíso, Macedinho, Nova Esperança II, Vila Nova, Boa Vista, Copaíba, Aldeia Paxiúba, Arapaçu, Aldeia Idekorá, Castanheira, Capurana, Cujubim, Bela Vista, Jacamim, Jacamim I, São Sebastião, Arapaçuzinho, Bom Futuro, São Domingos, Irmã

oriundos de diferentes TIs e regiões do Purus, como, por exemplo, Sepatini, Tumiã, Seruini, Acimã, Itixi Mitari, etc. Apesar da diversidade em relação à origem dos Apurinã que habitam essa TI, há poucos falantes na língua nativa. É possível encontrar indivíduos falantes do Apurinã apenas na comunidade São José, onde somente a Cassique e três dos seus filhos são falantes fluentes do Apurinã; e nas comunidades Tucumã e Boa Esperança, onde verificamos que há apenas um falante fluente do Apurinã em cada uma das comunidades. Na comunidade do Japiim¹⁴, segundo Barreto (2007), há falantes fluentes do Apurinã, porém, a autora não apresenta o número e nem a faixa etária desses indivíduos que ainda são falantes do Apurinã. De acordo com o IBGE (2010), vivem no Caititu em torno de 256 pessoas.

Já no Baixo Purus, encontra-se a TI *Apurinã do Igarapé São João*, no município de Tapauá – AM. Essa TI fazia parte até pouco tempo da TI *Tawamirim* (a seguir trataremos mais detalhadamente dessa localidade), mas por causa de conflitos internos entre algumas famílias a área foi dividida. Na TI Apurinã do Igarapé São João vivem aproximadamente 142 indivíduos, os quais se concentram em uma única comunidade que recebe o mesmo nome da TI. Todos os indivíduos que a compõem falam a língua nativa, além disso, o Apurinã ainda é ensinado na escola.

Ao lado da TI do Igarapé São João, encontra-se a TI *Tauamirim (Tawamirim)* que, por sua vez, situa-se no Igarapé Tawamirim, também no município de Tapauá - AM. Nessa área vivem aproximadamente 295 pessoas, distribuídas em várias comunidades. Todos são falantes fluentes da língua, incluindo as crianças. Dessa TI obtivemos dados linguísticos de apenas duas comunidades: a Santo Antônio e a São José.

Mais abaixo da TI Tawamirim encontra-se a TI *Itixi Mitari (Itixi Mithary)*. Esta TI, como pudemos observar no Quadro 1, abrange os municípios de Anori, Beruri e Tapauá no Amazonas, caracterizando-se por sua grande extensão e por ser rodeada por lagos. As comunidades, em geral, se formam às margens desses lagos. Vivem em torno de 354 pessoas distribuídas em várias comunidades, de acordo com IBGE (2010). Nas margens do lago do Itaboca, por exemplo, situam-se atualmente quatro comunidades: (i) Macauã, (ii) Aldeia Nova, (iii) Terra Nova, e (iv) Vila Nova¹⁵. A ocupação do Itaboca ocorreu no início dos anos 1980,

Cleuza, Japiim, Aldeia Lago do Recurso. Importante frisar que as informações sobre o Caititu foram retiradas do mapa da FOCIMP, do Plano de Gestão da Terra Indígena Caititu (2015), e do auxílio do Mathias Apurinã (membro da FOCIMP) e do Hoadson Leonardo (coordenador do CIMI/Lábrea).

¹⁴ Esta comunidade fica fora da TI Caititu, mas mantém uma forte interação com os indivíduos dessa área.

¹⁵ É importante frisar que nas comunidades Macauã, Aldeia Nova e Vila Nova a língua Apurinã é ensinada nas escolas. A Comunidade Terra Nova preparou um documento de solicitação de pedido de professor para ministrar aulas de Apurinã junto a secretaria de educação do município de Tapauá – AM, apenas em dezembro de 2015. Até o momento não sabemos se a solicitação dos membros dessa comunidade foi atendida.

por grupos provenientes da TI Tawamirim que criaram inicialmente a comunidade Vila Nova. No final da mesma década, terras próximas de Vila Nova foram ocupadas pelos Apurinã liderados pela família do seu Osvaldo (oriundo de comunidades Apurinã do Médio-Alto Purus), a qual foi responsável pela fundação da aldeia Terra Nova. Mais recentemente, foi fundada a aldeia Macauã e Aldeia Nova por Apurinã, oriundos também da aldeia Vila Nova. Nestas comunidades, com exceção da aldeia Terra Nova, que nos últimos anos não vem mais repassando a língua nativa para as crianças, todos são falantes fluentes do Apurinã. Nessa área, tivemos a oportunidade de visitar as comunidades Terra Nova e Vila Nova em dezembro de 2015. Às margens do lago Panará do Jarí encontram-se as comunidades São Francisco e Santa Rita. No lago do Bacuri estão localizadas mais duas comunidades: Aldeia Bacuri e a São Lázaro. Nas proximidades do lago do Sacaco encontram-se as comunidades Guadalupe, São Sebastião e Terra Vermelha - esta última comunidade foi formada por um grupo originário do igarapé Água Preta, afluente do rio Pauini, de onde saíram em 1940, instalando-se definitivamente na localidade atualmente ocupada (a partir da metade dos anos 70) com cerca de cinco famílias; esse grupo dividiu-se em 1983, resultando na criação da aldeia Guadalupe, mencionada anteriormente (FREITAS FILHO, 2017; BRASIL, 1996).

Mas abaixo da TI Itixi Mitari (*Itixi Mithary*), estão as TIs do *Lago do Barrigudo*, no município de Beruri, e a do *Igarapé do Paiol*, no município de Manaquiri. Essas áreas encontram-se em fase de estudo pelos órgãos competentes e, por isso, não foi possível obter mais informações sobre essas TIs.

A TI *Fortaleza do Patauá* está situada nos arredores do município de Manacapuru - AM, vivem nessa área 32 pessoas, de acordo com os dados disponibilizados pelo IBGE no ano de 2010. Infelizmente, não obtivemos maiores informações destas TIs.

Também no município de Manacapuru, encontra-se a última terra indígena Apurinã, a TI denominada de *Jatuarana*, que se localiza nas proximidades do rio Manacapuru, no município que recebe o mesmo nome do rio que corta a cidade. Segundo Barreto (2007), essa TI é constituída de pessoas que migraram do Mamoriá. De acordo com a autora, a TI contava com uma população em torno de 65 pessoas, com poucos falantes fluentes, sendo todos falantes com faixa etária acima do 60 anos.

Como pudemos observar no levantamento descrito acima, o povo Apurinã apresenta distintas realidades entre os diferentes grupos que constituem as TIs. Isso ocorre, de modo geral, devido à grande extensão dos espaços geográficos, decorrentes, por sua vez, das constantes

migrações, dos conflitos e do contato com outros povos. Tal diversidade se manifesta, sobretudo, na situação linguística (graus distintos de bilinguismo e variedades dialetais do Apurinã), e nos aspectos culturais e identitários desse povo. Abordaremos detalhadamente questões relativas a essa situação linguística ao longo do trabalho.

1.1.2 Aspectos socioculturais

O primeiro aspecto que salta à vista de quem tem contato com os Apurinã é a configuração espacial de suas comunidades, que estão distribuídas em aproximadamente 2.000 quilômetros ao longo do rio Purus e seus tributários, como foi possível observar na seção acima. Tal característica é decorrente de inúmeros fatores internos e externos à sociedade Apurinã.

Chandless (1866) afirma que os Apurinã eram um povo inclinado à guerra e viviam em constantes conflitos internos, envolvendo os grupos e subgrupos de Apurinã¹⁶. Esse caráter guerreiro foi apontado por Facundes (2000) como uma das principais causas da dispersão geográfica desse povo. Outros fatores que teriam ocasionado também as frequentes migrações, segundo o autor, são: epidemias e mortes de membros da família¹⁷.

Com relação aos deslocamentos demográficos, estes parecem ser comuns entre os Apurinã. A história de uma família é sempre marcada por uma sucessão de mudanças, conflitos e novas mudanças. Por exemplo, o nosso principal colaborador Apurinã nasceu em uma comunidade às margens do rio Seruini (tributário do rio Purus); já adulto, migrou com sua família e fundou em outra região a aldeia Nova Fortaleza; após alguns anos, alguns membros dessa comunidade, incluindo o nosso colaborador, migraram e criaram uma nova aldeia chamada Vista Alegre. Há cerca de quatro anos este mesmo colaborador fundou uma nova comunidade à qual deu o nome de Terrinha¹⁸.

Nesse sentido, Schiel (2004) destaca que as comunidades de diferentes regiões são todas inter-relacionadas, pois sempre há relações de parentesco, uma origem comum entre membros de diferentes comunidades. Para a autora, são os conflitos que explicam as ligações e

¹⁶ Os conflitos internos, em geral, eram motivados pelos roubos de mulheres e pelos supostos feitiços lançados uns contra os outros (SCHIEL, 2004; FREITAS-FILHO, 2017). Destaca-se que para os Apurinã a prática da feitiçaria se caracteriza como a força propulsora das interações entre os membros desta etnia, tais como o sentimento da vingança que, por sua vez, proporciona o quadro de guerra e que finalmente gera o deslocamento para outras áreas do lado derrotado.

¹⁷ Antigamente, costumava-se enterrar os familiares falecidos embaixo da casa e, em seguida, a família se mudava.

¹⁸ As comunidades Nova fortaleza, Vista alegre e Terrinha situam-se na TI Paumari do lago Marahã, área tradicionalmente habitada pela etnia Paumari.

também as distâncias entre as pessoas. Portanto, são as migrações motivadas pelos conflitos que representam o principal fator da configuração presente das comunidades Apurinã.

No que concerne à organização social desse povo, os Apurinã possuem uma estrutura norteada por regras tradicionais de casamento que dividem o povo em duas metades exogâmicas: *Xiwapurynyry* e *Meetymanety*. A principal diferença entre esses dois grupos está relacionada aos hábitos alimentares. Por exemplo, os *Meetymanety* não comem uma espécie de porquinho do mato, enquanto os *Xiwapurynyry* são proibidos de comer certos tipo nambu (nambu relógio e nambu macucaua), uma espécie de ave. As regras determinam que os casamentos devem ser realizados entre membros pertencentes a grupos diferentes. O pertencimento de um indivíduo a um determinado grupo é estabelecido pelo lado paterno. Os membros da mesma metade se consideram, muitas vezes, irmãos e irmãs (*-ithary* ‘irmão’ e *-itharu* ‘irmã’).

O descumprimento das regras, sejam elas alimentares, sejam as de casamento, tem implicações sérias. Segundo os Apurinã, as alimentares provocam problemas de saúde, como, por exemplo, aparecimento de feridas no corpo, podendo levar à demência e até mesmo à morte. A quebra das regras de casamento, por sua vez, além de ser motivo de forte recriminação, faz com que os envolvidos estejam, segundo os Apurinã, sempre na iminência de serem devorados por onças.

É importante ressaltar que, hoje em dia, seguir ou não as regras varia muito ao longo do complexo Apurinã. Segundo Schiel e Smith (2008, p. 37), as variações comportamentais que ocorrem entre as comunidades Apurinã e mesmo entre os indivíduos são frutos de fatores sociais ou de crenças pessoais. Essas regras não estão sendo mais seguidas em algumas comunidades, em virtude, principalmente, de não haver membros elegíveis para constituir um casal.

O sistema de nomeação Apurinã expressa também essa divisão de metades. Cada uma das metades possui um repertório exclusivo de nomes próprios. Entretanto, atualmente, muitos Apurinã já não aprenderam essa parte do vocabulário da língua.

É considerado também um costume antigo dos Apurinã o casamento sororal, isto é, um homem casar com várias irmãs. Atualmente essa prática tornou-se obsoleta, passando apenas a explicar a origem de várias parentelas atuais e conflitos ocorridos no passado. Schiel (2004) afirma também que a unidade social básica do povo Apurinã se consolida a partir de um casal, que agrega a sua volta seus filhos, filhas, genros e noras.

Vale ressaltar que, além da divisão em metades, os Apurinã também se subdividem no que Ehrenreich (1948) chama de “hordas”, isto é, subgrupos Apurinã designados por um

animal, como, por exemplo: *Ximakywakury* ‘povo do peixe’, *Kyrywakury* ‘povo do rato’, *Kamÿryrywakury* ‘povo da arara’, *Kaikyrywakury* ‘povo do jacaré’, *(H)ãkitiwakuru* ‘povo da onça’, *Wawatuwakury* ‘povo do papagaio’, entre outros (ver FACUNDES 2000; SCHIEL 2004; VIRTANEN 2016).

Em Apurinã também são comuns as referências a partir de um antepassado chave, como o ‘pessoal do Mulato’, ‘pessoal do Agostinho’, ‘pessoal do Pedinho’, ou então com relação a um lugar: ‘pessoal do Tumiã’, ‘pessoal do Acimã’, ‘pessoal do Seruini’, etc. De acordo com Schiel e Smith (2008, p. 37), a referência a lugares não é fortuita, já que, em geral, é reconhecido a esses grupos um território. E tais grupos são denominados parentelas. A definição dada é diferente daquela das metades, onde é possível um cálculo exato, a partir do parentesco, um tipo ideal, uma vez que a realidade Apurinã, como mencionamos anteriormente, comporta diversas variações. Ainda que não seja possível sempre definir com precisão os limites dessas parentelas, a existência de um território comum parece ser um fator importante. Em geral, as parentelas são formadas por um grupo *siblings* (grupo de irmãos), assim como as suas subdivisões, por exemplo, o ‘pessoal da Água Preta’ ou ‘pessoal do velho Doutor’. Este último, de acordo com as autoras, é subdividido em três comunidades, cada uma sendo representada por uma pessoa chave, um filho do Doutor.

Ainda, segundo Schiel e Smith (2008), mesmo que haja territórios reconhecidos, os casamentos, conflitos e migrações fazem com que membros dessas parentelas tenham se espalhado, como podemos observar hoje na rede complexa das relações sociais dos Apurinã. É muito difícil precisar atualmente o grau de distância social entre os Apurinã, bem como a memória das relações passadas.

Em relação aos costumes tradicionais, os Apurinã perderam parte de sua cultura tradicional a partir do contato com os não indígenas no período da comercialização da borracha¹⁹, desenvolvendo uma cultura que se confunde parcialmente com a cultura cabocla²⁰, mas sem deixar de possuir, ainda, alguns elementos da cultura de seus antepassados. Basicamente, eles vivem da coleta²¹, caça, pesca, da agricultura de subsistência e da criação de

¹⁹ A borracha foi o grande produto da região compreendida entre os rios Purus e Juruá, seja pelo que representou para economia brasileira, seja por continuar sendo a grande marca da sociedade que se formou a partir de sua introdução. Muitos Apurinã se identificam como seringueiros e a exploração da seringa ainda ocupa lugar de destaque na memória e na definição de uma identidade atual (SCHIEL & SMITH, 2008, p. 22).

²⁰ É importante ressaltar que a população não indígena da região do Purus, onde os Apurinã vivem, tem na migração de nordestinos, durante o período da borracha, a sua origem.

²¹ A coleta de castanha-do-Brasil, especificamente, é comercializada pelos Apurinã, conforme observamos em várias comunidades, por exemplo, o Acimã, Tumiã e Camicuã.

animais de pequeno porte, como galinha, porco, entre outros. Atualmente, somente os mais tradicionais preservam alguns costumes antigos, tais como a mastigação do *katsupary* (folha da coca misturada a um tipo de cipó e cinza de uma madeira específica), e o *kyynyry* ‘xingané’, festa noturna com cantos (cujas temáticas envolvem elementos da fauna ou flora) que geralmente ocorrem em ocasiões especiais. Em alguns casos, essa festa é realizada como parte do processo de superação da perda de um ente querido. Em algumas comunidades, hoje em dia, fazem também o *kyynyry* para comemorar os aniversários. Há também uma forte cosmologia transmitida por meio das narrativas tradicionais e do léxico da língua.

A seguir, apresentaremos de forma sucinta as principais características tipológicas da língua Apurinã.

1.2 A língua Apurinã

As informações apresentadas nesta seção são baseadas, fundamentalmente, em Facundes (2000).

1.2.1 Breve caracterização do perfil tipológico da língua

Apurinã é uma língua que apresenta propriedades polissintéticas com um sistema morfológico bastante complexo marcado por uma grande quantidade de afixos que possuem um amplo valor semântico. Apesar dessa rica morfologia, há também na língua operações sintáticas interligadas à morfologia, em que muitas funções gramaticais são codificadas pela morfossintaxe da língua. Isso significa que elas seguem regras morfológicas e também sintáticas. A língua é predominantemente aglutinante e a ordem mais frequente dos termos oracionais atestada em textos costuma ser VO. Há dois tipos de classes de nomes: um sistema de gênero baseado na distinção gramatical masculino/feminino, e um sistema de classe de nomes com subclasses determinadas a partir da noção de (in)alienabilidade, ou seja, relacionada a se o nome é obrigatoriamente possuído ou não. Além disso, há ainda um sistema de classificação nominal em que nomes recorrem em compostos produtivos ou incorporados ao verbo.

Nos capítulos 4 a 6, discutiremos sobre os aspectos fonéticos-fonológico, lexicais, morfossintáticos, semânticos e pragmáticos de Apurinã, importantes para a organização do dicionário da língua Apurinã.

1.2.3 Diagnóstico sociolinguístico

Com base nos dados levantados por Facundes, principal pesquisador da língua Apurinã, e de pesquisas recentes realizadas por Lima (2013) e Lima-Padovani (2016), assim como nas observações de campo realizadas para este trabalho, foi possível, de maneira geral, perceber as diferentes realidades do uso da língua Apurinã.

A língua Apurinã é falada por possivelmente 10% da população, com diferentes graus de fluência. Parte dos Apurinã é bilíngue, sendo que o português é a língua principal na maioria das comunidades. Como vimos na seção 1.1.1, essas comunidades possuem graus diferentes de bilinguismo, algumas usando quase que exclusivamente o português nas interações e uma minoria mantendo a comunicação na língua nativa do seu grupo. Nesse sentido, podemos concluir que Apurinã é uma língua ameaçada de extinção, pois somente uma pequena parcela da população ainda fala a língua. Em geral, somente os mais idosos são considerados falantes fluentes da língua; por sua vez, os mais jovens apenas compreendem ou sabem parte do léxico; as crianças, em geral, não aprendem mais o Apurinã como sua primeira língua. Desse modo, podemos classificar as diferentes realidades sociolinguísticas desse povo em quatro grupos (LIMA-PADOVANI, 2016, p. 26-27):

- I. grupos majoritariamente monolíngues em Apurinã;
- II. grupos bilíngues em que a língua Apurinã ainda é produtiva, sendo usada nas atividades diárias, nas reuniões internas da aldeia e nos rituais;
- III. grupos em que o Apurinã é usado somente pelos mais velhos;
- IV. grupos cuja língua Apurinã foi praticamente substituída pela língua portuguesa, sendo que a maioria ou até todas as pessoas pertencentes a tais grupos não conhecem quase nada de sua língua nativa;

Segundo Lima-Padovani (2016, p. 26), “a situação sociolinguística do povo Apurinã é um reflexo de sua história, sua sobrevivência na floresta e seus conflitos internos, bem como da ocupação maciça de seus territórios por não índios no período em que a comercialização da borracha era um negócio lucrativo na região”. O contato com os não índios foi marcado por muita exploração e violência. De acordo com relatos dos Apurinã, eles eram perseguidos e

sofriam com as “correrias”²², além de terem sido proibidos pelos “patrões”²³ de falar sua língua, fato que gerou um sentimento de desvalorização da identidade indígena. Desse modo, houve um distanciamento das atividades tradicionais, de sua cultura e de sua língua.

Cada um desses fatores, isoladamente, não constitui, de fato, o único motivo para as mudanças linguísticas que ocorreram ao longo do tempo na língua Apurinã. Portanto, somente analisando-os em conjunto tem-se um quadro bastante elucidativo acerca das questões sociolinguísticas hoje vividas pelo povo Apurinã, como, por exemplo, a substituição da língua Apurinã pelo português, as distintas variedades da língua, assim como o fenômeno de “duplo vocabulário”, descrito por Lima-Padovani (2016).

Com o intuito de sanar a crescente perda linguística que os Apurinã vêm sofrendo, tem havido algumas iniciativas que visam estimular o uso da língua indígena. Uma dessas iniciativas, intitulada “Eu Sou Bilíngue Intercultural”²⁴, objetiva revitalizar a língua e a cultura indígena. Entretanto, as atividades resultantes dessa iniciativa se restringem apenas a dois encontros semanais, não têm por objetivo formar professores na língua e acontecem apenas na cidade de Lábrea e não nas comunidades indígenas, contemplando, portanto, apenas indígenas que já migraram para essa cidade (LIMA-PADOVANI, 2016).

Há também a produção de materiais didáticos voltados para a alfabetização, um livro de conversação, um livro com apenas atividades relacionadas ao livro de conversação e uma coletânea de narrativas tradicionais Apurinã (em elaboração), um dicionário de fauna e flora e o dicionário geral bilíngue: Apurinã-Português/Português-Apurinã (produto desta tese)²⁵. Recentemente, houve nos municípios de Lábrea - AM (abril de 2015 e dezembro de 2016), Tapauá - AM (dezembro de 2015) e Boca do Acre (comunidade Camicuã/ Julho de 2017) oficinas direcionadas aos professores e algumas lideranças Apurinã, ministradas por Sidi Facundes, sua equipe de alunos da Universidade Federal do Pará (UFPA) e a antropóloga Pirjo Kristiina Virtanen da Universidade de Helsinque, sobre o ensino da língua Apurinã, onde foram apresentados os materiais supramencionados. Discutiram-se nessas oficinas a ortografia e aspectos gramaticais da língua, apresentando-se também propostas de atividades que os

²² As correrias eram estratégias de sobrevivência dos índios. Para escapar dos brancos, que os perseguiram para matá-los ou mantê-los forçados em regimes de trabalho de semiescravidão no período do ciclo da borracha. As correrias foram uma das mais violentas perseguições feitas pelos brancos aos povos indígenas (RISSO, 2005).

²³ “Patrão” foi o nome dado pelos indígenas aos seringalistas (SCHIEL, 2004; RISSO, 2005;).

²⁴ O projeto “Eu Sou Bilíngue Intercultural” é uma iniciativa idealizada pelo povo Paumari que se estendeu aos Apurinã.

²⁵ Estes materiais didáticos de ensino da língua Apurinã vem sendo desenvolvidos por Facundes e sua equipe de pesquisa da Universidade Federal do Pará.

professores poderão desenvolver com seus alunos nas escolas Apurinã. Tais iniciativas marcam essa nova fase de revitalização da língua (LIMA-PADOVANI, 2016; FACUNDES *et al.* 2019).

Lima-Padovani (2016, p. 27) destaca “a atitude positiva dos participantes em relação a tudo que foi discutido nas oficinas e ao uso da sua língua. Tal atitude nos permite perceber que a língua Apurinã passa a ganhar um *status* social mais elevado dentro da sociedade Apurinã”, o que é bastante positivo, pois essa nova maneira de se relacionar com a língua pode ampliar os contextos de uso do Apurinã dentro das comunidades e assim contribuir para evitar o processo de substituição por uma língua majoritária, no caso o português. Isso mostra o quanto o povo Apurinã está interessado em lutar para manter a sua tradição linguística e cultural, mesmo frente à condição de dominação política da sociedade majoritária.

1.2.3.1 Atitudes linguísticas

As atitudes dos falantes perante a língua manifestam-se em atos individuais e adquirem importância na relação língua e etnicidade (CRUZ, 2003, p. 22). A extensão desse relacionamento se manifesta em tais atitudes, o que significa dizer que as atitudes linguísticas do falante diante da sua língua são um reflexo da representatividade social da língua e, desse modo, marcam a posição que ela ocupa na escala de valores étnicos de um determinado grupo.

Segundo Edwards (2009 apud COSTA, 2016), alguns fatores, chamados por ele de “psico-discursivos”, que pressupõem a relação entre língua e identidade, estão relacionados ao comportamento do falante, à sua atitude diante de sua língua. Nesse sentido, é preciso levar em consideração aspectos de constituição da linguagem desse indivíduo para, a partir de então, avançar em direção à sistematização desses aspectos, desta vez, levando em consideração o grupo social do qual faz parte. Tendo em vista que as práticas individuais estão, de alguma forma, associadas às práticas sociais, esse percurso acaba por se tornar um ciclo de comportamento de linguagem.

Outro fator importante levantado por Edwards (2009 apud COSTA, 2016) está ligado aos aspectos de funcionalidade que envolvem uma língua: comunicação e caráter simbólico. Ainda que o processo dinâmico natural provoque alterações nas suas formas de uso, o caráter simbólico ainda permanece (EDWARDS 2009 apud COSTA, 2016). Caberia enquadrar, sob essa reflexão, por exemplo, a variante dialetal de uma língua ou formas que apresentem variações em relação ao “padrão”.

As dimensões psicológica e social podem, se firmadas como aspectos predominantes, conceder o caráter superficial para a análise e, equivocadamente, conduzir à criação de estereótipos sobre a etnia, comunidade ou grupo de falantes em questão. No entanto, sabe-se

que há uma tendência à valorização de variedades consideradas aceitáveis socialmente e uma recusa de usos que estejam fora desse padrão aceitável, considerados, portanto, como desprivilegiados.

O modo como os falantes de uma variedade de uma língua recebem a “avaliação” externa, positiva ou negativa, sobre os seus usos, classificando-os como “corretos/bonitos” ou “errados/feios”, pode refletir sua relação de valor com suas escolhas linguísticas. Isto é, uma variedade mais aceita socialmente tem mais prestígio entre os falantes também. Mas, ainda que um determinado uso seja considerado “inferior”, se é utilizado pelo coletivo, torna-se a marca de um grupo, portanto, de identidade.

Nesse sentido, Aguilera (2008 apud LIMA-PADOVANI, 2016, p. 28) afirma que as atitudes linguísticas dos falantes estão intrinsecamente ligadas à sua identidade. Para a autora, um traço definidor da identidade de um determinado grupo é a variedade linguística assumida e, desse modo, qualquer atitude em relação aos grupos com determinada identidade pode, na realidade, ser uma reação às variedades usadas por esse grupo ou aos indivíduos usuários dessa variedade, uma vez que normas e marcas culturais dos falantes se transmitem ou se sedimentam por meio da língua, “formatada” na fala de cada indivíduo.

Os dados linguísticos, assim como o convívio entre os Apurinã, nos permitiram observar os usos e as atitudes que os membros dessa etnia fazem das diferentes variedades da língua. Lima-Padovani (2016, p. 2016) afirma que a “consciência” da diversidade linguística, isto é, das diferenças entre os falares de diferentes comunidades Apurinã, não é algo homogêneo entre os falantes. De acordo com a autora, um grande número de falantes está consciente da diversidade de sua língua, como podemos observar nos trechos a seguir²⁶:

(1) *A fala do pessoal do Tumiã é diferente, né.... mas tá certo também.* (MMAC)²⁷

(2) *Só que é diferente a fala dos Apurinã. Eu não sabia, às vezes, né, o que a minha mulher²⁸ falava, o que era aquela palavra.* (MMAC)

(3) *Tem parente que fala o nome das frutas, animais, né, das coisas do outro jeito.*
(NFSJ)

²⁶ Relatos obtidos em seções de coleta de dados sobre variação linguística da língua Apurinã entre os anos de 2016 e 2018.

²⁷ As letras entre parênteses correspondem a uma estrutura de codificação constituída por quatro caracteres: a primeira letra diz respeito à inicial do nome do colaborador Apurinã, seguida pelo sexo (M para masculino e F para feminino) e as iniciais do nome da comunidade que o colaborador pertence. Esses códigos foram gerados para preservar o nome dos consultores Apurinã.

²⁸ O falante se referia à esposa que é oriunda de uma outra comunidade.

Uma outra parcela apenas toma ciência da diversidade linguística da sua língua quando confrontada e estimulada por agentes externos a partir de trabalhos linguísticos e educacionais.

Observa-se também que os falantes da língua Apurinã, para falarem sobre o próprio falar, imprimem antes um olhar sobre os outros falares. O que significa dizer que o falante não possui uma prática de refletir sobre a própria linguagem, só conseguindo descrevê-la ao lançar um olhar sobre a linguagem do outro.

Verificamos, de modo geral, que atualmente os falantes consideram corretas todas as variedades existentes na língua Apurinã. Isso pode estar relacionado com o fato de que o povo Apurinã é uma sociedade quase sem nenhum tipo de hierarquização das relações e posições sociais. Mas essa atitude varia segundo a origem geográfica dos sujeitos, pois, como observamos em trabalho de campo, alguns grupos Apurinã costumavam considerar “erradas” certas variedades da língua.

(4) *Os parentes não tão falando certo a língua Apurinã. (IMLS)²⁹*

(5) *Tá errado a fala do parente. (IMLS)*

(6) *O parente fala assim? Mas isso tá errado... não é assim não. (GMCR)*

Lima-Padovani (2016) afirma que esta atitude vem mudando, conforme o avanço das políticas linguísticas desenvolvidas junto a esse povo por Facundes e sua equipe desde 1990. Vale ressaltar, porém, que os falantes valorizam a variedade linguística utilizada na comunidade/grupo a que pertencem.

Gostaríamos de chamar atenção, ainda, para o fato de que, apesar da rica diversidade existente na língua Apurinã (ver LIMA-PADOVANI, 2016), não há indicações de que a variação interfira e afete a inteligibilidade entre as diferentes variedades, e nem que há variedades percebidas como mais distintas que outras.

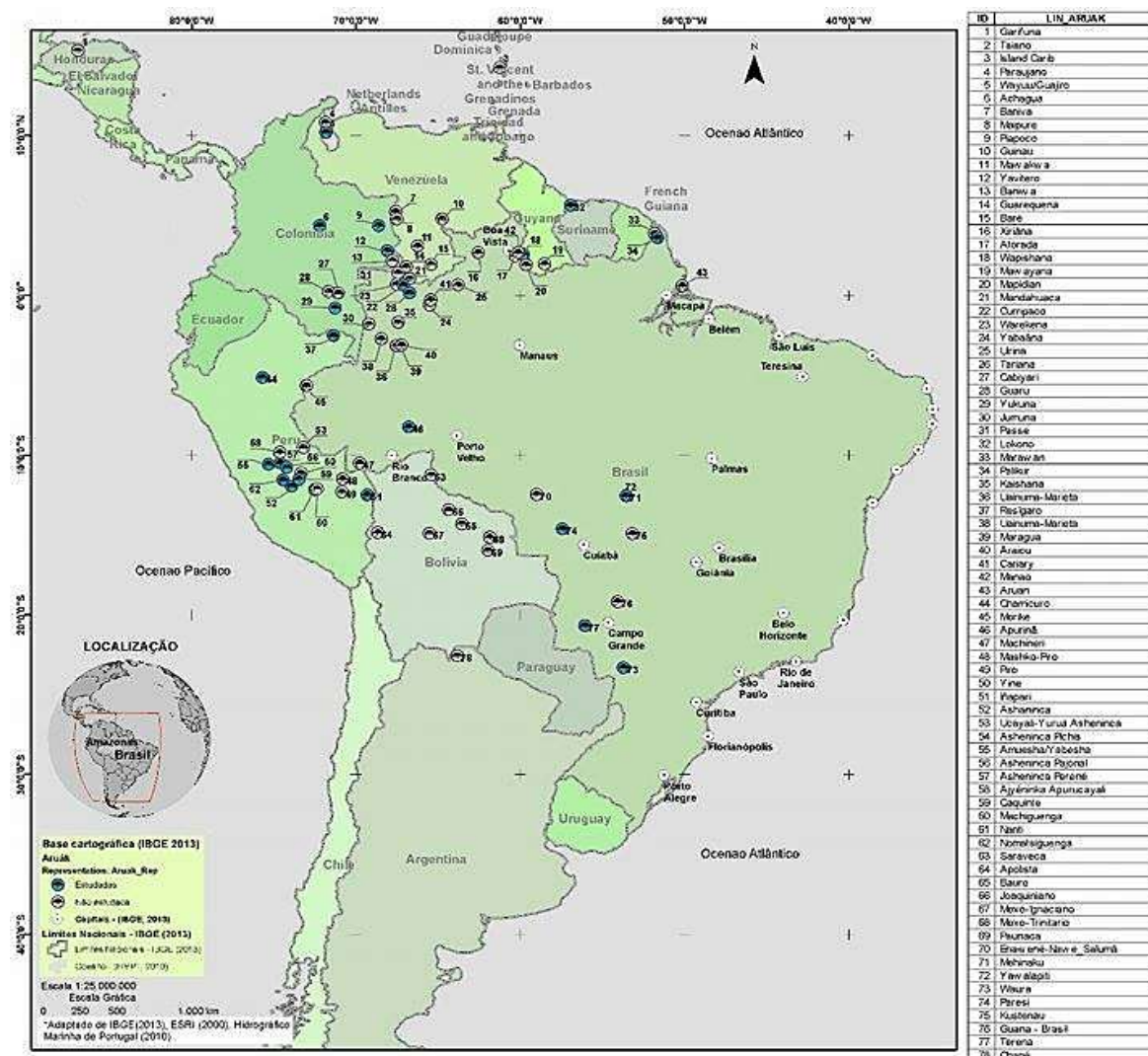
1.3 Filiação genética da língua Apurinã: Ramo Purus

Como já mencionamos anteriormente, Apurinã é filiada geneticamente à família linguística Aruák. Essa família é uma das mais importantes da América, tanto pelo seu grande número de línguas, quanto pela sua extensão territorial. De acordo com Ramirez (2001), a família de línguas Aruák compreende aproximadamente 400 mil pessoas ao todo, são um pouco

²⁹ Retados obtidos em seções de coleta de dados sobre variação linguística da língua Apurinã no ano de 2015. Nos trechos (4), (5) e (6) os colaboradores oriundos de uma comunidade se referem à fala de indivíduos Apurinã provenientes de outras comunidades.

menos de 30 línguas que permanecem vivas e faladas até hoje em oito países da América do Sul e em quatro países da América Central. Segundo o autor, os povos Aruák habitaram uma área do tamanho da Europa, conquistaram grande parte da Amazônia e do mar do Caribe. Aikhenvald (1999, p. 65) afirma que é na América do Sul que se encontra o maior número de línguas e a maior distribuição geográfica destas línguas, como podemos observar na Figura 02. Isso ocorre, segundo a autora, por conta dos grandes e constantes fluxos migratórios dos povos falantes de línguas Aruák. Na América do Sul, as línguas dessa família são faladas em oito países: Bolívia, Guiana Francesa, Guiana, Suriname, Venezuela, Colômbia, Peru e Brasil.

Figura 02: Mapa com as línguas Aruák



Fonte: Facundes *et al.* (2016)³⁰.

³⁰ Mapa elaborado por Bruna Lima-Padovani e Ronaldo Almeida para o trabalho intitulado *Linguística Histórica e Idiossincrasias Sincrônicas em Aruák* apresentado no colóquio internacional *Amazônicas VI: lá estrutura de las lenguas amazónicas* em maio de 2016.

Segundo Noble (1965 apud FACUNDES e BRANDÃO, 2007), o primeiro estudioso que reconheceu a unidade genética da família Aruák foi o missionário Filippo Salvadore Gilij, que sugeriu, em 1782, um grupo genético denominado Maipure. Um século mais tarde, passou a ser chamada de família Aruák por Von de Steinen (1886), ou Arawak, por Brinton (1891). Desde o trabalho do missionário, que reconheceu o Aruák como uma família linguística, muitos têm se dedicado a descrever sua classificação interna. As propostas de classificação mais modernas se distinguem em relação aos agrupamentos internos, entre as quais destacamos: Payne (1991), Aikhenvald (1999), Ramirez (2001) e Brandão & Facundes (2007; 2011). Os três primeiros apresentaram classificações bastante semelhantes, enquanto o último faz uma comparação desses três trabalhos e aponta diferenças em relação à classificação interna dos grupos. Cada uma dessas propostas será discutida a seguir.

A classificação interna de Payne (1991) foi baseada na reconstrução de 203 itens para Proto-Maipure (termo alternativo para Aruák), fazendo uso de 24 línguas, que representam todos os principais ramos da família Aruák. Esses dados foram organizados com base em retenções lexicais compartilhadas. Desse modo, Payne (1991) classificou estas línguas em cinco grupos: Oeste, Central, Sul, Leste e Norte, conforme podemos observar no Quadro 02:

Quadro 02: Classificação interna da família Aruák, segundo Payne (1991, p. 489)³¹

Oeste		Amuesha Chamicuro
Central		Paresi Waurá
Sul	Bolivia-Paraná	Terena Ignaciano
	Purus	Piro Apurinã
	Campa	Machiguenga Asheninca
Leste		Palikur
Norte		Wapishana
	Caribe	Garifuna Ta-Aruák
		Lokono Guagiro
	Interior	Norte Amazônico Resigaro Rio Negro Achagua Cabiyari Curripaco Piapoco Tariana Yucuna
		Yavitero

Fonte: Payne (1991, p. 489, *tradução e adaptação da autora*).

³¹ Payne (1991) alerta que sua reconstrução para a Proto-Maipure (Aruák) deve ser considerada como preliminar, em virtude do autor não ter feito a reconstrução de subgrupos internos, por não haver, segundo ele, uma classificação confiável das línguas envolvidas. O autor chama atenção, ainda, para a questão de ser muito útil ter uma visão geral da reconstrução interna da família antes que seja realizada a reconstrução de um subgrupo específico das línguas.

De acordo com a classificação proposta por Payne, a língua Apurinã pertence ao subgrupo Sul, que, por sua vez, inclui o subnível “Purus”, em que se encontram as línguas Apurinã e Piro, destacadas dentro do retângulo vermelho no quadro acima. Facundes (2002, p. 668) afirma que na classificação de Payne (1991, p. 364), de modo implícito, a língua Iñapari encontra-se no mesmo subgrupo que Apurinã e Piro.

Aikhenvald (1999, p. 74), que também propõe uma classificação interna para as línguas Aruák, baseia-se, principalmente, no critério de distribuição geográfica, mas também considerou traços fonológicos e gramaticais para classificar internamente a família. A autora agrupou as línguas em 14 subgrupos formando duas divisões principais dentro de Aruák, são elas: Aruák do Sul & Sudoeste (com seis ramos) e Aruák do Norte (com oito ramos), conforme podemos observar no Quadro 03:

Quadro 03: Classificação interna da família Aruák, conforme Aikhenvald (1999, p. 67-71)³²

ARUÁK DO SUL & SULDOESTE		ARUÁK NORTE	
Aruák Sul	Terena Kinikinao † Guane/Layana † Chane/Izoceno † Bauré Moxo ou Ignaciano Moxo: Trinitario Paiconeca † Pauna † Apolista Salumã (Enawen-Nawê)	Rio Branco	Wapishana Mawayana
Paresi-Xingu	Waura Mehinaku Yawalapiti ! Kustenu †	Palikur	Palikur Marawan † Aruan †
Paresi-Saraveca	Paresi (Haliti) Saraveca	Caribe ou Extremo Norte	Ineri Garifuna
Aruák Sudoeste		Ta-Aruák	Lokono Guajiro Anun/Parauhano Taino † Caquetio † Shebayo †
Piro-Apurinã	Piro (Manchineri) Chontaquiro Apurinã Iñapari †? Mashko-Piro	Aruák Norte-Amazônico Colombiano	Resigaro Yucuna ! Achagua ! Piapoco Cabiyari ! Maipure †
Campa	Ashaninca Asheninca Caquinte Machinguenga Nomatsiguenga Pajonal campá	Alto Rio Negro	Baniwa do Icana Tariana ! Guarequena
Amuesha	Amuesha	Orinoco	Bare † Baniwa de Guainia Yavitero † Mandawaka † Yabaana †
		Médio Rio Negro	kaiƶana Manao! Bahwana/Chiriana

Fonte: Aikhenvald (1999, pp. 67-77, *tradução e adaptação da autora*).

³² A organização do Quadro 02 aqui apresentado não é igual à proposta por Aikhenvald (1999). Utilizamos essa configuração por considerarmos mais compreensível. Além disso, vale destacar, ainda, que utilizamos os mesmos símbolos empregados pela autora para indicar as línguas que estão ameaçadas ou já foram extintas, são eles: (!) para as línguas que apresentam altos graus de ameaça de extinção; (†) para as línguas extintas.

Segundo a autora, o Apurinã é uma língua Aruák pertencente ao subgrupo Sul e Sudoeste, que compõe, juntamente com Piro, Chontaquiro, Iñapari, Mashko-piro, a ordem “Aruák Sudoeste”.

A classificação de Ramirez (2001) é semelhante à de Payne (1999), na medida em que se baseou também no critério de retenção lexical. O autor classificou as línguas Aruák em dois subgrupos: Ocidental (com oito ramos) e Oriental (com dois ramos), como podemos observar no Quadro 04:

Quadro 04: Classificação interna da família Aruák, de acordo com Ramirez (2001, p. 3)

Línguas não classificadas: Amuesha, + Chamicuro.

A. SUBFAMÍLIA OCIDENTAL (21 línguas vivas + 18 mortas)

I. Divisão Japurá-Colômbia (7 vivas + 5 mortas)

Não classificadas: + Yumana, + Passé (2)

I.1.1. Piapoco, Achagua (2)

I.1.2. Baniwa-Curripaco-Tariano (1)

I.1.3. Warekena, + Mandawaka (2)

I.1.4. Kabiari (1)

I.1.5. Yukuna, + Wainuma-Mariate (2)

I.2. + Kauixana (1)

I.3. Resígaro (1)

II. Divisão Alto Negro (1 viva + 2 mortas)

Baré, + Guinau, + Anauyá-Yabahana (3)

III. Divisão Alto Orinoco (1 viva, + 2 mortas)

III.1. Baniva de Maroa, Yavitero-Pareni (2)

III.2. + Maipure (1)

IV. Divisão Negro-Roraima (2 vivas + 5 mortas)

IV.1. + Aruã (1)

IV.2. + Manao, + Wirina, + Bahuana, + Cariaí (4)

IV.3. Wapixana-Atorai (1)

IV.4. +! Mawayana (1)

V. Divisão Juruá-Jutai (2 mortas)

V.1. Marawa (1)

V.2. Waraiku (1)

VI. Divisão Purus-Ucayali (3 vivas)

VI.1. Apurinã, Piro-Kuniba-Canamari-Mantineri (2)

VI.2. Kampa (1)

VII. Divisão Bolívia-Mato Grosso (3 vivas)

VII.1. Bauré, Mojo (2)

VII.2. Terena-Kinikinao (1)

VIII. Divisão Caribe-Venezuela (4 vivas + 2 mortas)

VIII.1. Lokono, Island Carib-Garifuna, + Taino, + Caquetio (4)

VIII.2. Guahiro, Parauhano (2)

B. SUBFAMÍLIA ORIENTAL (4 vivas)

IX. Divisão Amapá (1 viva)

Palikur-Marawan (1)

X. Divisão Xingu-Tapajós (3 vivas)

X.1. Waurá-Mehinaku, Yawalapiti (2)

X.2. Pareci-Saraveca (1)

Segundo a classificação de Ramirez (2001), Apurinã pertence ao ramo Purus-Ucayali. Observa-se que o autor também classifica Apurinã, Piro e Iñapari como pertencentes a um mesmo subgrupo.

Por fim, Brandão e Facundes (2007; 2011), os trabalhos mais recentes, com foco no subagrupamento Apurinã-Piro-Iñapari, afirmam que, em termos de retenções lexicais, Apurinã, Piro e Iñapari formam um subramo Aruák, independente de subgrupos maiores de que essas línguas possam fazer parte. Os autores notam, ainda, que a classificação interna e origem dos povos Aruák continuam sem resposta conclusiva, pois, como mencionamos anteriormente, pouco se sabe sobre a origem e dispersão geográfica dessa que é uma das famílias da América com maior expansão e complexidade.

De modo geral, as classificações aqui apresentadas nos permitem visualizar a localização da língua Apurinã em relação às demais línguas da família linguística Aruák. Os autores concordam em classificar Apurinã, Piro e Iñapari como pertencentes de um mesmo grupo, o que, por sua vez, faz dessas línguas as mais próximas geneticamente.

1.4 Estudos anteriores sobre a língua Apurinã

O material linguístico produzido sobre a língua Apurinã inclui um estudo pouco sistemático de J. E. R. Polak, em 1894, voltado à fonologia e gramática da língua Apurinã; uma lista de vocabulário e anotações da fonologia de Koch-Grunberg que data o ano de 1919. Nas décadas de 1960 e 1970, os missionários linguistas do *Summer Institute of Linguistics* (SIL), Wilbur Pickering, Ida Pickering e Kathy Aberdour desenvolveram alguns trabalhos sobre o Apurinã, incluindo uma descrição preliminar da fonologia, morfologia e sintaxe da língua. Em 1985, Aberdour publicou um artigo que faz uma análise discursiva sobre os mecanismos referenciais em Apurinã.

Nos últimos 30 anos vários outros estudos linguísticos foram desenvolvidos sobre a língua Apurinã, entre eles podemos citar: a Tese de Doutorado de Facundes, o principal pesquisador da língua, intitulada *“The Language of the Apurinã People of Brazil (Maipure/Arawak”* (FACUNDES, 2000), que consiste em uma gramática que descreve, de modo bastante detalhado, a língua.

Sob a orientação de Facundes foram produzidas as seguintes dissertações de mestrado: “Aspectos semânticos, morfológicos e morfossintáticos das palavras descritivas Apurinã” (CHAGAS, 2007), que propõe uma reanálise das palavras descritivas em Apurinã; “Variação em Apurinã: aspectos linguísticos e fatores condicionantes” (BARRETO, 2007), que descreve sucintamente alguns fatores condicionantes da variação linguística em Apurinã; “Concepção e

Elaboração de Materiais de Ensino para Povos Indígenas: o caso Apurinã" (DUARTE, 2009), que trata da análise dos principais problemas teóricos, práticos e metodológicos relacionados à concepção e elaboração de matérias de ensino da língua Apurinã; "Análise acústica das sílabas tônicas de Apurinã (Aruák)" (SALLES, 2013), que analisa os correlatos acústicos das sílabas tônicas do Apurinã; "Levantamento sociolinguístico do léxico Apurinã e sua contribuição para o conhecimento da cultura e história Apurinã (Aruák)" (LIMA-PADOVANI, 2016), que aborda questões ligadas à constituição do léxico e a variação na língua Apurinã; "*Pupÿkarypikarawa Athe* (nós somos índios) Língua e Identidade Apurinã (Aruák): estudos baseados em relatos contemporâneos" (COSTA, 2016), a qual examinou elementos linguísticos da língua Apurinã (Aruák) que demonstrem traços da cultura do seu povo; "A contribuição dos estudos discursivos para a gramática da língua Apurinã (Aruák) (BARROS, 2016), que propõe um estudo com viés discursivo da gramática Apurinã; "Cultura linguística, ensino e revitalização da língua Apurinã (Aruák)" (BARROS, 2017), a qual objetivou realizar um levantamento do ensino da língua Apurinã no contexto escolar; "Termos de parentesco em Apurinã e contatos linguísticos na região do município de Lábrea – AM" (SILVA, 2019)³³.

Em 2017, também sob a supervisão de Facundes, foi defendida por Freitas (2017) a segunda tese sobre a língua Apurinã, intitulada "A Posse em Apurinã: descrição de construções atributivas e predicativas em comparação com outras línguas Aruák", que versa sobre os padrões de codificação de posse atributiva e predicativa em Apurinã em comparação com outras línguas Aruák, em especial, Piro e Iñapari. Vale ressaltar, ainda, a tese que está em fase de elaboração denominada "Ethos Aruák: um conjunto de traços comuns entre língua e cultura" que propõe um estudo sobre os traços culturais os quais são, ao longo da história, intrínsecos às práticas sociais de povos pertencentes à família Aruák de forma inconsciente, revelados em dados linguísticos da língua Apurinã. (NASCIMENTO, em andamento).

Há, ainda, alguns trabalhos de conclusão de curso como: "Análise comparativa de inventários fonéticos e lexicais da língua Apurinã (Aruák)" (BARRETO, 2003); "Classes nominais em Apurinã: gênero" (SOUSA, 2004); "Estudos lexicográficos de línguas indígenas amazônicas: fauna e flora em textos Apurinã" (VITAL, 2005). "Dicionário de fauna e flora Apurinã" (BRANDÃO, 2006); "Variação, mudança e o "duplo vocabulário" na Língua Apurinã

³³ Há também a dissertação "Léxico da Língua Apurinã: proposta de um dicionário bilíngue" (FERREIRA, 2013), que teve o objetivo de elaborar uma versão preliminar de um dicionário bilíngue Apurinã-Português. Este dicionário contém aproximadamente 900 entradas e as informações apresentadas na estrutura interna dos verbetes são limitadas e não consideram as relações existentes entre língua e cultura. Além disso, este dicionário não retrata as diferentes variedades da língua Apurinã. Tais limitações restringem, portanto, o valor documental e científico da obra lexicográfica.

(Aruák)” (LIMA, 2013); “Língua e identidade Apurinã (Aruák): análise de relatos tradicionais” (COSTA, 2014); “Terminologia de Parentesco Apurinã (Aruák)” (SILVA, 2017).

1.5 Sobre a tese

Nesta seção, trataremos, especificamente, dos aspectos referentes à elaboração deste trabalho. Apresentaremos os objetivos e justificativas, as etapas do trabalho de campo, consultores entrevistados, coleta, apresentação dos dados e organização dos capítulos.

1.5.1 Objetivos e justificativas

O principal objetivo deste trabalho é descrever e analisar o léxico da língua Apurinã, a fim de fornecer subsídios para uma proposta de macro e microestrutura do dicionário geral bilíngue bidirecional: Apurinã-Português/Português-Apurinã. Este dicionário pretende configurar-se como um dicionário linguístico que servirá como material de referência para o povo Apurinã e para os demais pesquisadores.

Objetivamos que o dicionário Apurinã forneça ao leitor informações acerca dos padrões linguísticos que constituem a língua Apurinã, tais como os aspectos fonéticos, morfológicos, sintáticos, semânticos e pragmáticos, bem como informações sobre empréstimos, neologismos e variedades linguísticas presentes na língua. Além disso, buscaremos mostrar de que modo o contexto histórico, as migrações e o contato com outros povos influenciaram na formação do sistema lexical desta língua.

Outro objetivo do trabalho, também muito importante para descrevermos o léxico Apurinã e que justifica a organização do dicionário geral desta língua, é o fato da língua estar em risco de extinção. Como mencionamos anteriormente, tal língua é falada por possivelmente 10% da população, com diferentes graus de fluência. Diante desse quadro, a produção de um dicionário que fornecerá informações sobre os padrões linguísticos e informações extralinguísticas dos itens lexicais se faz necessária para que fique registrada uma parte da riqueza linguística e cultural desse povo. Do ponto de vista prático, o dicionário assegurará o registro escrito da língua, auxiliando o povo Apurinã nos estudos de ensino-aprendizagem e alfabetização da sua língua nativa³⁴.

Pretendemos, com isso, contribuir para uma descrição avançada da língua Apurinã por meio de estudos lexicológicos e lexicográficos.

³⁴ É importante frisar que a elaboração do dicionário foi realizada em coautoria com falantes Apurinã.

1.5.2 Trabalho de campo

Nas subseções que seguem, iremos tratar acerca da coleta de dados realizada para o desenvolvimento do trabalho, apresentaremos também o perfil dos colaboradores desta pesquisa, bem como descreveremos a maneira como os dados serão apresentados ao longo deste trabalho.

1.5.2.1 Coleta de dados

Os dados que permitiram a realização deste trabalho foram coletados em sete viagens a campo entre os anos de 2013 e 2018³⁵. A primeira ocorreu entre os meses de maio e junho de 2013, nas aldeias que se localizam às margens do rio Tumiã no médio Purus; a segunda viagem ocorreu em novembro de 2014, quando voltamos às aldeias do rio Tumiã e também visitamos a comunidade Morada Nova, localizada às margens do Rio Acimã também no médio Purus; na terceira viagem, ocorrida em abril de 2015, contamos com a participação de falantes das demais regiões (Médio Alto e Baixo Purus) que foram à cidade de Lábrea - AM para participar da oficina de “Ensino da Língua Apurinã”; a quarta ocorreu no mês de dezembro de 2015, quando viajamos para o município de Tapauá – AM, para ministrar a oficina de “Ensino da Língua Apurinã” para os professores Apurinã da região do baixo Purus que não puderam participar da oficina supramencionada. Na ocasião, tivemos a oportunidade de visitar as comunidades Terra Nova e Vila Nova, localizadas nas proximidades do Lago Boca do Itaboca na TI Itixi Mitari. A quinta viagem ocorreu em dezembro de 2016 nas comunidades Apurinã que se localizam nas proximidades do município de Lábrea/AM; na sexta viagem a campo, que aconteceu em julho de 2017³⁶, também realizamos oficinas de ensino da língua Apurinã na aldeia Camicuã, situada às margens do rio Purus no município de Boca do Acre/AM na região do médio-alto Purus, nessa ocasião foi possível visitar, ainda, a comunidade do Km 45, também estabelecida no município de Boca do Acre; a sétima viagem de campo aconteceu entre os meses de agosto e setembro de 2018, onde foi possível realizar atividades de pesquisa nas aldeias Morada Nova (TI Acimã, mencionada anteriormente) e na aldeia Curriã (TI em fase de estudo), que se situam no município de Lábrea/AM.

³⁵ Nos meses de maio e novembro de 2019 contamos com a visita do colaborador Valdimiro Apurinã na Universidade Federal do Pará.

³⁶ Todas as viagens a campo somam um total de 180 dias, perfazendo aproximadamente cinco meses de pesquisa linguística na área.

A coleta de dados para a realização do estudo lexical e produção do dicionário da língua Apurinã se baseou nas práticas explicativas da literatura linguística acerca do trabalho de campo (cf. KIBRIK, 1977; VAUX e COOPER, 1999), são elas: (i) elicitación de dados com falantes nativos; (ii) transcrição dos dados; (iii) verificação dos dados já coletados e coleta de novos dados; (iv) processamento e análise dos dados, bem como da metodologia desenvolvida e empregada pela lexicologia e pela lexicografia.

O material linguístico foi coletado a partir da elicitación de listas de palavras com termos de diferentes campos lexicais, como, por exemplo, fauna e flora, alimentos, cultura material, entre outros; elicitación de sentenças; e coleta de textos. As seções de elicitación foram documentadas em materiais em áudio, totalizando 38h de gravação, aproximadamente. Além disso, usamos ainda fotografias de animais e diversas plantas, o que facilitou a coleta de nomes de termos relativos aos domínios de fauna e flora. Os dados coletados durante a pesquisa foram comparados àqueles coletados em pesquisas anteriores que fazem parte do acervo da língua Apurinã, cujas gravações em áudio e vídeo perfazem um total superior a 60 horas de gravação. No terceiro capítulo, trataremos mais detalhadamente acerca da construção, organização e análise do corpus utilizado nesta pesquisa.

Em relação ao *status* histórico de alguns itens lexicais, recorreremos aos dados da língua atestados nos documentos mais antigos (POLAK 1894, KOCH-GRÜNBERG 1919, NIMUENDAJÚ 1955, e PICKERING 1962).

1.5.2.2 Colaboradores

Para realização deste trabalho, contamos, principalmente, com a colaboração de 51 indivíduos principais, entre homens e mulheres, e de inúmeros outros que contribuíram de forma episódica, com as discussões acerca das unidades lexicais da língua Apurinã. A maior parte dos colaboradores (24) está na faixa etária de 31 a 59 anos e são fluentes em português e em Apurinã. Os demais (18) são idosos, com faixa etária acima dos 60 anos e uma minoria (oito) na faixa etária de 11 a 30 anos.

1.5.2.3 Apresentação dos dados

Os dados selecionados foram organizados em quadros, mapas e numerados de forma contínua, independente do capítulo em que se apresentem. Alguns exemplos estão apresentados em três linhas. A primeira delas contém a escrita ortográfica - em que as palavras são separadas por espaços e os morfemas por hífen (-); a segunda registra a glosa de cada morfema; a última apresenta a tradução do exemplo (traduções livres). Os exemplos são codificados na ortografia

atual da língua (exceto nos casos em que a fonologia for importante), utilizada nos materiais didáticos voltados para o ensino da língua Apurinã.

1.5.3 Estrutura do trabalho

Este trabalho foi organizado em dois volumes. O primeiro volume dividi-se em quatro partes principais constituídas por sete capítulos, conclusão, referências bibliográficas e apêndices. O segundo volume é formado pelo dicionário Apurinã, produto desta tese. A seguir, apresentamos de modo resumido o conteúdo de cada capítulo:

- O primeiro capítulo, como visto, apresentou um breve panorama acerca da língua, cultura e sociedade Apurinã; comentários sobre filiação genética; aspectos da situação sociolinguística dos Apurinã; informações de estudos realizados sobre a língua; bem como informações sobre objetivo e metodologia do trabalho de pesquisa.

- O segundo capítulo traz os subsídios teóricos necessários para o desenvolvimento desta pesquisa. Inicialmente, discutimos sobre a amplitude do Léxico; em seguida, pontuamos os pressupostos conceituais e metodológicos fundamentais para a análise da diversidade linguística das línguas. Posteriormente, fazemos algumas considerações sobre léxico, significado e as relações existentes entre as palavras.

- O terceiro capítulo trata da construção e organização do corpus utilizado para o desenvolvimento deste trabalho, bem como da organização e expansão do banco de dados digital da língua Apurinã.

- O quarto capítulo apresenta um breve panorama acerca dos aspectos fonológicos da língua Apurinã. Buscamos neste capítulo apenas as informações mais relevantes para o dicionário Apurinã.

- O quinto capítulo versa sobre as categorias lexicais abertas – nomes e verbos - da língua Apurinã, cuja descrição é necessária para a compreensão de algumas escolhas na elaboração do dicionário.

- No sexto capítulo apresentamos as demais classes de palavras da língua Apurinã, a fim de que se possa ter uma visão geral de todas as categorias lexicais da língua.

- O sétimo capítulo apresenta os métodos e critérios adotados na elaboração do dicionário geral bilíngue bidirecional Apurinã-Português/Português-Apurinã, em termos de sua macro e microestrutura.

- Como parte final do primeiro volume, apresentamos as considerações finais, onde encontra-se a conclusão e os apêndices do trabalho.

- Por fim, no segundo volume apresenta-se o dicionário geral da língua Apurinã.

2 ALGUNS ENFOQUES TEÓRICOS

Neste capítulo apresentaremos um panorama acerca dos subsídios teóricos necessários para o desenvolvimento deste trabalho. Para tanto, a proposta aqui apresentada buscará bases principalmente nos pressupostos da Lexicologia e da Lexicografia, domínios da linguística que estão intimamente relacionados. A primeira dedica-se à investigação acerca da estruturação e organização do léxico; a segunda ocupa-se dos métodos e técnicas que devem ser seguidos na produção de dicionários. Faremos também considerações sobre a interface da lexicologia e da lexicografia com outros ramos da linguística que também se ocupam do léxico, focalizando a importância dessas áreas para a descrição e produção de materiais lexicográficos de línguas indígenas. Especificamente, buscaremos discutir neste capítulo alguns princípios básicos da teoria-metodológica destas áreas da linguística, com base em autores como: Zgusta (1971), Rey (1977), Haensch (1982 e 1997); Werner (1982); Wiegand (1984); Biderman (1998 e 2001), Dapena (2002), Borba (2003), Welker (2004, 2006), Hollyday (2004), Barros (2004); Cruse (2000 e 2001), Polguère (2018), entre outros.

Cabe destacar que no terceiro Capítulo continuaremos a discussão acerca dos procedimentos metodológicos empregados na elaboração desse trabalho. Mais especificamente, debateremos acerca da Linguística de Corpus. A razão de discutirmos a Linguística de Corpus em um capítulo à parte decorre, primeiramente, do fato de a usarmos como uma ferramenta metodológica e não como abordagem teórica; e a segunda razão consiste na relação direta dela metodologicamente com os procedimentos de seleção, organização e análise dos dados necessários para a elaborar o dicionário Apurinã.

2.1 Léxico

A hipótese de Sapir-Whorf propõe que a conceitualização da realidade se revela claramente nas estruturas gramaticais e semânticas das línguas. Em outras palavras, todo sistema linguístico manifesta tanto em seu léxico como na sua gramática uma classificação e uma ordenação dos dados da realidade que são típicas dessa língua e da cultura com que se conjuga, ou ainda, cada língua traduz o mundo e a realidade social segundo o seu próprio modelo, refletindo uma cosmovisão que lhe é própria, expressa nas suas categorias gramaticais e léxicas.

O léxico, objeto de estudo deste trabalho, afigura-se como uma fonte em que vamos buscar meios para nomeação dos inventos surgidos em consequência do avanço tecnológico, do progresso material e sociocultural. Biderman (2001) define o léxico como uma parte da

língua que configura a realidade extralinguística e conserva o saber linguístico da humanidade. O léxico envolve o saber interiorizado, por parte dos falantes de uma comunidade linguística, acerca das propriedades lexicais das palavras e o seu “poder” de representação da cultura. O léxico possibilita, ainda, recriar formas que vão denominar objetos, animais, plantas e os elementos que compõem o quadro cultural de um povo. Estamos, frequentemente, criando novas palavras, ampliando ou restringindo os referentes de uma dada palavra para expressar novas ideias.

De acordo com Sapir (1961, p. 45), o vocabulário completo de uma língua pode ser visto como um complexo inventorial de todas as ideias, interesses e ocupações de uma comunidade. Segundo o autor, é o léxico da língua que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes. Portanto, o estudo do sistema lexical de uma língua nos permitiria fazer inferências sobre aspectos ambientais, físicos e culturais da sociedade considerada.

Segundo Biderman (2001, p. 13), o léxico de uma língua se constitui a partir do processo em que o homem reúne os objetos e seres, identificando e designando características das entidades discriminadas. Assim, o léxico está relacionado ao processo de nomeação e cognição da realidade que se converte em signos linguísticos, ou seja, em palavras. As palavras são definidas umas em relação às outras. Por isso, na própria estruturação do sistema lexical, elas estabelecem diversos tipos de relações entre si e com os demais níveis da linguagem. O léxico é um sistema complexo e que tem um modo de funcionamento bastante sofisticado (VILLALVA & SILVESTRE, 2014, p. 28). Portanto, saber uma língua implica, entre outras questões, saber quais são as palavras que dela fazem parte, assim como conhecer o seu significado e a maneira como ela se organiza dentro de um determinado sistema.

Biderman (1998, p. 132), ainda, ressalta que o léxico pode ser considerado como o tesouro vocabular de uma língua. Ele inclui a nomenclatura de todos os conceitos linguísticos e não linguísticos e de todos os referentes do mundo físico e do universo cultural, criado por todas as culturas humanas atuais e do passado. Por isso o léxico, de acordo com a autora, é o menos linguístico de todos os domínios da linguagem. Na verdade, é uma parte da língua que se situa entre o linguístico e o extralinguístico. Nesse sentido, Borba (2003, p. 21) afirma que, dos elementos da língua, “o léxico é o mais compósito por ser o mais vulnerável a pressões em vários sentidos, internas e externas à língua”.

Procurar conhecer o léxico de uma língua a partir do conhecimento dos seus falantes implica compreender o que se passa nessa dimensão. O léxico de cada falante, que também é chamado de léxico mental, depende da sua apropriação dos estímulos a que é exposto e, portanto, varia muito em função da sua experiência linguística individual (VILLALVA &

SILVESTRE, 2014, p. 23). Ao léxico mental, portanto, compete a tarefa de armazenamento das unidades linguísticas que vai das suas propriedades idiossincráticas aos princípios de relacionamentos que se estabelecem, quer entre as unidades léxicas quer entre os seus traços definidores.

Importante ressaltar também que, enquanto parte da gramática, o léxico pode ser visto como lugar onde reside toda a informação que não é derivável, todas as propriedades idiossincráticas das línguas. É nesse papel, segundo Villalva e Silvestre (2014, p. 28), que o léxico se distingue da sintaxe, da semântica, da morfologia e da fonologia, domínios que se encarregam da mecânica e da interpretação dos enunciados formados a partir da matéria-prima lexical.

No que corresponde às competências do léxico, elas ultrapassam a estrita função de denominação descrita acima. Tal afirmação é suscitada, por exemplo, pela observação dos processos não morfológicos de formação de palavras, como se verifica, por exemplo, no processo de conversão, nos processos de amálgama ou, ainda, na introdução de empréstimos (VILLALVA e SILVESTRE, 2014, p. 29).

Nesse sentido, Krieger (2000, p. 167) comenta que o léxico ocupa posição central no campo linguístico, pois “todo funcionamento da língua, em seus vários níveis, parece constar de sistemas que giram à volta da palavra” (LEPSCHY, 1984, p. 156). O léxico apresenta um alto teor de regularidades, pois é um componente fundamental na organização linguística, tanto no ponto de vista semântico e gramatical quanto no ponto de vista textual e estilístico (BASÍLIO 2004, p. 7). Esta versatilidade do léxico confirma não apenas a relevância, como as muitas possibilidades de estudos, mas justifica também as várias possibilidades de teorias e abordagens a ele relacionadas.

Três ramos principais do saber se ocupam do estudo do léxico: a *Lexicologia*, a *Lexicografia* e a *Terminologia*, formando assim o tripé da ciência do Léxico. Embora sejam ciências complementares entre si, essas áreas possuem objeto de estudo, metodologia e pressupostos teóricos distintos. A primeira dedica-se aos problemas que embasam o estudo científico do léxico no que corresponde à sua organização e à estruturação. A segunda ocupa-se dos métodos e técnicas que devem ser seguidos na produção de dicionários. A terceira tem como objetivo de estudo um subconjunto do léxico, a palavra especializada, os conceitos próprios de uma área específica do conhecimento humano (BIDERMAN, 2001, p. 15-21).

Nas seções que seguem, apresentaremos detalhadamente os conceitos e métodos da Lexicologia e da Lexicografia, as áreas da ciência do léxico que fundamentam esta tese.

Pontuaremos as semelhanças e diferenças entre elas, bem como suas correlações com outros campos da linguística que em alguma medida também se ocupam do léxico.

2.2 Lexicologia e Lexicografia: correlações e interfaces

Segundo Dapena (2002), ainda não há um consenso entre os linguistas sobre a distinção entre lexicologia e lexicografia. Morouzeau (1943 apud DAPENA, 2002, p. 16), por exemplo, as considera como distintas denominações da área encarregada do estudo do léxico. Seguindo essa mesma linha, Matoré (1953 apud DAPENA, 2002, p. 17) distingue lexicografia e lexicologia em apenas um ponto de vista. Para Matoré a lexicografia assumiria um ponto de vista analítico (estuda atomisticamente o vocábulo, isto é, palavra por palavra), e a lexicologia observaria o léxico de um ponto de vista sintético (se ocupando com os princípios gerais que regem o vocabulário de uma dada língua). De acordo com o autor, essas disciplinas teriam o mesmo objeto de estudo (o léxico), porém, analisado em níveis diferentes.

Josselson (1966, p. 73), por sua vez, atribui à lexicografia uma tarefa mais precisa. Segundo o autor, a lexicografia consiste na compilação de materiais léxicos. A lexicografia seria o processo que implica a organização desses materiais com o propósito de elaborar um dicionário.

Greimas e Courtes (apud DAPENA, 2002, p. 18) afirmam que a lexicografia deve ser compreendida como um aspecto da linguística aplicada. Seguindo essa mesma linha de pensamento, Casares (1969) vê na lexicografia a aplicação prática dos conhecimentos proporcionados pela lexicologia que, de acordo com ele, seria uma disciplina de ordem teórica. Em consonância com esse pensamento, Haensch (1997, p. 29) afirma que a lexicologia é o estudo científico do léxico que combina elementos da etimologia, gramática histórica, semântica, formação de palavras, enquanto a lexicografia consiste, por um lado, na elaboração de dicionários e, por outro, em um estudo da metodologia neles empregada.

Para Werner (1982), tanto a lexicografia quanto a lexicologia seriam descrições do léxico de um sistema linguístico ou coletivo com a diferença de que a primeira se ocuparia das unidades léxicas individuais e concretas, enquanto a segunda estudaria as regularidades formais referentes ao significante e significado. Os linguistas modernos, por sua vez, consideram a lexicografia e a lexicologia como áreas distintas com objetos de estudo díspares (DAPENA, 2002, p. 18).

A Lexicologia dedica-se ao estudo das propriedades das unidades lexicais da língua, denominadas *lexias* (POLGUÉRE, 2018, p. 49). *Lexias* são as unidades funcionais significativas de comportamento lexical que se manifestam através de vocábulos, expressões

idiomáticas, locuções, etc. As lexias podem ser simples (formadas por uma única forma livre, como, por exemplo: porto, vento, mesa); e complexas (constituídas de unidades que combinam mais de uma forma livre, por exemplo, guarda-roupa e mal-me-quer ou uma forma livre e uma ou mais de uma forma presa a exemplo, desconsolo e infeliz).

A lexicologia se preocupa, portanto, com os princípios gerais que regem o vocabulário (= conjunto das lexias) de uma dada língua, buscando observar todos os seus aspectos, a saber: seu desenvolvimento histórico; sua estratificação social; como as palavras se conectam com os seus significados; como as palavras podem se combinar; bem como a relação entre vocabulário e outros níveis de linguagem, como a fonologia, a morfologia, a sintaxe, a semântica e a pragmática. A lexicologia tem fornecido as bases teóricas e metodológicas para estudos específicos sobre o léxico, tais como: arcaísmos, neologismos e topônimos. Esses estudos, de acordo com Krieger (2010, p. 161), contribuem para o conhecimento da variação linguística de uma dada língua. À variação associam-se importantes aspectos da cultura de um povo, bem como da história da língua e, conseqüentemente, de visão de mundo e de valores de uma sociedade.

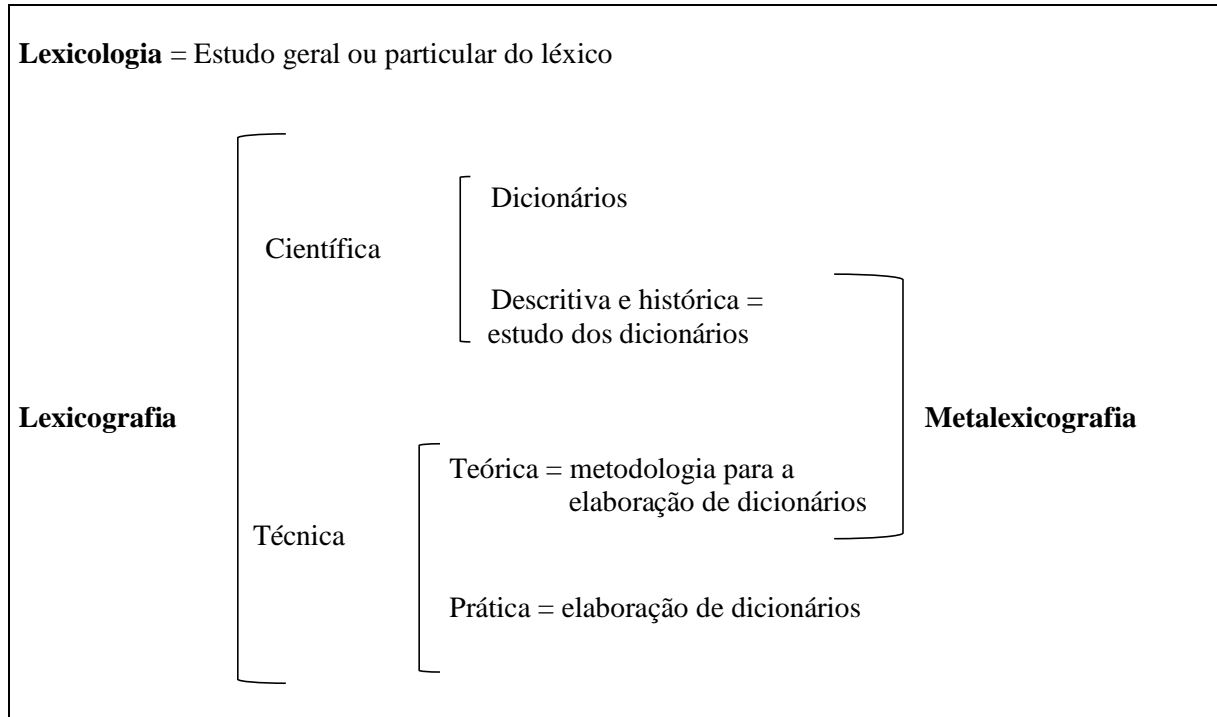
A lexicografia, diferentemente da lexicologia, não se ocuparia apenas das unidades lexicais, mas também dos métodos e técnicas de elaboração de dicionários. Para Dapena (2002, p. 18), a lexicografia, ao contrário da lexicologia, não seria uma ciência, mas uma técnica ou arte, em um sentido amplo da palavra. Borba (2003, p. 15) afirma que a lexicografia pode ser observada a partir de dois aspectos: (i) como técnica de elaboração de dicionários, ocupa-se de critérios para a seleção de nomenclatura ou conjunto de entradas, de sistemas definitórios, de estruturas dos verbetes, de critérios de remissões, para registro de variantes, e etc.; (ii) como teoria, busca estabelecer um conjunto de princípios que permitem descrever o léxico de uma língua, desenvolvendo uma metalinguagem para manipular e apresentar informações pertinentes. A lexicografia é, desse modo, um saber teórico-prático com o objetivo de elaboração de dicionário. Um dicionário, por sua vez, busca oferecer uma descrição e uma definição de cada lexia segundo um padrão relativamente rígido (POLGUÉRE, 2018, p. 240). A lexicografia, portanto, se ocupa de tudo que diz respeito aos dicionários, tanto no que se refere ao conteúdo científico quanto à elaboração do material, das técnicas e critérios adotados em sua realização.

Importante ressaltar também que a lexicografia teórica vem cada vez mais sendo chamada de metalexicografia (SEABRA & WELKER, 2011, p. 31). Esta disciplina (científica)

estuda tudo o que diz respeito a dicionários. Wiegand (1984, apud WELKER, 2011, p. 31)³⁷ a dividiu em quatro subáreas: (i) história da lexicografia; (ii) teoria geral da lexicografia; (iii) pesquisa sobre o uso do dicionário; e (iv) crítica de dicionário.

A partir do que foi discutido acima podemos resumir a distinção entre lexicografia e lexicologia no quadro abaixo:

Quadro 05: Distinção entre lexicografia e lexicologia



Fonte: Adaptado de Dapena (2002, p. 23).

É importante ressaltar também a interface da lexicologia e da lexicografia com outras áreas da linguística, são elas: *a terminologia*, *a semântica* e *a gramática*, áreas que em alguma medida também se preocupam com o estudo do léxico³⁸.

A terminologia situa-se como campo de saber com identidade própria, definindo o termo³⁹ como objeto privilegiado de reflexão e de tratamento (KRIEGER & FINATTO, 2004,

³⁷ Wiengand (1984 apud SEABRA & WELKER, 2011), após discutir exaustivamente acerca do *status* da lexicografia, chegou à conclusão de que nos anos de 1990 a metalexicografia ainda não era uma disciplina científica autônoma, podendo ser chamada de “campo científico de pesquisas”. Entretanto, Grouws (2005 apud WELKER, 2011, p. 31) compreende que, já no início do século XXI, ela deve ser considerada uma disciplina científica autônoma.

³⁸ Biderman (2001, p. 16-17) afirma, ainda, que a lexicologia faz fronteira, com a Dialectologia e a Etnolinguística, uma vez que essas áreas fizeram estudos sobre *palavras* e *coisas*, isto é, sobre a relação entre a língua e a cultura.

³⁹ As unidades lexicais só se tornam termos quando são definidas e empregadas em textos de especialidade. Nesse sentido, o termo é uma palavra ativada singularmente por suas condições pragmáticas de adequação a um tipo de comunicação (CABRÉ, 1999a, p. 123).

p. 75). A terminologia pode ser definida como uma prática de elaboração de vocabulários técnicos, científicos e especializados. O objeto de estudo desta área é, portanto, o conjunto de termos de um domínio e dos conceitos (ou noções) por eles designados (BARROS, 2004, p. 34). Para os especialistas desta área, a terminologia é o reflexo formal da organização conceitual de uma especialidade, e um meio inevitável de expressão e comunicação.

De acordo com Krieger e Finatto (2004, p. 17), o léxico temático configura-se como um componente linguístico, não apenas inerente, mas também a serviço de comunicações especializadas, posto que os termos transmitem conteúdos próprios de cada área. Por isso, os termos realizam duas funções essenciais, são elas: a de representação e a de transmissão do conhecimento especializado. Ao circunscreverem conteúdos específicos, as terminologias auxiliam também a suprimir ambiguidades e polissemias, frequentes no uso do léxico geral da língua, contribuindo para a precisão conceitual. As terminologias, portanto, revelam-se componentes basilares dos sistemas linguísticos, bem como das interações comunicativas no universo das ciências, das tecnologias e das atividades laborais especializadas.

No contexto das línguas indígenas brasileiras, a terminologia fornece dados importantes para a elaboração de instrumentos (glossários, dicionários especializados, entre outros) potentes a intervenções oficiais ou extra-oficiais com fins de resgate de línguas quase extintas, de proteção a códigos ameaçados de desuso total como, por exemplo, os termos que compõem os domínios de instrumentos de guerra, pajelança, caça e pesca, plantas medicinais os quais vêm sendo substituídos por termos da língua majoritária.

Ao tomar o termo como objeto de estudo, a terminologia ocupa-se do componente lexical especializado ou temático dos sistemas linguísticos. O interesse por esse componente da linguagem estabelece uma significativa fronteira com a lexicologia e a lexicografia. Embora aproximem-se, pela especificidade de seus objetos, a diferença entre essas áreas, cabe ressaltar, não é outra senão a propriedade que possuem as unidades lexicais. A lexicologia, como já mencionamos anteriormente, trata do componente lexical geral, enquanto a terminologia ocupa-se dos termos especializados de um dado sistema lexical. Por exemplo, para a lexicologia na análise lexical são levadas em consideração todas as possibilidades de realização e de significação da unidade léxica em uma dada língua. Já para a terminologia, leva-se em consideração apenas o sentido que a unidade possui em um domínio específico no qual está sendo analisado (BARROS, 2004, p. 61).

Um dos pontos de correlação entre lexicografia e a terminologia é a sua dupla articulação. Os dois ramos da linguística apresentam um caráter prático: buscam organizar com vista a seu registro em obras que funcionam como instrumentos de referência nas sociedades,

por exemplo, elaboração de glossários, dicionários especializados, etc.; e um teórico: que está relacionado com a definição de unidades lexicais, tipologia das definições e, na maioria dos casos, uma opção a favor desta ou daquela teoria semântica (KIEGER & FINATTO, 2004, p. 49).

A semântica estaria relacionada à lexicologia e à lexicografia porque tais ramos da linguística se ocupam do significado das palavras. Dapena (2000, p. 29) afirma que tal aspecto é muito importante dentro da obra lexicográfica, pois os dicionários tratam fundamentalmente dos significados das unidades lexicais (veremos detalhadamente essa relação na seção 2.4). No que corresponde à relação entre gramática e lexicologia, observa-se que ambas as áreas estão intimamente conectadas, uma vez que a lexicologia se ocupa da estruturação dos sintagmas, bem como da análise da constituição da composição e da derivação das palavras e da categorização léxico-gramatical (KIEGER; FINATTO, 2004, p. 45). A lexicografia, de acordo com Dapena (2002, p. 29), está ligada à gramática, porque ambas se ocupariam do comportamento gramatical das palavras.

Como observamos nos parágrafos acima, a lexicologia, a lexicografia, a terminologia, a semântica, e a gramática mantêm relações de alimentação e realimentação científicas, primando, entretanto, pela autonomia teórica-metodológica e assumindo estatutos epistemológicos próprios.

A seguir, apresentaremos de forma breve os tipos e as classificações para obras lexicográficas.

2.3 Tipologia e classificações de dicionários

Segundo Dapena (2012, p. 42), o dicionário é uma obra de consulta que consiste em uma descrição do léxico de uma determinada língua. Para Borba (2003, p. 16), um dicionário deve apresentar, topicamente, a estrutura e o funcionamento de uma língua, se possível em um sistema bem nítido de notação. Além disso, para o autor, o dicionário nunca deve ser tomado apenas como um simples repositório ou acervo de palavras, deve ser compreendido como um “guia de uso e, como tal, torna-se um instrumento pedagógico de primeira linha”. Silva (2007, p. 284), por sua vez, afirma que o dicionário é uma obra que representa a língua e a cultura de uma coletividade, em certo período, elaborado com objetivos determinados. O autor ressalta também que o dicionário é um tipo de obra que deve acompanhar a sociedade, mudando com o tempo, com as correntes ideológicas e com os avanços tecnológicos.

Há uma variedade de tipos de dicionários e, devido ao enfoque dado, os dicionários podem ser classificados a partir de diferentes critérios. Segundo Silva (2007, p. 283), a

classificação das obras lexicográficas é uma tarefa muito complexa, pois surgem inúmeros problemas, sobretudo quando se relaciona o posicionamento teórico com a prática do lexicógrafo. Por essa razão, de acordo com o autor, cada estudioso tende a apresentar uma classificação diferente para as obras lexicográficas, não havendo um consenso. Por conta disso, apresentaremos, na sequência, um breve resumo sobre as diferentes possibilidades de classificação das obras lexicográficas, que, em geral, seguem critérios dicotômicos de classificação.

Scerba (1940 apud WELKER, 2004, p. 35) estabeleceu uma série de seis contrastes entre os diferentes tipos de dicionário, são eles: (i) normativo *vs.* descritivo; (ii) enciclopédia *vs.* dicionário (o dicionário também deve listar nomes próprios, mas as informações são diferentes daquelas encontradas nas enciclopédias); (iii) dicionário comum *vs.* “concordância” geral (nesta última, todas as palavras são listadas junto com todas as citações/abonações que podem ser encontradas em textos, por exemplo, no caso de uma língua morta); (iv) dicionário comum *vs.* dicionário ideológico (que agrupa ideias ou assuntos); (v) dicionário com definições (monolíngue) *vs.* dicionário com traduções (bilíngue ou multilíngue); (vi) dicionário histórico *vs.* dicionário não histórico.

Malkiel (1962) e Landau (1989) usam três critérios de classificação:

- (i) Abrangência/Variedade⁴⁰ – tal classificação leva em consideração: a) o tamanho e o escopo da obra (Quanto do léxico total está listado? Quantas acepções são indicadas? Há conotações e expressões idiomáticas); b) número de línguas envolvidas na organização do dicionário (monolíngue, bilíngue, trlíngue ou multilíngue (ou plurilíngues)); c) concentração em dados lexicais (o dicionário inclui nomes próprios, dados enciclopédicos, comentários além de simples definições?)
- (ii) Apresentação – este critério se ocupa de classificar os dicionários a partir de suas: a) definições (os dicionários monolíngues tendem a ter uma definição mais ampla do que o bilíngue); b) a forma que o verbo vem empregado no dicionário; c) se são incluídas no verbete do dicionário a pronúncia, divisão silábica e ilustrações.

⁴⁰ Esta classificação é denominada por Malkiel (1962, p. 3-24) por ‘Abrangência’ e por Landau (1989) por ‘Variedade’.

- (iii) Perspectiva – este critério se refere a como o lexicógrafo estabelece o seu trabalho, se ele é: a) diacrônico ou sincrônico; b) normativo ou descritivo; c) como ele organiza sua obra (em ordem alfabética (direta vs. inversa), por campos semânticos ou por sons).

Haensch (1982) apresenta uma tipologia que segue “critérios práticos”, subdividindo as obras lexicográficas da seguinte maneira:

- (i) formato e número de entradas – em que se devem verificar as dimensões, os números de volumes de páginas e de entradas em cada volume;
- (ii) caráter linguístico ou enciclopédico – evidencia a distinção entre lexicografia linguística (que trata os signos) e enciclopédica (que trata as coisas);
- (iii) sistema linguístico em que se baseia a obra - a) individual do autor ou de um conjunto de autores; b) obras em que a descrição semântica depende da informação obtida por meio de um corpus);
- (iv) número de línguas – há dicionários monolíngues (com uma única língua envolvida) e dicionários plurilíngues, que se dividem em bilíngues (duas línguas) e multilíngues (mais de duas línguas);
- (v) seleção do léxico - para este critério podemos apontar quatro subitens: a) estabelece se o vocabulário é geral ou parcial (este último se refere a conjuntos de unidades lexicais, por exemplo, regionalismos, gírias, jargões, etc.); b) seleção do léxico exaustivo ou seletivo; c) cronológico (é responsável pela classificação dos dicionários diacrônicos e sincrônicos); d) prescritivo (dicionários acadêmicos e didático-escolares) ou descritivo (apenas oferecem uma seleção representativa do léxico em uso);
- (vi) ordenamento do material linguístico - que estabelece a macroestrutura de uma obra;
- (vii) finalidades específicas – dicionários de abreviatura, onomásticos paradigmáticos (de sinônimos, antônimos, parônimos), ortográficos, sintagmáticos (construção e regime, de colocações, de fraseologismos, de provérbios, de citações, etc.);
- (viii) meios de divulgação – convencionais ou tradicionais (impressos em papéis) vs. eletrônicos (armazenados em memórias de computadores, CD-ROM e mais recentemente na web);

Após estabelecer estes oito critérios de classificação, o autor apresenta oposição entre diferentes tipos de dicionários, a saber: (i) sincrônico *vs.* diacrônico; (ii) histórico *vs.* contemporâneo; (iii) filológico (com muitas abonações) *vs.* linguístico (limitando-se às informações linguísticas, acrescentando apenas uma ou duas abonações, ou nenhuma); (iv) da língua padrão *vs.* de um dialeto ou falar regional; (v) geral *vs.* diferenciado (no geral, apresenta-se o léxico total de um determinado período ou região; no diferenciado, somente os lexemas que diferem do léxico geral e atual); (vi) da língua comum *vs.* de uma língua de especialidade; (vii) de uma comunidade linguística *vs.* de um indivíduo (por exemplo, o vocabulário de Shakespeare; ao contrário do glossário, não se listam, nesse dicionário, apenas palavras difíceis); (viii) geral *vs.* especializado.

Bejóint (2000) afirma que é impossível classificar dicionários de uma maneira que seja ao mesmo tempo ordenada e aplicável a todas as sociedades. Desse modo, o autor faz apenas as seguintes distinções: dicionário geral *vs.* especializado; monolíngue *vs.* bilíngue; enciclopédico *vs.* ‘de língua’; para adultos *vs.* para crianças.

Para Dapena (2002, p. 42), a classificação de um dicionário está vinculada a quatro critérios: (i) ao número e extensão de suas entradas; (ii) ao modo de apresentá-las; (iii) à ordenação aplicada às entradas do dicionário; e (iv) à sua finalidade. Partindo dessa classificação o autor, de maneira bastante restrita, distingue apenas dois tipos de dicionários: os *linguísticos*, que são: os sincrônicos e diacrônicos; e os *não linguísticos*, as enciclopédias e os dicionários terminológicos⁴¹. Segundo Dapena (2002, p. 43), o primeiro tipo, que corresponde aos dicionários propriamente ditos, se preocupa com o léxico de uma ou várias línguas. O segundo tipo se interessa mais pelo estudo das realidades representadas pelo léxico.

Welker (2004), por sua vez, propõe que a primeira diferenciação deveria ser aquela entre obras de consulta convencionais (impressas) e as eletrônicas. A divisão é importante porque já existem muitos dicionários eletrônicos e, no futuro, segundo o autor, todos poderão ter esse formato. A segunda grande distinção, no caso dos dicionários, deve ser feita entre monolíngues e bilíngues/multilíngues (sendo que os multilíngues são bem mais raros), pois, em princípio, quase todos os dicionários poderiam existir na forma de monolíngue ou de bilíngue (por exemplo, os de neologismos, arcaísmos, regionalismos, estrangeirismos). O fato de a maioria ser monolíngue deve-se a razões econômicas ou à falta de procura por bilíngues especializados. Finalmente, temos a distinção entre dicionários “gerais” e “especiais”. O autor

⁴¹ Dapena (2002, p. 48) considera os dicionários terminológicos como uma obra que está em um lugar intermediário entre os dicionários linguísticos e os não linguísticos.

propõe que apenas um tipo seja considerado “geral”, e que todos os outros sejam classificados como especiais. O dicionário geral, nessa concepção, se caracteriza por ser alfabético, sincrônico, da língua contemporânea, listando sobretudo os lexemas da língua comum. São considerados dicionários especiais os históricos, os diacrônicos, os onomasiológicos, etc. Nos “gerais”, devemos distinguir entre os “seletivos”, isto é, aqueles que registram os lexemas realmente em uso e aqueles muito extensos, às vezes chamados de *tesouros*⁴², que incluem numerosos lexemas e termos não empregados na língua comum, como *Aurélio*, *Michaelis* e *Houaiss*, que, além de *tesouros*, podemos denominar *gerais extensos*. Embora a definição de “geral” se aplique aos dicionários para aprendizes, estes se destacam por dirigirem-se a um determinado público e por apresentarem certas características que os diferenciam dos “comuns”.

O dicionário elaborado nesta tese se caracteriza como um dicionário geral bilíngue por buscar descrever um número volumoso de itens lexicais da língua Apurinã; e por estar direcionado, principalmente, aos indivíduos Apurinã falantes da língua e aos indivíduos que não aprenderam a língua nativa de seu povo.

A seguir, trataremos das especificidades e dos parâmetros que devem orientar na concepção de um dicionário bilíngue, pois tais questões são fundamentais para o propósito deste trabalho.

2.3.1 Dicionários bilíngues

Diferentemente dos dicionários monolíngues, que tratam apenas de um sistema linguístico, os dicionários bilíngues são obras que relacionam as unidades lexicais de dois sistemas linguísticos diferentes.

Zgusta (1971) classificou três tipos de dicionários bilíngues; eles serviriam a “compreender [textos]”, “descrever [a língua]” e “produzir [textos]”. Al-Kasimi (1977 apud WELKER, 2004) diferenciou apenas entre dicionários para a “compreensão” e para a “produção”. Já Hausmann (1988, p. 138) subdividiu os dicionários em: passivos (servem na compreensão e na tradução para a língua materna) e os ativos (na produção livre e na versão, isto é, na tradução para a língua estrangeira).

⁴² Segundo Martínez de Sousa (1995 apud WELKER, 2004, p. 50), o termo *tesouros*, na sua forma latina *thesaurus*, aparece na época renascentista para denominar dicionários monolíngues. Mais tarde, a palavra se aplica a uma obra lexicográfica muito extensa que se baseia em numerosas citações de autores.

Farias (2010) afirma que os parâmetros que devem nortear a concepção de um dicionário deste tipo são, por um lado, a direção ($L_A \rightarrow L_B / L_B \rightarrow L_A$), a função (passiva ou ativa) e o usuário (falante nativo da L_A ou da L_B) e, por outro lado, a anisomorfia entre as línguas envolvidas – ou seja, ao grau de assimetria entre os sistemas linguísticos das línguas.

Em um dicionário bilíngue, denomina-se língua de partida ou língua-fonte a língua de nomenclatura, e a língua de chegada (ou língua-alvo) corresponde à língua dos equivalentes de tradução. A direção do dicionário, segundo Farias (2010), está relacionada com o fato de a língua materna do usuário ser a língua de partida ou a língua de chegada. Welker (2004, p. 200) afirma que os dicionários bilíngues podem conter duas direções, por exemplo, português-francês e francês-português, ou apenas uma delas. Para o primeiro caso, emprega-se o termo *bidirecional* (dirige-se aos falantes das duas línguas), já para o segundo emprega-se o termo *monodirecional* (tal modelo de dicionário dirige-se aos falantes de apenas uma das duas línguas). Hausmann e Werner (1991) adotam os termos *bi-escopal* para dicionários que apresentam as duas direções e *mono-escopal* para dicionários que apresentam apenas uma direção. Existe, ainda, a caracterização do dicionário quanto à sua função: um dicionário que preenche apenas uma função (pretendendo auxiliar, por exemplo, na tradução para a língua materna) é classificado como *monofuncional*; já aquele que busca desempenhar várias funções – como as quatro diferenciadas por Hausmann (1988) – é *polifuncional*.

Para o dicionário Apurinã optamos por adotar a classificação proposta por Welker (2004), no que corresponde à direcionalidade do dicionário. Desse modo, teremos um dicionário Apurinã geral bilíngue bidirecional com as direções Apurinã-Português/Português-Apurinã, atendendo assim os Apurinã falantes e não falantes da língua nativa de seu povo. No que diz respeito à função do dicionário, a obra lexicográfica elaborada aqui segue a proposta de Hausmann (1988), caracterizando-se como um dicionário polifuncional, pois tal material busca cumprir diferentes funções, como, por exemplo, documentar os aspectos linguísticos e culturais do povo Apurinã e servir como referência para pesquisas didático-pedagógicas no contexto das escolas indígenas Apurinã.

A função de um dicionário bilíngue está também relacionada ao tipo de tarefa que o usuário pretende realizar com o auxílio do dicionário. O dicionário pode ser passivo (para a decodificação da língua estrangeira) ou ativo (para a codificação em língua estrangeira). Segundo Farias (2010)⁴³, o cruzamento das variáveis mencionadas permite determinar a

⁴³ Carvalho (2001) em seu trabalho enfatiza que, dois princípios básicos devem ser levados em conta na elaboração de dicionários bilíngues, são eles: (i) a posição da língua materna e (ii) as diferentes situações de uso. No primeiro,

existência de, no mínimo, quatro diferentes dicionários para cada par de línguas. Assim, para um par de línguas, como, por exemplo, o português e o alemão, deveria haver, pelo menos em teoria, as seguintes obras:

1) Para falantes de língua portuguesa:

Dicionário A: Alemão-português para decodificação (passivo)

Dicionário B: Português-alemão para codificação (ativo)

2) Para falantes de língua alemã:

Dicionário B': Português-alemão para decodificação (passivo)

Dicionário A': Alemão-português para codificação (ativo)

Engelberg e Lemnitzer (2004 apud FARIAS, 2010, p. 77) apresentam uma série de diferenças entre dicionários passivos e ativos:

- (i) em dicionários ativos, segundo os autores, as equivalências apresentadas em verbetes correspondentes a unidades léxicas polissêmicas devem estar acompanhadas por distinguidores semânticos;
- (ii) em dicionários ativos, as informações sobre sintaxe, flexão e pronúncia devem ser apresentadas junto às equivalências, ao passo que, em dicionários passivos, as referidas informações devem ser relativas ao signo lema;
- (iii) em dicionários ativos, regionalismos, arcaísmos e palavras pouco frequentes não precisam estar lematizadas, dado que o usuário, provavelmente, conhecerá unidades léxicas não marcadas, que lhe servirão como ponto de partida para a versão. Por outro lado, em dicionários passivos, tais unidades marcadas diatópica e diacronicamente, bem como em relação à frequência de uso, precisam ser registradas, pois o usuário pode suprimi-las em textos na língua estrangeira;

a língua materna pode ser a língua-fonte ou a língua-alvo, o que segundo a autora leva à possibilidade de termos quatro obras lexicográficas ao invés de duas (ilustrados acima). A posição da língua materna está diretamente ligada ao segundo princípio, uma vez que em um dicionário com a direção língua materna → língua estrangeira a situação de uso será a produção de textos estrangeiros ou a versão de um texto para a língua estrangeira, já a direção língua estrangeira → língua materna a situação de uso será a compreensão de um texto para a língua materna. Na primeira direção, teremos um dicionário de versão (ou ativo) e, na segunda, um dicionário de tradução (ou passivo).

- (iv) em dicionários ativos, não é necessário registrar flexões verbais irregulares; ao contrário, em dicionários passivos, estas formas irregulares deveriam ser lematizadas;
- (v) em dicionários ativos, o registro de internacionalismos é mais importante do que em dicionários passivos;
- (vi) em dicionários ativos, devem ser registradas colocações e também expressões idiomáticas;

De acordo com os autores, um dicionário passivo deve ser macroestruturalmente⁴⁴ denso, procurando suprir as deficiências do usuário em nível lexical, ao passo que pode ser microestruturalmente⁴⁵ enxuto, já que o usuário não precisa de informações exaustivas sobre sua língua materna. Por outro lado, um dicionário ativo pode ser macroestruturalmente enxuto, devendo, no entanto, ser microestruturalmente denso, a fim de oferecer o maior número possível de informações sobre os equivalentes, ajudando o consulente a produzir textos na língua estrangeira.

Segundo Farias (2010, p. 79), a concepção de um dicionário bilíngue em que todas as informações oferecidas sejam rigorosamente funcionais pressupõe a delimitação do público que se quer atingir, isto é, do usuário do dicionário. Um dicionário que relacione as línguas portuguesa e alemã, por exemplo, não pode ser o mesmo para falantes nativos do português e do alemão. Considerando que o usuário do dicionário selecionado seja o falante nativo de português (com especial ênfase no público brasileiro), dessa forma, teríamos a direção português-alemão do dicionário que deveria servir à função ativa, ao passo que a direção alemão-português deveria servir à função passiva. A autora, ainda, chama atenção para o caráter bifuncional deste tipo de dicionários bilíngues. Segundo Farias (2010), a produção de obras bilíngues bifuncionais é, muitas vezes, resultado da parceria entre editoras de dois ou mais países, que têm interesse em que o seu “produto final” possa ser divulgado entre os falantes nativos de ambas as línguas. De acordo com a autora, um dicionário bifuncional é um projeto muito difícil de ser executado, posto que uma obra desse tipo deveria conter um número realmente elevado de informações tanto em nível macro quanto microestrutural em ambas as

⁴⁴ A macroestrutura corresponde à organização de um dicionário em termos de quais entradas serão dispostas e quais critérios de ordenação serão seguidos. Esse conceito será explorado detalhadamente na seção 2.4.2.1.

⁴⁵ A microestrutura do dicionário diz respeito às informações que compõem a estrutura interna do verbete; isto é, as informações que identificam e caracterizam a entrada lexical. Trataremos desse conceito na seção 2.4.2.2.

direções, a fim de converter-se em um auxílio efetivo para os falantes nativos das duas línguas nas funções passiva e ativa concomitantemente⁴⁶.

O anisomorfismo linguístico, por sua vez, parte do fato de que as línguas não são correlatos objetivos da realidade, mas sim que cada estrutura compartilha a realidade de maneira diferente. O anisomorfismo linguístico se manifesta em todos os níveis e em todos os elementos de duas línguas, mas é especialmente importante quando a distância entre as línguas é maior, quando o grau de assimetria entre elas aumenta. Farias (2010, p. 80) ressalta que é no nível do léxico que o anisomorfismo torna-se mais evidente. É relativamente comum, por exemplo, que não haja uma correspondência plena entre designações de duas línguas. Tomemos, como ilustração, o conceito “encontrar”. Enquanto na língua Apurinã este conceito possui duas designações diferentes para expressar tal evento:

a) *apuka* – forma empregada quando se encontra algo ou alguém sem intenção, como ilustra o exemplo abaixo⁴⁷:

(1)

a. *Apuka-kury iuwata awa*
 Encontrar-REL faca haver
 ‘Tem uma faca que foi encontrada’

b) *taũkyta* – forma usada quando se encontra algo ou alguém que se estava procurando, por exemplo⁴⁸:

(2)

a. *Hãty ũty a-taũkyta-kaka ywa ikane.*
 um dia 1PL-encontrar-REC 3SG novamente
 ‘Tá certo. Outro dia a gente se encontra de novo’.

A língua portuguesa apresenta apenas uma designação para expressar o conteúdo semântico em questão.

⁴⁶ É importante desde já deixar claro que nosso objetivo é organizar um dicionário deste tipo para a língua Apurinã. Para isto, contamos com auxílio de vários membros do grupo de estudo Apurinã, bem como inúmeros colaboradores Apurinã de diferentes comunidades, gênero e idade.

⁴⁷ Exemplo retirado de Freitas (2017, p. 232).

⁴⁸ Exemplo retirado do texto da lição 10 do material de conversação “*Amu Asãkirewata Pupỹkary Sãkire*”.

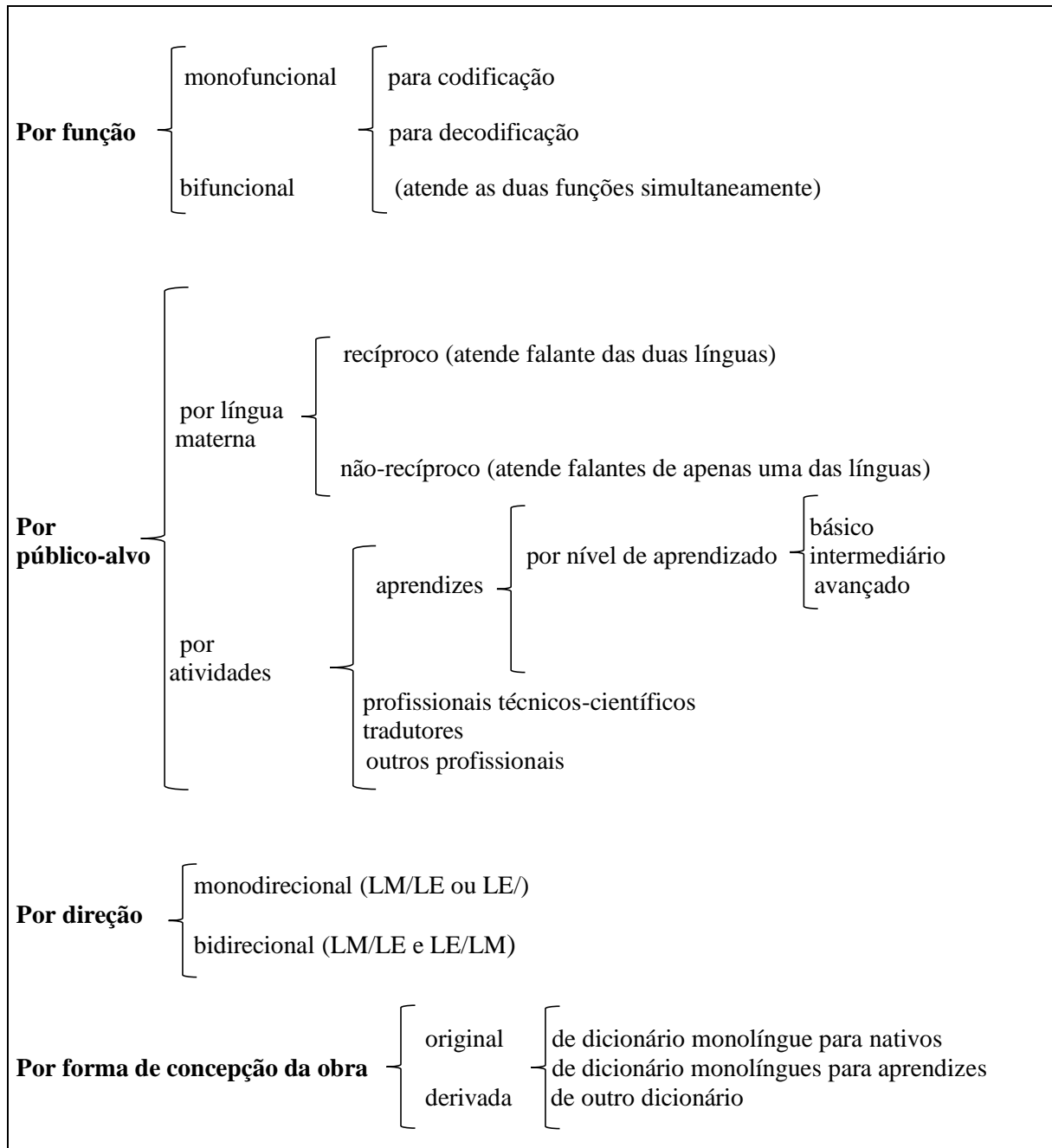
Segundo Xatara (2001, p. 183), ao considerar mais de uma língua é indiscutível que os sistemas linguísticos, a cultura e visão de mundo na nomeação da realidade diverjam, pois cada língua faz descrições, recortes e denominações distintas, sobretudo quando uma palavra de uma língua for mais motivada que sua pretensa correspondente na outra língua, havendo designações particulares a cada entidade, como vimos no exemplo acima. Segundo Farias (2010, p. 81), o anisomorfismo e suas implicações diretas na elaboração de um dicionário bilíngue devem ser seriamente considerados, já que a apresentação de informações efetivamente discretas e discriminantes para os usuários dependem, em boa medida, da atenção dada a essas questões.

Duran e Xatara (2011, p. 312), por sua vez, elaboram três critérios de classificação de dicionários que resumiriam as questões discutidas acima, são eles:

- (i) *Funcionalidade*: existem duas funções básicas do dicionário bilíngue - apoio à codificação e apoio à decodificação. A função de codificar está associada à direção língua materna → língua estrangeira e a função de decodificar está associada à direção língua estrangeira → língua materna.
- (ii) *Reciprocidade*: esse critério diz respeito ao público-alvo do dicionário bilíngue. O dicionário bilíngue recíproco é aquele que tem dois públicos-alvo: tanto os falantes da língua-fonte quanto os falantes da língua-alvo. Nele, cada uma das direções do dicionário pretende atender duas funções: enquanto um público utiliza as informações para decodificar, o outro as utiliza para codificar. O dicionário não-recíproco, ao contrário, é aquele que se destina a falantes de apenas uma das línguas nele contempladas.
- (iii) *Direcionalidade*: esse critério admite duas ocorrências. Sendo, por exemplo, A e B as línguas envolvidas, o dicionário bilíngue monodirecional é aquele que apresenta apenas uma das direções possíveis, ou AB ou BA, enquanto o bidirecional apresenta ambas as direções, AB e BA.

Duran e Xatara (2011, p. 318), ainda, propõem uma tipologia de dicionários bilíngues baseada nos critérios descritos acima. Observe o Quadro 06 abaixo:

Quadro 06: tipologia de dicionários bilíngues



Fonte: Duran e Xatara (2011, p. 319).

Os autores, ressaltam, ainda, que nessa proposta não foram contemplados critérios mais genéricos, por serem aplicados a qualquer tipo de dicionário e não promovem, portanto, a distinção dos dicionários bilíngues.

Na sequência, discutiremos acerca da tipologia e metodologia empregadas na prática lexicográfica.

2.4 Metodologia teórica da lexicografia

A organização de um dicionário, no que corresponde à sua estrutura, depende do seu conteúdo e do propósito da obra. Como já mencionamos anteriormente, a ordenação pode ser alfabética, inversa, por campos semânticos ou por conceitos. Os procedimentos podem ser semasiológicos ou onomasiológicos. O tratamento dado aos fenômenos linguísticos que estruturam o significado dos itens lexicais (sinonímia, antonímia, homonímia, polissemia, entre outros) exercem influência na organização dos dados e no número de entradas do dicionário. A macro e microestrutura podem ser extensas ou limitadas. A seguir, apresentaremos cada um desses aspectos que norteiam a organização de uma obra lexicográfica. Iniciaremos a discussão fazendo uma breve reflexão acerca das diferentes visões do significado dentro da semântica, para então tratarmos dos fenômenos linguísticos que estruturam o significado das palavras e, por fim, discutiremos acerca da macro e microestrutura do dicionário.

2.4.1 Relações de significado⁴⁹

Procuramos significado para tudo o que vemos, sentimos, enfim, para tudo que experienciamos em nossa vivência diária. O significado das palavras nas línguas naturais é objeto de estudo da semântica. De acordo com Frawley (1992, p. 17), dentro da semântica, o significado assume diferentes perspectivas. Nos próximos parágrafos passaremos a saber um pouco sobre a natureza e a definição do significado a partir de cinco visões apontadas pelo autor.

A primeira visão concebe que o significado se refere a fatos e objetos no mundo, mas em um mundo mentalmente projetado. O mais famoso trabalho envolvendo a questão da referência na semântica filosófica é de Gottlob Frege (1952 apud FRAWLEY, 1992, p. 18), que propõe a distinção entre referência e sentido. Nesta visão, a referência é o processo pelo qual o significante se relaciona ao significado; o objeto referido é a extensão e toda outra informação é a intenção; denotação, por sua vez, é a informação do mundo projetado que fixa a referência. A intenção fixa à extensão e o significado de uma expressão é a função do significado de suas partes, o que se denomina composicionalidade. Então, a variação de significado, apesar da constante referência, é possível, porque o significado é a seleção de propriedades ou partes de um mundo projetado. Frawley (1992), ainda, questiona acerca do significado sem referência

⁴⁹A discussão sobre significado e alguns fenômenos semântico foram inicialmente discutidos em Lima-Padovani (2016, p. 53-64).

determinada. Nesse sentido, Russell (1905 apud FRAWLEY, 1992, p. 22) afirma que seria possível, pois, podemos ter uma asserção quando uma sentença contém um significado que nos leva à verificação de se a referência é falsa ou verdadeira; o que seria para Strawson (1950, apud FRAWLEY, 1992, p. 22) uma proposição, pois se pressupõe a existência da referência em algum lugar do discurso.

Na segunda visão, o significado é compreendido como forma lógica. Considera-se uma conexão entre significado e lógica, pois a lógica é referente às condições sob as quais os enunciados podem ser verdadeiramente inferidos de outros enunciados. Nessa visão, as línguas naturais são utilizadas para estabelecermos uma referencialidade, para falarmos sobre objetos, indivíduos, fatos, propriedades, etc., descritos como externos à própria língua. A referencialidade é tomada como uma das propriedades fundamentais das línguas humanas. Diante disso, o significado é compreendido como uma relação entre linguagem por um lado e, por outro, aquilo sobre o que a linguagem fala. Seguindo a mesma linha de pensamento, Basso (2013) afirma que há três ideias que subjazem as reflexões sobre a semântica: (i) a língua seria um sistema regrado; (ii) a interpretação das mensagens linguísticas seria um referencial; (iii) o sistema linguístico seria composicional. Ou seja, o nosso conhecimento semântico seria modelado por meio de uma metalinguagem lógico-matemática. A semântica seria, portanto, um ramo da lógica, já que a lógica se baseia na análise semântica para determinar necessariamente inferências verdadeiras. Nessa visão a interpretação semântica é possível via um modelo e, então, a análise formal pode ser utilizada para resolver determinados problemas semânticos tais como a sinonímia, a antonímia e a hponímia.

A terceira visão do significado como contexto e uso, que também é conhecida como pragmática, compreende o significado selecionado contextualmente. Para Frawley (1992, p. 38) existe uma escala que considera tipos de informações pragmáticas ou semânticas, segundo fatores como condições de verdade, dependência de contexto e cancelabilidade em uma escala que vai da implicação conversacional até o *entailment*.⁵⁰

Para este trabalho, a quarta visão que concebe o significado como cultura, é bastante importante, pois nos interessa observar a relação entre os sentidos atribuídos às palavras de uma língua (no caso o Apurinã) e a cultura em que estão inseridos. Em outras palavras, buscamos compreender a formação e a atribuição dos sentidos na relação entre língua e a cultura em que essa mesma língua é utilizada.

⁵⁰*entailment* é a relação entre duas sentenças em que, se a primeira é verdadeira, a segunda é necessariamente verdadeira (FRAWLEY, 1992, p. 38).

Nas últimas décadas, têm-se dado atenção para a relevância dessa relação e para a necessidade de se compreender em que medida os aspectos culturais interferem na construção e na compreensão dos enunciados linguísticos, pois, sabemos que a cultura de uma comunidade não apenas interfere na atribuição de sentido a uma palavra, mas interfere na própria estrutura gramatical (como uma forma de concordância, por exemplo) até a construção dos sentidos das expressões mais complexas de uma língua que ali é falada.

Entre os que defendem essa visão do significado estão Katriel (1988) e Manjali (1998). Pare eles, a cultura não é apenas um sistema de teorias e crenças populares que passam de geração para geração através da tradição, como em geral é definida. A cultura é um conjunto de significados que as pessoas usam para categorizar suas experiências, falar de seu passado e fazer inferências sobre o futuro. A língua seria, portanto, o principal meio para transmitir essas informações e representá-las (FRAWLEY, 1992).

Compreendida dessa forma, uma língua abrange mais do que uma simples estrutura de um sistema que herdamos de gerações anteriores. Muito mais do que um instrumento do sistema linguístico, a língua se constitui, se constrói, funciona e interfere em nossa própria visão do mundo, na medida em que precisamos representar com ela as coisas que nos cercam (FERRAREZI, 2013). A língua precisa ser entendida como um sistema aberto, que se alimenta e se retroalimenta da própria relação do homem com o ambiente em que está imerso. A língua, portanto, é modelada pela cultura, na medida em que a cultura exige da língua formas e expressões adequadas para compreender o mundo que rodeia o falante. Ferrarezi Jr. (2013) chama atenção para o fato de que a língua também é uma construção humana e, por isso, faz parte de uma cultura, e a língua ajuda a construí-la. Ou seja, estas relações (língua, cultura e pensamento) são indissociáveis.

Esta visão valoriza a amplitude da relação entre a língua que falamos e a nossa “vida”, enfatizando o uso real, verdadeiro de uma língua. Os adeptos desta visão buscam compreender o complexo processo de interinfluência entre os agentes (língua, cultura e pensamento) envolvidos e como eles interferem na construção dos sentidos que atribuímos às palavras.

Frawley (1992, p. 45) chama atenção para a forte relação desta visão com aquela que vê o significado como pragmaticamente determinado. Para o autor, a redução cultural do significado é essencialmente variacionista, pois, para esta visão, os significados que uma determinada língua dá às expressões refletem a variação do contexto cultural no qual a língua está imersa. Por exemplo, uma mesma palavra de uma língua funciona bem com um sentido *x* em um grupo de falantes e não funciona em outros grupos de falantes da mesma língua. Diante disso, é necessário dar atenção para aspectos culturais, antes considerados externos ao sistema

linguístico, e analisar como esses aspectos acabam interferindo na compreensão dos enunciados linguísticos. Daí a importância, segundo Manjali (1998), de considerarmos a relação de significado e cultura.

Frawley (1992), ainda, afirma que esta visão considera a distinção semântica como uma distinção cosmológica feita pela cultura e refletida em categorias mentais - o que implicaria diferenças na categorização conceitual. Um exemplo é o trabalho de Berlin e Kay (1969 apud FRAWLEY, 1992, p. 47) com o vocabulário de cores, que demonstra diferenças linguísticas, mas também que a forma de organizar as cores em categorias é a mesma. Para Kay e MacDaniel (1978 apud FRAWLEY, 1992, p. 48) os termos para cores são invariáveis conceitual e semanticamente. Segundo os autores, isto se dá por causa da neurofisiologia humana.

Frawley (1992) considera que o estudo da influência da cultura no significado é legítimo; entretanto, ressalta que seria mais interessante para a semântica linguística estudar os reflexos gramaticais. Como exemplo, Frawley (1992, p. 49) cita os classificadores na língua Yagua, em que é necessário saber algo da cultura para compreender porque ‘abacaxi’ pertence à categoria de objetos animados. Porém, o mais importante é compreender que a língua marca categorias, tais como animado e inanimado, com um reflexo gramatical. Em nossa pesquisa, levamos em consideração essa sugestão de Frawley, porém, além de considerar reflexos estritamente gramaticais, estendemos a análise a reflexos potencialmente gramaticais no sentido mais amplo da palavra, ou seja, que embora não estejam claramente gramaticalizados na língua, podem estar associados a processos menos visíveis de mudanças linguísticas, sejam elas gramaticais ou lexicais.

Por fim, a quinta visão, que também é fundamental para entendermos o fenômeno aqui tratado, concebe o significado como estrutura conceitual. Os adeptos da visão de significado como estrutura conceitual explicam que isso ocorre porque “os constituintes de nossa referência de mundo são projetados mentalmente e alguns são retirados de uma mesma estrutura mental e derivados por um mesmo processo mental”⁵¹. Entre os que advogam em favor desta visão estão Jackendoff (1983) e Lakoff (1987, 1988). Esta visão trabalha com a ideia de categorização, que consiste em processos através dos quais agrupamos entidades semelhantes em classes específicas. A visão de categorização assumida pela Semântica Cognitiva se baseia nos resultados de Rosch (1973) sobre prototipicidade, que demonstram existirem membros mais prototípicos em determinadas categorias. Essa visão também se apoia nos estudos de

⁵¹“*the constituents of our mentally projected worlds of reference are cut from the same mental fabric and derived by the same mental processes*” (FRAWLEY, 1992, p. 51, tradução nossa).

Wittgenstein (1953) sobre “*family resemblances*”, ideia segundo a qual os membros de uma categoria não precisam compartilhar das mesmas características de forma necessária e suficiente. Isso é perceptível entre famílias em que membros compartilham semelhanças entre si, mas não é possível identificar com precisão o que tais membros têm necessariamente e suficientemente em comum.

Os processos de categorização estão intimamente relacionados à nossa capacidade de memória. Nosso raciocínio, nossa compreensão de mundo e experiências no mundo, bem como a maneira como vivemos e agimos no mundo estão inerentemente relacionados à forma como categorizamos. Categorizar é uma condição básica para a sobrevivência de qualquer animal (LAKOFF, 1987). Este é um processo natural, na maioria das vezes automático e inconsciente, que inclui nossas capacidades cognitivas de identificar, classificar e nomear as coisas, eventos e entidades como sendo ou não membros de uma mesma categoria. A categorização é, portanto, um processo dinâmico, no sentido em que a cada momento podemos formar novas categorias ou reformular as categorias existentes.

Nesse sentido, Ferrari (2011, p. 31) afirma que a construção do significado envolve vários aspectos, entre eles, uma construção mental, em um movimento contínuo de categorização e recategorização do mundo, a partir da interação de estruturas cognitivas e modelos compartilhados de crenças socioculturais. Isto é, o significado convencionalmente associado às palavras corresponde à abstrações a partir de uma vasta gama de contextos de uso associados a um dado item lexical.

Diante disso, Frawley (1992, p. 53) afirma que o sistema visual contribuiria, através da identificação de formas como, borda e curva e a representação do sistema seria feita através de categorias. O mesmo ocorre com as propriedades semânticas. Como mecanismos de derivação de categorias, estão a identificação de similaridades e diferenças. A análise semântica é análoga, pois temos, por exemplo, a sinonímia, que resulta do julgamento de semelhanças; a antonímia, que deriva de julgamentos de diferenças; e a taxonomia resulta do julgamento das semelhanças e diferenças.

Algumas oposições são feitas a esta visão. A primeira objeção é com relação ao fato de que a informação semântica é uma informação conceitual, pois utilizaria, na formação de categorias, julgamentos de semelhanças e diferenças. O caso é que outras informações linguísticas também são categoriais como a sintaxe, a fonologia. A segunda oposição é quanto à natureza dos conceitos, segundo o autor, as categorias semânticas podem ser menos vagas que as conceituais. Por exemplo, conceitos como ‘vida’ e ‘morte’ não podem ser pensados como tendo estágios intermediários, como: ‘meio vivo’ e/ou ‘meio morto’; por isso, linguisticamente

não há expressões referenciais para esses estágios intermediários. Segundo Frawley (1992, p. 54), há diferenças entre as estruturas semânticas e conceituais, mas as categorias semânticas são um subconjunto das categorias conceituais. Dito isso, podemos acrescentar que a crítica de Frawley também indica que estudos que utilizam essa quinta visão têm uma contribuição importante a dar sobre a diferença entre a construção de significados como construtos mentais e sua construção como construtos linguísticos.

A seguir, mostraremos algumas relações básicas relativas à estruturação do significado das palavras consideradas na produção de um dicionário.

2.4.1.1 Semasiologia e onomasiologia

Entre os principais métodos de análises sobre a estruturação do significado está a teoria dos campos semasiológicos e onomasiológicos. Baldinger (1966, p. 8) afirma que os fundamentos da elaboração destes dois métodos datam dos primeiros anos de 1900, e refletem o primado da palavra sobre o som.

A semasiologia busca o sentido da palavra partindo do lexema para a descrição do significado; trata-se, portanto, de um processo de definição e decodificação (campo das significações). A onomasiologia parte da significação em busca da designação linguística, caracterizando-se como um processo de nomeação e codificação (campo das designações).

A semasiologia, segundo Baldinger (1966, p. 9), considera a palavra isolada no desenvolvimento de sua significação, enquanto que a onomasiologia observa as designações de um conceito particular. A onomasiologia vê, ainda, a questão da referência, para usar um termo semiótico, partindo da coisa e indo na direção do nome que ela recebe. Esse método se propõe a investigar os vários nomes atribuídos a um objeto, animal, planta, individualmente ou em grupo – seus objetivos são semânticos e lexicológicos. A semasiologia, por sua vez, faz o caminho contrário, partindo da palavra e indagando a que coisa, ou coisas, ela se refere (COUTO, 2012, p. 186). Segundo Baldinger (1966), esses métodos se complementam, havendo, no entanto, um paralelismo reverso entre estes dois campos de análise do significado das palavras.

Em relação a qual destes procedimentos semânticos adotar na elaboração de um dicionário, é importante delimitar, primeiramente, a natureza e o público-alvo do dicionário. Um dicionário de natureza semasiológica, em geral, apresenta as entradas em ordem alfabética e não leva em conta as relações semânticas entre as palavras que compõem a obra lexicográfica. Já um dicionário que adota o procedimento onomasiológico não toma como base o conceito individual e sim as relações existentes entre os diferentes conceitos. Nesses termos, achamos

mais viável empregar os procedimentos semasiológicos para o dicionário Apurinã, pois os consulentes Apurinã apontaram dificuldades de localização dos itens lexicais por campo semântico no processo de teste e avaliação do dicionário. A ordenação alfabética, em lugar daquela por campos semânticos, foi, portanto, a que pareceu mais conveniente sob o ponto de vista dos consultores Apurinã.

2.4.1.2 Sinonímia e antonímia

No uso corrente, chamamos sinônimas palavras distintas de mesma categoria gramatical e de sentido equivalente ou quase equivalente. Duas ou mais formas podem associar-se ao mesmo significado, o que gera a possibilidade de se substituir uma pela outra em um determinado contexto.

Segundo Lyons (1995, p. 60), existem dois tipos de *sinonímia*: (i) a parcial, em que os sinônimos satisfazem os critérios de identificação e de significado, mas falham quanto às condições que os permitiriam ter significados idênticos, a exemplo das palavras em inglês *big vs. large* ‘grande’, e comprido *vs. longo* em português, que apenas são sinônimos em um dos seus significados; (ii) a absoluta, por sua vez, consiste nos significados idênticos, ou seja, quando as palavras são sinônimas em todos os contextos e semanticamente equivalentes em todas as dimensões do significado descritivo e não descritivo, a exemplo das palavras em português ‘casa, moradia e residência’. Note, contudo, que uma vez que informações sociolinguísticas sejam incluídas no contexto, a noção de sinonímia absoluta provavelmente deixa de existir.

Borba (2003) destaca, ainda, que quando duas ou mais palavras identificam-se em sentido, uma delas pode se tornar obsoleta, ou arcaíza-se, a exemplo do que pode estar ocorrendo com alguns termos em Apurinã como veremos mais adiante.

Segundo Cançado (2013, p. 52), geralmente, define-se antonímia como sendo uma oposição de sentido entre as palavras. Entretanto, de acordo com a autora, apenas esta definição não é suficiente, visto que os sentidos das palavras podem se opor de várias maneiras, ou mesmo que existem palavras que não possuem um oposto verdadeiro. Por exemplo, ‘quente’ não faz oposição a ‘frio’ de uma mesma maneira que ‘vender’ opõe-se a ‘comprar’. Desse modo, Hurford e Heasley (1983 apud CANÇADO, 2013) delimitam três tipos básicos de antonímia.

Um primeiro tipo é a antonímia binária ou complementar. Estes antônimos são pares de palavras que, quando uma é aplicada, a outra necessariamente não pode ser aplicada, ou seja, são opostos para os quais não há meio-termo; não são graduais/escalares, por exemplo:

- a) morto/vivo (quando dizemos que alguém está morto, necessariamente este alguém não está vivo, e vice-versa – não há mais morto/menos morto ou mais vivo/ menos vivo);
- b) móvel/imovel (se algo está se movendo, necessariamente ele não pode estar imóvel, e vice-versa)
- c) animado/inanimado (se algo é animado, necessariamente ele não pode ser inanimado – pouco animado/ muito animado ou pouco inanimado/muito inanimado)

Um segundo tipo de antônimo é o chamado inverso ou converso. São opostos para os quais podemos utilizar um dos membros de um par que possa expressar a mesma situação; ou seja, quando uma palavra descreve essa mesma relação, mas em ordem inversa, por exemplo:

- a) mãe/filha: Mari é mãe de Joana/ Joana é filha de Mari
- b) comprar/vender: João comprou um livro de José/ José vendeu um livro para João.
- c) acima/abaixo: o primeiro andar está acima do piso térreo/ O piso térreo está abaixo do primeiro andar.

Por fim, o terceiro tipo é o gradativo. Opostos para os quais existe uma escala contínua de valores, exemplos dessa relação são⁵²:

- a) velho/ jovem (mais velho/ muito velho; mais novo/ muito novo)
- b) quente/ frio (mais quente/ muito quente; mais frio/ muito frio)
- c) alto/ baixo (mais alto/ muito alto; mais baixo/muito baixo)

É importante frisar que as relações de antonímia em dicionários bilíngues propostos às línguas indígenas, para alguns casos, não precisam ser apresentadas. Por exemplo, um lexema em Apurinã pode estabelecer a oposição por meio da negação, como se verifica no conceito ‘feio’ em português que em Apurinã segue o equivalente *kuna (h)ereru* ‘não é bonito’, correspondendo ao antônimo *(h)ereru* ‘bonito’ em português.

⁵² Entre ‘quente’ e ‘frio’, certamente teremos uma escala como ‘morno’. Entre ‘alto’ e ‘baixo’, teremos o ‘médio’ e etc. Como destacamos anteriormente, a negação de uma não implica a afirmação da outra (CANÇADO, 2013, p. 53).

2.4.1.3 Homonímia e polissemia

Homônimos resultam da coincidência entre significantes de palavras com significados distintos, ou seja, são palavras com a mesma forma, mas com significados diferentes e não relacionados. Segundo Cruse (2011, p.115), nesses casos, não há nenhuma conexão conceitual recuperável entre os sentidos dos itens lexicais envolvidos.

Para Lyons (1995), assim como a sinonímia, há dois tipos de homonímia: (i) a absoluta, que ocorre quando os sentidos são relacionados e as formas são iguais e gramaticalmente equivalentes; (ii) a parcial, que não apresenta nem uma dessas características e suas formas são logicamente independentes.

Como exemplo de homonímia absoluta, Lyons (1995, p. 55) apresenta as formas do inglês *bank*₁ ‘banco (instituição financeira)’, *bank*₂ ‘margem do rio’. Em português temos *ralo*₁ ‘ralador (objeto)’ e *ralo*₂ ‘pouco espesso (*adj*)’. A exemplo de homonímia parcial o autor apresenta os verbos *find* ‘achar’ (cf. a forma no passado, *found*) e *found* ‘fundar’ (cf. *founded*, no passado) que dividem a forma *found*, mas não *finds*, *finding* ou *found*s, *founding*, etc.; observa-se que *found* como uma forma de ‘*find*’ não é gramaticalmente equivalente a *found* como forma de ‘*found*’.

Para Cruse (2011, p. 115), a polissemia tem um único significante correspondente a vários significados; entretanto, os seus sentidos devem estar “conectados”. Segundo o autor, este fenômeno está relacionado ao uso discursivo que se faz de uma mesma palavra. Assim, a polissemia depende do fato de os signos serem usados em contextos distintos. Um exemplo disso seria o significante ‘vela’ que corresponde aos seguintes significados: ‘objeto para iluminação constituído de um pavio formado de fios entrelaçados’, ‘peça que causa a ignição de motores’.

É importante também considerar discussões relacionadas à distinção entre polissemia e homonímia. Lyons (1995, p. 58) aponta dois critérios: o da etimologia e o da relação de sentido. Para ele, em geral, a etimologia confirma a intuição dos falantes nativos; porém, há casos como o de *bat*₁ ‘morcego’ e *bat*₂ ‘bastão’ que são considerados como diferentes lexemas (portanto, homônimos), entretanto, estes têm a mesma origem.

O autor também distingue a homonímia da polissemia por meio de critérios gramaticais e semânticos. O critério semântico é o mais adequado para identificar homônimos e o critério gramatical seria mais útil para identificar os variados sentidos polissêmicos.

Cruse (2011), ainda, comenta que a diferença potencial entre homonímia e polissemia parte de uma perspectiva sincrônica vs. diacrônica. Por exemplo, o que aparece como

homonímia para um falante normal pode ser polissemia historicamente falando. Às vezes os falantes não veem ligação entre os lexemas, ainda que estes tenham a mesma origem.

2.4.1.4 Metáfora

A tese básica de Lakoff e Johnson (1980) sobre metáfora é que a sua função nos permite interpretar conceitos abstratos em termos de conceitos familiares e de experiências cognitivas cotidianas; ou seja, a metáfora está presente em toda parte e é essencial na linguagem e no pensamento. Nesse sentido, a compreensão de mundo passa a ser vinculada à concepção da metáfora, uma vez que grande parte dos conceitos básicos, como tempo, quantidade, estado e ação, além dos conceitos emocionais, como raiva e amor, são compreendidos metaforicamente. Isso evidencia o importante papel da metáfora na compreensão do mundo e da cultura.

Segundo Lakoff e Johnson (1980), a metáfora é, essencialmente, um mecanismo que envolve a conceitualização de um domínio de experiência em termos de outro. O entendimento da metáfora se daria por meio de buscas de similaridades entre termos comparados. Para cada metáfora, é possível identificar um domínio-fonte (aquele a partir do qual conceitualizamos alguma coisa metaforicamente) e um domínio-alvo (aquele que desejamos conceitualizar). Para os autores, o domínio-fonte implica propriedades físicas e áreas relativamente concretas da experiência; por sua vez, o domínio-alvo tende a ser mais abstrato ou mais específico dependendo da situação.

Segundo Lakoff e Johnson (1990, p. 288, *tradução nossa*⁵³) as relações feitas entre os domínios (fonte e alvo) são conduzidas por um mapeamento metafórico em que:

o domínio-fonte é estruturado por um modelo proposicional ou uma imagem esquemática. O mapeamento é tipicamente parcial; mapeia a estrutura do domínio-fonte para uma estrutura correspondente no domínio-alvo. Os domínios fonte e alvo são representados estruturalmente por esquemas de contêntores, e o mapeamento é representado por um esquema de fonte-caminho-meta.

Dessa forma, podemos dizer que a metáfora é uma concentração semântica que se localiza no eixo da extensão; ela despreza uma série de traços e leva em conta somente alguns traços comuns a dos significados que coexistem. Com isso, ela dá concretude a uma ideia

⁵³ “The source domain is assumed to be structured by a propositional or image-schematic model. The mapping is typically partial; it maps the structure in the source domain onto a corresponding structure in the target domain. As we mentioned above, the source and target domains are represented structurally by CONTAINER schemas, and the mapping is represented by a SOURCE-PATH-GOAL schema”.

abstrata, aumentando a intensidade do sentido. A metáfora estabelece uma compatibilidade, uma similaridade entre os dois sentidos, isto é, a existência de traços comuns a ambos.

A metáfora é uma representação mental (existe na mente e atua no pensamento). Ela reflete a ideologia e o modo de ver o mundo de um grupo de pessoas em uma determinada cultura. Em outras palavras, as metáforas são os resultados do desenvolvimento histórico-cognitivo dos indivíduos na busca de compreender o mundo ao redor.

Segundo Lakoff e Johnson (1980), a metáfora está relacionada à noção de perspectiva, na medida em que diferentes modos de conceber fenômenos particulares estão associados a diferentes metáforas que se fundamentam em correlações sistemáticas encontradas em nossas experiências. Os autores descrevem três tipos diferentes de metáforas, são elas: as estruturais, as orientacionais e as ontológicas.

As metáforas estruturais são aquelas em que um conceito é estruturado metaforicamente em termos de outro, e elas se baseiam em nossas experiências. Tal metáfora nos permite elaborar um conceito com grande detalhamento e permite também encontrar meios adequados de salientar um determinado aspecto desse conceito; além disso, nos permite usar um conceito detalhadamente estruturado e delineado de maneira clara para estruturar um outro conceito.

As metáforas orientacionais são aquelas em que todo um sistema é organizado a partir de outro sistema. Esse tipo de metáfora se origina, principalmente, da orientação espacial (do tipo para cima e para baixo; dentro e fora e fundo e raso) que os indivíduos desenvolvem a partir da observação do funcionamento do seu próprio corpo e do ambiente em que vivem. Elas têm uma base na nossa experiência física e cultural.

As metáforas ontológicas, por sua vez, são aquelas que se relacionam a sensações e orientações espaciais ou orientações temporais. A partir delas podemos conceber nossas experiências como substâncias e entidades/objetos físicos, caracterizando, agrupando, quantificando, etc.

A Teoria da Metáfora Conceitual explora, ainda, a ideia de que determinados conceitos derivam de esquemas imagéticos (LAKOFF, 1987). Os esquemas imagéticos são estruturas de conhecimento que emergem diretamente da experiência corpórea pré-conceptual. As estruturas adquirem relevância no nível conceptual justamente por derivar dessas experiências. Tais esquemas podem também servir de domínio-fonte para a correspondência metafórica.

Este aspecto é bastante importante para explicarmos o fenômeno de “duplo vocabulário” presente na língua Apurinã, pois nos interessa observar a relação entre os sentidos atribuídos às palavras da língua Apurinã e a cultura em que estão inseridos. Em outras palavras,

buscamos compreender a formação e atribuição dos sentidos na relação entre língua e a cultura em que essa mesma língua é utilizada.

2.4.1.5 Metonímia

Tradicionalmente, a metonímia é definida como deslocamento de significado, no qual uma palavra que normalmente é utilizada para designar determinada entidade passa a designar outra. De acordo com Lakoff e Johnson (1980), metonímia é um fenômeno da referência indireta em que um signo linguístico substitui ou identifica outro referente. Para definir metonímia, além de outros tipos de referência indireta, como metáfora ou ironia, clássicos retóricos a definem como uma troca de nomes para as coisas que são intimamente relacionadas ou juntas.

Segundo Hilpert (2006), diversas tipologias de metonímia (STERN 1931, LAKOFF e JOHNSON 1980, FASS 1997, KÖVECSES e RADDEN 1998) listam a presença da contiguidade nas relações. Nesse sentido, o autor faz uma distinção entre dois tipos básicos. O primeiro tipo abrange todas as relações de contiguidade entre uma entidade e suas partes. Relações de contiguidade deste tipo são chamados E-metonímias. O segundo tipo inclui as relações de contiguidade que envolvem categorias e subcategorias, tal relação de contiguidade é chamada de C-metonímias. Em suma, E-metonímias são relações que denotam "parte-de" um todo, enquanto C-metonímias são relações que denotam "espécie de" um dado referente. Mostraremos no Capítulo 2, seção 4.1 que a proposta de Hilpert se aplica à língua Apurinã.

O Quadro 07 apresenta o que Hilpert (2006) chama de taxonomia das relações metonímicas, que são ilustrados pelos exemplos (1-6):

Quadro 07: Taxonomia das relações metonímicas⁵⁴

E-Metonímia	Parte por Inteiro	Face por pessoa (1)
	Inteiro por parte	Lugar por instituição (2)
	Parte por parte	Objeto usado pelo usuário (3)
Metonímia		
C-Metonímia	Super. por Sub.	Pessoa genérica por pessoa específica (4)
	Sub. por Super.	Marca específica por produto genérico (5)
	Sub. por Super.	Período de tempo específico por outro período de tempo específico (6)

Fonte: Hilpert (2006, apud LIMA-PADOVANI, 2016, p. 63).

Exemplos de E-Metonímias

- (1) Precisamos de novas caras por aqui.
- (2) Paris está introduzindo saias mais longas nesta estação.
- (3) Os ônibus estão em greve.

Exemplos de C-Metonímias

- (4) Agora que ele foi promovido, ele realmente acha que é alguém.
- (5) Você pode me dar um fita Durex?
- (6) Me dá um segundo.

Lakoff e Turner (1989 apud FERRARI, 2011) sugerem que a projeção metonímica envolve só um domínio, fator que a distingue da metáfora, que se dá entre dois domínios. Croft (1993 apud FERRARI, 2011) afirma que a “metonímia promove o realce de um domínio específico no âmbito de um domínio-matriz complexo e abstrato”. Portanto, a metonímia coloca em destaque a informação relevante à caracterização enciclopédica do domínio-matriz em um determinado contexto.

⁵⁴ No original os dados e os exemplos estão em inglês. Portanto, as traduções para o português são de minha autoria.

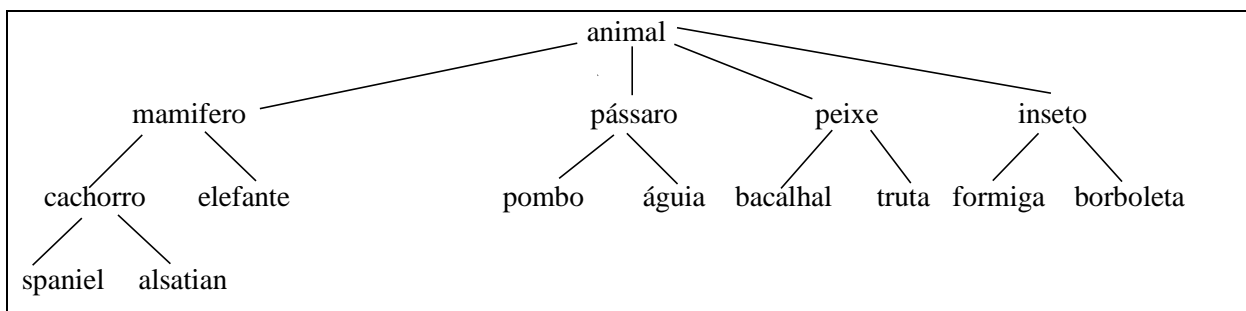
2.4.1.6 Hiponímia/ hiperonímia

Segundo Cruse (2000), estes termos derivam das disposições hierárquicas de classificação próprias do sistema lexical, isto é, quando uma classe se inclui em outra. Há significados que, pelo seu domínio semântico, englobam outros significados menos abrangentes. Na taxonomia animal, por exemplo, quando um termo mais específico também chamado de hipônimo ou subordinado como ‘cobra’ se enquadra em um mais geral, hiperônimo ou superordenado, ‘animal’. Hipônimos, portanto, são relações semânticas extremamente importantes entre as palavras que compartilham traços comuns. Isso será visto no Capítulo 4, quando falarmos dos processos de categorização de fauna e flora Apurinã.

2.4.1.7 Taxonomia⁵⁵

De acordo com Cruse (2001, p. 137), a taxonomia pode ser entendida como um subconjunto dos seus hipônimos. Para o autor, a taxonomia corresponde a uma relação horizontal de dominância, em que teríamos uma classificação hierárquica dos itens lexicais de uma língua, partindo do mais geral para o mais específico, como podemos observar no Quadro abaixo:

Quadro 08: Classificação hierárquica entre itens lexicais



Fonte: Cruse (2001, p. 136, *tradução e adaptação da autora*).

A partir do esquema apresentado acima, parece bem claro que duas relações de sentido entre os itens lexicais são estabelecidas: (i) os nódulos-filha devem ser homônimos dos respectivos nódulos-mãe (cachorro: mamífero, inseto: animal, bacalhau: peixe); (ii) e os nódulos-irmã serão incompatíveis (cachorro: elefante, pássaro: peixe; pombo: águia). Cruse (2001, p. 137), ainda, afirma que, além da relação de dominância, os princípios de diferenciação

⁵⁵A possibilidade de descrever o vocabulário de uma língua em função de uma classificação hierárquica taxinômica atraiu o interesse de muitos linguistas/semantistas e linguistas antropológicos, entre outros pesquisadores interessados nessa área que vem sendo amplamente estudada.

entre os membros de um nóculo-filho são questões de investigação da taxonomia, dos quais falaremos nos próximos parágrafos.

Segundo Cruse (2001, p. 140), haveria também uma forte relação entre taxonomia e os chamados “tipos naturais” e entre não-taxonomia e “tipos nominais”⁵⁶. Os “tipos naturais” se diferem dos nominais, pois estes correspondem a definições analíticas contendo um superordinado com um modificador, como, por exemplo, podemos substituir *kitten* ‘gatinho’ por *young cat* (do mesmo modo que os hipônimos são como “encapsulamentos” de uma modificação sintagmática de seu superordinado), enquanto não é possível falar sobre os tipos naturais em termos de superordeando.

É importante ressaltar que a taxonomia envolve também princípios de categorização, pelos quais são criadas categorias, observando-se semelhanças entre os co-membros e o máximo de possibilidades de distinções com relação aos membros de outras categorias (BERLIN, 1992). De acordo com o modelo clássico de categorização, para que um elemento pertença à determinada categoria, deve possuir todos os atributos definidores desta. Por exemplo, os membros da categoria ‘ave’ devem ter: bicos, asas, dois pés, poder voar e colocar ovos. Desse modo, para que um animal pertença a classe de ‘aves’ é necessário apresentar todos esses atributos. Para esse modelo as categorias apresentam limites rígidos e são tratados, de modo objetivista, como reflexos diretos do mundo (FERRARI, 2011, p. 33).

Berlin (1992) afirma que a taxonomia científica é construída primariamente sobre similaridades e diferenças na estrutura física, enquanto a taxonomia popular pode colocar padrões comportamentais ou uma característica física para aumentar as saliências na estruturação de suas taxes. A diferença entre os sistemas populares e os científicos está justamente que, no primeiro, não há regras formais, ele vai variar de cultura para cultura. Por isso, nem sempre há coincidência de número ou agrupamento entre ambos (CONKLIN, 1962). Devemos ter em mente, ao tratar de taxonomia referente às classificações, por exemplo, de fauna e flora, dos princípios que regem essa classificação os quais seguem um modelo lógico universal, porém, cada língua vai ter sua própria classificação com base em diferentes critérios.

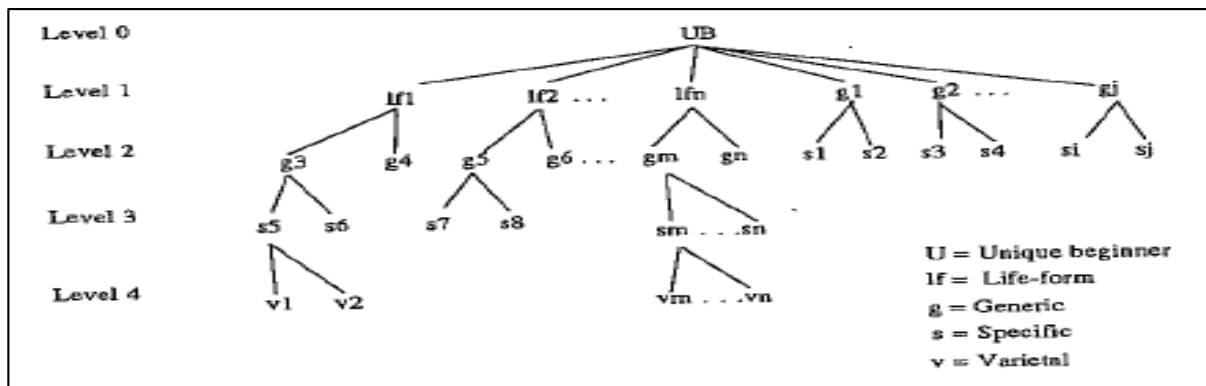
Coward e Grimes (2000, p. 140), por sua vez, afirmam não haver tantas discrepâncias entre as taxonomias científica e popular/indígena no que se refere às correspondências conceituais; tais diferenças existem entre as correspondências terminológicas. O que acontece, em alguns casos, é que os falantes podem ter critérios de classificação, em uma determinada

⁵⁶ Uma discussão detalhada sobre “tipos naturais” e “tipos nominais” pode ser encontrada em Pulman (1983 apud CRUSE, 2001, p. 155).

categoria, as quais não consideram como relevantes as mesmas propriedades consideradas pela taxonomia científica, e vice-versa. Nesse sentido, Hallyday (2004) chama atenção para o fato de que um dicionário para uma língua indígena deverá conter informações suficientes para permitir que os leitores tenham uma ideia a respeito da categorização feita por aquele povo.

Berlin, Breedlove e Raven (1973, apud BERLIN, 1992, p. 15) afirmam que a classificação da taxonomia apresenta de cinco a seis categorias, são elas: *unique beginner*, *life-form*, *intermediate*, *generic*, *especific* e *varietal*⁵⁷. Segundo o autor, o nível denominado de *intermediate* foi proposto com cautela e não é frequentemente empregado. Berlin (1992, p. 16), ainda, afirma que tal nível, junto com o *varietal*, é raro de ocorrer na taxonomia popular. Na Figura 03, abaixo, podemos observar a posição hierárquica de cinco das seis categorias propostas para a classificação taxonômica:

Figura 03: Esquema hierárquico da taxonomia



Fonte: Berlin (1992, p. 16).

Segundo Kopcke e Zubin (1986, p. 140), a taxonomia popular tem, em geral, apenas três níveis hierárquicos, são eles: (i) um superordenado (que pode ser um iniciado único ou uma forma de vida); (ii) um nível básico (ou genérico); e um (iii) subordinado (ou específico). Por exemplo, podemos ter como superordenado o lexema *animal*, como nível básico o termo *ave* e como subordinado *coruja*.

Podemos observar também o tipo de nomenclatura relativa aos itens de cada nível da taxonomia, como fez Berlin (1992)⁵⁸, ao organizar os princípios de nomenclatura etnobiológica. Faremos aqui apenas uma breve menção ao fato de que itens pertencentes ao nível básico tendem a possuir nomes morfológicamente simples, enquanto aqueles pertencentes ao nível

⁵⁷ Inciador único, forma de vida, intermediário, genérico, específico e variável.

⁵⁸ Para uma compreensão mais ampliada deste debate ver Berlin (1992, p. 21-35).

subordinado possuem nomes complexos, em geral, nomes compostos. Veremos como isso ocorre em Apurinã nos capítulos subsequentes.

Cruse (2001, p. 147) menciona que não é possível existir um rótulo (nome) sem uma categoria conceitual correspondente, mas o contrário sim; ou seja, uma categoria conceitual pode não ser rotulada, o que Berlin (1992, p. 17) chama de *covert*. Pode ocorrer também o que Conklin (1962) chama de categorias *overlap*, quando unidades lexicais pertencem a mais de um nível hierárquico. Há, ainda, o que Cruse (2001, p. 149) denomina de quase-relações, a exemplo do uso de *cor* como quase-superordinado do conjunto de adjetivos para cores (vermelho, verde).

Uma outra discussão interessante no que se refere à taxonomia é o fato de se tratar todas as taxonomias de um superordenado como se essas tivessem o mesmo *status*. Entretanto, os falantes consideram alguns itens como melhores exemplos de uma categoria que outros, isto é, como membros prototípicos (LAKOFF, 1987). Por exemplo, em Apurinã, *katsakituru* é nome que designa ‘aranha caranguejeira’, no entanto, esta espécie para os Apurinã apresenta características especiais que a transforma em o melhor exemplo da classe de aracnídeos.

Há vários aspectos importantes relacionados à taxonomia. Neste trabalho, trataremos apenas daqueles que são mais diretamente relevantes para a análise dos dados da língua Apurinã.

2.4.2 A macro e a microestrutura de um dicionário

2.4.2.1 A macroestrutura

A macroestrutura do dicionário, ao lado da microestrutura (veremos tal aspecto na próxima seção), constitui um dos aspectos concretos do dicionário. A macroestrutura é formada por todas suas entradas dispostas de acordo com um determinado critério de ordenação.

Para Dapena (2002, p. 135), uma primeira questão relacionada à macroestrutura é sobre quais tipos de unidades léxicas serão representadas nas entradas de um dicionário: “*Por palavras, como es ya habitual en la lexicografía occidental, o preferiblemente por lexemas o monemas en general?*”. De acordo com o autor, o ideal para a constituição das entradas de um dicionário são as palavras (inclusive as palavras gramaticais), os monemas com função derivativa e, em alguns casos, elementos não léxicos, como, por exemplo, as letras. Para Bideman (1998), a identificação da unidade léxica que constituirá a entrada ou *lema* do dicionário está ligada à microestrutura do dicionário e não à macroestrutura. Além disso, a autora afirma que o primeiro problema a ser considerado relativo à macroestrutura de um dicionário é o número de entradas. Segundo Biderman (1998), o total de 50.000 verbetes é em geral o suficiente. Entretanto, é necessário levar em consideração o público a que se destina o

dicionário. No caso específico de línguas indígenas brasileiras, não há dicionários tão volumosos assim, o que justificaria a necessidade de uma nova classificação de dicionários.

No que diz respeito ao público alvo, Dapena (2002) chama atenção para as necessidades desse público como determinantes. É preciso bastante atenção na constituição e seleção do corpus linguístico do dicionário, mais especificamente para o material das fontes e do tipo de informações a estarem presentes nele. O autor se refere, ainda, às fontes escritas como de maior credibilidade para o trabalho lexicográfico, sendo as fontes orais usadas apenas para elaboração de dicionários dialetais. Nesse último caso, acrescentamos também a elaboração de dicionários para línguas de tradição oral, como o caso da língua Apurinã, objeto de estudo deste trabalho.

Discute-se também a respeito das lexias complexas que, na visão de Biderman (1998), são sequências linguísticas cujos elementos componentes apresentam “toda uma gama de soldadura”. Algumas lexias complexas apresentam os elementos componentes completamente soldados; outras apresentam forte coesão interna entre os elementos, por exemplo, *bom dia*, *cesta básica*, etc. Mas, há uma série de dificuldades para a identificação dessas lexias, pois o fenômeno da lexicalização não se verifica de forma uniforme. A autora levanta a seguinte questão quanto ao tratamento dado às lexias complexas: “*caberá decidir se essas lexias complexas comporão a macroestrutura do dicionário aparecendo como entradas de dicionários, ou se serão incorporadas a outros verbetes como subentradas*”.

Biderman (1998), ainda, expõe duas razões que levariam a considerar as lexias complexas como componentes da macroestrutura: (i) trata-se de uma nova unidade do sistema; (ii) será mais fácil para o consultante do dicionário se ela não estiver agregada em um outro verbete. A autora se refere também ao método de classificar as unidades léxicas em famílias de palavras. Assim, as palavras derivadas e compostas são reunidas num mesmo verbete em razão de compartilharem os mesmos traços semânticos com a palavra-entrada. A razão de se adotar este método estaria relacionada à economia de entradas; no entanto, muitas vezes essas conexões semânticas já se perderam e o leitor tem dificuldade para encontrar palavras ao consultar o dicionário.

Por sua vez, Dapena (2002) considera todas as unidades léxicas constituídas por mais de uma palavra como subentradas dentro de um artigo⁵⁹ correspondente a um de seus componentes. Desse modo, tanto as chamadas lexias compostas quanto as lexias complexas, que mencionamos anteriormente, pertenceriam à microestrutura. De acordo com o autor, há três

⁵⁹ Artigo: termo usado por Dapena (2002) para se referir ao verbete.

tipos de lexias: a) a lexia simples, que coincide com a palavra; a lexia composta, que é um conjunto de palavras integradas, equivalente à noção tradicional de ‘palavra composta’; e a lexia complexa, que consiste em uma construção fixa lexicalizada, cujo significado não é a soma dos significados dos elementos que constituem a locução.

Ainda com relação à lexia complexa, Borda (2003, p. 23) tem uma abordagem diferente da de Dapena (2002), pois, segundo o autor, a lexia combina duas formas livres ou uma forma mais livre e outra forma mais presa, em oposição a lexia simples, que se constitui de uma única forma. Desse modo, a combinação e o grau de coesão entre os constituintes morfemáticos (forma livre + forma livre), têm-se as seguintes estruturas: (i) palavras compostas ou nomes compostos; (ii) sintagmas fixos⁶⁰; (iii) orações fixas ou frases feitas.

Para o contexto da língua Apurinã, as lexias complexas comporão a macroestrutura do dicionário, aparecendo, portanto, como entradas principais. Tal escolha se dá em virtude de que será mais fácil e prático para os usuários da língua Apurinã procurem estas estruturas se elas não estiverem agregadas em um outro verbete. Cabe destacar, ainda, que as lexias que compõem as lexias complexas serão indicadas no sistema de remissas do dicionário. Desse modo, ficará mais fácil para o consulente fazer as conexões entre uma entrada e outra.

Dapena (2002) discute também a questão da lematização ou encabeçamento. Segundo o autor, há unidades léxicas que são objetos do artigo independente e, portanto, constituirão as entradas propriamente ditas, e haverá outras que, ao contrário, serão objeto de estudo no interior dos artigos e que constituem o que temos chamado de subentradas. O problema consiste, portanto, em decidir qual forma adotar como entrada nos casos em que uma palavra apresenta variabilidade ou polimorfismo, tanto léxico quanto gramatical, pois uma das formas deve ser escolhida como lema ou forma canônica, chave.

Dapena (2002) afirma que, no caso do polimorfismo léxico, os dicionários procedem de diferentes modos, desde os que: i) acumulam nos enunciados todas as formas atestadas, colocando em primeiro lugar, isto é, como forma chave ou lema propriamente dito, as mais frequentes e atuais, ii) as que utilizam todas como rubricas independentes, registrando cada uma em um lugar alfabético que lhe corresponda.

Outra questão problemática apresentada por Dapena (2002) para a lematização são os casos de: homonímia, que consiste em uma coincidência de significante no plano fônico (homófonos) ou gráfico (homógrafos); e a polissemia, que corresponde à existência de um mesmo lexema que apresenta sentidos diferentes em contextos específicos, mas

⁶⁰ O que Borba (2003) considera sintagma fixo equivale ao conceito de lexia complexa dado por Dapena (2002).

semanticamente relacionados. Há duas soluções quando existe coincidência gráfica: (i) pode-se colocar as palavras homônimas embaixo de um mesmo lema, o que não as diferencia das palavras polissêmicas; ou b) tratá-las independentemente, como palavras distintas que são. Este último é o procedimento mais comum na lexicografia moderna (MURAKAWA; ZAVAGLIA, 2011).

A diferença apresentada por Biderman (1998) para a questão da homonímia vs. polissemia na elaboração de dicionários é de cunho semântico. De acordo com a autora, deve-se registrar como palavras homônimas aquelas unidades que têm significados distintos a ponto de não ser possível identificar *semas* em comum. O contrário disso é considerado polissemia. No caso dessa última, as várias acepções são tratadas em um único verbete.

Dapena (2002, p. 187) considera dois critérios para distinguir homonímia e polissemia, são eles: o *diacrônico ou etimológico*, neste caso, são considerados vocábulos distintos e, portanto, homônimos, quando as unidades em questão vêm de étimos diferentes de tal maneira que a coincidência entre os significantes é casual; e o *sincrônico* que, por sua vez, envolveria questões relacionadas ao parentesco semântico, onde se consideraria significados de um mesmo vocábulo aqueles que possuísem algum sema em comum; além disso, este critério também levaria em consideração o juízo dos falantes em estabelecer relações entre um significado ou outro. Ou seja, se for trabalhoso para o falante identificar traços comuns de significado entre as duas (ou mais formas), tratam-se de formas homônimas. Se o falante conseguir identificar traços comuns, estamos diante de formas polissêmicas. Temos, assim, duas ou mais entradas identificadas por meio de números para homônimos e apenas uma entrada para formas polissêmicas.

Uma última questão em relação à macroestrutura de um dicionário vista aqui é a ordenação das entradas e subentradas, que, segundo Haensch (1982, p. 452), é o elemento mais importante da macroestrutura. As entradas podem estar dispostas nos dicionários segundo os seguintes tipos de ordenação: (i) alfabética, que se baseia na distribuição das letras do alfabeto e pode ser de forma direta ou inversa; (ii) ideológica, em que se parte das ideias para descobrir as palavras correspondentes, ordenação usada em dicionários onomasiológico; (iii) estatística, com base na frequência das entradas; (iv) etimológica, que considera a raiz ou étimo das entradas. Já as subentradas são ordenadas de acordo com a ordenação alfabética, com a particularidade de que locuções substantivas, que têm o substantivo como entrada mais um adjetivo ou complemento determinativo, possuem uma ordenação à parte dos demais tipos de expressões fixas.

Em suma, a macroestrutura do dicionário compreende a organização das entradas, e sua construção abrange: a quantidade de entradas que comporá o dicionário; a escolha das entradas a serem incluídas; a escolha do conteúdo; a ordenação das entradas; o tratamento dado aos lexemas polissêmicos e homônimos. A macroestrutura do dicionário Apurinã, por sua vez, é composta por um volumoso número de verbetes oriundos das mais diferentes categorias lexicais da língua Apurinã (nomes, verbos, pronomes, partículas, interjeições, ideofones, morfemas, etc); a sequência das entradas segue a ordem alfabética; as palavras homônimas são dispostas na entrada com os significados enumerados verticalmente; a polissemia é indicada pela enumeração horizontal no referido lexema; são registrados ainda no dicionário as unidades arcaicas, os neologismos e empréstimos (sendo que em alguns casos há coocorrência de empréstimos e neologismos). No sétimo capítulo desta tese iremos tratar detalhadamente de cada um desses itens.

2.4.2.2 A microestrutura

A microestrutura de um dicionário é constituída pelos conjuntos de informações que compõem as entradas, tais como: informações fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas e pragmáticas; bem como a definição do significado de cada entrada; tratamento da polissemia; da categoria gramatical de cada significado; da frase ilustrativa mostrando o significado através do uso do lexema em um contexto específico; tratamento dos hiperônimos, hipônimos, neologias, empréstimos; variações dialetais; campos semânticos; entre outros.

As questões que se referem à microestrutura de um dicionário estão relacionadas, portanto, ao conteúdo e à organização de um verbete que, segundo Dapena (2002), constitui-se de duas partes: a enunciativa ou enunciado, *tema* que serve de entrada e a informativa que apresenta o *rema*, informação nova. O enunciado é tratado como sinônimo de *lema*, ambas representações da unidade léxica abstrata denominada entrada. O enunciado é o primeiro elemento constitutivo do verbete e nesse caso coincide com o *lema* por ser um enunciado monomórfico, isto é, constituído por uma única forma (os vocábulos flexivos também são considerados enunciados monomórficos). Entretanto, nos casos de polimorfismos há uma diferença a ser feita, pois se denomina lema, (forma chave ou canônica) a forma que aparece em primeiro lugar na ordenação alfabética.

O polimorfismo léxico, ao lado da homonímia e da polissemia, como já mencionamos anteriormente, é um problema também para a organização da microestrutura de dicionários. Uma solução é colocar um único enunciado polimórfico; ou seja, um enunciado em que todas as formas apareçam na parte enunciativa; outra solução é considerar todas as formas como

enunciados independentes, desenvolvendo o artigo em uma única entrada (o lema), fazendo referência àquela primeira; pode-se, ainda, fazer junção das duas soluções.

Passaremos ao corpo do verbete, que se constitui dos seguintes aspectos: pronúncia, categorização, etimologia, significado, citações e as expressões fixas⁶¹, entre outras informações. A pronúncia é a parte em que se apresenta a transcrição fonética do lema. Após a pronúncia, os dicionários, em geral, fazem menção à categoria gramatical (nome, adjetivo, advérbio) e a uma subcategoria (feminino, masculino, etc.). Já a etimologia aparece em alguns dicionários, mas não é considerada uma informação tão importante para o leitor, a não ser em alguns casos. Quanto ao significado, o autor afirma que há dois tipos de acepções ou significados, o denominado significado comum, pertencente ao domínio de todo falante, e o significado especial ou particular, que envolve sentidos adquiridos em determinados níveis, registros ou variedades (tratados no dicionário por meio das marcas de uso). São também essenciais em um dicionário os exemplos que, em geral, são retirados de textos escritos.

Vale ressaltar que os padrões de organização interna da microestrutura dos dicionários diferem enormemente, não somente pelo modo de apresentação que adotam, mas também pela própria informação (características gramaticais, pronúncia, etimologia, definição, exemplos dos possíveis empregos da lexia, etc.) que fornecem informações sobre as unidades lexicais.

A microestrutura do dicionário Apurinã é constituída de dois elementos : (i) constantes no verbete, isto é, itens que serão empregados na descrição de todas as unidades lexicais, a exemplo de entrada, anotação fonética/pronúncia, informação gramatical, equivalente (tradução em português da unidade lexical que compõe a entrada), definição, exemplo na língua-alvo (Apurinã) e tradução na língua-fonte (português); e de (ii) elementos que variam dependendo da entrada, a saber: informação sobre a origem da palavra, variante, comunidade em que a variante é usada, domínio semântico, nome científico. Tais informações serão abordadas com mais profundidade no último capítulo deste trabalho.

2.5 Resumo do capítulo

Neste capítulo, em linhas gerais, procuramos apontar, sucintamente, as principais referências teóricas utilizadas no desenvolvimento deste trabalho, bem como mostrar minimamente aquelas questões consideradas mais relevantes, em se tratando de uma

⁶¹ Estas expressões fixas constituem verdadeiras subentradas e recebem, portanto, um tratamento similar as entradas propriamente ditas. São, por sua vez, objeto de categorização e, assim, se registra o significado ou significados correspondentes (DAPENA, 2002, p. 194).

compreensão da organização de um dicionário para língua indígena, mais precisamente para a língua Apurinã.

Mostramos, primeiramente, a amplitude do domínio do léxico. Vimos que a Lexicologia e a Lexicografia são as subáreas da linguística que se ocupam deste domínio. Buscamos apontar também as diferenças e as similaridades entre elas e as importantes contribuições teóricas e metodológica que estas disciplinas têm feito para a descrição e análise do léxico.

Apresentamos também os diferentes tipos e classificações das obras lexicográficas, dando ênfase à tipologia e classificação de dicionários bilíngues, foco deste trabalho.

Por fim, mostramos a metodologia teórica empregada na estruturação e organização de um dicionário, em termos de sua ordenação (alfabética, inversa, por campos semânticos ou por conceitos), procedimentos (semasiológicos ou onomasiológicos), tratamento dado aos fenômenos linguísticos que estruturam o significado das palavras (sinonímia, antonímia, homonímia, polissemia, entre outros), a macro e microestrutura.

3 A CONSTRUÇÃO DE UM CORPUS LINGUÍSTICO PARA APURINÃ

Um estudo que se proponha a mobilizar questões complexas, como as elencadas nos capítulos anteriores, precisa ter um conjunto de metodologias que deem conta de descrever a interação de diferentes dados, o que só é possível quando se tem um corpus de pesquisa volumoso (como o será apresentado aqui), bem como de ferramentas que viabilizem esse tipo de trabalho. Por conta disso, utilizamos, no desenvolvimento desta pesquisa, além da metodologia da Lexicologia e da Lexicografia, a Linguística de Corpus, uma abordagem que inclui um conjunto de metodologias, envolvendo o uso de programas computacionais, bem como da criação e análise de um corpus de pesquisa. Neste capítulo, portanto, trataremos da construção, coleta, armazenamento e exploração do corpus utilizado no desenvolvimento deste trabalho. Inicialmente, apresentaremos um panorama acerca da Linguística de Corpus, enfatizando a relevância dessa área para trabalhos lexicográficos em línguas indígenas; em seguida, trataremos da construção e anotação do corpus, do banco de dados eletrônico da língua Apurinã para, nos capítulos subsequentes, apresentarmos a descrição e análise do léxico Apurinã.

3.1 Linguística de Corpus

A Linguística de Corpus se dedica à criação e análise de corpora, no caso aqui, conjuntos de textos e elicitaciones da fala armazenados em arquivos e programas computacionais. De acordo com Berber Sardinha (2009, p. 7), a Linguística de Corpus vem mudando a maneira como se investiga a linguagem, nos seus mais diversos níveis (fonológico, morfológico, sintático, semântico e lexical), colocando à disposição do linguista quantidades de dados antes inacessíveis. E isto é possível, segundo autor, por conta, sobretudo, do advento da informática.

De acordo com Biber, Conrad e Reppen (2006, p. 1), os estudos sobre as línguas se dividem em duas áreas principais: estudo sobre a estrutura e estudo sobre o uso. O autor ressalta que, tradicionalmente, as análises linguísticas têm dado ênfase à estrutura, identificando as unidades estruturais e as classes de uma dada língua (como morfemas, palavras, classes gramaticais) e descrevendo como unidades menores podem ser combinadas para formarem unidades maiores (como frases, textos, enunciados, etc). A Linguística de Corpus, como mencionamos, também pode focar no uso da língua. Esta abordagem busca investigar como falantes e escritores exploram os recursos da linguagem. Ao invés de procurar teoricamente possibilidades na língua.

Em linhas gerais, a Linguística de Corpus aborda o estudo das línguas em seu uso real por meio de um corpus amplo. Um corpus, por sua vez, é constituído por um grande número de informações linguísticas baseadas em exemplos naturais de uma determinada língua armazenados eletronicamente em *softwares* para compilação, manipulação e análise automáticas e interativas desses dados. A Linguística de Corpus pode, portanto, ser considerada um método⁶² sofisticado de se realizar análise linguística. Com ela é possível fazer investigações linguísticas dos mais variados tipos, utilizando um grande volume de dados. A análise linguística baseada em corpus, segundo Biber, Conrad e Reppen (2006, p. 9), deve ser vista como uma abordagem complementar às abordagens tradicionais. A Linguística de Corpus tem um potencial enorme de gerar *insights* interessantes, fundamentais e muitas vezes surpreendentes sobre uma língua. Vale ressaltar, ainda, que esta área da linguística se tornou um dos métodos mais difundidos de investigação nos últimos anos.

Segundo Biber, Conrad e Reppen (2006), este campo da linguística, além de fornecer meios de lidar com grandes quantidades de dados linguísticos, permite também o controle de vários fatores contextuais ao mesmo tempo, através da utilização de programas computacionais, os quais tornam possível identificar e analisar padrões complexos de uso da língua, permitindo o armazenamento e análise de grandes bancos de dados.

Com o auxílio da Linguística de Corpus, busca-se investigar quais padrões específicos estão associados ao léxico e à gramática e como esses padrões diferem dentro de variedades e registros. Através da pesquisa com corpora é possível responder, por exemplo, os questionamentos elencados a seguir: a) quais são as palavras e frases mais frequentes em uma língua?; b) quais são as diferenças entre a língua falada e a escrita?; c) que tempos verbais as pessoas usam com mais frequência?; d) quais preposições seguem verbos específicos?; e) quais palavras são usadas em situações mais formais e quais são usadas em situações mais informais?; f) com que frequência as pessoas usam expressões idiomáticas?; g) quantas palavras diferentes os falantes nativos de uma determinada língua geralmente usam em uma conversa? (McCARTHY 2004, p. 1-2).

⁶² Vale frisar, ainda, que segundo Berber Sardinha (2009), a Linguística de Corpus é concebida de diferentes maneiras. Para um grupo de linguistas a Linguística de Corpus é vista como uma metodologia, já que suas ferramentas podem ser aplicadas por diferentes disciplinas, sem alterar a orientação teórica delas. Outro grupo defende a ideia de que a Linguística de Corpus é mais que uma metodologia, pois, por meio dela seus adeptos geram conhecimentos novos obtidos a partir das ferramentas disponibilizadas apenas por ela. Por fim, um outro grupo a entende como uma abordagem, uma visão nova de se conceber a linguagem. Neste trabalho, iremos seguir a perspectiva que considera a Linguística de Corpus como metodologia.

Para Kennedy (1998), a Linguística de Corpus tem ajudado na reconceitualização das unidades de descrição linguística. Segundo o autor, a análise linguística baseada em corpus pode se concentrar não somente no que é escrito ou dito, mas, também, na identificação de padrões linguísticos, por meio de análises da frequência natural de formas específicas. Além disso, alguns linguistas desta área têm se dedicado também ao estudo do léxico e a como certos conceitos léxico-gramaticais de uma determinada língua são explorados. Isto surge como possibilidade de um melhor entendimento de frases fixas, colocações e padrões de uma determinada língua. Tais questões são essenciais para trabalhos lexicográficos como o que se pretende fazer aqui.

Na subseção abaixo, iremos apresentar brevemente algumas considerações acerca da compilação de um corpus e dos diferentes tipos de corpora.

3.1.1 Compilação e tipos de corpora

Um corpus pode ser definido como uma coleção sistemática de textos que ocorrem naturalmente (tanto na linguagem escrita como na falada), bem como exemplos de unidades lexicais autênticos armazenados eletronicamente que podem ser usados em uma análise linguística. Segundo Kennedy (1998), existem muitos tipos de corpora que podem ser usados para diferentes tipos de análises.

A compilação de um corpus envolve, essencialmente, a seleção de textos (na modalidade escrita e falada) que servem como exemplos naturais de uso da língua. De acordo com Sinclair (1991), existem três métodos convencionais para a compilação de um corpus, são eles: (i) adaptação de um material linguístico que já está em forma eletrônica (com o advento da informática, a compilação de textos dos mais diversos gêneros pode ser feita de modo acessível e rápido utilizando a internet); (ii) conversão por meio de leitura ótica de textos e livros impressos através do escaneamento; (iii) digitalização de material manuscrito e transcrições de língua em seu uso natural/real. Para o autor, projetos de compilação de corpus podem ser feitos por todos ou por qualquer um destes três métodos, desde que cada um seja adequado e satisfatório para um diferente tipo de material e finalidade da pesquisa.

Cabe ressaltar que estes métodos servem apenas para línguas que possuem sistemas de escrita consolidados e que apresentam um vasto conjunto de textos escritos disponíveis para este tipo de trabalho. No caso do Apurinã, língua de investigação desta pesquisa, e das línguas indígenas brasileiras que são línguas de tradição oral, é necessário traçar outros caminhos para a investigação linguística baseada nos métodos da Linguística de Corpus. A língua Apurinã, como foi descrito na seção 1.4 do primeiro capítulo, possui um trabalho de descrição linguística

que foi iniciado ainda no século XIX com os primeiros viajantes que navegaram na região do rio Purus e que se intensificou com os trabalhos desenvolvidos por Sidi Facundes e seus alunos nos últimos 30 anos. Isto, por sua vez, possibilitou a constituição de um corpus robusto para o desenvolvimento de uma pesquisa que se constitui a partir dos princípios da Linguística de Corpus.

Em linhas gerais, para se desenvolver um trabalho com línguas indígenas no âmbito da Linguística de Corpus, é necessário coletar em trabalho de campo nas comunidades indígenas um conjunto de textos dos mais variados gêneros que reflitam o contexto histórico e sociocultural, em que uma dada etnia indígena esteja inserida. Faz-se necessário também coletas sistemáticas de dados que representam o sistema lexical da língua, por exemplo, elicitación de listas de palavras e sentenças. A elicitación direta de unidades lexicais é uma boa ferramenta para se obter longas listas de palavras básicas (nomes de animais, árvores, partes do corpo, utensílios domésticos, etc.) de um sistema lexical. Em um segundo momento, é necessário transcrever em programas computacionais, com o auxílio dos falantes da língua, os dados coletados para, então, finalmente fazer análises, usando os métodos da Linguística de Corpus. Nas próximas seções, iremos apresentar mais detalhadamente a constituição do corpus da língua Apurinã utilizado neste trabalho.

Em relação à estrutura e ao conteúdo de um corpus, este segue, em geral, princípios extralinguísticos. Por exemplo, um corpus é muitas vezes restrito a certos tipos de texto, a uma ou várias variedades de uma língua e a um certo intervalo de tempo. Se várias subcategorias (vários tipos de texto, variedades, etc.) estiverem representadas em um corpus, elas devem, na sua maioria, ser representadas pela mesma quantidade de texto. As informações sobre a composição exata do corpus devem também estar disponíveis para o pesquisador (incluindo o número de palavras em cada categoria e em todo o corpus, e como os textos incluídos no corpus foram mostrados, etc.).

É importante ressaltar também que a linguagem que compõe o corpus não pode ser aleatória, mas escolhida de acordo com características específicas que fundamentam uma dada pesquisa. Ter um corpus base também é especialmente importante para investigações mais restritas. Vale frisar que, embora o corpus possa se referir a qualquer coleta sistemática de material linguístico, ele é comumente usado, por um lado, em um sentido mais restrito hoje em dia e, por outro lado, é também muitas vezes usado apenas para se referir a coleções de textos e informações linguísticas que foram informatizadas.

A tipologia de corpus é um aspecto também bastante importante e está estreitamente relacionada à representatividade e à finalidade de uma pesquisa. Os diferentes tipos de corpus

disponíveis diferem em relação à quantidade e à qualidade, simplicidade ou documentações disponíveis sobre os materiais neles contidos. Abaixo, apresentamos a distinção e os pontos comuns entre diferentes tipos de corpus:

Tipos de corpus, conforme Kennedy (1998):

- (i) *Corpus generalizado* – o tipo mais amplo de corpus. Um corpus generalizado deve ser muito grande, deve conter, em média, mais de 10 milhões de palavras, e é constituído também por diferentes variedades de uma determinada língua para que os resultados possam ser generalizados. Um corpus generalizado procura representar uma língua como um todo. O Corpus Nacional Britânico (BNC) e o Corpus Nacional Americano (ANC) podem ser um exemplo desse tipo de corpus. Estes corpora contêm textos escritos, como artigos de jornais e revistas, obras de ficção e textos de revistas acadêmicas; eles também contêm transcrições da língua na modalidade falada, tais como conversas informais, pronunciamentos governamentais e reuniões.
- (ii) *Corpus especializado* - contém textos específicos e busca representar uma linguagem especializada. O corpus especializado pode ser grande ou pequeno e é usado para responder perguntas muito específicas. Exemplos de corpus especializado incluem o *Michigan Corpus of Academic Spoken English* (MICASE), que contém apenas conhecimento do espaço universitário; e o MICUSP, *Michigan Corpus of Upper-Level Student Papers*, que possui apenas artigos acadêmicos de várias disciplinas universitárias;
- (iii) *Corpus aprendiz* – é um tipo de corpus especializado que contém textos escritos e/ou transcrições faladas de uma língua usadas por alunos que estão em processo de aquisição da linguagem. O corpus desses alunos são frequentemente marcados e podem ser examinados pelos “erros” comuns cometidos por eles. Corpora deste tipo bem conhecidos são: o *International Corpus of Learner English* (ICLE) (GRANGER, 2003), contém ensaios escritos por Aprendizes de inglês de 14 línguas diferentes; e o *Standard Speaking Test Corpus* (SST), composto por testes e entrevista orais de aprendizes japoneses. A construção desse tipo de corpus pode ser desenvolvida para o ensino de línguas ou para grupos específicos dependendo do tipo de Corpus do Aprendiz.
- (iv) *Corpus pedagógico* - é um corpus que contém linguagem usada em sala de aula. Esse tipo de corpus pode incluir livros didáticos, acadêmicos, transcrições de interações de sala de aula ou qualquer outro texto escrito ou transcrição falada que os alunos

encontram em um ambiente educacional. O corpus pedagógico pode ser usado para garantir que os alunos estejam aprendendo uma linguagem útil, para examinar a dinâmica professor-aluno, ou como uma ferramenta auto-reflexiva de desenvolvimento de professores.

É possível, ainda, encontrar tipos de corpus mais específicos que levam em consideração características mais peculiares observadas por quem irá fazer a análise linguística, como a proposta por EAGLES (1994)⁶³:

- (i) *Corpus de referência* – possui, assim como o *corpora generalizado* mencionado acima, uma amostra significativa das diferentes variedades de uma língua, vocabulários e estrutura gramatical. Esse tipo de corpus busca fornecer informações mais abrangentes sobre uma dada língua. O corpus de referência é construído com o intuito de auxiliar na produção de gramáticas e dicionários de referência.
- (ii) *Corpus monitor* – caracteriza-se, sobretudo, pelo seu crescimento permanente. Nesse tipo de corpus apenas são adicionados materiais novos à medida que materiais antigos são eliminados⁶⁴. Cabe destacar, ainda, que esse tipo de corpus permite a observação das mudanças recentes que ocorrem no uso de uma determinada língua.
- (iii) *Corpus oral* – é constituído por transcrições de conversas espontâneas e informais dos falantes de uma dada língua. Vale ressaltar que, em alguns casos, esse tipo de corpus permite a inclusão de textos escritos que foram lidos ou declamados.
- (iv) *Corpus de amostragem*: é constituído por apenas fragmentos de textos. Esse tipo de corpus tem por objetivo obter amostras de áreas específicas de uma língua.
- (v) *Corpus especializado*: é um corpus elaborado com o objetivo de se ter uma amostra de gênero ou de uso da língua por uma comunidade de fala específica, por exemplo, linguagem infantil, política, religiosa, etc.

⁶³ *Expert Advisory Group on Language Engineering Standards*. O grupo de trabalho do EAGLES foi lançado em 1993 dentro do programa de Pesquisa e Engenharia Linguística da CE. O objetivo do EAGLES é acelerar o fornecimento de padrões para: (i) recursos linguísticos de larga escala; (ii) manipular conhecimento linguístico, através de formalismos linguísticos computacionais e várias ferramentas de *software*; (iii) meios para avaliar recursos, ferramentas e produtos. As áreas de trabalho do EAGLES são: corpora de texto, léxico computacional, avaliação e linguagem falada. Para cada área, foi criado um grupo de trabalho central, onde estão representados os principais especialistas da pesquisa e da indústria computacional, combinando seus esforços para o desenvolvimento de uma infra-estrutura européia básica comum e especificações de linguísticas computacional. Para mais informações ver: https://www.ercim.eu/publication/Ercim_News/enw26/calzolari.html.

⁶⁴ Vale frisar que, atualmente, não há mais a necessidade de eliminar material linguístico do corpus monitor, uma vez que houve o aumento da capacidade de armazenamento proporcionado pelo desenvolvimento da tecnologia, bem como do campo da linguística computacional.

- (vi) *Corpus paralelo ou bilíngue/multilíngue*: é organizado apenas a partir de textos e suas traduções em uma ou várias línguas. Objetiva-se com esse tipo de corpus representar várias, ou pelo menos duas línguas diferentes, muitas vezes com o mesmo texto (para análises contrastivas). A tradução de um texto para outra língua pode ser elaborada com análises detalhadas do significado das palavras que constituem o texto original. Os textos desse tipo de corpus podem também ser interlinearizados⁶⁵, trazendo traços que identificam os pontos de correspondência entre o texto original e o texto com sua tradução.

Torruella e Llisterra (1999, pp. 9-13) propõem o seguinte conjunto de corpus:

- (i) *Corpus de aprendiz* – construído a partir de material linguístico produzidos por falantes não nativos de uma determinada língua. Esse tipo de corpus tem o objetivo de representar a linguagem produzida por alunos da língua que se está aprendendo.
- (ii) *Corpus de treinamento* - este tipo de corpus é organizado com o intuito de desenvolver *software* e/ou ferramentas de análise linguística.
- (iii) *Corpus histórico* – elaborado a partir de textos de um período específico de tempo. Este tipo de corpus visa, portanto, representar um estágio anterior ou etapas anteriores de uma língua.
- (iv) *Corpus sincrônico* - composto por material linguístico que representa uma etapa contemporânea de uma língua.
- (v) *Corpus diacrônico* – constituído por material linguístico que representa períodos anteriores de uma língua.

A escolha de um dos tipos de corpus está associada à finalidade da pesquisa. No caso específico de Apurinã, o tipo de corpus que mais se aproxima dos objetivos deste trabalho é o *corpus de referência* (EAGLES, 1994), pois esse tipo de corpus, como vimos acima, se constitui a partir de um grande volume de dados, levando em consideração as diferentes variedades de uma língua; além de buscar dar suporte para a elaboração de dicionários, principal objetivo deste trabalho. Mas é importante ressaltar que, para um trabalho como o proposto aqui, o qual

⁶⁵ Interlinearizar um texto consiste em adicionar informações como glosa, segmentação mórfica, classe de palavras, etc. alinhando cada uma debaixo da outra, como fazem programas de banco de dados como *Fieldwork Language Explorer* (FLEx), em que os dados de Apurinã estão armazenados.

envolve questões complexas sobre o sistema lexical da língua Apurinã, foi necessário lançar mão de variados princípios dos diferentes tipos de corpus apresentados acima.

A seguir, trataremos dos *softwares* utilizados em uma análise linguística baseada em corpus.

3.1.2 Corpus e *software*

Dois tipos de *software* para análise de corpus linguístico podem ser distinguidos em princípio: *software* adaptado a um corpus específico e *software* que pode ser usado com quase qualquer tipo de corpus. Exemplos do primeiro tipo são dois *softwares* que foram adaptados para o *British National Corpus* (BNC). Um outro exemplo é o ICE-CUP, que foi adaptado para o ICE-GB. Um subgrupo desse tipo de *software* nos permite fazer buscas em um corpus específico pela Internet (como os recursos de pesquisa *on-line* fornecidos para o BNC e o *Collins Wordbanks Online English*). Exemplos do segundo tipo de *software* é o *MonoConc Pro*⁶⁶ e o *WordSmith Tools*, este último é provavelmente o *software* mais usado. O *WordSmith* é um conjunto de programas integrados destinado a análise linguística. Mais especificamente, este *software* permite fazer análises baseadas na frequência e na co-ocorrência de palavras em corpora.

Dentre os vários *softwares* que existem para auxiliar na análise linguística, três deles se destacam para o trabalho lexicográfico em línguas indígenas, são eles: *Field Linguist's Toolbox*, *Fieldworks Language Explore* (FLE_x) e o *Lexique Pro*, todos produzidos pela *International Society of Linguistics* (antes conhecida por *Summer Institute of Linguistics - SIL*)⁶⁷.

O *Toolbox*⁶⁸ é um tipo de banco de dados muito utilizado por linguistas para armazenar dados linguísticos (anotação de textos e de itens lexicais), com intuito, em geral, de posteriormente gerar um dicionário. Além disso, o *Toolbox* permite a interação com outros bancos de dados e programas computacionais.

O programa FLE_x é uma ferramenta que permite a compilação de dados linguísticos e culturais, com suporte para *scripts* complexos. Este programa oferece, fundamentalmente, duas áreas de trabalho: (i) uma para registro de dados lexicais que apresenta um conjunto de campos; (ii) e outra que oferece a possibilidade de interlinearizar textos. Além disso, há também dentro desta interface uma área para entradas de informações gramaticais a serem usadas na análise

⁶⁶ Disponível em <http://www.camsoftpartners.co.uk/monoconc.htm>.

⁶⁷ O *Toolbox*, o FLE_x e o *Lexique pro* são programas computacionais de distribuição gratuita. Destaca-se também que as informações apresentadas nesta tese sobre esses três programas computacionais foram obtidos no site do SIL. Disponível: <https://www.isle-linguistics.org>.

⁶⁸ O *Toolbox* é o programa sucessor do *Shoebox* que também possibilitava o armazenamento de dados linguísticos.

automática dos morfemas. O FLEx permite que os linguistas sejam altamente produtivos ao criar uma base de dados lexical e uma de textos, além de ter ferramentas poderosas de edição em massa de dados que podem economizar horas de trabalho. O FLEx permite controlar quais campos e entradas devem aparecer em uma publicação, como, por exemplo, um dicionário. Através do *Pathway*, ferramenta do programa, dicionários podem ser exportados facilmente para outros programas, como *Lexique pro*. O recurso de Envio/Recebimento disponível neste *software* permite também que os usuários do programa colaborem com colegas localizados em qualquer lugar do mundo. A intenção do programa é servir como uma ferramenta que permita o armazenamento e análise de dados linguísticos. Vale ressaltar que o FLEx não foi concebido para executar por si só uma análise. Ele disponibiliza uma série de opções de ferramentas, como, por exemplo: concordância e concordância complexa⁶⁹ – que realizam concordâncias ou a listagem de uma palavra específica juntamente com a parte do texto onde uma palavra ocorreu. Além disso, o FLEx gera também listas de palavras em que é possível ver a frequência de ocorrência delas nos textos que compõem o corpus.

O *Lexique Pro*, por sua vez, é um visualizador e editor de léxico interativo, com *hyperlinks* entre as entradas, exibições de categorias, reversão de dicionário, pesquisa e ferramentas de exportação. Ele é projetado para exibir os dados em um formato de fácil acesso para que possa ser compartilhado com outros pesquisadores. O *Lexique Pro* pode ler e exibir um banco de dados lexical se for: (i) um arquivo de texto com marcadores de formato padrão reconhecidos (o tipo de dados produzidos pelo *Toolbox*) ou (ii) um arquivo XML no formato LIFT (produzido pela FLEx ou WeSay⁷⁰). *Lexique Pro*, no entanto, não oferece o recurso de concordância que o FLEx oferece.

No caso específico da língua Apurinã, já existe um banco de dados digital, organizado pelo professor Dr. Sidi Facundes, pesquisador principal da língua, e seus alunos de projeto de pesquisa, atualmente, utilizando o programa computacional FLEx. Para a elaboração do dicionário da língua Apurinã também utilizamos o *Lexique Pro*, pois consideramos que o programa oferece mecanismos que facilitam a conexão entre itens lexicais, bem como na formatação/configuração do dicionário na versão on-line.

A seguir, apresentaremos mais detalhadamente a estruturação do banco de dados Apurinã.

⁶⁹ Concordância são listagens das ocorrências de um item específico acompanhado do texto ao seu redor.

⁷⁰ O *WeSay* também é um programa computacional produzido para o armazenamento de dados linguísticos.

3.2 Banco de dados eletrônico da língua Apurinã

A primeira versão de um banco de dados eletrônico para língua Apurinã⁷¹ foi construída com o auxílio do programa computacional *Shoebox*, posteriormente expandido no *Toolbox*, antes de, finalmente, ser exportada para o FLE_x. Neste banco de dados, o esquema de campos foi organizado de forma que todas as informações, tanto gramaticais como semânticas, obtidas em trabalho de campo fossem armazenadas. A seguir, apresentaremos um exemplo do banco de dados com alguns campos preenchidos e um exemplo de como essas informações aparecem:

Figura 04: Amostra da versão em *Toolbox* do banco de dados da língua Apurinã

The screenshot shows a window titled 'Toolbox - [APURINÃ_lex_010306_2]'. The interface includes a menu bar (File, Edit, Database, Project, Tools, View, Window, Help), a toolbar with navigation icons, and a search bar containing 'gogó de sola'. A dropdown menu on the right is set to 'flora e fauna'. The main area displays a table with two columns: field names on the left and their corresponding values on the right. The fields and their values are as follows:

\lx lexema	tsuraakury
\lc forma de citação	tsuraakury
\ph pronúncia fonética	tsura:kuri
\ps porte do discurso	nm
\gn glosa	maracanã, periquito
\dn definição	maracanã, periquito; comum em áreas mais abertas, como bordas de florestas secas próximas a campos com árvores isoladas. Vive em bandos de tamanhos variáveis, podendo reunir-se, para descansar, em grupos de centenas de indivíduos. Faz ninho em buracos de cupinzeiros em árvores e ocas de palmeiras, a pouca altura do chão.
\sc nome científico	<i>Amazona ochrocephala</i>
\wv exemplo em Apurinã	Tsuraakury putxitary tsaperyky. Nenua iuanatary tsaperyky itsukypanlika huwanataryna tsaperyky.
\vri exemplo	O maracanãzinho gosta do açaí e ele começa a estragar o açaí desde de verdinho.
\en informação enciclo	fr:Outras fínif: pássaro pequeno que come açaí. Não se come. Não se cria. É um dos bichinhos que o tsurá e seus irmãos mataram.
\nr morfologia	tsuraa-kury
\sd domínio semântico	ave
\pc imagem	.G.JPG\tsuraakury.jpg;4;3.JPG
\nt nota	O Norá deu o nome para o papagaio-campeiro.
\so fonte	Comunidade Vista Alegre
\st status	*JI *Agostinho *JB
\dt data	15/May/2006

At the bottom of the window, there is a status bar with the text 'tsuraakury', '675/783', and 'Apurinã.pjt'. In the bottom right corner, there are buttons for 'Ativar o W' and 'Acesse Config'.

Fonte: Brandão (2006, p. 46).

⁷¹ A primeira versão do banco de dados da língua Apurinã foi organizado por Sidi Facundes no *Shoebox* em 2000, e por ele e Ana Paula Brandão no *Toolbox* entre os anos de 2000 a 2005. Dessa versão do banco de dados organizado no *Toolbox* foi produzido o primeiro dicionário de fauna e flora Apurinã (FACUNDES, comunicação pessoal).

De acordo com Brandão (2006, p. 46), nesta versão do banco de dados foram colocados ao todo 34 marcadores (conjunto de categorias e subcategorias de conteúdo que compõem o banco de dados) que foram, inicialmente, usados na produção do dicionário de Fauna e Flora Apurinã. No Quadro 09 apresentamos o conteúdo dos marcadores usados na versão anterior do banco de dados Apurinã:

Quadro 09: Marcadores e conteúdos do banco de dados Apurinã no programa computacional Toolbox⁷²

Marcadores	Campo de banco de dados	Conteúdo
\lx	lexema	entrada na transcrição ortográfica
\lc	forma de citação	entrada flexionada que servirá como verbete do dicionário
\ph	pronúncia fonológica	forma fonológica de acordo om ipa, incluindo variação morfofonêmica
\va	variante	variedades, registros ou outras formas que identifiquem essa variante
\ps	parte do discurso	informações sobre as (sub)categorias das palavras
\mr	morfema	segmentação mórfica
\cf	correferência	indicação de verbetes relacionados
\gn	glosa	tradução aproximada
\gv	glosa Apurinã	tradução em Apurinã (este marcador apenas é ativado na elaboração do dicionário bilíngue)
\dn	definição	detalhamento da glosa
\dv	definição em Apurinã	detalhamento da glosa na perspectiva dos Apurinã.
\en	informação enciclopédica	descrição de determinados aspectos socioculturais não mencionados na definição
\lt	tradução literal	significado literal do termo
\hm	homonímia	homônimo; 1, 2, ...
\sy	sinonímia	sinônimos
\se	subentrada	casos de polissemia ou de nomes compostos
\sd	domínio semântico	com base na classificação científica colocamos se é peixe, ave, mamífero e etc.
\if	função lexical	lexemas semanticamente relacionados

⁷² Importante frisar que os marcadores no Quadro 09, que constituíam a primeira versão do banco de dados eletrônico da língua Apurinã serviram de base para a versão atual do banco que estamos utilizando neste trabalho.

\if Sim =	função lexical hierárquica	referencia a entradas pertencentes a um mesmo nível hierárquico biológico.
\if Gen =	nome genérico (hiperônimo)	inclui o nome referente àquela entrada
\if Spec =	nome das espécies	nomes relacionados àquela espécie que contém um nome genérico.
\pc	imagem	link que possibilita a inserção de ilustrações no dicionário
\et	etimologia Aruák	origem de um item lexical em uma língua Aruák
\eg	glosa da etimologia	só será preenchido após o trabalho histórico comparativo for concluído.
\nt	notas	notas sobre o dado (em geral colocamos informações dada por determinado falante, mas que precisa ser checada)
\st	status	não deve aparecer no dicionário, neste marcador insere-se informações de que determinado falante não reconheceu aquele item em sua variedade ou outras informações que carecem de verificação.
\so	fonte	nome do falante que forneceu o dado ou de sua comunidade.

Fonte: Adaptado de Brandão (2006, p. 47).

Atualmente, o banco de dados eletrônico da língua Apurinã, organizado no programa computacional FLEx, consiste em duas bases de dados: uma lexical, que conta com mais de 4.500 palavras e morfemas em Apurinã, cada qual com anotações sobre suas características gramaticais e semânticas, algumas informações fonológicas, enciclopédicas, antropológicas e também exemplos ilustrativos; e a outra base constituída de textos completamente interlinearizados, entre eles dois textos procedimentais; duas narrativas tradicionais; doze textos que foram produzidos para o material didático de conversação; cinco pequenos textos coletados para este trabalho. Há ainda 24 textos de tipos variados que ainda não foram interlinearizados no banco de dados, mas que já estão analisados em arquivos digitais ou cadernos de campo. Os dados desses últimos textos foram alimentados somente na área de registro lexical do FLEx.

Nas seções subsequentes, iremos apresentar mais detalhadamente as etapas de construção da versão atual do banco de dados digital da língua Apurinã, bem como os recursos disponíveis no FLEx que auxiliam na análise dos dados linguísticos.

3.2.1 Compilação, anotação e corpus linguístico

Como foi dito acima, a versão atual do banco de dados eletrônico da língua Apurinã foi organizada a partir de versões anteriores alimentadas no *Shoebox* e no *Toolbox*. Diante de algumas dificuldades encontradas no uso do *Toolbox*, as informações linguísticas contidas nele foram exportadas para o FLEx. Este programa, por sua vez, é mais flexível e permite ao linguista a opção de criar um banco de dados de acordo com as especificidades do seu trabalho, além da convergência com outros programas computacionais.

A partir da exportação das informações linguísticas do *Toolbox* para o FLEx, o banco de dados foi atualizado e expandido com as demais informações obtidas por Facundes ao longo de sua pesquisa, com dados obtidos em trabalhos de campo desenvolvidos especificamente para este trabalho, bem como de informações adquiridas em outros trabalhos acadêmicos desenvolvidos sobre a língua Apurinã. Atualmente, possuímos um banco de dados com mais de 4.500 entradas e 21 textos, distribuídos em duas bases de dados: uma lexical e uma de textos, além dos 24 textos utilizados apenas no registro lexical, mas que ainda não estão na base textos do banco de dados.

Na próxima subseção, iremos tratar mais detalhadamente da compilação e anotação do corpus construído para este trabalho.

3.2.1.1 Compilação do corpus: protocolo de coleta

O banco de dados previamente existente serviu de base para a formação do corpus desta pesquisa. O mesmo foi expandido com material linguístico coletado de maneira formal, com entrevistas baseadas em questionários semi-estruturados; elicitación de listas de palavras por campo semântico; conversas informais sobre aspectos socioculturais e históricos dos Apurinã; observações do cotidiano desse povo; e narrativas tradicionais Apurinã. Foram utilizados também, como dito anteriormente, trabalhos acadêmicos sobre Apurinã descritos na seção 1.4 do primeiro capítulo desta tese.

As entrevistas foram, em sua maioria, gravadas e filmadas, mas algumas ocorreram em situações informais de fala, tais como diálogos com os membros das comunidades Apurinã sobre, por exemplo, técnicas de plantio, procedimentos culinários ou artesanato, etc. Além da coleta de dados linguísticos, algumas entrevistas tiveram o objetivo de fazer um levantamento

sociolinguístico de informações acerca da história da comunidade, da origem e migrações dos membros da comunidade, das escolas Apurinã, etc. (ver apêndice II)⁷³.

Em relação à elicitação, este mecanismo de coleta de dados foi bastante útil tanto na observação de questões estritamente linguísticas, como, por exemplo, formação de um dado item lexical, quanto na documentação de elementos referentes a plantas, animais, sistema numérico, partes do corpo, elementos da natureza, etc., que revelaram aspectos culturais importantes deste povo. Esse método, segundo Mithun (2011), é uma boa ferramenta para se coletar longas listas de palavras. A coleta dessas listas de palavras seguiu um protocolo, onde se buscou realizar o levantamento lexical observando, por exemplo, (i) a estrutura morfológica e fonológica da palavra, (ii) as variantes linguísticas, (iii) os usos e funções dos elementos da fauna e flora na sociedade Apurinã, (iv) bem como a parte/substância desses elementos que era utilizada. O Quadro 10 ilustra a organização deste protocolo de coleta:

Quadro 10: Protocolo de coleta⁷⁴

Município:	Localização:
Colaborador: Idade:	Comunidade: TI: Origem do Colaborador:
Entrada Lexical:	Glosa:
Classe Gramatical: Subcategoria:	Estrutura Morfológica: Gênero:
Estrutura Fonológica: Padrão Silábico:	Realizações Fonéticas:
Informação Semântica:	Campo Semântico:
Cognato:	Língua Aruák:
Etimologia:	
Exemplo:	
Nome científico:	Informações científicas: Fonte:
Variante: Tipo de Variante: Notas Sociolinguísticas:	Comunidade:
Usos/Funções:	Parte utilizada: Preparo:
Notas culturais:	
Notas enciclopédicas:	
Pesquisador(a):	Data/Local da coleta:

Fonte: Elaborado pela autora.

⁷³ As informações obtidas por meio deste levantamento sociolinguístico serão utilizadas na construção do Atlas Enciclopédico Apurinã em fase de elaboração.

⁷⁴ A partir deste protocolo de coleta foram coletados aproximadamente 800 itens lexicais.

O corpus desta pesquisa conta, ainda, com quarenta e cinco textos, sendo 21 textos já interlinearizados no banco de dados, estes textos incluem: (i) duas narrativas, intituladas *Kema* e *Awãí*, e dois textos procedurais *Awiri* ‘rapé’ e *Katarukyry* ‘farinha’⁷⁵; (ii) doze textos do material de conversação da língua Apurinã, denominado *Amu Asãkirewata Pupykary Sãkire*, das mais variadas temáticas⁷⁶; (iii) e cinco pequenos textos coletados e interlinearizados pela autora do presente trabalho; (iv) sete pequenos textos do material de alfabetização; (v) quinze textos retirados de Freitas (2017)⁷⁷; (vi) quatro relatos pessoais retirados de Costa (2017). A transcrição desses textos foi feita com a ajuda de falantes da língua Apurinã e com o auxílio do programa computacional ELAN⁷⁸, utilizado para anotar e transcrever, manual e semi-automaticamente, gravações de áudio e/ou vídeo.

A relevância de se trabalhar com essa quantidade e diversidade de textos consiste na possibilidade de oferecerem informações importantes sobre: (i) propriedades linguísticas que ainda não foram descritas na língua; (ii) identificação de formas arcaicas ou elementos novos que ainda não foram registrados; (iii) bem como a inferência sobre aspectos culturais e históricos do povo Apurinã.

Optou-se, portanto, por constituir o corpus desta pesquisa com textos de diferentes gêneros/temáticas coletados para diferentes pesquisas e em diferentes períodos. Tal escolha se estende também à coleta de unidades lexicais do Apurinã. A razão dessa seleção consiste na necessidade de termos um corpus que represente o máximo possível da diversidade linguística do complexo dialetal Apurinã.

Na próxima subseção, iremos tratar acerca da forma como esse corpus, descrito nos parágrafos acima, foi anotado no banco de dados eletrônico da língua Apurinã.

⁷⁵ O primeiro texto, *Kema* ‘anta’, narra a história de uma moça que é raptada por uma anta e a tentativa da família em levar a moça de volta para a aldeia. O texto *Awãí*, conta a viagem que um pajé decide fazer para visitar seus parentes Apurinã. No que diz respeito aos textos procedimentais, o primeiro, *Awiri* ‘rapé’, descreve como fazer rapé, um elemento muito importante na cultura Apurinã e cujo conhecimento, infelizmente, vem se perdendo; o segundo texto procedural, *Katarukyry* ‘farinha’, descreve como se faz farinha, comparando aspectos do presente e passado Apurinã.

⁷⁶ A intelinearização desses textos foi feita por Freitas (2017).

⁷⁷ Os textos retirados da tese de Freitas (2017) foram coletados durante pesquisa de campo realizada entre novembro de 2014 e dezembro de 2016.

⁷⁸ O Elan é um programa computacional de distribuição gratuita produzido pelo Instituto Max Planck (<https://tla.mpi.nl/tools/tla-tools/elan/download/>).

3.2.1.2 Anotação e análise do corpus linguístico Apurinã no FLEx

A base de dados lexical foi organizada de maneira a gerar um dicionário bilíngue da língua Apurinã, que possa ser utilizado nas escolas Apurinã, e também como instrumento de pesquisa para diferentes áreas. A Figura 05 ilustra a base atual de dados lexicais Apurinã no FLEx:

Figura 05: Amostra da base de dados lexical

The screenshot displays the FLEx software interface. On the left, a sidebar contains navigation options like 'Léxico', 'Texts & Words', 'Gramática', 'Notebook', and 'Listas'. The main window is split into two panes:

- Entradas (Table):** A table with columns for 'Forma de Lexema', 'Glossa (Par)', 'Info. Gram.', 'Domínio Semântico', 'Variantes', and 'Uso'. The table lists various Apurinã words such as 'atukuyin', 'naky', 'nakhale', 'ilamari', 'awáikáiti', 'le', 'makari', 'háiti ilakery', 'xubipaká', 'Pati', 'inháitihi', 'lityachi', 'ita', and 'Atu'. Each entry includes its glossa and grammatical information.
- Entrada (Detail View):** A detailed view for the word 'tútaky'. It shows the full entry: 'tútaky [tu'takɨ] (katsúntale tsúntakɨ) n epistó (sem. dorso: parte de árvore - parte de árvore.)'. Below this, various linguistic and extralinguistic fields are populated, such as 'Forma de Lexema', 'É Forma Abetada', 'Tipo de Morfema', 'Ambientes', 'Nome do Radical', 'Forma de Citação', 'Pronúncia', 'Padrão CV', 'Tom', 'Localização', 'Etimologia', 'Nota', 'Significado Literal', 'Biólogico', 'Restrições', and 'Definição Resumida'.

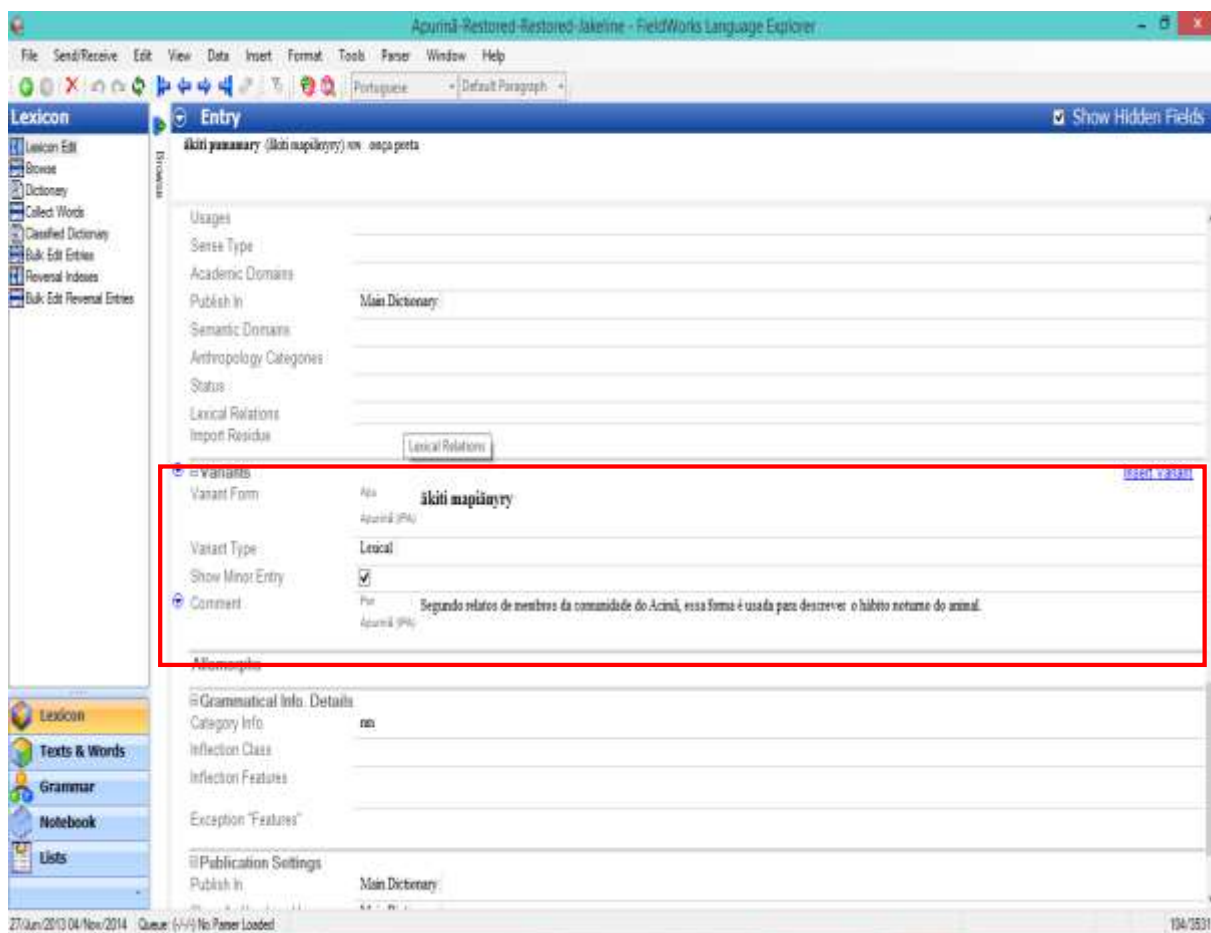
Fonte: Banco de dados da língua Apurinã.

O painel de navegação da base de dados lexical é organizado em duas áreas de visualização: (i) uma de busca, onde podemos encontrar os seguintes campos: forma de lexema, tipo de morfema, pronúncia; glosa; informação gramatical; exemplo; fonte; domínio semântico; variante; e (ii) uma de edição, onde podemos alimentar as informações linguísticas e extralinguísticas no banco de dados. Como podemos observar, essa base de dados registra diferentes informações.

Importante ressaltar que, nesse banco de dados, as informações sociolinguísticas coletadas como parte da pesquisa de Lima-Padovani (2016), e que também são importantes para o desenvolvimento deste trabalho, foram armazenadas principalmente em dois campos

específicos: variantes e tipo de variantes. No primeiro campo, estão as variantes de um mesmo conceito semântico; no segundo campo, são descritos o tipo de variantes e as condições de uso de cada variante. Na Figura 06, apresentamos um exemplo de como essas informações aparecem no banco de dados.

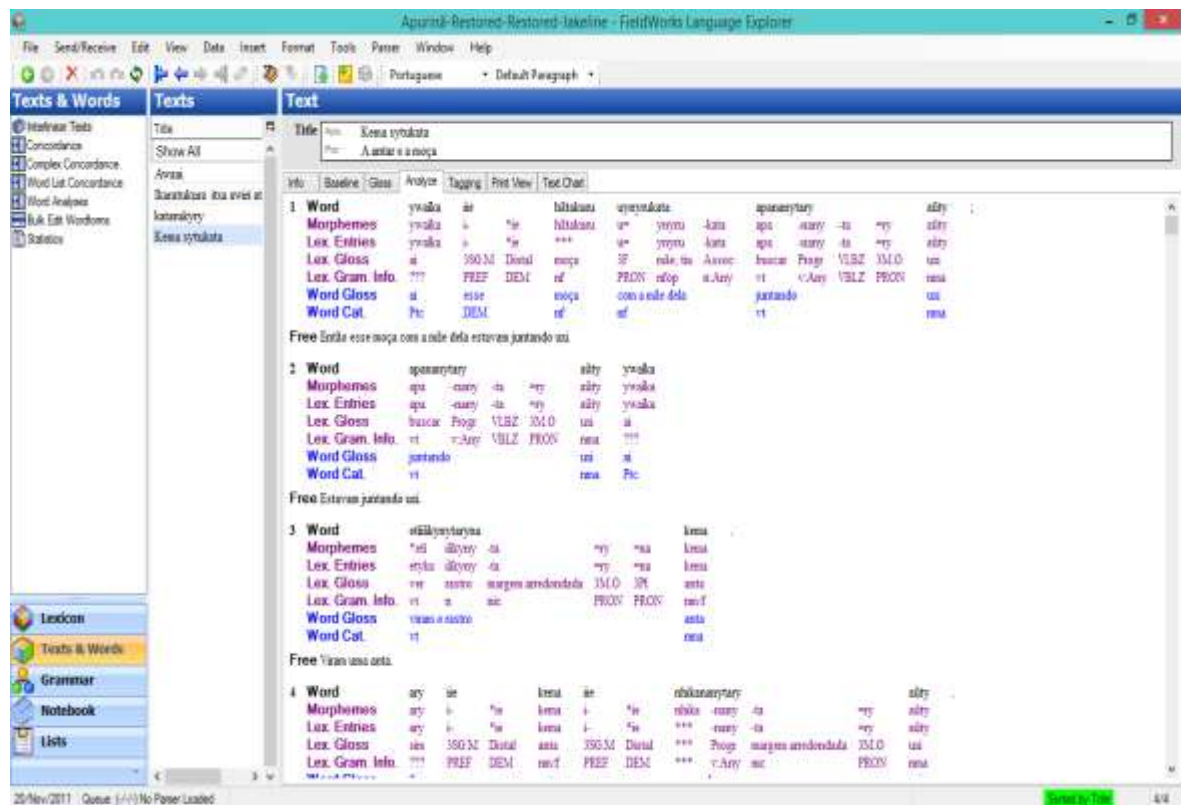
Figura 06: Amostra do banco de dados com informações sociolinguísticas



Fonte: Banco de dados da língua Apurinã.

No que concerne à base de dados de textos, esta serviu para armazenar os textos previamente transcritos e traduzidos, como mostra a Figura 07 abaixo:

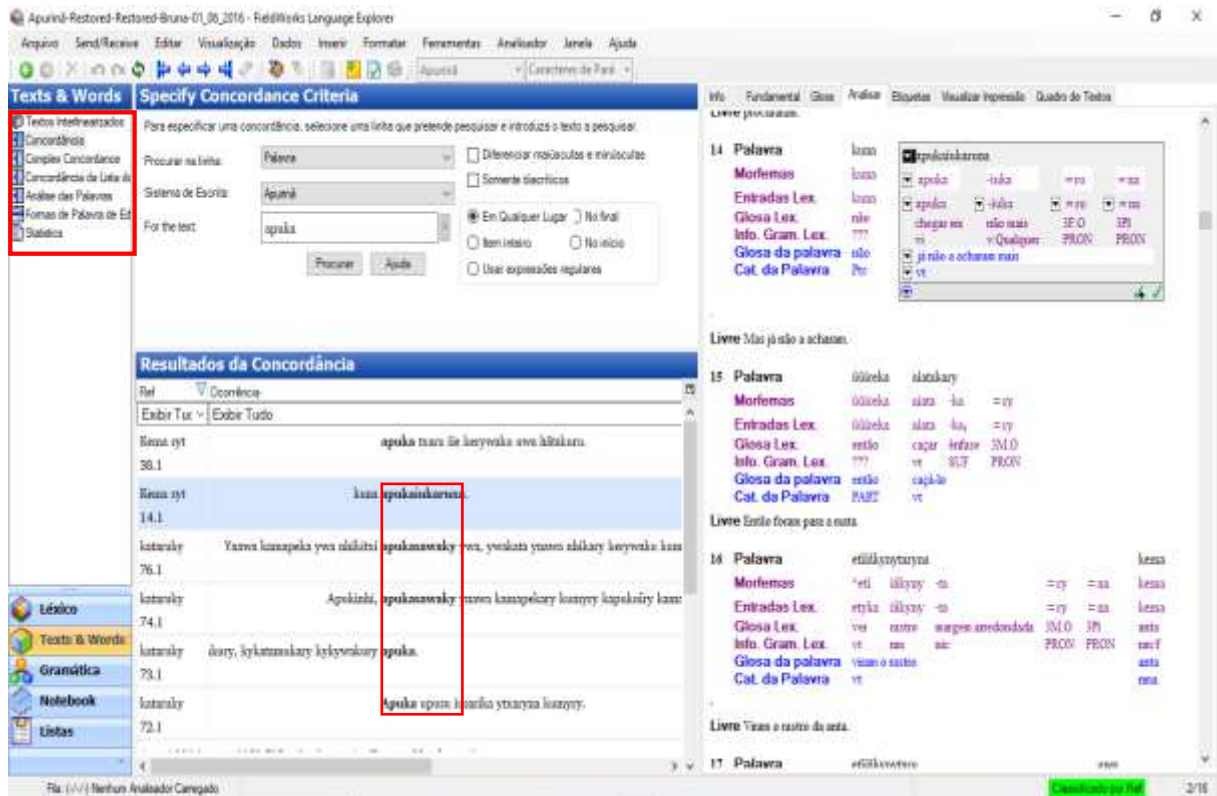
Figura 07: Amostra da base de textual



Fonte: Banco de dados da língua Apurinã.

O programa FLEXP permite interlinearizar e anotar cada texto, provendo as informações linguísticas de cada morfema das palavras que o compõem, como observamos na Figura 07, com base em informações previamente alimentadas na base lexical. Na base de texto é possível realizar ainda a concordância (também chamado de busca ou nóduo, que pode ser formado por uma ou mais palavras). No FLEXP a concordância é acionada de três maneiras: (i) concordância; (ii) concordância complexa; e a (iii) concordância de lista. A Figura 08 ilustra uma concordância produzida pelo FLEXP para a forma *apuka*:

Figura 08: Banco de dados com informações obtidas com a ferramenta concordância



Fonte: Banco de dados da língua Apurina.

A interface da concordância é formada pelos seguintes recursos, conforme mostra a Figura acima:

- (i) *Specify Concordance Criteria* (área de busca) - onde se especifica a unidade que se pretende pesquisar, o lugar onde encontrar a unidade no texto (palavra, glosa, tradução, etc.), o sistema de escrita (português/Apurina), etc.
- (ii) Resultados da Concordância – área onde podemos visualizar o item selecionado no texto. Nessa área há, ainda, o menu: a) Referência (Ref): espaço que indica em que texto e o número da linha onde ocorre o item selecionado; b) ocorrência: menu que apresenta o trecho do texto onde ocorre o item da busca.
- (iii) Texto – área em que se pode visualizar o texto intelinearizado.
- (iv) Classificado por Ref – área no final da janela que indica a quantidade de ocorrências da unidade selecionada no corpus.

A partir do recurso ‘concordância’, é possível verificar as unidades lexicais que compõem um conjunto de textos que, por sua vez, constituem um corpus em termos de frequência de ocorrência, tipos, categorias gramaticais, particularidades semânticas e seus contextos de uso. O uso da concordância é feito, essencialmente, para identificar de forma

exaustiva as instâncias de uso de uma forma linguística e, através delas, construir generalizações sobre as condições de uso e função dessa forma linguística.

Finalmente, na próxima subseção, trataremos da interação entre Linguística de Corpus e o trabalho lexicográfico, enfatizando a importância da aplicação desse método para o trabalho com línguas indígenas .

3.3 Diálogo entre a Linguística de Corpus e o trabalho lexicográfico

O trabalho lexicográfico sempre foi baseado em corpora volumosos e amplos. A manipulação desses corpora, por sua vez, era feita de modo manual e envolvia, em geral, grandes equipes de colaboradores. A Linguística de Corpus veio revolucionar este trabalho e o modo como ele era executado. A Lexicografia foi uma das primeiras áreas da linguística a fazer uso de corpus armazenado e organizado eletronicamente. Cada vez mais, esta área faz uso de *softwares* e acervos digitais. Finatto (2007, p. 447) afirma que, desse diálogo entre Lexicografia e Linguística de Corpus, criou-se um novo ritmo de trabalho e pesquisa dentro dos domínios da linguística (Lexicologia, Lexicografia e Terminologia) que se detêm a investigar o léxico.

Segundo Berber Sardinha (2004), independentemente do tipo de dicionário, é tendência entre lexicógrafos se trabalhar a partir de um corpus, o mais extenso e variado possível, para que sejam viáveis generalizações em relação a usos ou à capacidade de combinação de uma dada unidade lexical. Ter um corpus linguístico volumoso e variado é, portanto, fundamental para afirmar quais acepções são mais importantes e quais as mais secundárias ou menos frequentes em uma língua.

Nesse sentido, Finatto (2007, p. 316) afirma que só a partir de exemplos extraídos de um corpus é que se pode ter a certeza de que as acepções e usos de uma unidade lexicográfica presente em um dicionário é de fato real. Este mesmo princípio se aplica aos dicionários bilíngues, no âmbito de se evitar imprecisões com falsos equivalentes que, segundo Xatara e Riva (2010, p. 317), se perpetuam em pesquisas de dicionários para dicionários. É imprescindível selecionar equivalentes com base em exemplos, e não elaborar os exemplos a partir dos equivalentes selecionados.

Os corpora linguísticos também são fundamentais para a seleção de exemplos que integram os verbetes dos dicionários (sejam eles mono ou bilíngues). Os exemplos extraídos de um corpus são considerados típicos da língua e parecem ser mais eficientes para aprendizes do que exemplos criados por lexicógrafos. Rundell (1999) afirma que é possível também o lexicógrafo fazer pequenos ajustes e adaptações em exemplos retirados de um corpus a fim de torná-los adequados para a finalidade de mostrar o uso típico de um item lexical.

O trabalho lexicográfico realizado a partir da utilização de um corpus linguístico organizado em um banco de dados eletrônico é de suma importância para a descrição e documentação de línguas indígenas ameaçadas de extinção, pois através desses arquivos digitais é possível documentar e deixar para a posteridade os registros de trabalhos realizados em comunidades indígenas. A documentação em espaços eletrônicos contribui não apenas para trabalhos lexicográficos, mas auxilia na elaboração de gramáticas, textos e a circulação do conhecimento científico dessas línguas. Conseqüentemente, auxilia também na preservação e valorização do patrimônio cultural e linguístico existente no Brasil.

Cabe destacar, ainda, que é importante que toda a comunidade de Letras e Linguística do nosso país tenha acesso e conhecimento acerca desse modo de criar e analisar informações linguísticas, pois somente com maior interesse será possível dar visibilidade a essas questões.

3.4 Resumo do capítulo

Nesse capítulo fizemos uma breve discussão sobre os princípios da Linguística de Corpus. Buscamos apresentar as semelhanças e diferenças entre os diferentes tipos de corpus. Indicamos os *softwares* que podem ser usados em análises linguísticas baseadas nesta abordagem da Linguística. Mostramos os procedimentos e etapas adotadas na constituição do corpus e do banco de dados eletrônico da língua Apurinã. Apresentamos também a maneira como este corpus está organizado no banco de dados digital desta língua. Buscamos, ainda, ressaltar ao longo do capítulo a importância dessa área da Linguística para pesquisas como a retratada neste trabalho e para descrição e documentação de línguas indígenas em geral.

SEGUNDA PARTE
ESTRUTURA DO LÉXICO APURINÃ

4 ASPECTO FONÉTICO-FONOLÓGICO

Neste capítulo, apresentaremos, com base em Facundes (2000), uma visão geral dos aspectos fonético-fonológicos da língua Apurinã. Primeiramente, apresentaremos os quadros de vogais e consoantes da língua pontuando as variações fonológicas que ocorrem com determinados segmentos que, por sua vez, marcam distintas variedades na língua. Trataremos também da estrutura silábica, acento, bem como do sistema ortográfico empregado neste trabalho. As informações aqui tratadas dão suporte às escolhas adotadas na ortografia e na transcrição das unidades lexicais empregadas no dicionário Apurinã. Vale ressaltar que a relevância de se discutir tais questões neste trabalho, que trata do sistema lexical da língua Apurinã, decorre da demanda dos próprios Apurinã e dos professores indígenas que relataram a necessidade de ter materiais didáticos que marcassem a maneira de se pronunciar as palavras do Apurinã, uma vez que a maioria dos indivíduos não sabe mais a sua língua nativa.

4.1 Inventário fonético-fonológico da língua Apurinã

A língua Apurinã apresenta um quadro de 35 segmentos fonológicos, sendo cinco vogais orais com contraste de nasalidade e prolongamento, totalizando 20 segmentos (cinco vogais orais breves, cinco vogais orais longas, cinco vogais nasais breves, cinco vogais nasais longas) e 15 consoantes. Existem também em Apurinã variações fonológicas que podem ser condicionadas ou livres.

4.1.1 Vogais

Como mencionamos anteriormente, o sistema vocálico da língua Apurinã é constituído por cinco segmentos vocálicos, sendo dois anteriores /i/ e /e/, dois centrais /i/ e /a/ e um posterior /u/ que, por sua vez, apresentam contrastes fonológicos de duração e de nasalidade (todas as vogais que são nasais são marcadas pelo símbolo til, ‘~’, sobre elas)⁷⁹, como podemos observar no Quadro 11 abaixo:

⁷⁹ O uso do “til” em Apurinã é utilizado em vogais nasais que ocorram em qualquer ambiente, diferente do português que também usa as consoantes nasais ‘m’ e ‘n’ pós-vocálico para distinguir vogais nasais.

Quadro 11: Sistema vocálico da língua Apurinã

Vogais curtas			Vogais Longas				
ANTERIOR	CENTRAL	POSTERIOR	ANTERIOR	CENTRAL	POSTERIOR		
Oral/Nasal	Oral/Nasal	Oral/Nasal	Oral/Nasal	Oral/Nasal	Oral/Nasal		
Alta	i/ĩ	i /ĩ	u/ũ	Alta	i:/ĩ:	i:/ĩ:	u:/ũ:
Média	e/ẽ			Média	e:/ẽ:		
Baixa		a/ã		Baixa		a:/ã:	

Fonte: Facundes (2000, p. 56, *tradução e adaptação da autora*).

O segmento vocálico /i/ é realizado, por alguns falantes, com a posição da língua um pouco mais anterior. O fonema /e/, por sua vez, tende a ser realizado foneticamente como uma vogal média baixa anterior [ɛ] precedido dos segmentos vocálicos /a/, /ɛ/, /u/. O fonema /u/ alterna com outras posições posteriores nas distintas variedades do Apurinã como, por exemplo, [o], [u] ou [ʊ], caracterizando-se na língua como uma variação livre. Observe os exemplos abaixo que ilustram tais variações:

(2)

- a. [kɛ.ta] ‘atirar’
- b. [kɛ.'ru.pa] ‘Quem é ela?’
- c. [juĩ.'tɛ.ka] ‘apoiar, sustentar, encostar’
- d. [mi.'tɛ.ka] ‘correr’
- e. [tɛ.rɛ.ta] ‘amar/gostar’
- f. [hɛ.'rɛ.ka] ‘É bom’

(3)

- a. ['si.to] ~ ['si.tu] ~ ['si.tʊ] ‘mulher’
- b. ['no.ta] ~ ['nu.ta] ~ ['nʊ.ta] ‘1SG’
- c. ['po.to] ~ ['pu.tu] ~ ['pʊ.to] ‘lábios’

Em relação às vogais nasais, Facundes (2002, p. 64) afirma que pode haver neutralização do traço distintivo de nasalidade antes de uma consoante nasal; ou seja, nesse ambiente, vogais nasais e orais alternam entre si, como demonstram os exemplos a seguir:

(4)

- | | |
|--|-------------|
| a. [a.ma.'ri.te] ~ [ã.ma.'ri.te] | ‘filho de’ |
| b. [he.ne.'mã] ~ [he.nẽ.'ma] ~ [hẽ.nẽ.'mã] ~ [hẽ.ne.'mã] | ‘saliva de’ |
| c. [ʃi.'ma.ke] ~ [ʃĩ.'ma.ke] | ‘peixe’ |
| c. [ʃa.mi.na] ~ [ʃa.mĩ.na] | ‘fogo’ |

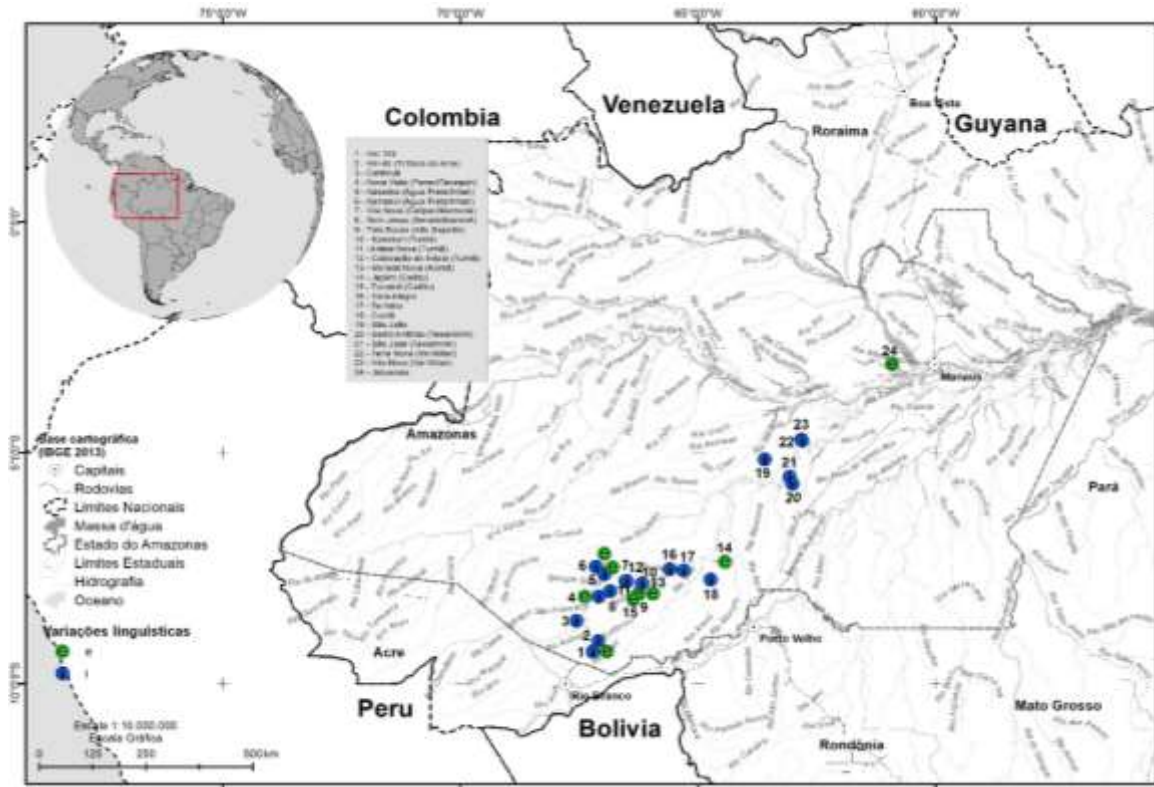
Outra alternância que parece ser bastante comum na língua Apurinã é a que ocorre entre a vogal média anterior /e/ e a vogal alta central /i/. Segundo Barreto (2007), essa variação é bastante informativa, pois é a variação fonológica mais frequente atestada na língua Apurinã. Entretanto, não foi possível determinar em que ambientes essa variação ocorre, uma vez que ela pode se realizar após diferentes consoantes, no início, meio e no final de palavras, como ilustram os exemplos abaixo retirados de Lima-Padovani (2016, p. 66-68):

(5)

- | | |
|----------------------------------|-------------|
| a. [tʃa.pĩ.ri.ki] ~ [tʃapeɾiki] | ‘açai’ |
| b. [i.pĩ.ti.ki.ri] ~ [epĩtikiri] | ‘bem-te-vi’ |
| c. [sã.ni] ~ [sãne] | ‘caba’ |
| d. [ka.wi.ri] ~ [kaweri] | ‘pupunha’ |

A Carta Linguística 01 abaixo ilustra a distribuição geográfica da variação fonológica entre /e/ e /i/:

Reprodução da da carta linguística 01: /e/ ~ /i/⁸⁰



Fonte: Elaborado por Bruna Lima-Padovani e Cinthia Ishida (2020).

Em um estudo comparativo de Apurinã baseado em documentos antigos, Facundes, Neves e Lima-Padovani (2015, p. 150) confirmam que a variação entre /e/ e /i/ também é a variação fonológica mais frequente na língua, e é mais ou menos unidirecional; ou seja, há muitos casos de formas com o /i/ no Apurinã atual que correspondem a /e/ nos documentos antigos, mas há também muitas formas em que o /e/ nos dados antigos não corresponde a /i/ no Apurinã atual. Por exemplo, enquanto *ni-* ‘1sg’ no Apurinã atual corresponde a *ne-* nos documentos antigos, *-pe* ‘pó, massa’ tem a mesma forma, tanto nos documentos antigos quanto nos dados do Apurinã atual. Além disso, /i/ também aparece nos documentos antigos, por exemplo, nas vogais finais em *ne-potólikī*⁸¹ ‘meu joelho’, em Koch-Grünberg, e em *kīwī* ‘cabeça’, em Nimuendajú, e a vogal inicial em *ywa* ‘3m.sg’. Isso sugere que em um determinado momento no passado, houve processo de alternância entre /e/ e /i/ nas mesmas variedades da língua, e que mais adiante isso transformou-se em uma mudança linguística em que algumas comunidades usavam /e/ no lugar de /i/ e outras comunidades faziam o inverso.

⁸⁰ As Cartas Linguísticas que compõem este trabalho foram produzidas para a dissertação de mestrado de Lima-Padovani (2016) e revisadas e atualizadas por Cinthia Ishida, exceto a Carta Linguística 01 que foi elaborada pelas mesmas autoras para este trabalho.

⁸¹ Em Nimuendajú (1955b), indica que o símbolo [i] aproxima-se da vogal alta central não arredondada [ɨ].

Assim, o uso de /e/ e /i/ transformou-se em um traço fonológico marcador de diferentes variedades da língua no estado atual do Apurinã, caracterizando, no presente, um caso de variação geográfica (para mais informações acerca desta variação fonológica ver BARRETO, 2007 e LIMA-PADOVANI, 2016).

4.1.2 Consoantes

O sistema consonantal é constituído por 15 segmentos, que estão distribuídos considerando a qualidade fonética de cada um. No Quadro 12, apresentamos o sistema consonantal da língua Apurinã.

Quadro 12: Sistema consonantal da língua Apurinã⁸²

Ponto Modo	Labial	Alveolar	Palatal	Velar	Glotal
Oclusiva	p	t	c	k	
Nasal	m	n	ɲ		
Tepe		r			
Fricativa		s	ʃ		h
Africada		ts	tʃ		
Aproximante	w		j		

Fonte: Facundes (2000, p.71, *tradução e adaptação da autora*).

Como podemos observar no Quadro 12, acima, Apurinã não distingue consoantes surdas e sonoras, entretanto, as consoantes oclusivas podem se realizar foneticamente como sonoras, em alguns casos. Este fenômeno ocorre, em geral, depois de um som nasal, como em (5a) e (5b). Há, entretanto, ocorrências também de oclusivas surdas se realizando como sonoras no início de palavras, como em (5c), (5d), (5e) e (5f), como ilustrados em (6) (FACUNDES, 2000, p. 74). Apesar de serem pronunciados como sons vozeados, falantes nativos não aparentam contrastar vozeado *versus* não vozeado perceptualmente mesmo nesses casos. Tais casos carecem ainda de um estudo sistemático sobre o seu estatuto fonológico. Nesta e nas pesquisas anteriores, eles têm sido tratados como casos de variações de um mesmo fonema.

(6)

⁸² Destaca-se que Facundes (2000) não considerou inicialmente a existência do fonema /c/, realizado como oclusiva palatal surda, somente, atualmente, o autor incluiu esse fonema no inventário fonético-fonológico da língua Apurinã, como veremos na seção 4.4.

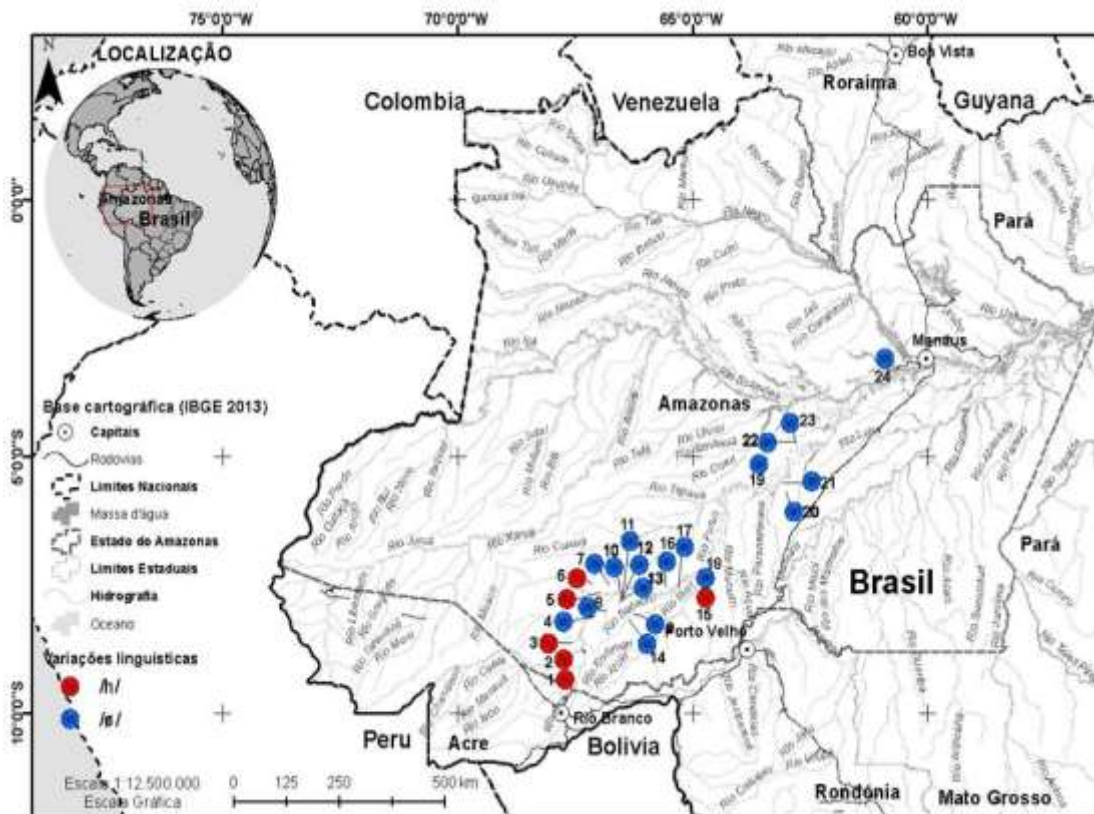
- a. [pu.pĩ.ga.ri] ‘Apurinã’
 b. [a.nã.ba] ‘cachorro’
 c. [do.'ro.wa] ‘tipo de sapo’
 d. [be.'so.ri] ‘boto’
 e. ['dã.mu] ‘tipo de lagarto’
 f. ['ge.si] ‘arco-íris’

Os segmentos /j/ e /w/ podem ser considerados consoantes aproximantes porque ambos envolvem o movimento de um articulador na direção de outro, mas sem a produção de uma corrente de ar turbulenta (LADEFOGED 1993, p. 10 apud FACUNDES 2002). No caso de /j/, os articuladores envolvidos são a parte frontal da língua e o palato duro, portanto, se aproximando do [i]. Em relação a /w/⁸³, este envolve com os articuladores da parte posterior da língua e o palato mole se aproximando do [u]. Os demais segmentos são pronunciados como indicado pelo seu posicionamento no Quadro 12.

É importante mencionar, ainda, que há alguns segmentos consonantais que variam, caracterizando-se como marcas distintas de variedades dialetais na língua Apurinã. Um desses segmentos é a fricativa glotal /h/ que varia com \emptyset em algumas comunidades, como podemos observar na Carta Linguística 02:

⁸³ Seguindo Freitas (2017, p. 47), adotamos o símbolo /ɰ/ (correspondente à aproximante velar na tabela do IPA), utilizamos /w/ (aproximante lábio-velar sonora), por considerarmos tal som mais próximo do que ocorre na língua.

Reprodução da Carta Linguística 02: /h/ ~ /ø/



Fonte: Lima-Padovani (2016, p. 122).

A Carta Linguística 02 ilustra a distribuição geográfica de uma das marcas fonológicas mais importantes na distinção entre variedades na língua Apurinã e que consiste na presença ou ausência da fricativa glotal /h/ no início de algumas unidades lexicais. Nota-se que a ocorrência do fonema /h/, com seis registros, concentra-se nas comunidades que se localizam no Médio Alto Purus. Porém, atestamos ocorrência dessa variante na comunidade do Curriã (ponto 16), localizada na região do Médio Purus. Parte dos indivíduos que compõem essa comunidade migraram da região do Médio Alto Purus, fato que explica a presença dessa variante no Médio Purus, onde a ausência do fonema /h/ é predominante, ocorrendo em 12 pontos distintos (LIMA-PADOVANI, 2016, p. 122).

Importante frisar também que esse fonema apresenta uma distribuição fonotática restrita, pois apenas ocorre no início de algumas palavras, exceto se for precedido pela forma clítica *nu* = '1sg' (FACUNDES, 2000)⁸⁴.

⁸⁴ No corpus indentificamos mais três exemplos em que o som consonantal /h/ ocorre no meio da palavra: *kemahāwithe* 'boi, vaca'; *meritihāwithe* 'porco doméstico' e *manhityhāwithe* 'carneiro'. No entanto, estes exemplos são palavras compostas e possuem variantes. Ou seja, o som consonantal /h/ não ocorre, de fato, no meio da palavra, ele ocorre no início da segunda forma da palavra composta. Isto confirma que o fonema /h/ tem a restrição fonotática de ocorrer apenas no início de palavra.

(7)

- a. [hã.pu.ta] ~ [ã.pu.ta] ‘abano’
 b. [hã.ki.pa] ~ [ã.ki.pa] ‘coração’
 c. [hĩ.wi] ~ [ĩ.wi] ‘flor’
 d. [he.rẽ.ka] ~ [e.rẽ.ka] ‘sangue’

Facundes, Neves e Lima-Padovani (2015, p. 153-154), ao examinarem documentos antigos, observaram duas questões: a primeira é que o fonema /h/ já existia no Apurinã antigo; a segunda é que, provavelmente, cada uma das variantes, com ou sem /h/, já existia na época em que tais dados antigos foram registrados⁸⁵.

Lima-Padovani (2016, p. 72) verificou também que mesmo entre algumas comunidades de fala em que predominantemente não se faz uso do /h/, há duas palavras, (*h*)ãty ‘um’ e (*h*)ĩthe ‘2pl’, em que este fonema ocorre. No Quadro 13 apresentamos as comunidades em que o /h/ ocorre apenas nessas duas palavras.

Quadro 13: Presença ou não do fonema /h/ nas palavras para ‘um’ e ‘você’

Variedades	Presença do fonema/h/
Japiim, Terrinha, Vista Alegre, Tumiã, São João, Tawamirim, Itixi Mitari	/h/ presente nas palavras <i>hãty</i> ‘um’ e <i>hĩthe</i> ‘2pl’
São José, Peneri	/h/ presente apenas na palavra <i>hĩthe</i> ‘2pl’

Fonte: Lima-Padovani (2016, p. 72).

O caso da fricativa glotal /h/, segundo Lima-Padovani (2016), é particularmente importante não só por operar como distinção fonológica entre variedades, mas também dado o seu *status* em outras línguas Aruák. Segundo Facundes e Brandão (2005), o fonema /h/ é reconstruível para o estágio que precede o surgimento de Apurinã, Piro e Iñapari como línguas distintas, mas foi perdido na maior parte das palavras em Apurinã, em alguns casos dando origem à nasalidade espontânea da vogal seguinte, como mostram os exemplos abaixo.

⁸⁵ Os dados foram registrados no final do século XIX por Polak.

(8)

- a. Apurinã: ãpikiri ‘urucum’
 b. Piro: hapixri ‘urucum’
 c. Iñapari: hapísiri ‘urucum’

Os dados da reconstrução interna de Apurinã reforçam a ideia de que a fricativa glotal é resultado de retenção, e não de inovação na língua, pois essa é a explicação mais adequada para o surgimento da nasalidade espontânea em palavras como aquela em (8a).

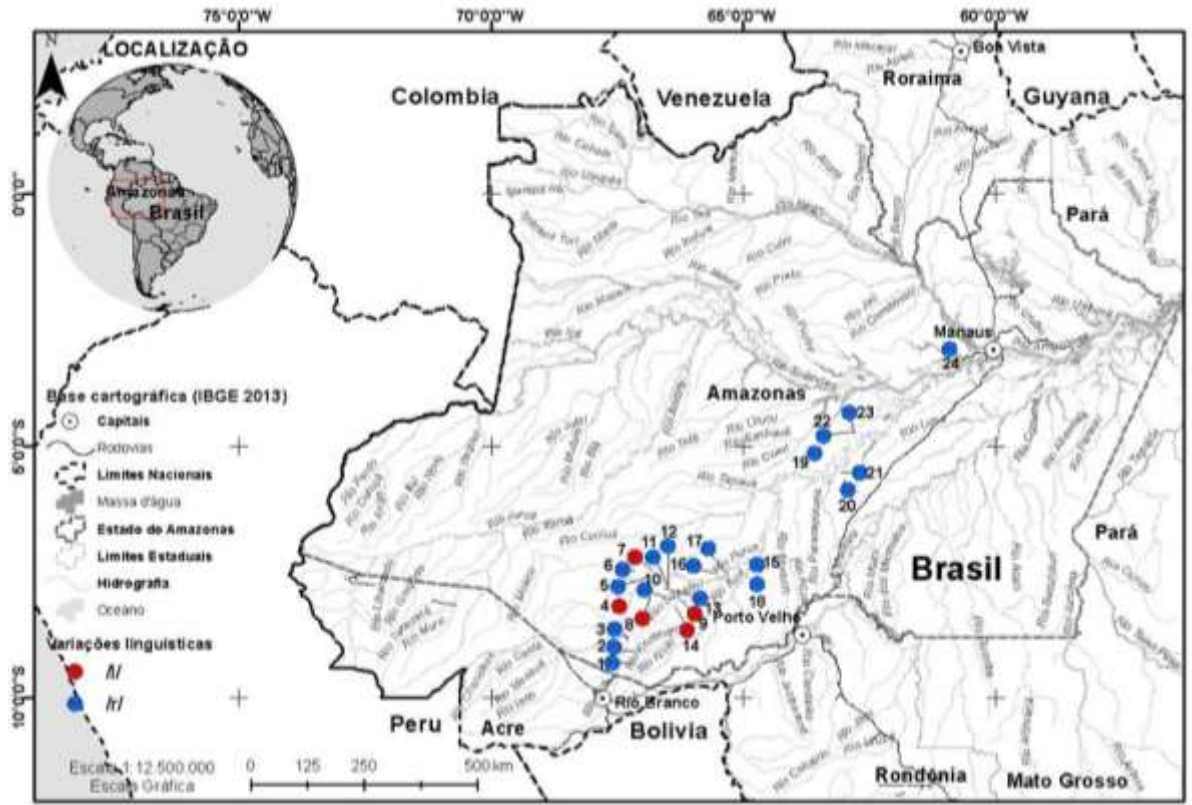
Outro caso de variação de segmento consonantal a ser considerado na língua Apurinã é a variação que ocorre com o fonema /r/. Em algumas comunidades, esse fonema apresenta dois alofones [r] e [ɽ]. Embora Barreto (2007) tenha já identificado essas formas como indicadores de variedades na língua, uma vez que [ɽ] ocorre em algumas comunidades e em outras não, somente recentemente no trabalho de Lima-Padovani (2016, p. 72) foi possível coletar e analisar sistematicamente variedades em que essa alternância ocorre. Após essa análise, verificou-se que essa variação ocorre sempre diante das vogais altas: anterior /i/, central /ɨ/ e posterior /u/, como se pode observar nos exemplos abaixo:

(9)

- a. [kĩ.tu.ri] ~ [kĩ.tu.li] ‘cigarra’
 b. [ma.paã.na.ri] ~ [ma.paã.na.li] ‘irara’
 c. [i.ra.ri] ~ [i.ra.li] ‘queixada’
 d. [pu.ma.ma.ri] ~ [pu.ma.ma.li] ‘preto’
 e. [ka.su.ru.ri] ~ [kasululi] ‘surucucu’

A Carta Linguística 03 apresenta a distribuição geográfica da variação entre os alofones [r] e [ɽ], variantes que, como mencionamos anteriormente, marcam grupos linguísticos distintos em Apurinã.

Reprodução da Carta Linguística 03: [r] ~ [l]



Fonte: Lima-Padovani (2016, p. 121).

Registramos a ocorrência do alofone [l] em cinco áreas habitadas pelos Apurinã. São elas: Nova Vista (Peneri/Tacaquiri); Vila Nova (Catipari/Mamoriá); Bom Jesus (Seruni/Marienê); Três Bocas (Alto Sepatini); Tucumã (Caititu), áreas que situam-se na região do Médio Purus. O alofone [r], com 19 ocorrências, está distribuído por todas as regiões do Purus.

De acordo com Lima-Padovani (2016, p. 75), há evidências históricas de que o processo em questão atuou no passado, como comprovam os documentos antigos⁸⁶. Diante disso, podemos levantar como hipótese que essa variação é antiga na língua e que hoje se preserva nas variedades possivelmente mais arcaicas e, portanto, constitui uma retenção de variedades mais remotas da língua.

4.2. Estrutura silábica

No que diz respeito à estrutura silábica da língua Apurinã, a configuração ocorre de modo bem simples. De acordo com Facundes (2000, p. 87), nesta língua não há *onsets* (O)

⁸⁶ Koch-Grünberg (1919).

complexos ou codas. Toda sílaba em Apurinã precisa apresentar pelo menos uma vogal, único elemento obrigatório da estrutura da silábica. O núcleo da sílaba pode, portanto, se constituir de uma única vogal. Com base nessas considerações, observam-se as seguintes possibilidades, em termos de sílaba, na língua Apurinã (FACUNDES, 2000, p. 188)⁸⁷:

(10)

a. CV	[sĩ.'pi.ri]	‘tartaruga’
	[ma.'ni.ti]	‘tipo de veado’
b. CVV	[ki:.'ni.ri]	‘festa tradicional’
	[ma.'pã:.na]	‘irara’
c. VV	[ã:.'tsu.pa]	‘folha’
	['tẽ:]	‘garça branca’
d. V	[a.'i.ku]	‘casa’
	['e.ta.ma.ta]	‘olhar’

Há, ainda, na língua Apurinã o encontro de vogais diferentes que formam uma mesma sílaba, os ditongos. Facundes (2000, p. 85) afirma que o Apurinã possui seis ditongos, são eles: (/ai/, /au/, /ei/, /eu/, /iu/ e /ui/). De acordo com o autor, os ditongos são decrescentes, pois sempre envolvem versões reduzidas das vogais altas /i/ e /u/ como segmentos assilábicos. O Quadro 14 ilustra a distribuição dos ditongos nesta língua:

⁸⁷ As vogais nas sílabas em CVV e VV são pronunciadas como vogais longas se forem idênticas ou como ditongos decrescentes se forem distintas (FACUNDES, 2002).

Quadro 14: Distribuição dos ditongos em Apurinã⁸⁸

	a	e	i	y	u
a	*	*	ai	*	au
e	*	*	ei	*	(eu)
i	*	*	*	*	iu
y	*	*	*	*	*
u	*	*	*	*	ui

Fonte: Elaborado pela autora.

Os exemplos abaixo mostram algumas palavras que apresentam sílabas que se constituem a partir do encontro de segmentos vocálicos distintos (FACUNDES, 2000, p. 87):

(11)

- a. [wai] ‘é aqui’
- b. [ɲau. ɲau] ‘gaiivota corta-água’
- c. [ei] ‘interjeição’
- d. [ki.kiu] ‘roça’
- e. [ʃu.tui] ‘jabuti’

4.3. Acento

Apurinã possui um padrão acentual predizível, portanto, não lexical. O acento ocorre normalmente na penúltima sílaba, exceto se a última sílaba for formada por vogal longa ou vogal nasal ou por ditongo. Nesses últimos casos, ocorre na última sílaba (FACUNDES, 2000, p. 93-94). Os exemplos a seguir ilustram este padrão acentual da língua Apurinã:

(12)

- a. [ʔa.ka] ‘colocar; plantar’

⁸⁸ Em um levantamento realizado recentemente constatou-se que palavras constituídas pelos ditongos /au/ e /ei/ são raras na língua Apurinã; ambos possuem apenas um exemplo: *nhaunhau* ‘gaiivota corta-água’ e *ei* ‘interjeição’; e o ditongo /eu/ não possui nenhuma entrada do banco de dados Apurinã (COSTA, 2017). Como não há nenhum dado em FACUNDES (2000) atestando a ocorrência de /eu/, é possível que o mesmo de fato não exista em Apurinã e, portanto, tenha sido erroneamente incluído na fonte original.

- b. [pa.'ta.ri] ‘galinha’
 c. [(h)e.'re.ka] ‘sangue’
 d. [ʃi.'ma.ke] ‘peixe’

É importante ressaltar que, como o acento não é fonológico em Apurinã e quase sempre ocorre na penúltima sílaba, este não é representado na escrita da língua, o que não deve provocar ambiguidades ou causar algum tipo de confusão no processo de ensino-aprendizagem da escrita do Apurinã.

4.4 Sistema ortográfico

O sistema ortográfico da língua Apurinã proposto por Facundes (2002) e que seguiremos neste trabalho tem sido usado em vários materiais didáticos, utilizados em várias escolas Apurinã.

O primeiro registro que se tem de uma ortografia para o povo Apurinã foi feito pelo linguista missionário Wilbur Pickering. Esse missionário produziu uma série de pequenas cartilhas de alfabetização para introduzir a escrita na língua. Anos mais tarde, segundo Facundes *et al.* (2019), a ortografia de Pickering foi substituída por outra, proposta por duas outras missionárias, Kathie Aberdour e Judith King, ambas com menos treinamento linguístico que Pickering. Embora as missionárias continuassem o hábito de usar cartilhas para ensinar a escrita Apurinã, seu foco estava mais na missão religiosa do que em contribuir de fato para o ensino e a manutenção da língua. Um exemplo deste propósito religioso, segundo Facundes *et al.* (2019), consiste na tradução da Bíblia para o Apurinã. Facundes *et al.* (2019) observam que, embora a preservação da língua não fosse uma meta para os missionários, o fato da língua Apurinã ter sido usada como um instrumento de proselitismo religioso contribuiu para a manutenção dela nas comunidades onde os missionários atuaram. Por essa razão, segundo os autores, hoje não é raro encontrar nessas comunidades, onde os missionários estiveram presentes, indivíduos ainda fluentes em Apurinã e com um certo domínio da escrita da sua língua nativa, embora os mesmos indivíduos não tenham aprendido outros aspectos da cultura tradicional, como cantos e narrativas - não apreciados pelos mesmos missionários que contribuíram para a manutenção da língua. Abaixo, apresentaremos o alfabeto empregado pelos missionários:

Quadro 15: Ortografia das vogais elaborada pelos missionários⁸⁹

Ortografia	Representação Fonológica
a, ã	/a/, /ã/
y, ÿ	/i/, /ĩ/
o, õ	/u/, /ũ/
i, ï	/i/, /ĩ/
e, ê	/e/, /ê/

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 16: Ortografia das consoantes elaborada pelos missionários

Ortografia	Representação Fonológica
n	/n/
p	/p/
k	/k/
t	/t/
r	/r/
m	/m/
x	/ʃ/
s	/s/
u	/w/
j	/j/
tx	/tʃ/
ts	/ts/
h	/h/

Fonte: Elaborado pela autora.

Em 1993, a organização não governamental Comissão Pró-Índio de Rio Branco – Acre (Comin) produziu outro material, intitulado *Asãgire* ‘Nossa Língua’, com o objetivo de introduzir a escrita na língua Apurinã. O principal objetivo deste material, segundo Facundes *et al.* (2019), não era fornecer material técnico, mas sim, simbolicamente aumentar o valor e a estima da língua e cultura Apurinã. No entanto, os indivíduos Apurinã que forneceram os dados linguísticos não eram falantes fluentes do Apurinã. Como resultado, houve diversos problemas com o conteúdo do material o que, por sua vez, levou à sua rejeição pelas comunidades Apurinã, uma vez que os falantes fluentes perceberam que o que estava escrito ali não representava adequadamente a maneira como eles falavam. A questão é que o conteúdo desse material foi escrito usando uma ortografia que utilizou sons que não eram fonologicamente contrastivos na língua (i.e., não eram fonemas), mas eram variantes livres dos mesmos fonemas. Isso, por sua vez, gerou problemas, porque os falantes não entendiam por que duas letras diferentes eram

⁸⁹ Na ortografia elaborada pelos missionários não se levou em conta o prolongamento das vogais.

empregadas para escrever o que para eles soava igual. Nos Quadros 17 e 18 mostraremos a ortografia empregada no material didático elaborado pela Comissão Pró-Índio:

Quadro 17: Ortografia das vogais empregada pela Comin-Acre

Ortografia	Representação Fonológica
a, ã, aa, ãa	/a/, /ã/, /a:/, /ã:/
e, ê, ee, êe	/e/, /ê/, /e:/, /ê:/
i, ã, ii, ãi	/i/, /ã/, /i:/, /ã:/
o, õ, oo, õo	/o/, /õ/, /o:/, /õ:/
u, ã, uu, ãu	/u/, /ã/, /u:/, /ã:/
y, ã, yy, ãy	/i/, /ã/, /i:/, /ã:/

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 18: Ortografia das consoantes empregada pela Comin-Acre

Ortografia	Representação Fonológica
p	/p/
t	/t/
m	/m/
n	/n/
nh	/ɲ/
ts	/ts/
th	/c/
s	/s/
x	/ʃ/
h	/h/
r	/r/
w	/w/
j	/j/

Fonte: Elaborado pela autora.

Ainda na década de 1990, Facundes, em seu primeiro contato com a liderança Apurinã da região da Boca do Acre, aceitou, como condição imposta pela liderança na época, que o desenvolvimento da pesquisa linguística sobre a língua Apurinã deveria contribuir para a sua sobrevivência e manutenção. Depois de suas primeiras viagens às comunidades Apurinã, uma nova ortografia para a língua foi proposta e implementada no primeiro material de alfabetização denominado, *Hamo Ayōkatsopatary iie Popũkary Sãkire* “Vamos escrever em Apurinã”. A ortografia utilizada nesse material de alfabetização foi baseada no sistema fonológico da língua, e buscou ao máximo empregar letras utilizadas no português, a língua dominante. Essa estratégia pode ser considerada positiva, quando se considera que os Apurinã vão aprender uma escrita que possui os mesmos símbolos empregados na escrita do português, cujas letras já são conhecidas por eles. Esse fator, portanto, deveria facilitar a internalização do alfabeto Apurinã. Por outro lado, pode ser negativa quando esses símbolos do alfabeto português assumem no

alfabeto Apurinã funções diferentes das assumidas em português. Nos Quadros 19 e 20 apresentaremos a ortografia empregada na primeira versão do material didático elaborado por Facundes:

Quadro 19: Primeiro sistema ortográfico para as vogais empregado por Facundes

Ortografia	Representação Fonológica
a, ã, aa, ãa	/a/, /ã/, /a:/, /ã:/
e, ê, ee, êe	/e/, /ê/, /e:/, /ê:/
i, ï, ii, ïi	/i/, /ï/, /i:/, /ï:/
o, ô, oo,ôo	/o/, /ô/, /o:/, /ô:/
u, ù, uu, ùu	/i/, /ï/, /ï:/, /ï:/

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 20: Primeiro sistema ortográfico para as consoantes empregado por Facundes (1994, 2000, 2002)

Ortografia	Representação Fonológica
p	/p/
t	/t/
k	/k/
m	/m/
n	/n/
nh	/ɲ/
ts	/ts/
s	/s/
x	/ʃ/
h	/h/
r	/r/
w	/w/
j	/j/

Fonte: Elaborado pela autora.

Após os primeiros testes da ortografia, Facundes *et al.* (2019) observaram que os Apurinã, que eram monolíngues em português e tinham alguma familiaridade com a grafia da língua portuguesa, pronunciavam “u” (ver Quadro 19) com um som do português, ou seja, como [u] e não como [i]. Isso levou a uma revisão da ortografia, de modo que, hoje em dia, a vogal alta central que era grafada como ‘u’ atualmente é representada por “y”; “o”, que correspondia ao [u], é escrito “u”; e [j] é escrito “i”, pois, como mencionamos na introdução deste trabalho, a maioria dos indivíduos Apurinã falam o português e também apresentam um certo domínio da escrita do português. Além disso, foi incluído também na ortografia Apurinã “th” que representa o [ç].

A seguir, apresentaremos os Quadros 21 e 22 com as representações fonológicas das vogais e consoantes do Apurinã, seguida das suas realizações fonéticas e da ortografia

atualmente empregada nos materiais didáticos Apurinã, produzidos por Facundes e sua equipe de pesquisa:

Quadro 21: Ortografia atual das vogais do Apurinã

Representação Fonológica	Realizações Fonéticas	Ortografia	Exemplo	Glosa
/i/, /ĩ/, /i:/, /ĩ:/	[i, I] / [ĩ] / [i:] / [ĩ:]	i, ã, ii, ãi	<i>ixirata, ãthupa, anhiuro, ãtxi</i>	ladeira, mata tumor; banha
/y/, /ỹ/, /y:/, /ỹ:/	[y] / [ỹ] / [y:] / [ỹ:]	y, ãy, yy, ãy	<i>yny, ãku, kyynyry, ãwy</i>	aririnha, chifre, xingané, flor
/u/, /ũ/, /u:/, /ũ:/	[u, ʊ, o] / [ũ, õ] / [u:, o:] / [ũ:, õ:]	u, ã, uu, ãu	<i>kukui, ãthanyry, puuma, utũu</i>	gavião; marido dela; quente; rosto dela
/e/, /ẽ/, /e:/, /ẽ:/	[e, ɛ] / [ẽ] / [e:] / [ẽ:]	e, ẽ, ee, ẽe	<i>epi, kapẽe, ateeneka, tẽe</i>	dois, café, então, gaivota
/a/, /ã/, /a:/, /ã:/	[a] / [ã] / [a:] / [ã:]	a, ã, aa, ãa	<i>akanhi, tãta, aapukutxi; ãake</i>	piquiá; casca; aldeia; vara

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 22: Ortografia atual das consoantes do Apurinã

Representação Fonológica	Realizações Fonéticas	Ortografia	Exemplo	Glosa
/p/	[p] [b]	p	<i>pama</i>	pama
/t/	[t]	t	<i>tata</i>	umari
/k/	[k] [g]	k	<i>kaiaty</i>	paca
/m/	[m]	m	<i>maiury</i>	urubu
/n/	[n]	n	<i>nakytxi</i>	ovo
/ɲ/	[ɲ]	nh	<i>nhauhau</i>	gaivota
/s/	[s]	s	<i>sarakã</i>	terçado
/r/	[r] [l]	r	<i>irary</i>	queixada
/ʃ/	[ʃ]	x	<i>xamyna</i>	lenha; fogo
/tʃ/	[tʃ]	tx	<i>txikuty</i>	macaco prego
/ts/	[ts]	ts	<i>tsapyry(ky)</i>	açai
/c/	[c] [d]	th	<i>thãpukyry</i>	jacu
/h/	[h] [ø]	h	<i>(h)ãkipa</i>	coração
/w/	[w]	w	<i>winawa</i>	sete estrela
/j/	[j]	i	<i>iapa</i>	capivara

Fonte: Elaborado pela autora.

Cabe ressaltar alguns argumentos em favor dessa ortografia: (i) a letra ‘h’, a qual não está presente em alguns dialetos Apurinã, como mencionamos anteriormente, será mais “fácil

para os falantes lerem ‘h’ como ‘silêncio’, como em português, se /h/ não faz parte de sua fala, do que lerem ‘silêncio’ como /h/, se esta fizer parte de sua fala” (FACUNDES, 2002); (ii) o fonema /ɲ/, representado pelo dígrafo ‘nh’, que também não ocorre em todos os dialetos do Apurinã poderá ser escrito apenas nas variedades em que ele é usado; (iii) as letras que não pertencem a determinado dialeto, ou seja, “h” e “nh”, podem, portanto, ser ignoradas na escrita desse dialeto; (iv) a letra ‘x’, distintamente do português, representa apenas a consoante fricativa alveopalatal; finalmente, (v) os dígrafos ‘ts’, ‘tx’ e ‘th’, os quais não são utilizados em português, combinam segmentos presentes na língua e com traços articulatórios relevantes à pronúncia desses dígrafos.

Por fim, é importante chamar atenção para o fato de que, ao se elaborar um sistema ortográfico, é necessário levar-se em consideração a população alvo na sua homogeneidade e heterogeneidade linguística, sociocultural e política. Na atual ortografia Apurinã, por exemplo, todos os dialetos da língua foram contemplados. Vale mencionar também que, na elaboração dos materiais didáticos, se utilizou como base uma variedade da língua, porém sempre indicando nos materiais as distintas variantes na língua, quando atestadas.

4.5 Resumo do capítulo

Nesse breve capítulo foram apresentados alguns aspectos fonético-fonológicos da língua Apurinã como, por exemplo, o seu inventário do sistema vocálico e consonantal, os fonemas e suas realizações fonéticas, a variação que ocorre na realização de alguns fonemas nas distintas variedades do Apurinã, os padrões silábicos e acentual da língua.

No presente capítulo discutimos também acerca das diferentes ortografias empregadas em materiais didáticos voltados para o ensino na língua Apurinã. Vimos que a ortografia proposta por Facundes (2002) e empregada neste trabalho foi elaborada de modo consistente, seguindo em parte o Alfabeto Fonético Internacional (IPA) e em parte o alfabeto do português, sendo, portanto, motivada pela fonologia da língua. As semelhanças com o alfabeto do português se restringiram apenas aos aspectos ortográficos mais consistentes dessa língua que não tornaram a escrita do Apurinã ambígua, o que torna, por sua vez, o processo de ensino-aprendizagem tecnicamente mais fácil. Destacamos, ainda, que esta ortografia passou por vários testes junto ao povo Apurinã antes de ser empregada nos materiais didáticos.

No próximo capítulo discutiremos algumas questões relacionadas às classes de palavras em Apurinã. Neste capítulo, especificamente, daremos ênfase às duas únicas classes abertas da língua, são elas: nomes e verbos. As demais classes de palavras serão apresentadas no capítulo subsequente.

5 CATEGORIAS LEXICAIS ABERTAS

As unidades lexicais de uma língua podem ser distribuídas em duas categorias principais, classe de palavras abertas e classes de palavras fechadas. Facundes (2000) distingue nove categorias lexicais em Apurinã, são elas: nomes, verbos, pronomes, demonstrativos, numerais e quantificadores, palavras interrogativas, onomatopeias, interjeições, partículas. Neste capítulo, daremos ênfase às duas primeiras, nomes e verbos, que constituem as categorias lexicais abertas. As demais categorias serão discutidas no próximo capítulo.

As categorias lexicais abertas da língua Apurinã, de modo geral, são constituídas de raízes e apresentam processos morfológicos produtivos. Há também um crescimento contínuo dos itens lexicais que compõem essas categorias devido, sobretudo, a empréstimos, neologismos, lexicalização, etc., diferentemente das categorias lexicais, fechadas que são menos suscetíveis à adição de novos itens. Além disso, os nomes e os verbos são as categorias que mais passam por mudanças linguísticas.

Iniciaremos a discussão deste capítulo apresentando informações sobre a classe de nomes e na sequência trataremos do sistema verbal da língua Apurinã, com base em estudos anteriores, tais como Facundes (2002), Brandão (2007), Chagas (2007), Facundes e Chagas (2014), Lima-Padovani (2016), Freitas (2017) e Freitas e Facundes (2018). Cabe ressaltar que apresentaremos apenas as informações que auxiliarão os consulentes do dicionário na compreensão dos verbetes.

5.1 Nomes

O nome em Apurinã pode ser definido gramaticalmente em termos de suas propriedades morfológicas e sintáticas. Nome em Apurinã identifica-se morfológicamente pela propriedade de uma base nominal receber morfemas inerentemente nominais, como marcas de gênero, de número, posse ou da ausência da posse (codificada pelo sufixo *-txi*). Enquanto unidade sintática, os nomes em Apurinã diferenciam-se de outras classes de palavras da língua sob diversos aspectos, pois apresentam características específicas que não são encontradas em outras categorias lexicais, como veremos mais adiante. Em termos de sua expressão formal, nenhuma outra classe de palavras pode admitir marcas morfológicas de posse ou não posse, ou formar construções possessivas por justaposição de elementos, conforme ilustraremos nos próximos parágrafos.

No que se refere à marca de gênero, os nomes em Apurinã podem ser marcados morfológicamente com o gênero masculino ou feminino, codificados morfológicamente

respectivamente pelas formas *-ry* e *-ru* e suas variantes *-y* e *-u*, ou lexicalmente. Observa-se também que, em se tratando de gênero marcado lexicalmente, há uma certa predominância pelo gênero masculino em Apurinã. Esta propriedade gramatical pode não apenas se refletir na categoria de nome, quando se admite a marca morfológica, mas também nos padrões de marcação de correferencialidade presentes em outras unidades lexicais do Apurinã e controlados pelo nome com o qual tais palavras concordam. Por exemplo, em *hare-ru hātaku-ru* [ser.bonito-F; jovem-F] 'moça bonita' vs. *hare-ry hātaku-ry* [ser.bonito-F jovem-F] 'moço bonito', *hātakuru* é o nome que controla a marcação de gênero em *hareru*. Além de nomes, somente a forma pronominal independente de terceira pessoa do singular, *ywa* '3sg.m' ou *uwa* '3sg.f', também codifica gênero como parte de seu significado. Vejamos abaixo alguns exemplos na língua Apurinã e suas marcações de gênero:

(13) Gênero morfológico

a. <i>pupÿka-ry</i>	'homem Apurinã'	<i>pupÿka-ru</i>	'mulher Apurinã'
b. <i>hātaku-ry</i>	'rapaz'	<i>hātaku-ru</i>	'moça'
c. <i>-itha-ry</i>	'irmão'	<i>-itha-ru</i>	'irmã'

(14) Gênero lexical

a. <i>kyky</i>	'homem'	<i>sytu</i>	'mulher'
b. <i>aiku</i>	'casa' (masculino)		
c. <i>ãata</i>	'canoa' (feminino)		

Cabe enfatizar que boa parte dos nomes em Apurinã são marcados lexicalmente no que se refere ao gênero, o que força o falante ou o aprendente da língua a memorizar a que gênero determinado nome pertence, pois sem essa informação o falante não saberá com que gênero fazer a concordância. Por essa razão, é necessário indicar o gênero dos nomes no dicionário Apurinã. Desse modo, as informações acerca do gênero masculino e/ou feminino acompanharão todos os nomes no campo que indica a sua classe gramatical no dicionário. Nos casos em que o gênero é lexical, ele pode ser identificado pela flexão de número (ver (15)) ou pela marca de concordância ou correferencialidade dentro da construção sintática maior.

No que corresponde à marcação de número em Apurinã, esta pode se feita pelo uso dos sufixos *-waku-ry/-waku-ru* e *-ny-ry/-ny-ru*. O primeiro ocorre apenas com nomes que apresentam o traço semântico [+ humano]; o segundo pode ser usado tanto com elementos animados quanto com elementos inanimados. As marcas de número em Apurinã *-waku-* e *-ny-* apresentam também uma relação de dependência com as marcas de gênero *-ry/-ru*, em que o primeiro exige a presença deste último. Formas tais como **kyky-waku*, **sytu-waku* são agramaticais na língua. Observe os exemplos abaixo (FACUNDES, 2000, p. 260):

(15) *-waku*:

- | | |
|----------------------------|---------------------|
| a. <i>kyky-waku-ry</i> | ‘homens’ |
| b. <i>sytu-waku-ru</i> | ‘mulheres’ |
| c. <i>nyrymane-waku-ry</i> | ‘parentes homens’ |
| d. <i>nyrymane-waku-ru</i> | ‘parentes mulheres’ |

Quando o sufixo *-waku* é usado com nomes não-humanos isso indica que o referente é de alguma forma personificado, observe os exemplos abaixo (FACUNDES, 2000, p. 261):

(16)

- | | |
|----------------------------|------------------|
| a. <i>ximaky-waku-ry</i> | ‘povo do peixe’ |
| b. <i>(h)ãkiti-waku-ry</i> | ‘povo da onça’ |
| c. <i>kaikyry-waku-ry</i> | ‘povo do jacaré’ |

(17) *-ny*:

- | | |
|----------------------------|------------|
| a. <i>sytu-ny-ru</i> | ‘mulheres’ |
| b. <i>kupiti-ny-ru</i> | ‘panelas’ |
| c. <i>xiripi-txi-ny-ry</i> | ‘flechas’ |
| d. <i>aiku-ny-ry</i> | ‘casas’ |

A ocorrência de marcador de plural, no entanto, é opcional quando a pluralidade já é indicada em outro lugar dentro da mesma construção frasal, vejam os exemplos abaixo (FACUNDES, 2000, p. 263):

(18)

a. *epi* *hātaku-ry(-waku-ry)*
dois jovem-M-(PL-M)
‘Dois garotos’.

b. *epi* *aiku(-ny-ry)*
dois casa(-PL-M)
‘Duas casas’.

Uma outra característica inerentemente nominal, segundo Freitas (2017, p. 56), diz respeito à marcação de posse e/ou ausência de posse. Apenas nomes podem formar construções possessivas por justaposição (por exemplo, *ãa-myna ãa-kutsa* (nc.planta.de-nc.caule.de nc.planta.de-nc.raiz.de) ‘raiz da árvore’) e apenas nomes recebem sufixos que codificam posse (*ny-kanawa-te*, 1sg-canoa-poss, ‘minha canoa’) ou não posse (por exemplo, *māka-txi*, roupa.de-n.possd, ‘roupa’). Marcas pronominais prefixais ou pronomes livres antepostos a nomes codificam o possuidor e os nomes sucedidos por eles codificam o item possuído.

Levando em consideração critérios morfológicos, sintáticos e semânticos, distribuíem-se os nomes em Apurinã em três categorias principais que, por sua vez, se dividem em outras categorias: (i) nomes inalienáveis (‘classificatórios’ e ‘não classificatórios’, esses últimos subdivididos em ‘não marcados’ e ‘marcados na forma não possuída’); (ii) nomes alienáveis (‘marcados na forma possuída’ e ‘marcados na forma possuída e não possuída’); (iii) nomes não possuíveis (FREITAS, 2017 e FREITAS e FACUNDES 2018). Vale frisar que esta classificação dos nomes proposta por Freitas (2017) e Freitas e Facundes (2018) atualiza propostas anteriores que foram desenvolvidas por Facundes (2000), Brandão (2007) e Facundes e Freitas (2013).

Os autores afirmam que esta nova proposta de classificação se diferencia das demais, pois admite como parâmetro de análise não apenas os padrões de marcação morfológica dos nomes, mas também a ‘frequência de ocorrência’ e a ‘motivação econômica’, como propõe Haspelmath (2008 apud FREITAS e FACUNDES, 2018, p. 649). Essa nova proposta de classificação de nomes em Apurinã é representada na Figura 09 a seguir:

Figura 09: Classificação dos nomes em Apurinã



Fonte: Freitas (2017, p. 187).

Veremos, brevemente, nas próximas subseções as características de cada tipo de nome em Apurinã pontuando, quando necessário, as diferenças entre as distintas propostas.

5.1.1 Nomes inalienáveis

Os nomes inalienáveis, que são obrigatoriamente possuídos, não necessitam de um marcador morfológico específico para indicar posse. No entanto, se um nome inalienável ocorrer não possuído, a marca morfológica *-txi* é necessária, exceto os termos de parentescos que não recebem esse sufixo (discutiremos mais detalhadamente sobre esse subconjunto de inalienáveis nos próximos parágrafos). Os exemplos abaixo ilustram esses casos (FACUNDES, 2000, p. 152):

(19)

a. *kema* *kywy* *Mipa* *atama-ta*
 anta cabeça Mipa ver-VBLZ
 ‘Mipa viu a cabeça da anta’

b. *kywĩ-txi*⁹⁰ *sy-pe*
 cabeça.de-N.POSSD ir-PFTV

⁹⁰ A vogal que precede *-txi* é nasalizada em nomes que se referem, sobretudo a partes do corpo. No caso do *kywy*, além da nasalização da vogal, ocorre também a assimilação do traço palatal pela vogal ‘y’, que passa a ‘i’ e, posteriormente se tona ‘ĩ’, pelo acréscimo da marca de não posse *-txi* (para mais detalhes sobre a alternância alomórfica ver FACUNDES, 2000 e FREITAS, 2017).

‘A cabeça foi embora’ (a "cabeça" deste exemplo refere-se a uma personagem mitológica Apurinã que só existe como uma cabeça, sem outras partes do corpo.)

Como mencionamos anteriormente, os nomes inalienáveis são divididos em *nomes classificatórios* e *não classificatórios*. Nos parágrafos a seguir apresentaremos as diferenças entre esses tipos de nomes:

a) Os *nomes não classificatórios* se referem semanticamente a partes do corpo ou a nomes relacionados a ele, a objetos pessoais, termos de parentesco e a conceitos abstratos. Esses nomes em construções possessivas nominais ocorrem como elementos possuídos sem nenhuma marcação morfológica. Ao contrário, se não possuídos, a marcação morfológica é necessária, como ilustram os exemplos em (20). Disso conclui-se que a posse em Apurinã é marcada lexicalmente nesses tipos de nomes. A posse, portanto, é parte de seu significado (ou seja, ela é armazenada juntamente com as entradas lexicais desses nomes, ao invés de ser adicionada por regras morfológicas) e a ausência da posse é marcada morfológicamente pelo morfema *-txi*, exceto pelos termos de parentecos. Vejamos mais alguns exemplos a seguir:

(20)

a. <i>u-kanu</i>	<i>kanũ-txi</i>
3F-braço	braço.de-N.POSSD
‘braço dela’	‘braço’
b. <i>p-uky</i>	<i>ukĩ-txi</i>
2SG-olho	olho.de-N.POSSD
‘teu olho’	‘olho’

Como mencionamos anteriormente, os termos de parentescos são excluídos do subconjunto de nomes inalienáveis que podem receber a marca de não posse *-txi*. De acordo com Facundes (2000) e Freitas (2017), os termos de parentesco não são usados em contextos não possuídos, sendo, portanto, sempre possuídos nas situações de fala natural, como podemos observar nos exemplos a seguir:

(21)

a. <i>∅-akyru</i>	<i>apu-pe</i>
3SG.M-avó.de	chegar-PFTV
‘A avó dele já chegou’	

- b. *ũ-akyru* *apu-pe*
 3SG.F-avó.de chegar-PFTV
 ‘A avó dela já chegou’

Há, no entanto, os casos especiais em que termos de parentesco podem ser usados sem um possuidor expresso. Esta exceção é representada pelos termos que se manifestam como vocativos. Nestes casos, os vocativos são interpretados em termos da sua relação com o falante, isto é, o falante é considerado o possuidor.

Segundo Facundes (2000, p. 161-162), o fator subjacente que motiva a não ocorrência de termos de parentesco em contextos não possuídos pode ser interpretado como reflexo dos correlatos socioculturais de inalienabilidade em Apurinã. Em outras palavras, a inalienabilidade, nesse caso, é definida em Apurinã como a expressão gramatical de tipos especiais de relacionamentos envolvendo o possuidor e o possuído, os quais se tornaram convencionais o suficiente, de modo a não permitir uma completa consideração semântica desta (*inalienabilidade*), mas que, no entanto, ainda reflete ao menos parcialmente aspectos socioculturais da sociedade Apurinã.

Nesse sentido, se a inalienabilidade é descrita como um tipo de codificação gramatical (convencionalizada e intimamente ligada a questões socioculturais, ao menos historicamente) de relacionamentos entre o possuidor e o possuído, a expressão de relações biológicas (*relações de parentesco*) é, portanto, a que codifica o mais alto grau de proximidade entre o possuidor e o possuído em Apurinã. Observa-se os exemplos a seguir.

(22)

- a. *tuty* *apu-pe*
 vovô chegar-PFTV
 ‘Vovô chegou’

- b. *kyru* *apu-pe*
 vovó chegar-PFTV
 ‘Vovó chegou’

A partir desses exemplos fica evidente que, na subcategoria de nomes inalienáveis não classificatórios, termos de parentesco não recebem a marca *-txi*, quando na forma não possuída; enquanto que as demais subclasses semânticas de inalienáveis podem receber esse sufixo de não posse. Diante disso, Freitas (2017) propõe uma subdivisão dos nomes inalienáveis não

classificatórios que consiste em: (i) *nomes não marcados*; e (ii) *nomes marcados na forma possuída*.

De acordo com Freitas (2017, p. 188), o rótulo *não marcado* representa não apenas uma mudança de nomenclatura (em lugar de *obrigatoriamente possuído*, como proposto por BRANDÃO (2007) e FACUNDES e FREITAS (2013)), mas busca enfatizar o contraste entre essa subclasse de inalienáveis e aquela que inclui os demais inalienáveis não classificatórios; enquanto estes recebem o sufixo *-txi* quando não possuídos, os *não marcados* não recebem tal sufixo em construções não possuídas. A autora, ainda, argumenta que a nomenclatura *obrigatoriamente possuída* é insuficiente para diferenciar as duas subcategorias de inalienáveis não classificatórios, já que ambos são lexicalmente obrigatoriamente possuídos.

Do ponto de vista semântico, a subcategoria dos nomes inalienáveis marcados inclui os itens lexicais referentes a partes do corpo e a elas relacionados, objetos pessoais, conceitos abstratos, entre outros. Já a subcategoria de nomes inalienáveis não marcados inclui apenas os termos de parentesco, que sempre ocorrem com a expressão de um possuidor, exceto nos casos de vocativo, em que o falante é interpretado como possuidor.

Essa nova classificação proposta por Freitas (2017), para os nomes inalienáveis em Apurinã, não apresenta diferenças substanciais em relação às análises anteriores, exceto pelo fato da autora notar que nomes referentes a termos de parentescos não são marcados por zero em construções de posse, ao contrário do que fora proposto em Facundes (2000). Uma vez que o traço linguístico ‘possuidor’ faz parte da entrada lexical de nomes inalienáveis, não parece fazer sentido propor uma marca zero {-∅} para codificar a posse. Desse modo, Freitas (2017, p. 168) propõe que não há qualquer tipo de marcação morfológica que codifique a expressão de posse para este tipo de nome.

b) Os *nomes classificatórios*, por sua vez, são nomes que ocorrem fonologicamente como formas presas, isto é, só ocorrem como parte de uma palavra base ou como uma forma pronominal ligada a eles (por exemplo, *y-tsuta* (3sg.m-nc.tronco.de) ‘tronco de’), e possuem a propriedade de ocorrer como parte de nomes compostos. Nesses casos, os nomes classificatórios se agregam a nomes não classificatórios para formar nomes compostos produtivos, como se vê nos exemplos a seguir:

(23)

a. *ãa-myna-tsuta*

planta-NC.caule, cilíndrico-NC.tronco.de

‘tronco de árvore’

b. *mãku-tsuta*

manga- NC.tronco.de

‘tronco de mangueira’

c. *uku-tsuta*

uku-NC.tronco.de

‘tronco de árvore de uku’

Outra propriedade destes nomes consiste na possibilidade deles se incorporarem a verbos para se referir às propriedades semânticas da forma nominal referida no discurso, como nos seguintes exemplos.

(24)

a. *Atha kumyry ysunãka-pe-ta-ka*

1PL mandioca secar-NC.polpa.de-VBLZ-CAUS

‘Nós colocamos a polpa da mandioca para secar’

Cabe destacar que os nomes classificatórios ainda apresentam duas subcategorias: (i) nomes classificatórios que têm apenas o sentido literal (NC1); e os nomes classificatórios que podem expressar, além do sentido literal, um sentido metafórico (NC2).

Os NC1s ocorrem como núcleo de uma classe de nomes compostos com uma formação quase produtiva e tem o seu significado original preservado, isto é, são usados apenas em seu sentido literal. Os NC1 se referem aos domínios semânticos de elementos que compõem a flora e partes do corpo, como podemos observar nos exemplos abaixo:

(25)

a. *ymamaru-katy*

jenipapo-NC.galho.de

‘galho de genipapo’

b. *ãa-myna-katy*

Planta-nc.caule;cilíndrico-NC.galho.de

‘galho de árvore’

O quadro abaixo lista os demais NC1s atestados por Facundes (2000) e Brandão (2007), os quais se referem a partes do corpo, planta/elementos da flora.

Quadro 23: Exemplos de NC1

NC1	Glosa	Plantas/elementos da floresta	Partes do corpo
<i>iri ~ rĩ</i>	‘fruta de’	+	-
<i>iũka</i>	‘pinta/malha de’	-	+
<i>-kana</i>	‘cacho de’	+	-
<i>-katy</i>	‘galho de’	+	-
<i>-kutsa</i>	‘raiz de’	+	-
<i>-piti</i>	‘pena de; pêlo de’	-	+
<i>-pinhia</i>	‘leite de’	-	+
<i>-pury</i>	‘galho grosso de’	+	-
<i>-syta</i>	- ‘moqueca de’	+	-
<i>-taku</i>	‘caule fino de’	+	-
<i>-tai</i>	‘breu de’	+	-
<i>-tia</i>	‘toceira de’	+	-
<i>-tsuta</i>	‘tronco de’	+	-
<i>-xiti</i>	‘terra de’	+	-

Fonte: Facundes (2000, p. 169, *adaptado e atualizado pela autora*).

Os NC2s, por sua vez, podem ser usados com o significado literal ou metafórico, e envolvem, em geral, os sentidos (fonte) relacionados ao domínio semântico de plantas e de partes do corpo que passam a expressar significados (alvo) relacionados a partes do corpo ou produtos manufaturados/industrializados. A formação destes nomes é mais produtiva que aquela das formas compostas pelos NC1s. Vale frisar também que os NC2s são mais gramaticais que os NC1, preservam algumas propriedades perceptuais mais salientes de seu significado lexical, e derivam um nome diferente dentro do domínio semântico partes do corpo e/ou elementos manufaturados. Alguns desses NC2s são apresentados a seguir:

- **ã ‘líquido; água’** – os referentes líquidos sempre ocorrem com esta forma, como se vê nos dados abaixo:

(26)

a. *iãrĩã* ‘vinho’

b. *pumamariã* ‘café (líquido)’

c. *sutuãry* ‘igarapé’

- **ke** ‘fino; longo; flexível’ – emprega-se essa forma com referentes que têm uma forma extensa, maleável e com pouca espessura.

(27)

- a. *ãake* ‘vara’
- b. *kanuke* ‘braço’
- c. *xaminake* ‘espingarda’

- **ky** ‘arredondado, pequeno e duro’ – usa-se essa forma quando o referente têm a característica semelhante a de grãos/sementes.

(28)

- a. *ãaky* ‘semente; caroço’
- b. *tynyky* ‘bico do seio’
- c. *xũpuky* ‘chumbo’

- **mata** ‘plana; macia’ – esta forma ocorre com referentes de superfície lisa ou plana, como os ilustrados em (29):

(29)

- a. *ymata* ‘pele dele’
- b. *putxuwamata* ‘beju chato’

- **myna** ‘tronco; longo; cilíndrico’ – esse classificador é usado quando os referentes têm a forma cilíndrica e grossa.

(30)

- a. *tirikapimyna* ‘lanterna’
- b. *ããmyna* ‘troco de árvore’
- c. *aikumyna* ‘viga da casa’

- **pẽ** ‘líquido’ – forma também usada com referentes líquidos, como se vê nos exemplos abaixo:

(31)

- a. *tatapē* ‘vinho do umari’
 b. *anānapē* ‘vinho do abacaxi’
 c. *tynypē* ‘leite do peito’

- **panhi** ‘pó’ - os referentes com propriedades semelhante a pó ocorrem com esta forma, como se pode vê nos dados abaixo:

(32)

- a. *āapanhi* ‘pó; cinza da árvore’
 b. *xamynakypanhi* ‘pólvora’

- **pe** ‘massa; polpa’ – emprega-se essa forma para referentes com propriedades pastosas ou de massa. Alguns desses referentes contendo essa forma são listados abaixo:

(33)

- a. *tatape* ‘massa de umari’
 b. *īipe* ‘gordura’

- **riku** ‘buraco’ – esta forma é usada para indicar referentes que apresentam uma cavidade interna, como podemos observar nos exemplos abaixo:

(34)

- a. *āāriku* ‘buraco de árvore’
 b. *xamynariku* ‘buraco da espingarda’

- **tāta** ‘casca; plano grosso’ – utiliza-se essa forma com referentes que tem, em geral, camadas que envolvem uma superfície, como ilustra os exemplos abaixo:

(35)

- a. *āamynatāta* ‘casca de árvore’
 b. *ximakytāta* ‘escama de peixe’
 c. *ukytāta* ‘óculos’

- *tsa* ‘cipó; fino e flexível’ – utiliza-se essa forma com referentes que sejam flexíveis, finos e longos, como os dados a seguir.

(36)

a. *xĩpitsa* ‘cipó ambé’

b. *tsapykyãtsa* ‘linha de pescar’

No quadro abaixo, conforme Facundes (2000), sistematizamos alguns NC2s com o objetivo de verificar se eles preservam ou não seus domínios fontes nos diferentes subdomínios em que ocorrem:

Quadro 24: Exemplos de NC2

NC2	Glosa	Dominio semântico de plantas		Partes do corpo		Elementos manufaturados	
		fonte	alvo	fonte	alvo	fonte	alvo
-ã	água; suco, lágrima, líquido	+	-	-	+	-	+
-ke	vara; longo; fino; flexível	+	-	-	+	-	+
-ky	arredondado; pequeno; duro	+	-	-	+	-	+
-mata	pele; plano; macio	-	-	+	+	-	+
-myna	tronco; longo; cilíndrico	+	-	-	+	-	+
-pẽ	água, suco; líquido	+	-	-	+	-	+
-pytsa	cipó; tripa; longo; flexível	+	-	-	+	-	-
-panhi	pó	+	-	-	-	-	+
-pe	polpa; pasta	+	-	-	+	-	+
-riku	buraco	+	-	-	-	-	+
-tãta	casca; concha; flexível	+	-	-	+	-	+
-tsa	cipó; longo; plano	+	-	-	-	-	+
-tsupa	folha grande; largo	+	-	-	-	-	-
-xike	folha pequena; flexível	+	-	-	+	-	+

Fonte: Facundes (2000, p. 175, tradução e adaptação pela autora).

Os NC2s listados no Quadro 24 são apenas os casos em que o significado fonte ainda é transparente e recuperável por meio de uma reconstrução semântica interna. Há, ainda, algumas formas encontradas na língua que parecem representar estágios mais gramaticalizados

de NC2, pois, segundo Facundes (2000), já não ocorrem apenas acompanhado da terceira pessoa, e seus significados fontes só podem ter seus domínios fonte determinados com base em uma reconstrução diacrônica, como, por exemplo, as formas *-na*, usada com nomes que se referem a ‘palmeiras’, *-ta*, usado para se referir a coisas que têm ‘canto/borda boleada/torneada’; e *-ty* que ocorre atrelado a nomes se referindo a objetos ou seres que são grandes, gordos e redondos.

5.1.2 Nomes alienáveis

Os nomes alienáveis, que não são obrigatoriamente possuídos, requerem um sufixo de posse quando ocorrem possuídos, ou seja, são nomes marcados em construções de posse. Esse tipo de nome recebe os sufixos *-te*, *-ne*, *-re₁* e *-re₂*, quando se manifestam na forma possuída. Os nomes alienáveis se dividem, ainda, em dois subconjuntos: (i) *nomes marcados na forma possuída* e (ii) *nomes marcados na forma possuída e não possuída* (FREITAS, 2017; FREITAS e FACUNDES, 2018). Nos próximos parágrafos apresentaremos a diferença entre esses subconjuntos de nomes alienáveis.

a) *Os nomes alienáveis marcados na forma possuída* recebem os sufixos *-te*, *-ne* e *-re₁*, quando ocorrem na forma possuída. A escolha do marcador que o nome alienável recebe é lexicalmente determinada; isso significa que o uso de cada um desses sufixos deve ser memorizado como parte da entrada lexical de um dado nome com que ocorre em uma construção possessiva. Os nomes que compõem esse subconjunto dos alienáveis são, em geral, nomes para animais domésticos, elementos da cultura material, entre outros conceitos. São dados alguns exemplos desses nomes com a ocorrência dos sufixos de posse alienável nos exemplos abaixo (FACUNDES, 2000, p. 200-202):

(37)

a. <i>tipykiiã</i>	‘porta’	<i>ny=tipykiiã-te</i>	‘minha porta’
b. <i>xiti</i>	‘terra’	<i>nhi=xiti-ne</i>	‘minha terra’
c. <i>ããta</i>	‘canoa tradicional’	<i>n=ããte-re₁</i>	‘minha canoa’

É importante destacar, ainda, que, embora não haja qualquer domínio semântico claro que possa ser usado para distinguir os vários subconjuntos de nomes alienáveis marcados pelos sufixos *-te*, *-ne*, *-re₁*, Freitas (2017) identificou algumas tendências de ocorrências desses sufixos relativamente robustas, em se tratando de subgeneralizações que podem ser feitas sobre a ocorrência de cada um desses sufixos. De acordo com a autora, uma distinção inicial que pode

ser feita entre cada um desses sufixos está relacionada à quantidade de palavras correspondente a um dado domínio semântico em que foram atestados estes sufixos. Em suma, Freitas (2017) afirma que os sufixos *-te* (em primeiro lugar) e *-ne* (em segundo) são os mais frequentes, abrangendo uma quantidade maior de categorias semânticas; para o *-re₁* foram atestados cerca de uma dezena de palavras.

De modo geral, os sufixos *-te* e *-ne* podem ocorrer com nomes de diversos grupos semânticos como, por exemplo, animais e fenômenos/substâncias/paisagens da natureza. Vale destacar que, para os nomes que compõem esses domínios semânticos, a posse é considerada incomum/pouco familiar para os falantes Apurinã, ocorrendo apenas em situações hipotéticas ou muito específicas. Os nomes que recebem o sufixo *-re₁* formam um pequeno grupo, se referindo a conceitos variados, não formando um grupo semântico único, a exemplo de produtos comestíveis beneficiados, objetos utilitários, humanos, empréstimos e nomes abstratos. Algo relevante, segundo Freitas (2017), a ser destacado é que 50% dos nomes que constituem essa categoria são derivados de verbos (ex: *nhi-iaxirika-re* (1sg-nó-possd) ‘meu nó’ vs. *nhi-iaxirika-ru-ku kanawa* (1sg-amarrar-esg.f.o.fut canoa) ‘eu vou amarrar a minha canoa’)⁹¹; uma outra questão que envolve o uso deste sufixo consiste no fato dele, em algumas comunidades de fala, variar com *-ne*.

b) *Os nomes alienáveis marcados na forma possuída e não possuída*⁹² são nomes duplamente marcados, isto é, recebem sufixos tanto na sua forma possuída quanto na sua forma não possuída. Estes nomes quando possuídos são marcados pelo o sufixo *-re₂* e quando não possuídos são marcados pelo sufixo *-ry*, como se vê nos exemplos em 38⁹³:

(38)

a. *hāpuky-ry* ‘flauta’ *ϕ-hāpuky-re₂* ‘minha flauta’

b. *amiana-ry* ‘doença’ *n-amiana-re₂* ‘minha doença’

c. *ikyana-ry* ‘veneno’ *nhi-ikyana-re₂* ‘meu veneno’

⁹¹ Exemplos retirados de Freitas (2017, p. 207).

⁹² Facundes (2000) classificou esse tipo de nome como uma terceira categoria de nomes simples denominada de ‘nomes mistos’.

⁹³ Segundo Freitas (2017, p. 209), o sufixo *-re₂*, sincronicamente, é idêntico a *-re₁*, mas parece ter uma origem histórica diferente do segundo (para mais detalhes sobre esses sufixos ver PAYNE, 1991; FACUNDES, 2000 e FREITAS, 2017).

Segundo Freitas (2017, p. 2010), os nomes que constituem o subconjunto dos marcados tanto na forma possuída quanto na forma não possuída são um grupo fechado, reduzido, sendo atestado apenas 17 ocorrências desse padrão de marcação, conforme quadro abaixo.

Quadro 25: Nomes alienáveis marcados por *-re₂* /*-ry* e suas categorias semânticas

Categoria semântica	Nome	Possuído	Não possuído
Produtos da natureza (comestíveis)	fruta veneno pupunha	<i>nhi-txipuku-re</i> <i>nhi-ikiiana-re</i> <i>ny-kawy-re</i>	<i>txipuku-ry</i> <i>ikuuana-ry</i> <i>kawy-ry</i>
Produtos consumíveis beneficiados	‘comida’ ‘suco’	<i>nhi-nhipuku-re</i> <i>nh-iã-re</i>	<i>nhipuku-ry</i> <i>iã-ry</i>
Objetos utilitários	‘parede’ ‘flauta’ ‘cesta’ ‘cigarro’	<i>ny-pirike-re</i> <i>ø-hãpuky-re</i> <i>ny-kuta-re</i> <i>n-asĩkapi-re</i>	<i>pirike-ry</i> <i>hãpuky-ry</i> <i>kuta-ry</i> <i>asĩkapi-ry</i>
Nomes abstratos	‘doença’ ‘febre’ ‘canto, canção’	<i>n-amiana-re</i> <i>n-apuuma-re</i> <i>nhi-xika-re</i>	<i>amiana-ry</i> <i>apuuma-ry</i> <i>xika-ry</i>
Outros	‘plantação’ ‘flatulência’ ‘vômito’ ‘suor’ ‘sopro’	<i>ny-taka-re</i> <i>nhi-xuka-re</i> <i>ny-kanaã-re</i> <i>nhi-inhĩkaka-re</i> <i>nhi-xũka-re</i>	<i>taka-ry</i> <i>xuka-ry</i> <i>kanaã-ry</i> <i>inhĩkaka-ry</i> <i>xũka-ry</i>

Fonte: Freitas (2017, p. 210).

5.1.4 Nomes não possuíveis

Há, ainda, na língua Apurinã, um subconjunto de nomes que não são possuídos em construções possessivas. Estes nomes, em geral, se referem a nomes próprios, nomes referentes à designação de grupos étnicos e termos genéricos como *kãkyty* ‘gente’. Esta classe de nomes corresponde ao que Brandão (2007) chamou de *obrigatoriamente despossuídos* e o que Facundes e Freitas (2013) chamaram de *obrigatoriamente não possuídos* e o que Freitas (2017) chamou de *nomes não possuídos* (nomenclatura que seguiremos neste trabalho). Note também que esta classe não foi proposta por Facundes (2000).

A justificativa para se propor uma terceira classe separada de nomes não possuídos, de acordo com Freitas (2017, p. 214), parte do seguinte questionamento: como incluir uma classe de nomes não possuídos entre os inalienáveis, como propôs Brandão (2007), ou como os alienáveis? Como ressalta a autora, a (in)alienabilidade, do ponto de vista semântico, pressupõe

posse, em que há uma relação entre um possuidor e um item possuído, seja ela “inerente” ou não. Não havendo uma relação de posse, não há evidentemente um possuidor; já que tal classe de nomes é constituída por nomes *não possuíveis*, a noção de (in)alienabilidade não se aplica. Freitas define nomes inalienáveis como aqueles que não são marcados na forma possuída e são mais frequentes em construções de posse do que de não posse, e nomes alienáveis como aqueles que são notoriamente marcados na forma possuída e são mais frequentes em construções de não posse do que de posse. Do ponto de vista morfológico, a partir do modo como foi definida a (in)alienabilidade, também não haveria a possibilidade de incluir os nomes não possuíveis em uma dessas duas classes, já que estes não recebem qualquer marca morfológica que os caracterize. Assim, só seria possível contemplar esse subconjunto de nomes em uma terceira classe de *nomes não possuídos*. Freitas (2017, p. 215) chama atenção também para o fato de que, mesmo em situações hipotéticas, os falantes do Apurinã não admitem nenhuma marca de (in)alienabilidade para este conjunto de nomes. Os exemplos abaixo ilustram nomes dessa classe (FREITAS, 2017, p. 205):

(39)

- a. *Tsumiã* ‘rio Tumiã’ **ny-Tsumiã* **ny-Tsumiã(-te, -ne, -re)* ‘meu rio Tumiã’
 b. *Kirama* ‘nome próprio’ **ny-Kirama* **ny-Kirama(-te, -ne, -re)* ‘meu Kirama’
 c. *Pupÿkary* ‘Apurinã’ **ny-Pupÿkary* **ny-Pupÿka-ry -te, -ne, -re)* ‘meu Apurinã’

A partir da discussão apresentada acima sobre o sistema de posse do Apurinã, uma questão que se apresenta em relação à organização do dicionário da língua Apurinã (e outras línguas indígenas) é o modo como tratar a marcação de posse que ocorre em Apurinã à esquerda dos nomes inalienáveis com a flexão pessoal marcada por prefixos e em outros casos à direita, com os sufixos *-te*, *-ne*, *-re₁* e *re₂* para os nomes alienáveis e o sufixo *-txi* para os nomes inalienáveis quando não possuídos.

Em línguas que apresentam este sistema de marcação de posse, a ordenação dos verbetes em ordem alfabética, que é a escolhida para o dicionário Apurinã, impõe a necessidade de eliminar os prefixos, tendo em vista não sobrecarregar algumas seções do dicionário. Em tais casos, marcaremos os nomes inalienáveis no dicionário com suas formas não possuídas, ocorrendo com o sufixo *-txi*. Para os termos de parentescos, que pertencem ao grupo dos nomes inalienáveis que não recebem a marca *-txi*, usaremos um hífen antes do item lexical, para indicar seu *status* de forma presa, indicando, na parte introdutória do dicionário, a escolha deste

critério⁹⁴. Em relação aos nomes alienáveis (opcionalmente possuídos) que recebem os sufixos à direta, optamos por indicar no dicionário, na parte sobre informação gramatical, o sufixo que é usado com cada nome. Nossa decisão de indicar essa informação se dá em virtude de que a escolha do sufixo que o nome alienável recebe é lexicalmente determinada; ou seja, o falante ou o aprendente da língua é obrigado a memorizar qual sufixo cada nome recebe.

Feitas estas breves considerações, passamos a discutir sobre os nomes compostos da língua Apurinã.

5.1.6 Nomes compostos

No que se refere aos nomes compostos, estes correspondem a nomes formados por mais de uma raiz, podendo ser produtivos ou não produtivos. Os primeiros seguem uma formação parcialmente regular. Os segundos apresentam uma formação idiossincrática, isto é, não recorrente.

Os nomes compostos produtivos têm como uma das raízes um nome classificatório. Estes nomes são produtivos à medida que novas palavras na língua podem ser criadas, formando-se nomes compostos ao juntar um NC a um nome semanticamente compatível. Já os nomes compostos não produtivos não compartilham dessa característica, como podemos verificar nos exemplos abaixo:

(40)

- | | |
|------------------------------------|-----------------------------|
| a. <i>ãa-myna-tãta</i> | nome composto produtivo |
| NC.planta-NC.tronco.de-NC.casca.de | |
| ‘casca de árvore’ | |
| b. <i>uky-tãta</i> | nome composto produtivo |
| olho.de-NC.casca.de | |
| ‘óculos’ | |
| c) <i>kai-kuta</i> | nome composto não produtivo |
| pedra-argila | |
| ‘tabatinga’ | |
| d. <i>ãta-kãary</i> | nome composto não produtivo |

⁹⁴ Este recurso tem sido empregado em vários dicionários de línguas indígenas, como, por exemplo, o dicionário Guarani-Mbyá (DOOLEY, 1982), o Parintintim (BETTES, 1981), Panare (MULLER, 1994), entre outros.

beber-igarapé
‘espelho’

5.1.7 Nomes derivados de outras categorias

No que diz respeito aos nomes derivados de outras categorias, estes não subcategorizam para (in)alienabilidade e são resultados de:

a) Acréscimo dos nominalizadores *-txi* ou *-re*

Estes sufixos funcionam como nominalizadores verbais, conforme ilustram os exemplos (FACUNDES, 2000, p. 214):

(41)

a. *Nuta* *nhipuku-ta*
1SG comida-VBLZ
‘Eu como’

b. *Nuta* *apuka-ry* *nhipuku-ta-txi*
1SG encontrar-3SG.M.O comida-VBLZ-N.POSSD
‘Eu encontrei um lugar para comer’

c. *Pithe* *kama-ry*
2SG fazer-3SG.M.O
‘Você o fez’

d. *Pithe* *kama-re*
2SG fazer-POSSD
‘Seu trabalho’

b) Acréscimo de relativizadores *kary* e *karu/kyty e kytu*

Os relativizadores *kary* e *karu*, masculino e feminino, respectivamente, se atrelam a verbos para derivar formas nominais se referindo ao sujeito lógico do verbo nominalizado. As formas *kyty* e *kytu*, masculino e feminino, respectivamente, se ligam a verbos para derivar formas nominais que expressam o objeto nocional do verbo nominalizado. Esses relativizadores marcam sentenças relativas, havendo, ainda, outras marcas de relativização, que formam a

categoria gramatical mais complexa encontrada em Apurinã. Exemplos representativos dos relativizadores operando na formação de nomes em Apurinã são ilustrados a seguir:

(42)

a. *Nuta* *apuka-ry* *atama-ta-kary*
 1SG encontrar-3SG.M.O ver-VBLZ-REL.S.M
 ‘Eu encontrei o que vi’

b. *Nuta* *apuka-ry* *atama-ta-karu*
 1SG encontrar-3SG.M.O ver-VBLZ-REL.S.F
 ‘Eu encontrei o que viu’

c. *Nuta* *apuka-ry* *nhika-kyty*
 1SG encontrar-3SG.M.O comer-REL.O.M
 ‘Eu encontrei o que foi comido’

d. *Nuta* *apuka-ry* *nhika-kytu*
 1SG encontrar-3SG.M.O comer-REL.O.F
 ‘Eu encontrei a que foi comida’

c) Acréscimo do nominalizador instrumental/objeto *-iku*

Este sufixo se liga a verbos transitivos ou intransitivos, como se vê nos exemplos a seguir (FACUNDES, 2000, p. 241):

(43)

a. *Nuta* *syk-iku*
 1SG dar-NMLZ
 ‘meu presente’

b. *syk-iku-ny-ry*
 dar-NMLZ-PL-M
 ‘presentes’

d) Adição do nominalizador de ator *-myna*

Esse formativo liga-se a verbos transitivos para derivar um nome se referindo a ‘aquele que realiza o evento verbal’, como se vê nos dados abaixo (FACUNDES, 2000, p. 243):

(44)

a. *Maiaka-myna* *apu-pe*
 Pegar-NMLZ chegar-PFTV
 ‘O pegador chegou’

b. *taka-myna* *apu-pe*
 plantar-NMLZ chegar-PFTV
 ‘O plantador chegou’

O sufixo *-myna* pode também ser empregado a nomes concretos, nesses casos, se referindo a “aquele que fez N”, ou a nomes animados, em que se refere a “aquele que mata N”, como podemos observar nos exemplos a seguir (FACUNDES, 2000, p. 244, *tradução nossa*):

(45)

a. *kanawa-myna-ry* *sy-pe*
 canoa-NMLZ-M ir-PFTV
 ‘O construtor da canoa já foi’

b. *N-atama-ta-ry* *ãkiti-myna-ry*
 1SG-ver-VBLZ-3SG.M.O onça-NMLZ-M
 ‘eu vi o matador de onça’

e) Uso da marca de gerúndio (ação nominal) *-inhi*:

Esse morfema costuma se ligar a uma forma verbal, derivando uma construção de ação nominal (FACUNDES, 2000, p. 247):

(46)

a. *Nuta* *myteka*
 1SG correr
 ‘Eu corro’

b. *Nuta* *mytek-inhi*

1SG correr-GER

‘minha corrida’

Na próxima seção discutiremos acerca dos processos de renovação lexical na língua Apurinã.

5.1.8 Neologismos em Apurinã

O acervo lexical de todas as línguas vivas se renova. Enquanto algumas palavras deixam de ser utilizadas e tornam-se arcaicas, uma grande quantidade de unidades lexicais são criadas pelos falantes de uma comunidade linguística. Segundo Alves (2007, p. 5), o neologismo pode ser formado por diferentes processos tais como: mecanismos oriundos da própria língua, derivação e composição e/ou por itens léxicos provenientes de outros sistemas linguísticos, denominados empréstimos. Na língua Apurinã os dois recursos têm sido amplamente empregados.

Lima-Padovani (2016) afirma que a introdução de um novo nome manifesta-se em Apurinã de três maneiras: (i) a partir de elementos já existentes na língua, por exemplo, a forma *ukytāta*, usada para conceituar ‘óculos’, que é constituída por *uky* (olho) + *tāta* (casca); ou, ainda, alterando o significado de uma palavra antiga, como, por exemplo, no caso da palavra *kēpakaru* ‘fósforo’, a qual, antigamente, era um termo usado para nomear um tipo de pedra que os Apurinã utilizavam para fazer fogo; (ii) a partir de termos de uma outra língua fazendo adaptações fonológicas à fonologia do Apurinã, a exemplo do conceito para ‘cavalo’: *kawaru*; ou (iii) a partir de palavras compostas pela junção de pelo menos um lexema do português e um do Apurinã, como no nome que designa ‘lanterna’ na cultura Apurinã, *lātenhamyna*, que é formado a partir *lātenha* (lexema do português, com adaptações para a fonologia do Apurinã) + *myna* (nome classificatória que designa tronco de árvore ou objetos compridos e cilíndricos em Apurinã). Como observamos, o neologismo manifesta-se em Apurinã em diferentes níveis, os quais serão descritos mais detalhadamente nas subseções a seguir.

5.1.8.1 Neologismos semânticos

O processo de formação de neologismos semânticos (ou conceptuais) consiste na criação de novas palavras sem que se opere nenhuma mudança formal das unidades lexicais já existentes na língua. A mudança ocorre apenas no significado dos itens lexicais envolvidos na criação de um novo elemento. Ou seja, o neologismo semântico se constitui de palavras já existentes, mas utilizadas com novas acepções.

Alves (2007, p. 62) afirma que esse tipo de neologismo revela-se de diferentes maneiras. O mais comum, de acordo com a autora, ocorre quando se verifica uma mudança no conjunto dos semas referentes a uma unidade léxica por meio, sobretudo de processos semânticos tais como: metáfora, metonímia, sinédoque, entre outros.

Em Apurinã verificamos ao menos dois processos distintos de criação de neologismos semânticos, são eles: (i) formação de novos itens lexicais a partir de operações metafóricas e metonímicas; (ii) alteração do significado de uma palavra antiga. A seguir apresentamos alguns exemplos destes subtipos de neologismos semânticos atestados em Apurinã.

a) Neologismos semânticos motivados por operações metafóricas e metonímicas

Estes neologismos são formados a partir do processo morfológico de composição de palavras que envolvem a junção de uma base nominal a outra, como se vê nos exemplos abaixo:

(47)

a. *kỹpatykỹã* ‘café’

b. *ixiwaãwĩthe* ‘cavalo’

c. *katarukyry* ‘farinha’

Nos exemplos em (47a) e (47b), observam-se padrões metafóricos agindo na construção desses neologismos. O primeiro item *kỹpatykỹã*, (*kỹpaty* = ‘bananeira brava’ + *kỹ* = nome classificatório para coisas pequenas e duras + *ã* = nome classificatório para coisas líquidas) designa ‘café’. A motivação dos falantes do Apurinã consiste na característica física da semente da ‘bananeira brava’ (domínio-alvo) sobre características físicas da semente do café (domínio-fonte) que, segundo eles, tais sementes são semelhantes. Já o segundo *ixiwaãwĩthe* (*ixiwa* = tamanduá bandeira + *ãwĩthe* = chefe dos bichos; grande) que denomina o conceito ‘cavalo’. Neste caso, o falante Apurinã é motivado a usar o nome do ‘tamanduá-bandeira’ para nomear o conceito ‘cavalo’, em virtude do tamanho do animal. Ou seja, o falante Apurinã mapeia características físicas do ‘tamanduá-bandeira’ e as projeta sobre as características do ‘cavalo’. O ‘tamanduá-bandeira’ é um dos maiores animais da fauna Apurinã. No exemplo (47c) observam-se padrões metonímicos operando na formação deste item. A forma *katarukyry* deriva de *kataruky*, um termo usado para designar uma espécie de ‘roça de macaxeira’ e que também é matéria-prima para a produção de farinha.

b) Neologismos semânticos criados a partir da alteração de sentido de palavras antigas na língua.

(48)

- a. *iumanyrypi* ‘cigarro’
 b. *tirikapimyna* ‘lanterna’
 c. *xãpana* ‘dinheiro’

O exemplo em (48a) *iumanyrypi*, que designa atualmente o conceito ‘cigarro’, era a forma utilizada pelos Apurinã para nomear uma espécie de tala que o pajé usava antigamente para fumar. Tal palavra caiu em desuso, uma vez que esse hábito foi perdido na cultura Apurinã. O exemplo (48b) *tirikapimyna*, forma usada para denominar ‘lanterna’ atualmente, provém do termo antigo para o conceito ‘lamparina’ *tirikapi* + *-myna* (nome classificatório para coisas grossas e cilíndricas). É importante ressaltar aqui que o termo para ‘lamparina’ também já era em si um neologismo na língua, uma vez que não existia esse elemento na cultura Apurinã. Esse termo se originou da forma *tirika* que significa ‘labareda’ + *-pi* (nome classificatório para coisas compridas). Nota-se que, nesse caso, um neologismo foi criado a partir de outro neologismo. Supomos que, historicamente, primeiro eles tiveram contato com a lamparina trazida pelos não indígenas e somente posteriormente tiveram contato com a lanterna também introduzida pelos não indígenas. Daí terem cunhado um termo para o primeiro objeto (lamparina) e, posteriormente, estendido o sentido do termo para nomear também o segundo objeto (lanterna). Por fim, o exemplo (48c) *xãpana*, forma empregada para conceituar ‘dinheiro’ atualmente, era um termo usado para designar uma espécie de folha utilizada pelos Apurinã para atrair mulher.

5.1.8.2 Neologismo por empréstimos

O empréstimo linguístico é um processo de inovação lexical, que pode representar um significado também novo, ou simplesmente constituir uma variação lexical, adequada a determinados registros (VILLALVA e SILVESTRE, 2014, p. 36). De acordo com Carvalho (1989, p. 42), o empréstimo linguístico tem sua origem no momento em que os objetos, conceitos e situações nomeados em línguas estrangeiras se transferem para outra cultura; ou seja, os empréstimos linguísticos se dão em um espaço de contato entre as comunidades linguísticas. Em outras palavras, os empréstimos consistem basicamente no processo pelo qual

uma língua incorpora ao seu sistema lexical ou gramatical formas ou padrões empregados em outras línguas com as quais mantém algum tipo de relação. Trata-se, portanto, da inclusão de um item lexical e, em vários casos, de sua modificação.

O neologismo por empréstimo se manifesta de diferentes maneiras. O que motiva também distintas classificações. Neste trabalho, seguiremos, ao menos em parte, a proposta de Grosjean (1982), que os classifica como: a) *empréstimos por criação* - onde duas ou mais palavras já existentes na L1 (língua alvo) são combinadas para expressar o conceito contido nas novas palavras da L2 (língua fonte)⁹⁵; b) *loanblends* - modalidade de empréstimos na qual os compostos são formados por uma parte emprestada da L1 e outra originária da L2; c) *empréstimos com adaptação fonológica* - os itens lexicais emprestados de uma língua são fonologicamente adaptados àquela que os incorporou⁹⁶; e d) *empréstimos diretos*.

Em Apurinã identificamos os empréstimos do tipo *loanblends* e os *empréstimos com adaptação fonológica* e os *empréstimos diretos*, os quais serão ilustrados nos exemplos a seguir:

a) *Loanblends*

O termo *loanblends*, de acordo com Grosjean (1982), designa uma modalidade de empréstimos na qual os compostos são formados por uma parte emprestada da língua fonte, o português, e outra originária da língua alvo, o Apurinã, no caso específico deste trabalho. Esse processo de criação de novas palavras é produtivo em Apurinã, como podemos atestar nos exemplos abaixo:

(49)

a. *xupũpanhi* ‘pólvora’

b. *lãtenhamyna* ‘lanterna’

c. *baraky* ‘bala’

⁹⁵ Os *empréstimos por criação* proposto por Grosjean (1982) coincidem em sua essência tipológica com os neologismos semânticos. Neste trabalho, optamos por considerar as unidades lexicais novas que se constituem a partir de itens já existentes na língua por neologismos semânticos. Tal escolha se dá pelo fato de termos observado que em Apurinã os falantes da língua não percebem como formas estranhas os itens criados a partir de recursos linguísticos de sua própria língua o que, por sua vez, ocorre com as formas constituídas com elementos da língua estrangeira.

⁹⁶ Romaine (1995) emprega o termo “nativização” para caracterizar este processo de ‘filtragem’ porque passam os termos emprestados da L2 para L1.

No exemplo (49a) a forma *xupũpanhi* é formada de duas partes, uma do português *xũpu* (que é uma parte da palavra ‘chumbo’ adaptado à fonologia do Apurinã) e uma do Apurinã *-panhi* (nome classificatório para pó, cinza) a junção dessas duas formas é utilizada para designar o conceito ‘pólvora’. Em (49b) temos o termo *lãtenhamyna*, que também se constitui de duas partes, uma do português *lãtenha* (que consiste da palavra ‘lâterna’ adaptada à fonologia do Apurinã) e uma do Apurinã *-myna* (nome classificatório para coisas compridas e cilíndricas). Em (49c) a forma *baraky* é constituída pela forma *bara* (que é a palavra ‘bala’ adaptada ao Apurinã) mais a forma *-ky* (nome classificatório para coisas redondas, pequenas e duras).

b) Empréstimos com adaptação fonológica

Neste tipo de empréstimos os itens lexicais emprestados de uma língua são fonologicamente adaptados àquela que os incorporou. No caso da língua Apurinã, os itens que constituem essa modalidade são provenientes do português e adaptados à estrutura fonológica do Apurinã, como se vê nos dados a seguir (LIMA-PADOVANI, 2016, p. 150):

(50)

a. <i>asukuru</i> – ‘açúcar’	f. <i>maxithuru</i> – ‘mosquiteiro’	l. <i>puruku</i> – ‘porco’
b. <i>kapẽe</i> – ‘café’	g. <i>parithu</i> – ‘fósforo’	m. <i>sãpuwa</i> – ‘sabão’
c. <i>kaxãxã</i> – ‘cachaça’	h. <i>parĩia</i> – ‘farinha’	n. <i>seku</i> – ‘sacola’
d. <i>kawaru</i> – ‘cavalo’	i. <i>pẽtxita</i> – ‘pente’	o. <i>seru(ty)</i> – ‘sal’
e. <i>kũxa</i> – ‘concha’	j. <i>pãnẽrẽ</i> – ‘panela’	

c) Empréstimos diretos

Nesta modalidade os empréstimos são inseridos na língua alvo da mesma maneira como são pronunciados e escritos na língua fonte, sem sofrer qualquer adaptação quando veiculados na língua alvo. Os empréstimos deste tipo são percebidos pelos falantes da língua alvo de modo estranho, externo ao vernáculo de sua língua. Em Apurinã consideramos os empréstimos diretos aqueles que foram inseridos na língua sem nenhuma adaptação, mas que os falantes não os percebem como externo a Apurinã, pois tais formas foram possivelmente absorvidas na língua em tempos remotos. Tais empréstimos são oriundos, na sua maioria, de

línguas da família linguística Aruá, faladas em localidades próximas às comunidades Apurinã, ou, em pelo menos um caso, são oriundos da língua Nheengatu.

- Termos provenientes de língua Aruá inseridos em Apurinã

Confirmando o que já haviam mostrado Brandão e Facundes (2011), identificamos também no sistema lexical Apurinã termos provenientes de línguas Aruá⁹⁷, faladas na região do Purus. Vejamos então o Quadro 26:

Quadro 26: Termos proveniente de línguas Aruá inseridos em Apurinã

Glosa	Línguas							
	Apurinã	Paumari	Jarawara	Jamamadi	Banawá	Deni	Kulina	Suruwahá
1. terçado	<i>sarasara/ sarasara</i>	<i>tarasara</i>	<i>yimawa sasara</i>			<i>sasara/ sarasara</i>		
2. milho	<i>kimi/ kemi</i>		<i>kimi</i>	<i>kimi</i>	<i>kimi</i>	<i>kimi</i>		<i>kimi</i>
3. traira	<i>sāku</i>	<i>sako</i>	<i>sako</i>	<i>sako</i>	<i>sako</i>	<i>shako</i>	<i>shako</i>	<i>sako(sa)</i>
4. banana	<i>txipari</i>	<i>sipatihi</i>		<i>sibati</i>		<i>zipari</i>		<i>sipari</i>

Fonte: Lima-Padovani (2016, p. 152).

Para o item 1, forma para ‘terçado’ identificamos nas línguas Paumari, Jarawara e Deni as formas *tarasara*; *yimawa sasara* e *sasara/sarasara*, respectivamente. Também em Paumari, identificamos a forma *saro-* que designa ‘cortar; dividido; quebrado’. Tal dado parece sugerir que a forma *sarasara/sarasara* tenha sido emprestado de línguas Aruá. Entretanto, um problema para essa análise é que, para o conceito ‘terçado’ temos a forma *sarakã*, assim como o verbo *saraka* em Apurinã. Portanto, é tanto possível que línguas Aruá tenham emprestado de Apurinã, quanto que o empréstimo tenha se dado na direção contrária em um passado ainda mais remoto, dando tempo aos Apurinã de institucionalizarem o empréstimo e aplicar processos derivacionais a ele. Somente a pesquisa histórico-comparativa pode resolver essa questão.

Em 2, a forma *kimi/kemi* não apresenta cognato em outras línguas Aruák. Piro e Iñapari, que são as línguas mais próximas geneticamente do Apurinã, apresentam as formas cognatas *ixi* e *hisi*, respectivamente, portanto, diferentes da forma atestada em Apurinã

⁹⁷ Os dados referentes as línguas Aruá foram retirados de: Koop (2008); Vogel (2006); Salzer e Chapman (1997) e Dixon (1995; 2004).

(BRANDÃO e FACUNDES, 2011, p. 201). Uma vez que não há evidência de que a forma de Apurinã seja cognata com qualquer outra língua Aruák, é mais provável que a fonte da origem desta unidade lexical esteja em línguas Aruá, onde a palavra é identificada em Jarawara, Jamamadi, Banawá e Suruwahá. Além disso, ela foi reconstruída em Proto-Aruá como **kimi* (BRANDÃO e FACUNDES, 2011, p. 202).

De acordo com Brandão e Facundes (2011), não há formas claras de cognatos em línguas Aruák para os itens 3 e 4. Segundo os autores, essas formas não são reconstruíveis a fases anteriores do Aruák, fato que sugere que Apurinã tenha emprestado também as palavras *sãku e txipari* de línguas Aruá, onde identificamos formas parecidas a *sãku* em todas as sete línguas acima comparadas; e *sipatihi, sibati, zipari e sipari* que designam 'banana' em Paumari, Jamamadi, Deni e Suruwahá, respectivamente. Além disso, Dixon (2004 *apud* BRANDÃO e FACUNDES, 2011, p. 201) reconstrói em Proto-Aruá a forma **shako* para o 'peixe traíra', mas não reconstrói para 'banana'.

A presença de itens lexicais provenientes de línguas Aruá, segundo Lima-Padovani (2016), é corroborada pela proximidade geográfica entre essas línguas e o Apurinã, permitindo historicamente uma situação de contato linguístico.

- Termos provenientes da língua Nheengatu

O levantamento da variação léxica da língua Apurinã realizado por Lima-Padovani (2016) revelou a presença de unidades lexicais oriundas do Nheengatu. Como exemplo, temos os termos *iũkyra* que é uma das formas que designa 'sal' e *anãna* que corresponde ao conceito 'abacaxi'. Tais conceitos provavelmente foram inseridos na cultura Apurinã através do comércio realizado pelos regatões. Estes viajavam e ainda viajam ao longo dos rios do Estado do Amazonas vendendo os seus produtos e comprando aqueles das comunidades indígenas. Sabe-se que em um passado não muito remoto, havia falantes de Nheengatu nessas embarcações.

Antes de iniciarmos a próxima seção é importante ressaltar que mesmo considerando neste trabalho os empréstimos como uma subcategoria de neologismos, eles serão destacados no dicionário Apurinã de maneiras distintas. Os neologismos virão identificados pela abreviatura (*neo.*), enquanto os empréstimos serão identificados pela forma reduzida do nome que representa a sua origem (*Port.*), (*Aru.*) e (*Nhe.*). Isto se dá, como mencionamos anteriormente, em virtude dos Apurinã perceberem os itens novos formados por empréstimo como algo externo da língua, enquanto que as unidades léxicas constituídas de elementos da própria língua não apresentam esta mesma sensação para os falantes.

Na seção a seguir, são descritos de modo sucinto a variação lexical e o fenômeno de “duplo vocabulário” presentes em Apurinã.

5.1.9 Variação lexical e o duplo vocabulário⁹⁸

5.1.9.1 Variação lexical

Em Apurinã, a variação lexical se manifesta a partir de dois parâmetros básicos da sociolinguística: (i) a distribuição geográfica, que é representada por aquelas formas que têm suas variantes linguísticas distribuídas em espaços geográficos diferentes; e (ii) a variação associada a questões ligadas à idade do falante (BARRETO, 2007; LIMA-PADOVANI 2016).

5.1.9.1.1 Variação geográfica

Como mencionamos anteriormente, as comunidades Apurinã estão distribuídas ao longo de diferentes tributários do rio Purus, apresentando uma larga extensão geográfica e com grandes distâncias entre si. Esse fato, de acordo com Lima-Padovani (2016, p. 96), favorece o desenvolvimento de um grau significativo de variação linguística. A autora destaca também que, em virtude desse distanciamento, as diferentes comunidades passaram por experiências distintas, sofrendo influências diferentes na apropriação de determinados conceitos. A maneira como as comunidades “nomeiam” a realidade que as cerca acaba por convergir para uso de formas diferentes ao se referir ao mesmo conceito, fazendo com que certas variantes sejam usadas em algumas comunidades, mas não em outras, como pode ser constatado no Quadro 27:

⁹⁸ Para uma visão mais ampla sobre a variação lexical em Apurinã ver Lima-Padovani (2016). O fenômeno de “duplo vocabulário”, por sua vez, passa por um reanálise neste trabalho.

Quadro 27: Amostra parcial de casos de variação geográfica

Nome em Português	Nome em Apurinã	Comunidades																	
		KM 45	KM 124	CAM	PEN	SEP	SER	JAP	TER	VA	JAT	TUM	ACI	CUR	API	CTM	SJO	TAW	ITX
café	<i>k̄pyatyk̄yã</i>			-				x		x	-	x				-			
	<i>kap̄e</i>	x	x		x	x	x	x	x	x			x	x	x			x	x
	<i>pumamãru</i>													x			x	x	x
cavalo	<i>ixiwãwĩtha</i>	x	-	-	-		x	x		x	-		x	-	-	-	-	-	-
	<i>kawaru</i>					x	x	x	x			x							
farinha	<i>(k)atarukyry</i>	x	-	-	-		-	x		x	-	x		x	x	-	x	x	x
	<i>parĩã</i>					x			x				x						
gato maracajá	<i>txuwĩriãrike</i>		-	x	x	x	x	x	x		x	x		-		-	x	x	x
	<i>putxukari</i>	x																	
	<i>ãkiti</i>									x			x		x				
jacu	<i>tĩti</i>				-			x	x	x	x	x		x	x	-	x	x	x
	<i>thãpukyry</i>	x	x	x		x	x						x						
japó	<i>iũpiri</i>		-	x	x		x	x	x	x	-	x		x	x	-			
	<i>pukuru(ru)</i>	x				x							x				x	x	x
onça preta	<i>(h)ãkiti mapiãnyry</i>	x					x	x	x				x			-			

	<i>(h)ãkiti pumamary</i>		x	x	x	x	x			x	x	x		x	x		x	x	x
onça vermelha	<i>(h)ãkiti putsukare</i>	x	x	x		x	-						x			-			
	<i>(h)ãkiti pũkamarary</i>				x			x	x	x	x			x	x		x	x	x
pé de tucumã	<i>xũkuruna</i>					x		-			x			x		-	x		
	<i>ĩkawaryna</i>	x	x	x	x		x		x	x		x	x	x		x		x	x
porco doméstico	<i>iraryãwĩtha</i>						x	x		x		x		-	-	-	x	x	x
	<i>miritiãwtha</i>	x	x	x	x	x					x		x						
quatipuru roxinho	<i>ãkiti tikakĩery</i>	-	-	-	-	x	-		x	x	-	x	x		x	-	x	x	x
	<i>iũbitiri pumamakyry</i>											x						x	x
	<i>kaxuky</i>							x						x	x				
terçado	<i>sarakã</i>		-			x		x					x						
	<i>saasara/sarasara</i>	x		x	x		X		x	x	x	x		x	x	x	x	x	x

Fonte: Lima-Padovani (2016, p. 97-98).

A partir de dados listados no Quadro 27 é possível observar que alguns conceitos em Apurinã têm duas ou três formas variantes distribuídas entre as comunidades. Segundo Lima-Padovani (2016, p. 99), apesar dessas variantes serem usadas ativamente em algumas comunidades e não em outras, seguindo uma distribuição geográfica, na maioria das vezes, em uma mesma comunidade, alguns falantes reconhecem mais de uma dessas formas para designar um mesmo referente. Isso ocorre devido às constantes migrações entre as comunidades e contatos mais recentes entre seus membros, estimulado, por exemplo, pela necessidade frequente de homens irem buscar esposas em outras comunidades, cumprindo as regras tradicionais de casamento, como mencionado no primeiro capítulo deste trabalho.

5.1.9.1.2 Variação geracional

A variação geracional é representada por variantes distintas usadas em um mesmo espaço geográfico por indivíduos de faixas etárias diferentes. Segundo Lima-Padovani (2016, p. 99), em Apurinã há formas que são utilizadas apenas pelos falantes mais idosos e que somente alguns indivíduos da geração mais nova reconhecem, mas não usam. Esse fator, portanto, contribui para que tenhamos formas coexistindo na língua no mesmo espaço geográfico. No Quadro 28 podemos observar alguns desses casos.

Quadro 28: Amostra parcial da variação geracional

Nome em Português	Nome em Apurinã	
	Forma usada pelos jovens	Forma usada pelos idosos
1. cachorro do mato	<i>awãtenyky</i>	<i>kapasãnyky</i>
2. jacu	<i>tĩti</i>	<i>thãpukyry</i>
3. jiboia	<i>katatypi</i>	<i>kamatsupaãta</i>
4. sucurijú	<i>kapinhuty</i>	<i>kiãty</i>
		<i>wanhamary</i>
5. nambu preto	<i>takataka</i>	<i>surẽty</i>
6. pé de tucumã	<i>ĩkawaryna</i>	<i>xĩkuruna</i>
7. macaco de cheiro	<i>xariwa</i>	<i>ipỹte</i>
8. paca	<i>kaiaty</i>	<i>txipama</i>
9. carará	<i>tarara</i>	<i>(k)ixiãryry</i>

10. roçado ⁹⁹	<i>tukury</i>	<i>kikiu</i>
--------------------------	---------------	--------------

Fonte: Lima-Padovani (2016, p. 100).

Cabe mencionar que em Apurinã é possível, ainda, observar um terceiro tipo de variação lexical intitulada variação geográfico-geracional, caracterizada pela ocorrência de uma variação geracional em diferentes comunidades. Nesse tipo de variação, uma variante pode ter uma distribuição geográfica restrita, também aparece restrita a uma faixa etária específica. Como exemplo desse tipo de variação, podemos considerar o caso da palavra para ‘macaco-de-cheiro’, reconhecida por três formas: *amãtxuary*, *ipÿte* e *xariwa*. A forma *amãtxuary* está restrita a algumas comunidades, caracterizando aí uma variação geográfica; porém, mesmo nessas comunidades, essa forma encontra-se restrita a uma faixa etária específica, pois é uma forma antiga, usada somente pelos mais idosos, o que caracterizaria também nessas comunidades a variação geracional.

Uma análise aprofundada da variação lexical em Apurinã mostra, de acordo com Lima-Padovani (2016), que as variantes lexicais em Apurinã não estão associadas exclusivamente a um grupo ou outro; isto é, diferentes membros de uma mesma comunidade podem reconhecer e utilizar mais de uma variante. Um falante usa uma variante com relativa frequência, podendo reconhecer uma ou outra forma. No segundo caso, trata-se de um conhecimento passivo, em que o falante pode reconhecer (ao escutar ou ser perguntado sobre) duas ou mais variantes de um mesmo conceito. Esse conhecimento multidialetal está associado, como mencionamos acima, ao constante movimento migratório e conseqüente contato e interação entre indivíduos de diferentes comunidades Apurinã.

A variação linguística, como pudemos observar, faz parte da riqueza e complexidade da língua Apurinã e se manifesta como um traço importante de identidade dos diferentes grupos Apurinã. Diante disso, buscamos, ao longo da compilação do dicionário, evidenciar a diversidade linguística do vernáculo desse povo. Um tipo de material lexicográfico de referência como o que propomos neste trabalho deve fornecer uma descrição abrangente de toda a língua, com atenção especial, portanto, para a variação linguística. No caso do dicionário

⁹⁹ Alguns colaboradores (da faixa etária acima dos 40 anos) distinguem semânticamente *kikiu* de *tukury*. Para eles a forma *kikiu* designa ‘roçado’ enquanto *tukury* corresponde ao conceito ‘derrubada’ (processo que consiste na preparação do terreno para o cultivo). Tal fato sugere que a forma *tukury* ao longo do tempo passou também a designar ‘roçado’, caracterizando-se como uma mudança em curso do significado do termo *tukury*. No que corresponde a forma *kikiu*, como podemos costatar no Quadro 28, ela está restrita apenas na fala dos mais velhos nas comunidades em que ocorre.

Apurinã, buscamos não privilegiar nenhum dialeto específico, com o intuito de não normatizarmos como padrão nenhum dos dialetos Apurinã. Entretanto, cabe salientar que as variantes que mais aparecem como entradas principais do dicionário são as que se localizam na região do Médio Purus, no município de Lábrea – AM. Isso ocorre em virtude das pesquisas mais recentes (os últimos 10 anos) desenvolvidas sobre a língua Apurinã terem se concentrado nessa região. Além disso, a atenção especial ao tratamento das variantes dialetais do Apurinã ocorre também com o objetivo de promover entre os Apurinã a reflexão de que todas as variedades se equivalem e de que não há linguisticamente uma variedade melhor, mais bonita, nem mais certa do que a outra.

Na subseção a seguir, discutiremos acerca do duplo vocabulário da língua Apurinã e dos fatores que operam coletivamente para a existência desse fenômeno.

5.1.9.2 O duplo vocabulário Apurinã

Algumas línguas indígenas de diferentes famílias linguísticas apresentam um alto nível de termos “sinônimos” distribuídos em seu léxico. Essa sinonímia, porém, não é fruto unicamente de fatores linguísticos fortuitos, como dinamicidade e/ou mudança da língua. O que parece ocorrer em algumas línguas é um sistema de dupla nomenclatura motivado por diferentes fatores como: palavras tabus; vocativos; arcaísmo; incorporação de vocabulário de cativos; conhecimento especializado de um determinado campo semântico (como caça; pesca; alimentação; plantas medicinais; etc.), entre outros fatores (FLECK & VOSS, 2006; DIENEST & FLECK, 2009).

Fleck e Voss (2006, p. 335), por exemplo, identificaram em Matses, uma língua da família Pano falada no extremo oeste da Amazônia Brasileira e no Peru, um conjunto de termos sinônimos motivados por:

- (i) *tabus culturais* - o qual requer que os seus falantes não usem os nomes ou apelidos de pessoas recentemente falecidas, nem palavras que sejam julgadas fonologicamente semelhantes a eles. Isto, por sua vez, demanda a introdução constante de novos termos no sistema lexical Matses para substituir temporariamente essas formas que não podem ser pronunciadas;
- (ii) *incorporação de cativos* – a captura de mulheres e crianças de outros grupos étnicos era uma prática comum entre os Matses até o início do século XXI. As mulheres capturadas, segundo Fleck e Voss (2006, p. 340), se tornavam esposas de homens Matses. Tradicionalmente, esses homens eram responsáveis por ensinar suas esposas cativas a falar Matses e nesse processo eles e outras pessoas

da família aprenderam muitas palavras e algumas frases nas línguas de suas esposas. Esse conhecimento linguístico, de acordo com os autores, teria sido uma fonte potencial de sinônimos e palavras de substituição temporária para as palavras tabus, mencionadas acima;

- (iii) *caça* – entre os Matses a caça é uma atividade de bastante prestígio. Um aspecto muito importante para ser um bom caçador além, obviamente, de trazer alimento para casa é o conhecimento acerca dessa atividade, como, por exemplo, o grande repertório de sinônimos e hipônimos para animais de caça. De acordo Fleck e Voss (2006, p. 353), os caçadores Matses usam os termos secundários para as caças, especialmente quando contam histórias de suas caçadas. Os jovens caçadores, por sua vez, costumam usar as formas sinônimas para exibir à comunidade seus conhecimentos sobre os animais de caça. Os autores relatam também que os Matses mais velhos usam os termos sinônimos como forma de diversão, confundindo os caçadores jovens que ainda não dominam as formas sinônimas.

Dienst e Fleck (2009) observaram também, em algumas línguas da família linguística Aruá, faladas no sudoeste do estado do Amazonas, um duplo sistema de nomenclatura para a terminologia de animais de estimação. Os animais mantidos como de estimação, em geral, são animais silvestres, como antas, pacas, veados, macacos e aves. Esses animais são capturados na natureza quando ainda são pequenos, geralmente, quando uma fêmea com descendentes é morta por um caçador que em seguida leva o filhote do animal para sua casa. Cabe ressaltar que esses animais servem, primeiramente, como fonte de alimentação para as sociedades indígenas; ou seja, além de servirem como alimentos, esses animais apresentam uma segunda função dentro dessas culturas, que é de animal de estimação.

A maioria dos grupos étnicos não costuma dar um nome específico para os animais de estimação, se referindo a eles pelos nomes de suas espécies; no entanto, Dienst e Fleck (2009, p. 230) destacam que em muitas sociedades a importância cultural dos animais de estimação é refletida na língua por um vocabulário diferenciado. Essas formas, segundo os autores, geralmente não podem ser usadas como nomes referenciais e também não são nomes próprios, já que todos os animais da mesma espécie são chamados pela mesma palavra. Nesse sentido, os autores afirmam que tais formas se comportam na língua como vocativos. Em Apurinã verificamos um caso desse tipo. De acordo com os nossos colaboradores, a forma *txipama* é usada apenas para a ‘paca’ que se cria em casa desde quando ela é um filhote. Portanto, esses

vocativos para animais de estimação, nessas línguas, podem ser compreendidos como um traço linguístico que distingue o *status* entre animais de estimação e de caça.

Em Apurinã observamos também um duplo sistema de nomenclatura, principalmente, para os elementos de fauna e flora. Esse fenômeno da língua Apurinã vem sendo chamado de Duplo Vocabulário por Lima-Padovani (2016). Tal fenômeno consiste em itens lexicais que apresentam uma aparente sinonímia, em que mais de uma palavra é usada para se referir ao mesmo elemento conceitual. Um exemplo disso seria a forma como os Apurinã nomeiam o conceito ‘cipó-de-tracuá’. O mesmo conceito pode ser chamado de *tũnytsa* ou de *katxipukyrytsa* (*katxipukyry* ‘formiga’ + *tsa* nome classificatório para coisas finas e alongadas). A distinção entre os elementos desse par de nomes é que, enquanto o primeiro é mais comumente usado no dia a dia, caracterizando-se como a forma referente, o segundo aparece em contextos mais restritos.

A forma *katxipukyrytsa* está relacionada à função que o cipó exerce para as formigas. Segundo relatos dos consultores, as ‘formigas’ utilizam o cipó para construir sua casa. Por isso, esse tipo de cipó receber o mesmo nome do animal que vive nele. Vale destacar que essa forma costuma ser usada apenas quando os falantes desejam enfatizar essa propriedade do ‘cipó-de-tracuá’. Esta afirmação é corroborada pelo seguinte episódio: em uma das viagens a campo, pudemos observar o uso espontâneo da forma *katxipukyrytsa*. Um dos senhores da comunidade havia ido buscar cipó-de-tracuá no mato para utilizar no xingané que a comunidade estava organizando. Quando o senhor retornou, jogou o cipó-de-tracuá no chão, e passou a tirar formigas do seu corpo. Em seguida, ele começou a explicar que as formigas tracuás vivem nessa espécie de cipó. Nesse momento, ao mencionar o cipó, o falante usou a forma *katxipukyrytsa*.

Além da observação de episódios como o descrito acima, os instrumentos metodológicos utilizados na investigação do fenômeno de Duplo Vocabulário seguiram três etapas principais. A primeira consistiu em um levantamento sociolinguístico do léxico da língua Apurinã realizado entre os anos de 2013 e 2018. Esse levantamento se baseou no modelo de análise dos estudos variacionistas (LABOV, 2008 [1972]). Nessa etapa da pesquisa, identificamos o sistema de dupla nomenclatura na taxonomia de fauna e flora Apurinã. Em um segundo momento, selecionamos e organizamos o corpus referente ao Duplo Vocabulário. Na terceira etapa, nos dedicamos à descrição e análise do corpus. A elicitación dos itens que compõem o Duplo Vocabulário Apurinã foi realizada em duas etapas. Fizemos, primeiramente, a elicitación dos termos do duplo vocabulário com os falantes Apurinã de modo simples, sem nenhum recurso. Em seguida, voltamos a fazer a elicitación usando recursos visuais, onde mostrava-se para os falantes imagens dos elementos que constituíam o corpus. Cabe destacar

que as elicitões eram seguidas por discussões sobre a história natural (habitat, sons produzidos, alimentação, função, etc.) dos itens de fauna e flora. Além disso, para cada item era perguntado aos falantes: (i) se eles conheciam outros nomes (nos casos em que os falantes não ofereciam espontaneamente as duas formas); (ii) por que tal elemento tinha dois nomes – como explicação os falantes sempre frisavam propriedades específicas dos elementos, como, por exemplo, sua conexão com outros elementos, e/ou sua função dentro da cultura Apurinã; (iii) em que contexto era usado uma forma ou outra, onde eles voltavam a destacar as propriedades elencadas no item acima; (iv) se era mantido como animal de estimação; (v) se havia uma subespécie. Vale ressaltar que na elicitão dos dados, alguns grupos de falantes ofereciam as duas formas espontaneamente. Primeiro eles ofereciam a forma referente, a menos marcada e logo em seguida era mencionado uma forma mais descritiva dos conceitos em questão.

Diante disso, conclui-se que o fenômeno de Duplo Vocabulário ocorre quando os falantes desejam dar ênfase a uma propriedade específica do elemento em questão e/ou também quando querem ressaltar a conexão entre elementos distintos dentro da cultura Apurinã. O duplo vocabulário parece ser, portanto, um produto de uma manipulação consciente do sistema lexical para servir a propósitos discursivo-pragmáticos adaptados aos contextos socioculturais das comunidades Apurinã.

Os itens lexicais da taxonomia de fauna e flora Apurinã são atualizados em um discurso particular, resultado de uma construção sociocultural e uma escolha do falante, de acordo com as necessidades da situação comunicativa. É nessa interface das estruturas sociais e culturais associadas à produção lexical que se evidenciam as formas de cognição social, ou seja, os conhecimentos, os valores, ideologias e atitudes que organizam uma visão exclusiva de um grupo de falantes acerca da sua realidade.

Observamos, ainda, que o Duplo Vocabulário apresenta uma coerência construída a partir das relações metafóricas, metonímicas e pragmáticas que motivam nomear um mesmo referente com duas formas distintas. Tal coerência sugere haver uma rede semântica interligando referentes distintos no léxico Apurinã, revelando assim traços da visão de mundo dos falantes. Essas relações evidenciam o quanto a interação é significativa no processo de formação da nomenclatura da taxonomia Apurinã. De fato, ela desempenha papel fundamental nos atos comunicativos, visto que a língua se concretiza a partir do ambiente contextual de realização e da mesma forma que os organismos se integram para interagirem no meio. Ou seja, a realidade é um *continuum* cujos limites são definidos pelo observador, em outras palavras, pelos falantes da língua Apurinã.

Na próxima seção, apresentaremos de modo mais sistemático as ocorrências do Duplo Vocabulário Apurinã. Buscaremos demonstrar que os padrões metafóricos e metonímicos são operações cognitivas utilizadas pelos falantes de Apurinã na categorização de fauna e flora. Além disso, descreveremos e analisaremos cada par de palavra observando a sua referência com outros elementos linguísticos e extralinguísticos.

5.1.9.2.1 O sistema de dupla nomenclatura em Apurinã

Como vimos na seção anterior, em Apurinã a nomenclatura de alguns elementos da taxonomia de fauna e flora deriva de seu duplo estatuto de denominação; isto é, da possibilidade de designar um conceito a partir de dois parâmetros distintos que consistem na: (i) formação de nomes que apresentam significados mais neutros, menos marcados, caracterizando-se como formas referentes na língua, sendo usadas no dia a dia; e (ii) formas com um significado mais descritivo, usadas apenas em contextos específicos. Verificamos que o sentido descritivo desses conceitos é motivado pelas propriedades físicas, comportamentais e funcionais dos seus referentes e também pela sua relação com outros elementos da cultura Apurinã. Como mencionamos anteriormente, observamos também que, em geral, os nomes mais descritivos que constituem esse sistema de dupla nomenclatura são estruturados a partir de padrões metafóricos e metonímicos (LAKOFF e JOHNSON, 1980; LAKOFF, 1987).

A seguir, apresentaremos exemplos desses pares de palavras e destacaremos também as características comuns entre os dois domínios experienciais, construindo um espaço comum entre ambos os domínios.

5.1.9.2.1.1 A metaforização no processo de denominação da fauna e flora Apurinã

Como mencionamos no segundo capítulo (2.4.1.4), o processamento metafórico é natural, reestrutura aspectos da experiência, do pensamento e da linguagem em um meio natural. A metáfora é essencialmente um mecanismo que envolve a conceitualização de um domínio de experiência em termos de outro. O domínio de experiência usado para compreender outro domínio é tipicamente mais físico, mais diretamente experienciado, mais conhecido do que o domínio que queremos compreender, que geralmente é mais abstrato, menos experienciado e menos conhecido. De acordo com Kövecses (2015, p. 2), esses domínios de experiências são representados na mente como *frames* mentais ou modelos cognitivos.

Os *frames* são sistemas estruturados de conhecimento armazenados na memória de longo prazo e organizados a partir da esquematização da experiência (FILLMORE, 1982). A interpretação de um determinado conceito ou de um conjunto de conceitos requer o acesso a

estruturas de conhecimento que relacionam elementos associados às experiências humanas, considerando-se as bases físicas e culturais dessa experiência. Associando a noção de *frame* a processos de categorização, Lakoff (1987) desenvolveu o conceito de Modelo Cognitivo Idealizado (MCI). A noção de MCI, embora também represente uma estrutura de conhecimento armazenada na memória de longo prazo, pode ser mais complexa e organizada que a noção de *frame*.

Kövecses (2015) argumenta também que os indivíduos, em geral, produzem metáforas sob a influência de dois tipos de pressão: i) da experiência corporal (segundo a visão da Linguística Cognitiva da metáfora em que as metáforas primárias têm como base as correlações com as experiências corporais e, por isso, essas metáforas são corporificadas); e ii) do contexto ao seu redor, cujo recorte se pauta esta análise. Segundo o autor, o contexto pode ser observado a partir de um contínuo gradual cuja perspectiva se estabelece do mais geral para o mais específico e tem como extremos, respectivamente, o contexto global e o contexto local.

O contexto global é formado por aqueles fatores que afetam todos os membros de uma comunidade de fala, quando conceituam algum elemento metaforicamente. O contexto global constitui-se de alguns fatores contextuais e, dentre eles, podem ser destacados o ambiente físico, o contexto cultural, os fatores sociais e a memória diferencial. As metáforas, segundo Kövecses (2010), serão produzidas de forma mais diferenciada quanto mais variado for o ambiente físico das regiões, e sua produção terá influência direta de fatores como os acidentes geográficos, a fauna e a flora. Por sua vez, o contexto local é entendido pelos fatores contextuais imediatos; isto é, que se aplicam a conceitualizadores particulares em situações específicas. O contexto local também influencia na conceitualização da produção metafórica por meio de vários outros fatores: i) ambiente físico imediato; ii) contexto cultural imediato; iii) ambiente social imediato; iv) conhecimento sobre as principais entidades do discurso; e v) contexto linguístico imediato.

Segundo Kövecses (2010), os fatores contextuais podem tanto levar ao aparecimento de expressões metafóricas convencionais quanto ao surgimento de expressões metafóricas novas ou não-convencionais. Para o autor, as pessoas usam metáforas na tentativa de serem coerentes com a maioria dos fatores que regulam a conceitualização do mundo. Em outras palavras, os falantes tentam ser coerentes em relação a vários aspectos da situação de comunicação no processo de criação dos sentidos metafóricos de um dado elemento.

Desse modo, a língua, e principalmente o léxico, seriam vistos como reflexo do sistema conceptual humano. Por sua vez, as metáforas seriam o veículo para os sistemas de conhecimento que são relevantes e centrais em uma determinada cultura. A metáfora está presente na linguagem do dia a dia, dentro de várias instâncias discursivas. Ela é parte

importante na construção de sentido, estruturando os sistemas conceituais e determinando, assim, a maneira de perceber o mundo e de falar sobre ele.

No que corresponde ao fenômeno de “duplo vocabulário” da língua Apurinã, observa-se que algumas unidades lexicais que o constituem estão presentes no raciocínio metafórico dos falantes que procuram ancorar a compreensão de alguns elementos da fauna e flora em outros elementos que são mais comumente ou concretamente experienciado por eles dentro de sua cultura. Ou seja, conceitos concretos são mobilizados para entendimento, explanação e descrição de um conceito menos concreto. Em Apurinã esses processos envolvem dois mecanismos: (i) a transferência conceitual, que aproxima domínios cognitivos diferentes, mas relacionados; (ii) a motivação pragmática, que envolve a reinterpretação induzida pelo contexto.

Nos Quadros 29 e 30, apresentaremos alguns exemplos de processos de metaforização operando na formação de algumas unidades lexicais da língua Apurinã.

Quadro 29: Amostra parcial de casos de formas com sentido descritivo vs. não descritivos cuja semântica envolve características físicas

Nome em Português	Nome em Apurinã	
	Sentido não descritivo	Sentido descritivo
1. café	<i>kapëe</i>	<i>kỹpatykỹã</i>
2. cipó-titica	<i>ãapetsa</i>	<i>ixiwanenytsa</i>
3. piau quati	<i>puwana</i>	<i>kapixixima</i>
4. quatipuru-roxinho	<i>kaxuky</i>	<i>ãkiti tikakiërike</i>
5. mané-magro	<i>kunusury</i>	<i>aãke</i>
6. cavalo; burro	<i>kawaru</i>	<i>ixiwaãwithe</i>
7. canapu/camapu	<i>mutumutuky</i>	<i>kytsynapunitikyte</i>
8. cuiú-cuiú	–	<i>anãmaxima</i>

Fonte: Adaptado de Lima-Padovani (2016).

No item 1, verificamos que a forma *kỹpatykỹã*, uma das formas usadas para designar ‘café’, parece ser uma extensão de sentido do conceito *kỹpaty*, que é a forma para nomear ‘bananeira brava’. Isso acontece em virtude de *kỹpaty* ter uma semente preta que se parece com a semente do café; ou seja, os Apurinã adotaram traços da similaridade física de *kỹpaty* (domínio-fonte) para nomear o conceito ‘café’ (domínio-alvo).

Em 2, observamos que a segunda forma, *ixiwanenutsa* (*ixiwa* = tamanduá-bandeira + *nenu* = língua + *tsa* = nome classificatório para coisas finas e alongadas), que designa ‘cipó-timbó-açu’, está relacionada ao aspecto da língua do ‘tamanduá-bandeira’. De acordo com os colaboradores, a forma achatada e alongada do cipó parece com a língua do ‘tamanduá-bandeira’. Observe que o processo de formação dessa unidade lexical ocorre motivado por padrões metafóricos, em que há o mapeamento de propriedades físicas do ‘tamanduá’ (domínio-fonte) a propriedades físicas do ‘cipó’ (domínio-alvo).

No item 3 também é levado em consideração o aspecto do animal que possui listras iguais às do ‘quati’ *kapixi*. Observa-se que o processo de formação do item lexical, nesse caso, ocorre também motivado pela metáfora, uma vez que há o mapeamento de propriedades físicas do ‘quati’ (domínio-fonte) a propriedades físicas do ‘piauí’ (domínio-alvo).

Em 4, a forma *ākiti tikakiērike* está relacionada ao aspecto da barriga do animal, a qual tem pintas que se parecem com as pintas da onça-pintada; por isso essa forma recebe o mesmo nome da onça. Portanto, a motivação de usar o nome que normalmente designa ‘onça’ para designar também ‘quatipuru roxinho’ é o mapeamento de propriedades físicas da ‘onça’ (domínio-fonte) a propriedades físicas da barriga do ‘quatipuru’ (domínio-alvo).

Em 5, ‘mané-magro’ recebe o mesmo nome usado para designar ‘vara’, *āake*. Isso ocorre em virtude desse animal se parecer com uma ‘vara’. A motivação de usar o nome que designa ‘vara’ para designar também ‘mané-magro’ é o mapeamento de propriedades físicas da ‘vara’ (domínio-fonte) a propriedades físicas do ‘mané-magro’ (domínio-alvo).

Em 6, a forma *ixiwaāwithe*, usada para conceituar o elemento ‘cavalo’, é constituída da forma *ixiwa* (‘tamanduá-bandeira’ + *āwithe* ‘chefe’). Os Apurinã adotaram traços da similaridade física do ‘tamanduá’ (domínio-fonte), um animal de grande porte na cultura Apurinã para nomear o conceito ‘cavalo’ (domínio-alvo).

Em 7, a forma *kytsynapunitikyte* (*kytsyna* ‘calango’ + *punitikyte* ‘pimenta’) está relacionado ao aspecto da fruta que se parece com a pimenta-de-cheiro. Ambas apresentam, em geral, coloração amarelada e possuem quase o mesmo tamanho. Verifica-se que o processo de formação dessa unidade lexical ocorre a partir do mapeamento de propriedades físicas do ‘pimenta-de-cheiro’ (domínio-fonte) a propriedades físicas do ‘canapu/camapu’ (domínio-alvo).

Em 8, a forma *anānaxima* (*anāna* ‘abacaxi’ + *xima* nome classificatório para peixe) recebe esse nome do ‘abacaxi’ por ter ao longo da linha lateral uma série de placas ósseas, armadas cada uma com várias saliências pontiagudas, duras e afiadas, que se parecem com a casca do ‘abacaxi’. A motivação que levou os Apurinã a usarem o mesmo nome que designa

‘abacaxi’ para designar também o peixe ‘cuiú-cuiú’ é o mapeamento de propriedades físicas da casca do ‘abacaxi’ (domínio-fonte) a propriedades físicas de um tipo de peixe com pele grossa (domínio-alvo).

No Quadro 30, ilustramos os casos de dupla nomenclatura baseada nas características descritivas dos referentes:

Quadro 30: Amostra parcial de casos de formas com sentido descritivo vs. não descritivos cuja semântica envolve padrões comportamentais

Nome em Português	Nome em Apurinã	
	Sentido não descritivo	Sentido descritivo
1. onça-preta	<i>ãkiti pumamary</i>	<i>ãkiti mapiãnyry</i>
2. piranha	<i>(h)ũma(kyry)</i>	<i>akytsaru</i>
3. tamanduá	<i>Apasawatary</i>	<i>kamyrikĩ</i>

Fonte: Adaptado de Lima-Padovani (2016).

No item 1, para a forma *ãkiti pumamary*, os falantes da língua levam em consideração a cor do animal (o nome *pumamary* corresponde à cor preta). Já o segundo termo *ãkiti mapiãnyry* está ligado ao hábito noturno do animal, pois o nome *mapiãnyry* está semanticamente relacionado ao nome *mapiã* que corresponde à escuridão, noite. Ou seja, enquanto no primeiro caso a nomeação baseia-se numa descrição física, no segundo ela se baseia numa descrição do comportamento do animal que possui hábitos noturnos.

A forma *akytsaru*, item 2, deriva do verbo *akytsaka* ‘morder’, uma vez que a piranha é um peixe voraz e de perigosa mordedura, que ataca homens e animais.

O termo *kamyrikĩ*, do item 3, deriva do nome *kamyry*, forma que designa ‘espírito’, uma vez que esse animal, segundo relatado pelos Apurinã, some na mata como um espírito. Além disso, o tamanduá representa também na cultura Apurinã um sinal de que haverá morte na família, quando ele é visto na mata.

5.1.9.2.1.2 A metonímia no processo de denominação da fauna e flora Apurinã

Em Apurinã a metonímia tem, pelo menos em parte, o mesmo uso que a metáfora, mas ela nos permite focalizar em aspectos específicos da entidade a que estamos nos referindo. Projeta-se um domínio em outro a ele inerentemente relacionado em consequência de uma relação estabelecida localmente por uma função de caráter pragmático. Esse tipo de projeção desempenha um papel fundamental na organização do nosso conhecimento, promovendo meios de identificar elementos de um domínio através de sua contraparte em um outro domínio. Isto

é, a metonímia é a projeção conceitual de um domínio cognitivo sobre outro, ambos pertencentes ao mesmo domínio cognitivo, de sorte que o domínio projetado (domínio-fonte) ressalta e proporciona acesso mental ao domínio sobre o qual se faz a projeção (domínio-alvo). O Quadro 31, abaixo, ilustra bem esse fenômeno em Apurinã.

Quadro 31: Amostra parcial de casos de formas com sentido descritivo vs. não descritivos cuja semântica envolve padrões comportamentais e funcionais

Nome em Português	Nome em Apurinã	
	Sentido não descritivo	Sentido descritivo
1. quatipuru-roxinho	<i>axipitiri</i>	<i>ãkiti tikakiërike</i>
2. cipó-de-tracuá	<i>tĩnytsa</i>	<i>katxipukyrytsa</i>
3. taioca	<i>aiuãke</i>	<i>tĩtĩ</i>
4. farinha	<i>parĩia</i>	<i>katarukyry</i>
5. canapu/camapu	<i>mutumutuky</i>	<i>kytsynapunitikyte</i>
6. gato maracajá	<i>putxukary; ãkiti</i>	<i>txuwiriëne</i>

Fonte: Adaptado de Lima-Padovani (2016).

O primeiro item merece atenção, pois um dos nossos consultores Apurinã relatou que esse animal se alimenta dos dejetos da onça e, por isso, ele receberia o mesmo nome da onça, *ãkiti*. Nesse caso, além do processo de metáfora (que mencionamos na seção anterior), teríamos também padrões metonímicos operando no processo de nomeação desse elemento, uma vez que o ‘quatipuru’ alimenta-se dos dejetos produzidos pela ‘onça’; ou seja, o conceito ‘quatipuru’ seria nomeado pelo nome do animal que produz o alimento que ele costuma consumir.

Em 2, a forma *katxipukyrytsa* (*katxipukyry* ‘formiga’ + *tsa* ‘nome classificatório para coisas finas e alongadas’) está relacionada à função que o cipó tem para as formigas. Segundo relatos dos consultores, as formigas utilizam o cipó para construir sua casa. Nota-se que o cipó é chamado pelo nome do animal que nele habita (o habitante pelo lugar que habita).

No item 3, a forma *tĩtĩ* está relacionada ao hábito do jacu, uma vez que esse pássaro se alimenta de restos de pequenos insetos deixados pela formiga ‘taioca’. Nota-se que o processo de variação ocorre motivado por padrões metonímicos entre os dois elementos, uma vez que a ‘taioca’ é chamada pelo nome do animal que se beneficia dos restos dos seus alimentos.

No quarto item, verificamos que a forma *katarukyry* deriva de *kataruky*, um termo usado para designar uma espécie de ‘roça de macaxeira’ e que também é matéria-prima para a produção de farinha. Portanto, o termo nativo em Apurinã para ‘farinha’ surgiu a partir da extensão de sentido da forma *kataruky*, uma vez que antigamente não existia farinha, apenas beiju, na cultura tradicional Apurinã – como comprovam informações etnológicas encontradas nos relatos em Apurinã.

Em 5, a forma *kytsynapunitikyte* (*kytsyna* = ‘calango’ + *punitikyte* = ‘pimenta’) significa literalmente a pimenta do calango, o que sugere ser ‘canapu/camapu’ alimento desse animal. Nesse caso, teríamos a fruta chamada pelo mesmo nome do animal que se alimenta dela. Além de operações metafóricas (mencionado na seção acima), teríamos também operações metonímicas na construção do significado dessa unidade lexical.

No item seis, a forma *txuwiriẽne(ke)* está semanticamente relacionada ao nome *txuirikaru* que designa ‘nambu-relógio’. Segundo relatos dos Apurinã, o ‘gato maracajá’ costuma imitar o som que o ‘nambu-relógio’ produz com o propósito de capturar o pássaro para se alimentar. Aqui o ‘gato maracajá’ é chamado pelo mesmo nome do animal que ele costuma se alimentar.

Na seção a seguir, buscaremos demonstrar os mapeamentos dos conceitos metafóricos e metonímicos; e a transferência dos conceitos do domínio-fonte para o domínio-alvo, conforme nos propõe Lakoff e Johnson (1980), dos exemplos apresentados nas seções descritas acima.

5.1.9.2.2 Projeções entre domínios

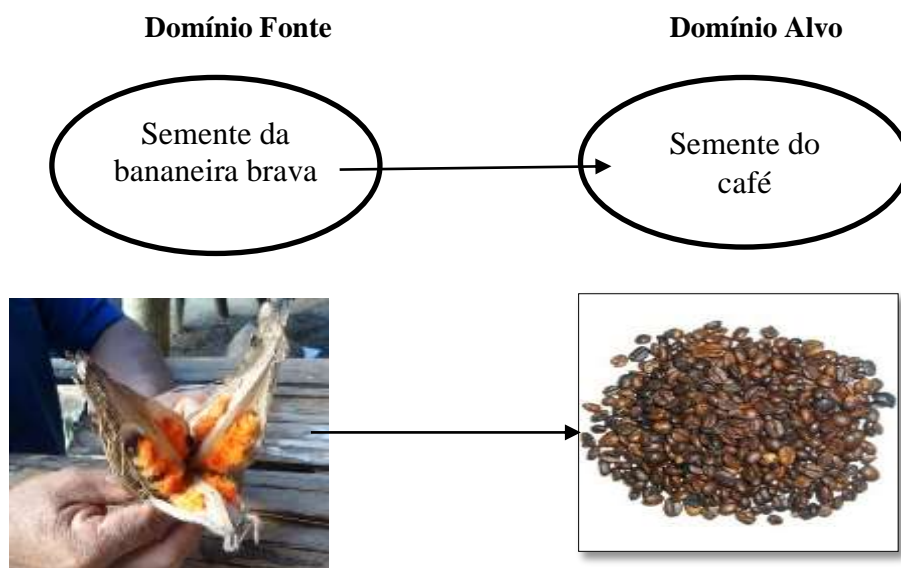
A partir de exemplos como os ilustrados acima, observamos em Apurinã que as relações semânticas entre os elementos perpassam pelas projeções metafóricas e metonímicas (de alta relevância comunicativa, cultural e cognitiva) que organizam o pensamento e as ações, permitindo a conceptualização de um elemento por sua relação com outro. Uma rede de integração é criada para modelar como os significados das unidades lexicais que constituem o Duplo Vocabulário se realizam. Essas redes refletem as experiências cotidianas do povo Apurinã, como vamos observar nos gráficos e imagens abaixo.

a) Projeções metafóricas cuja semântica envolve características físicas

O Gráfico 01 ilustra a formação semântica do termo *kỹpatykỹã* (essa forma deriva do conceito *kỹpaty* = ‘bananeira brava’ + *ã* = nome classificatório para coisas líquidas) que designa ‘café’. Para nomear o conceito ‘café’ (elemento novo na cultura Apurinã, inserido a partir do

contato com o não índio) projetam-se as características físicas da semente da ‘bananeira brava’ sobre características físicas da semente do café domínio-fonte.

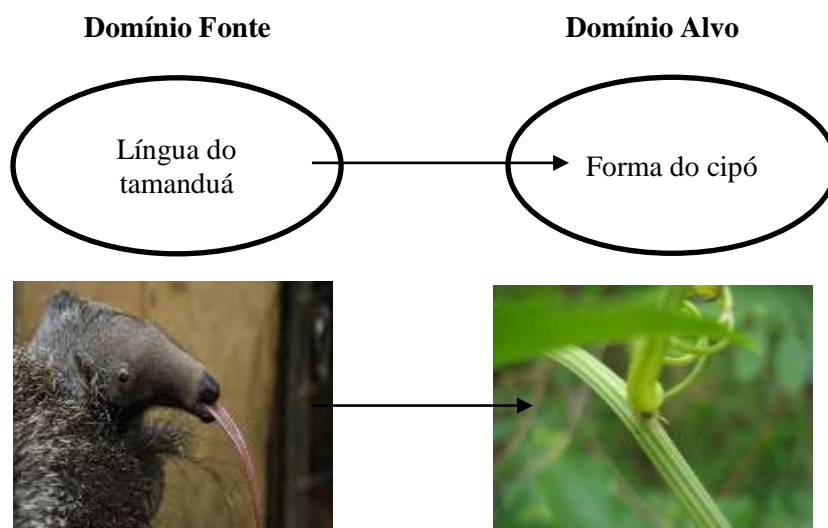
Gráfico 01: Formação semântica de *kÿpatykÿã*



Fonte: Adaptado de Lima-Padovani (2016).

O Gráfico 02 demonstra a formação semântica da variante *ixuwanenutsa* (*ixuwa* = tamanduá-bandeira + *nenu* = língua + *tsa* = nome classificatório para coisas finas e alongadas) que designa ‘cipó-timbó-açu’. O falante Apurinã projeta o domínio-fonte ‘língua do tamanduá’ para o domínio-alvo ‘cipó-timbó-açu’ com o objetivo de fazer uma descrição mais detalhista do conceito, pois de acordo com os nossos colaboradores, a forma achatada e alongada do cipó se parece com a língua do ‘tamanduá-bandeira’.

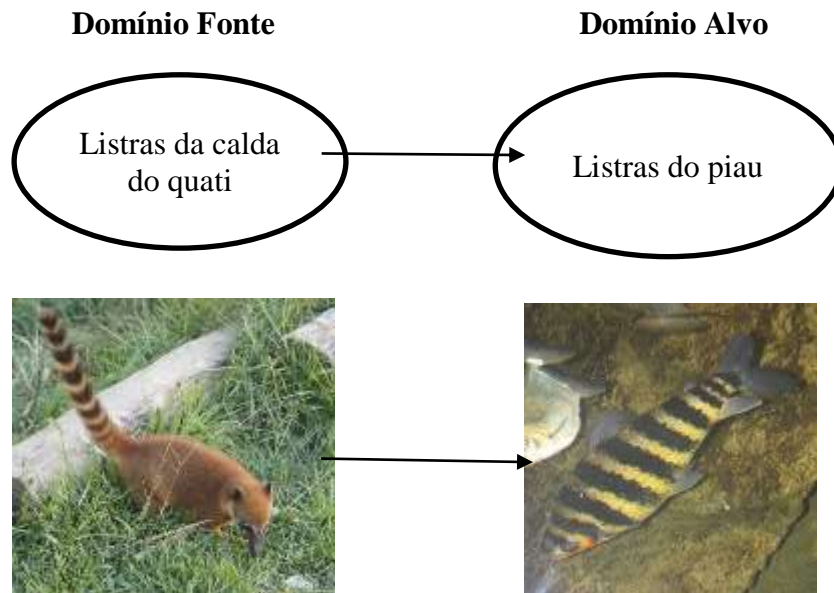
Gráfico 02: Formação semântica de *ixuwanenutsa*



Fonte: Adaptado de Lima-Padovani (2016).

O Gráfico 03 apresenta a construção semântica da forma *kapixixima* (*kapixi*= quati + *xima* = nome classificatório para peixe), que é um dos nomes que designa ‘piau quati’. Observe que o falante Apurinã projeta o domínio-fonte ‘listras da calda do quati’ para o domínio-alvo ‘piau’ com o intuito de fazer uma descrição mais detalhista do peixe, que apresenta listras no corpo iguais ao do ‘quati’.

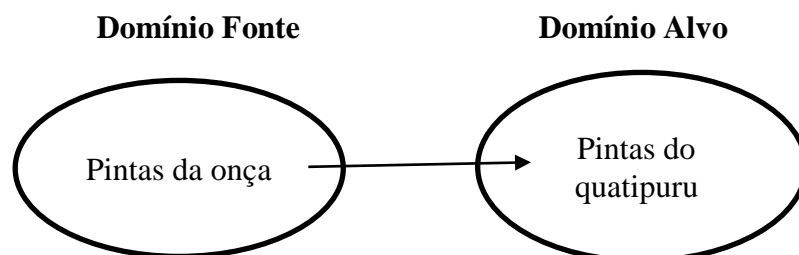
Gráfico 03: Formação semântica de *kapixixima*



Fonte: Adaptado de Lima-Padovani (2016).

No Gráfico 04 temos a formação semântica da variante *ãkiti tikakiêrike* (*ãkiti* = onça) que denomina ‘quatipuru roxinho’. A motivação do falante em nomear o ‘quatipuru roxinho’ domínio-alvo com o mesmo nome da ‘onça’ (domínio-fonte) ocorre em virtude dessa espécie de ‘quatipuru’ ter pintas na barriga que se parecem com as pintas da ‘onça’. Infelizmente não foi possível obter uma imagem do ‘quatipuru roxinho’.

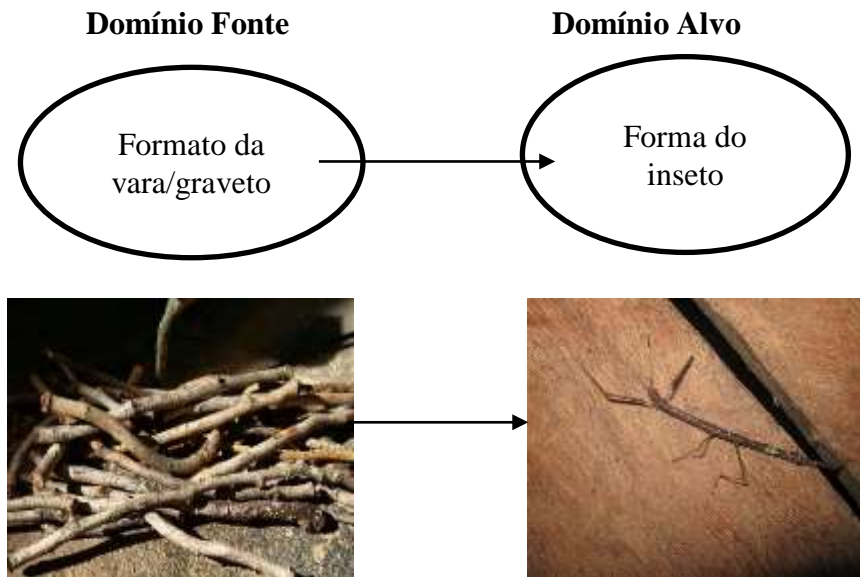
Gráfico 04: Formação semântica de *ãkiti tikakiêrike*



Fonte: Adaptado de Lima-Padovani (2016).

O Gráfico 05 ilustra a formação semântica da variante *ãake* (*ãake* = vara) que designa ‘mané-magro/bicho-pau’. Na construção do significado da variante desse conceito o falante ativa o domínio-fonte vara/graveto para explicar o aspecto físico do domínio-alvo ‘mané-magro/bicho pau’. Ou seja, o falante Apurinã mapeou o formato da ‘vara/graveto’ para nomear o inseto.

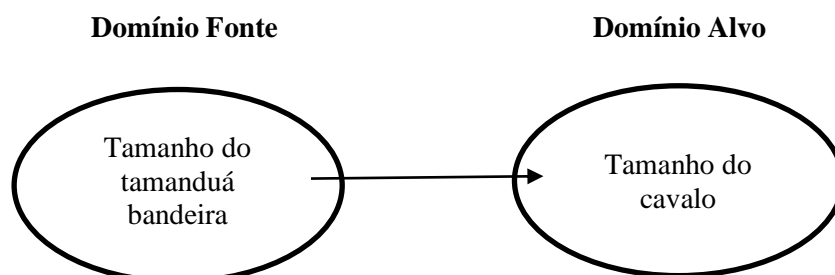
Gráfico 05: Formação semântica de *ãake*

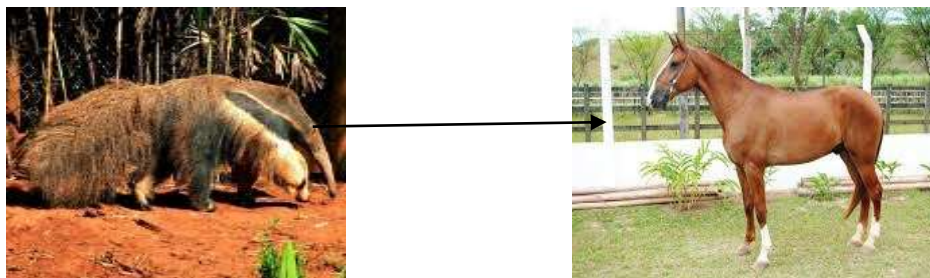


Fonte: Adaptado de Lima-Padovani (2016).

No Gráfico 06 temos a formação semântica da forma *ixiwaãwithe* (*ixiwa* = tamanduá-bandeira + *ãwithe* = chefe dos bichos; grande) que denomina o conceito ‘cavalo’. Neste caso, o falante Apurinã é motivado a usar o nome do ‘tamanduá-bandeira’ para nomear o conceito ‘cavalo’, em virtude do tamanho do animal. Ou seja, o falante Apurinã mapeia características físicas do ‘tamanduá-bandeira’ e as projeta sobre as características do ‘cavalo’. O ‘tamanduá-bandeira’ é um dos maiores animais da fauna nativa da região habitada pelos Apurinã.

Gráfico 06: Formação semântica de *ixiwaãwithe*

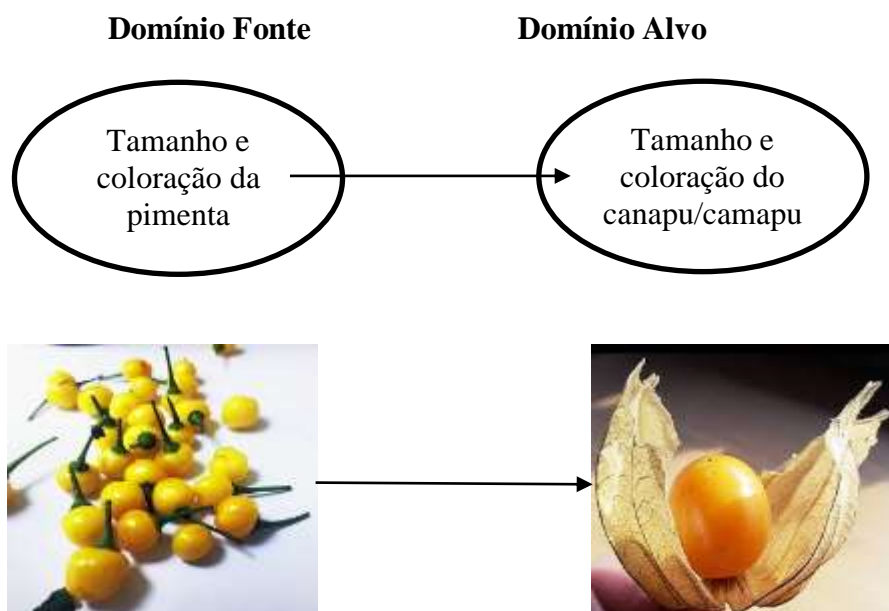




Fonte: Adaptado de Lima-Padovani (2016).

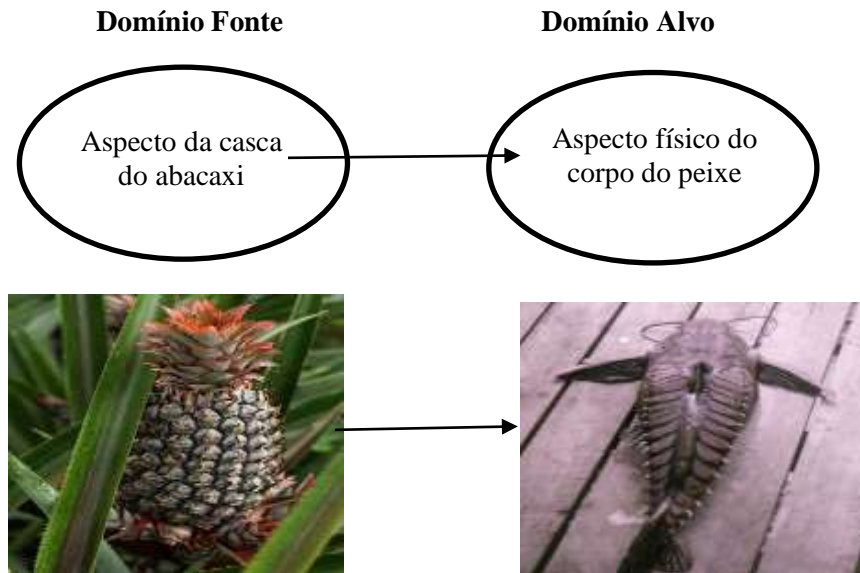
O Gráfico 07 apresenta a formação semântica da forma *kytsynapunitikyte* que denomina o conceito ‘canapu/camapu’. Na construção do significado desse conceito os falantes Apurinã recorre ao domínio-fonte ‘pimenta-de-cheiro’ para explicar o aspecto físico do domínio-alvo ‘canapu/camapu’. Ou seja, o falante Apurinã mapeou o formato e a coloração da ‘pimenta’ para nomear essa fruta.

Gráfico 07: Formação semântica de *kytsynapunitikyte*



Fonte: Adaptado de Lima-Padovani (2016).

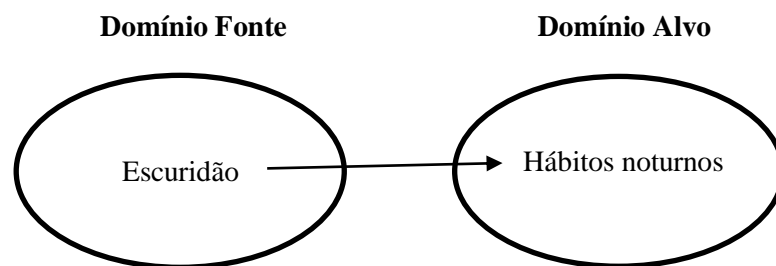
No Gráfico 08 verifica-se a forma *anãxima* (*anãna* ‘abacaxi’ + *xima* nome classificatório para peixe) é constituída a partir do mapeamento de propriedades físicas da casca do ‘abacaxi’ (domínio-fonte) a propriedades físicas do corpo do peixe cuiú-cuiú (domínio-alvo) que apresenta ao longo da linha lateral uma série de placas ósseas, armadas cada uma com várias saliências pontiagudas, duras e afiadas, que se parecem com a casca do ‘abacaxi’.

Gráfico 08: Formação semântica de *anãxaxima*

Fonte: Adaptado de Lima-Padovani (2016).

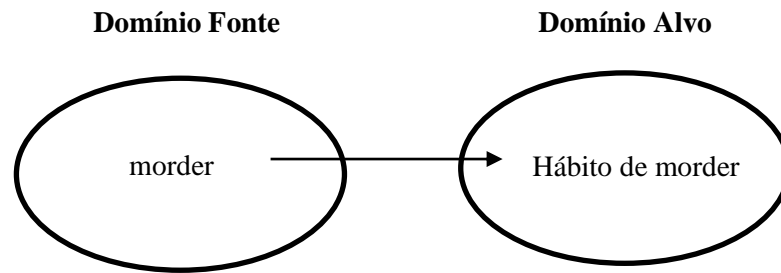
b) Projeções metafóricas cuja a semântica envolve padrões comportamentais

O Gráfico 09 demonstra a formação semântica do termo *ãkiti mapiãnyry*, que é um dos nomes utilizados pelos Apurinã para designar ‘onça preta’. De acordo com os nossos colaboradores, a ‘onça’ recebe o mesmo nome do termo que designa ‘escuridão’ *mapiã*, em virtude da ‘onça’ apresentar hábitos noturnos.

Gráfico 09: Formação semântica de *ãkiti mapiãnyry*

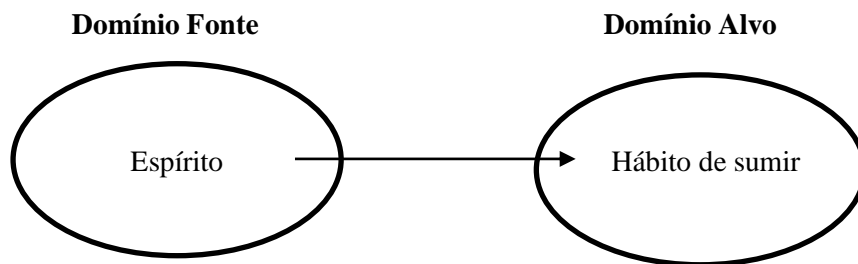
Fonte: Adaptado de Lima-Padovani (2016).

O Gráfico 10 apresenta a formação semântica da variante *akytsaru* (forma derivada do verbo morder *akytsa*), que designa o conceito ‘piranha’. A motivação para se nomear o conceito ‘piranha’ (tipo de peixe muito comum na região amazônica) por *akytsaru* está atrelada ao fato deste tipo de peixe possuir uma perigosa mordedura e vir a atacar as pessoas dentro da água. O falante, portanto, projeta a ação de morder ao hábito da ‘piranha’ atacar por meio de mordidas.

Gráfico 10: Formação semântica de *akytsaru*

Fonte: Adaptado de Lima-Padovani (2016).

No Gráfico 11 temos a formação semântica da variante *kamyrikĩ* (forma que deriva do *kamyry* = espírito), que designa tamanduá. A motivação de usar o mesmo nome que designa o conceito ‘espírito’ para nomear o tamanduá consiste no fato de este animal ter o hábito de desaparecer misteriosamente na mata igual um espírito.

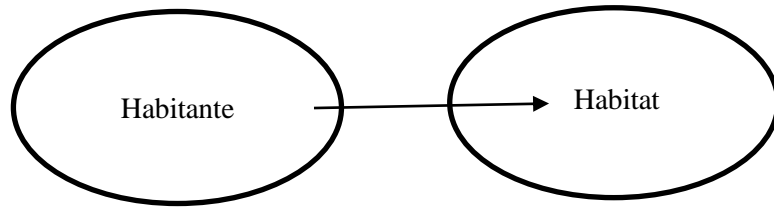
Gráfico 11: Formação semântica *kamyrikĩ*

Fonte: Adaptado de Lima-Padovani (2016).

A partir da análise de nosso corpus, observamos que as metáforas que interagem na formação dessas unidades lexicais podem ser definidas como versões esquemáticas de imagens, concebidas como representações de experiências perceptuais, da interação que os indivíduos Apurinã têm com o universo que os cerca. Além disso, verificamos que a essência da metáfora em Apurinã é compreender e experienciar uma coisa em termos de outra (LAKOFF e JOHNSON, 1980). Ao classificarmos as metáforas, observamos que no contexto sociocultural elas são encontradas e refletem um padrão que se enquadra nas metáforas estruturais.

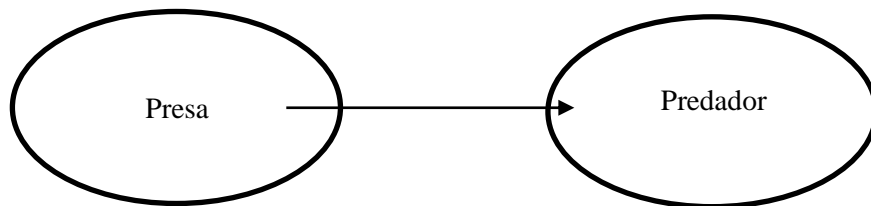
- c) Projeções metonímicas cuja semântica envolve relações de contiguidade entre uma entidade e suas partes e relações entre categorias e subcategorias.

O Gráfico 12 ilustra a formação semântica do termo *katxipukyrytsa* (*katxipukyry* = formiga de tracuá + *tsa* = nome classificatório para coisas finas e alongadas), que designa ‘cipó-de-tracuá’. A formiga de tracuá utiliza esse tipo de cipó para construir sua casa.

Gráfico 12: Formação semântica de *katxipukyrytsa*

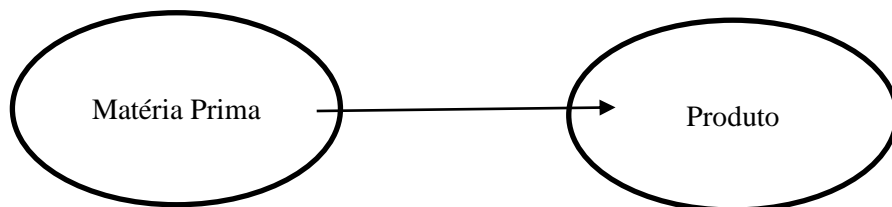
Fonte: Adaptado de Lima-Padovani (2016).

No Gráfico 13 temos a formação semântica do termo *tũtĩi*, que designa o conceito ‘taioca’ (uma espécie de formiga). Essa forma deriva de *tũti* que, por sua vez, designa o pássaro chamado ‘jacu’. Isso ocorre em virtude do ‘jacu’ se alimentar desta espécie de formiga.

Gráfico 13: Formação semântica de *tũtĩi*

Fonte: Adaptado de Lima-Padovani (2016).

O Gráfico 14 demonstra a construção semântica da forma *katarukyry*, que denomina o conceito ‘farinha’. O termo *katarukyry* deriva do conceito *kataruky* que designa uma espécie de roça de macaxeira, a qual, como vimos anteriormente (seção 3.3.2.2), também é utilizada na produção de farinha.

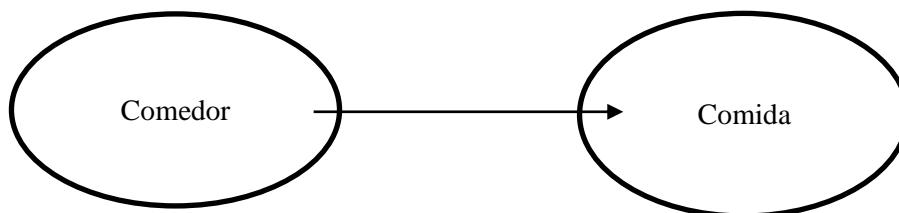
Gráfico 14: Formação semântica *katarukyry*

Fonte: Adaptado de Lima-Padovani (2016).

Por fim, o Gráfico 15 ilustra a formação semântica da variante *kytsynapunitikyte* (*kytsyna* = calango + *punitikyte* = pimenta), que corresponde ao conceito ‘canapu/camapu’. A motivação de usar o nome do ‘calango’ na construção desta unidade lexical consiste no fato do ‘calango’ se alimentar desta fruta. O que justifica o emprego do nome que designa ‘pimenta’ é que, de acordo com os nossos colaboradores, o ‘canapu/camapu’ se parece com uma ‘pimenta’.

Nota-se que, além do fenômeno da metonímia, temos também padrões metafóricos operando na construção do significado dessa unidade lexical.

Gráfico 15: Formação semântica de *kytsynapunitikyte*



Fonte: Adaptado de Lima-Padovani (2016).

É interessante notar que a metonímia promove o realce de um domínio específico no âmbito de um domínio-matriz complexo e abstrato. Além disso, ela possibilita colocar em evidência características específicas da entidade a que se faz referência.

De modo geral, destacou-se, nestas seções, o modo como o meio ambiente pode favorecer a articulação das concepções metafóricas e metonímicas, as quais são refletidas no sistema lexical da língua Apurinã. As projeções metafóricas e metonímicas são ativadas cognitivamente a partir da experiência do falante com o meio físico que o circunda. O que fica marcado, todavia, é a representatividade do contexto físico na produção metafórica e metonímica neste tipo de sociedade.

Observamos, dessa forma, através da análise dos nossos dados, que as metáforas e as metonímias que interagem na formação dessas unidades lexicais podem ser definidas como versões esquemáticas de imagens, concebidas como representações de experiências perceptuais, da interação que os indivíduos Apurinã têm com o universo que o rodeia. Além disso, verificamos que a essência da metáfora e da metonímia em Apurinã é compreender e experienciar uma coisa em termos de outra (LAKOFF; JOHNSON, 1980). Ao classificarmos as metáforas, observamos que, no contexto sociocultural em que elas são encontradas, refletem um padrão que se enquadra nas metáforas estruturais. Por sua vez, atribui-se às metonímias a possibilidade de se colocarem em evidência certas características da entidade a que se faz referência. É interessante notar que a metonímia promove o realce de um domínio específico no âmbito de um domínio-matriz complexo e abstrato.

No que diz respeito ao tratamento dado ao fenômeno de “duplo vocabulário” no dicionário, optamos por indicá-lo a partir do sistema de remissa, pois assim é possível identificar no material lexicográfico os itens lexicais que constituem tais unidade, bem como a conexão entre os diferentes elementos da cultura Apurinã.

Após essa caracterização dos nomes em Apurinã, na próxima seção apresentaremos verbos desta língua.

5.2 Verbos

Nesta seção, iremos apresentar as características gerais dos verbos da língua Apurinã, bem como suas subcategorias, com base em trabalhos anteriores como Facundes (2000), Chagas (2007) e Freitas (2017). Primeiramente, de forma breve, mostraremos a estrutura interna e as propriedades sintáticas dos verbos em Apurinã; em seguida, apresentaremos os paradigmas pronominais que os verbos podem selecionar, para, então, distinguir as subcategorias dos verbos em Apurinã. Salientamos que serão discutidas aqui somente as informações mais relevantes para a construção do dicionário Apurinã.

5.2.1 Características gerais dos verbos em Apurinã

Segundo Facundes (2000, p. 270), é no verbo que reside a estrutura morfológica mais complexa encontrada na língua. As bases verbais podem receber prefixos e sufixos, entretanto, a morfologia verbal é predominantemente sufixal. Facundes descreve 30 formativos sufixais e apenas 1 formativo prefixal que se liga às bases verbais (trataremos destes formativos mais adiante). Os verbos da língua Apurinã se ligam a formativos que são inerentemente verbais e também a formativos que ocorrem fora da morfologia intrinsecamente verbal.

Há, ainda, na língua um conjunto de formas pronominais presas que se ligam a verbos, as quais estão divididas em duas categorias, são elas: as marcas pronominais de sujeito e as de objeto. Vejamos estas formas pronominais no Quadro abaixo:

Quadro 32: Conjunto de marcadores pronominais¹⁰⁰

Pessoa/ Gênero	Marcas de Correferencialidade Sujeito Possuidor		Marcas de Correferencialidade Objeto	
	Singular	Plural	Singular	Plural
1	<i>ny-</i>	<i>a-</i>	<i>-nu</i>	<i>-wa</i>
2	<i>py-</i>	<i>hĩ-</i>	<i>-i</i>	<i>-i</i>
3M	<i>y-</i>	<i>y-...-na</i>	<i>-ry</i>	<i>-ry</i>
3F	<i>u-</i>	<i>u-...-na</i>	<i>-ru</i>	<i>-ru</i>

Facundes (2000, p 271, *tradução e adaptação da autora*).

¹⁰⁰ Trataremos mais detalhadamente da classe de pronomes no capítulo VI.

As marcas pronominais de sujeito ocorrem antepostas à base verbal e as marcas pronominais de objeto, por sua vez, ocorrem pospostas à base verbal. Essas marcas podem ocorrer também atreladas às bases verbais como elementos co-referenciais ao sujeito e ao objeto gramatical da sentença, como podemos observar nos exemplos abaixo retirados de Facundes (2000, p. 273):

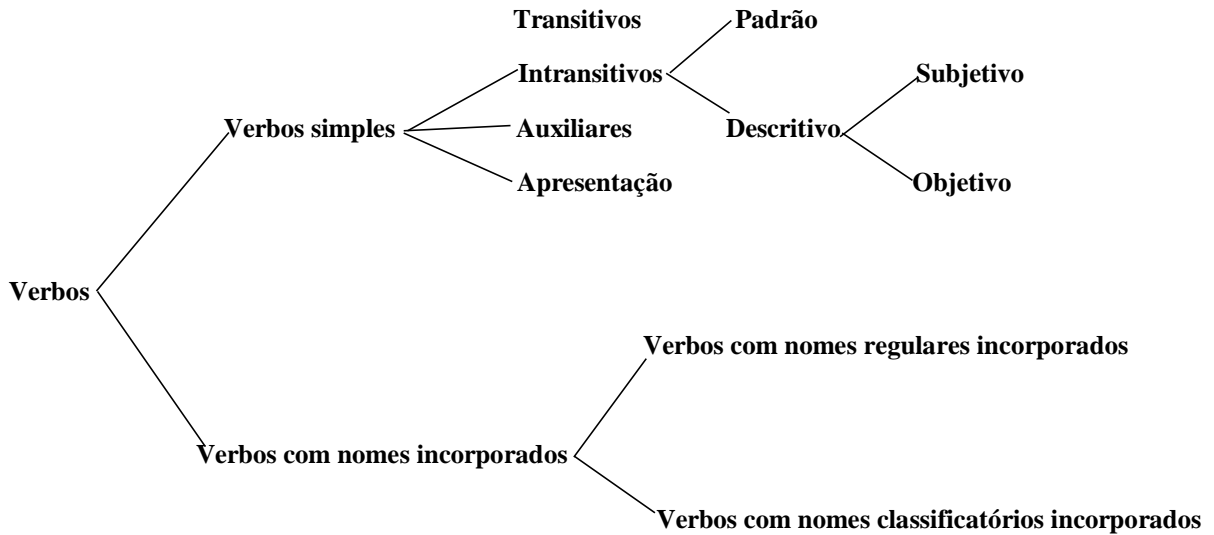
(51)

- a. *Atha* *nhika-ry* *ximaky*
 1PL comer-3M.O peixe
 ‘Nós comemos peixe’
- b. *Iuwata* *n-atamata* *nuta*
 faca 1SG-ver 1SG
 ‘Eu vejo a faca’

A partir dos exemplos apresentados acima, é possível observar que, além das formas pronominais presas, há na língua também um conjunto de pronomes livres que podem ocorrer como sujeitos gramaticais das sentenças. De acordo com Facundes (2000, p. 272), a co-ocorrência do sujeito ou objeto codificados por uma expressão livre com sua marca pronominal co-referencial correspondente apenas é possível de acontecer quando a expressão livre que funciona como sujeito ou objeto é pós-verbal. Desse modo, no exemplo (51a) o formativo *-ry* que corresponde à marca pronominal de objeto co-ocorre com o objeto gramatical *ximaky* ‘peixe’. Em (51b) o formativo *n-*, que corresponde a marca pronominal de sujeito, co-ocorre com *nuta*, que é o pronome livre da sentença que codifica a primeira pessoa do singular.

As propriedades estruturais dos verbos Apurinã que iremos discutir nos próximos parágrafos motivam a formação das subcategorias verbais da língua, como podemos observar no esquema abaixo:

Esquema (1)



Fonte: Facundes (2000, p. 274, *tradução e adaptação da autora*).

Como demonstrado no esquema acima, Facundes (2000) classifica os verbos da língua Apurinã em duas grandes categorias, verbos simples e verbos com nomes incorporados. Os verbos simples se dividem em quatro subclasses: verbos transitivos, intransitivos (padrão, descritivo (subjetivo e objetivo)), auxiliares e de apresentação. Os verbos com nomes incorporados, por sua vez, se dividem em: verbos como nomes regulares incorporado à base verbal e nomes classificatórios incorporados à base verbal.

De modo geral, os verbos em Apurinã podem se constituir a partir de uma forma verbal básica ou derivada. Uma forma verbal básica pode ser uma raiz livre (uma unidade lexical que não pode ser analisada em unidades morfológicas menores), como em (52a) ou uma raiz e mais formativos atrelados a ela, como no exemplo (52b).

(52)

a. *arita* ‘queimar’

b. *n-arika-ry*

1SG-fogo-3SG.O

‘Eu ateei fogo.’

As formas verbais derivadas, por sua vez, podem ser formadas a partir de bases nominais mais o verbalizador *-ta*, como podemos observar no exemplo abaixo:

(53)

a. *karywa* “não índio”b. *karywa-ta-nu*

não índio-VBLZ-1M.O

“Eu sou (ajo como) não índio”

Em Apurinã uma forma verbal pode também derivar de uma raiz presa mais o verbalizador *-ta*, conforme os exemplos (FACUNDES, 2000, p. 276):

(54)

a. *nhipuku-ry*

comida-N.POSSD

“comida”

b. *nhipuku-ta*

comida-VBLZ

“comer”

c. *nhi-nhipuku-ta*

1SG-comida-VBLZ

“Eu como”

A raiz presa *nhipuku*, por exemplo, precisa de morfologia para ser nome ou verbo, não pertencendo a nenhuma destas duas categorias.

Há, ainda, algumas ocorrências não muito frequentes na língua de construções verbais formadas a partir de nomes compostos mais o verbalizador *-ta*, como podemos observar nos exemplos a seguir retirado de Facundes (2000, p. 300):

(55)

a. *i-iũka*

3SG.M-pinta, malha.de

‘pinta, malha dele’

b. *y-tsupa*

3SG.M-folha.de

“folha dele”

c. *a-iũka-tsupa-ta*

1PL-pinta, malha.de-folha.de-VBLZ

“Nós escrevemos”

As formas verbais que se constituem a partir de nomes regulares incorporados a uma base (se inalienável, podendo ocorrer com *-txi* ou não), funcionam como um argumento semântico do verbo no interior da forma da qual ocorre, não apresentando, entretanto, qualquer função sintática na construção verbal estabelecida (trataremos deste caso mais detalhadamente na seção 5.2.8.1). Observe os exemplos abaixo retirados de Facundes (2000, p. 298):

(56)

a. *thapu-txi* *py-syka-ta-nu*

arco.de-N.POSSD 2SG-dar-VBLZ-1SG.O

‘Me dá um arco’

b. *py-syka-thapu-ta-nu*

2SG-dar-arco.de-VBLZ-1SG.O

‘Me dá um arco’

c. *nuta* *py-suka-ta-nu pu-tuwy*

1SG 2SG-dar-VBLZ-3M.O 2SG-coisa

‘Me dá as tuas coisas’

d. *py-syka-tuwy-txi-ta-nu*

2SG-dar-coisa-N.POSS-VBLZ-1SG.O

‘Me dá as coisas’

Por fim, os verbos formados a partir de nomes classificatórios incorporados a uma base verbal se referem a propriedades do objeto da construção sentencial, como no exemplo (57a) ou, anaforicamente, a propriedades de um nome que tenha ocorrido anteriormente no discurso como no exemplo (57b) – voltaremos a discutir esse caso na seção 5.2.8.2 - observam-se os exemplos abaixo retirados de Facundes (2000, p. 301-302):

(57)

a. *Ny-taka-pe-ta-ry*

1SG-colocar-NC.polpa.de-VBLZ-3SG.M.O

‘Eu coloquei a coisa pastosa/massa’

b. <i>Atha</i>	<i>i-ie</i>	<i>ãa-ke</i>	<i>txirãka-ke-ta</i>
1PL	3SG.M	planta-NC.fino, flexível.de	partir.ao.meio-NC.fino, flexível.de-VBLZ

‘Nós partimos ao meio a vara’

Vale ressaltar que existem diversas discussões em relação à inclusão ou não de verbos derivados e itens verbais sintaticamente mais complexos como entradas principais de dicionários. O pressuposto adotado por alguns lexicógrafos em relação aos verbos derivacionais, por exemplo, é de que o consulente do dicionário deduzirá as formas derivadas, bem como os correspondentes significados, com base em explicações sobre processos derivacionais operantes na língua, descritos na parte introdutória dos dicionários (BETTS, 1981; HATMANN, 1983; SEKI, 2012). Entretanto, as significações não são sempre linearmente dedutíveis. Além disso, por mais que o processo seja regular, ele não se aplica automaticamente e de forma generalizada, pois ocorre de formações que, embora sejam gramaticalmente corretas, não são usadas.

Desse modo, o usuário não falante da língua-fonte não tem como saber se uma determinada derivação é aceitável ou não sob o ponto de vista social/de uso. Outro aspecto negativo a não inclusão das formas derivadas diz respeito ao fato de que o usuário teria que conhecer a gramática da língua-fonte e/ou memorizar, em alguns casos, uma grande quantidade de regras, o que reduziria a praticidade na utilização do dicionário. Decorre disso a decisão de incluir as formas verbais derivadas e os itens verbais sintaticamente complexos, como, por exemplo, os verbos formados a partir de nomes classificatórios como entradas no dicionário Apurinã.

Nas seções que seguem, apresentaremos mais detalhadamente as principais classes verbais da língua Apurinã, levando em consideração, sobretudo, as configurações morfossintáticas de seus itens lexicais.

5.2.3 Verbos intransitivos

Os verbos intransitivos selecionam apenas um argumento nuclear que funciona como sujeito ou objeto gramatical da oração intransitiva. Como mencionamos anteriormente, os verbos intransitivos em Apurinã podem ser subdivididos em duas subclasses, a dos verbos intransitivos padrão e a dos verbos intransitivos descritivos.

5.2.3.1 Verbos intransitivos padrão

Os verbos intransitivos padrão são tipologicamente monovalentes, ou seja, verbos que requerem apenas um argumento sintático. Seu único argumento requerido pode co-ocorrer com um marcador correferencial de sujeito, conforme podemos observar nos exemplos abaixo:

(58)

a. *Ny-serena*

1SG-dançar

‘Eu danço’

b. *Y-myteka kyky*

3SG.M-correr homem

‘O homem corre’

No exemplo (58a) o verbo requer um único argumento que é codificado pela forma pronominal presa de sujeito *ny-*. Em (58b) a forma pronominal presa *y-* é correferencial ao sujeito gramatical *kyky*, posposto ao verbo, ambos codificando o argumento único de um verbo intransitivo padrão.

5.2.3.2 Verbos intransitivos descritivos

Como dito anteriormente, entre os intransitivos, há aqueles que exprimem noções descritivas¹⁰¹, dentre os quais podem ser observadas duas categorias: subjetivos e objetivos. Essas categorias são definidas com base nos padrões de marcação morfológica do argumento único previsto por esse tipo de verbo, as quais serão definidas nas seções a seguir.

5.2.3.2.1 Verbos intransitivos descritivos subjetivos

Os verbos intransitivos descritivos subjetivos são verbos marcados pelas formas pronominais de sujeito agregadas à esquerda da raiz verbal. Esses verbos, semanticamente, codificam estados mais transitórios, vejamos os exemplos a seguir:

(59)

a. *Ny-sāpaka nuta*

1SG-estar.cansado 1SG

¹⁰¹ Descritivos são palavras que expressam noções de propriedades, isto é, que qualificam os seres no mundo, a exemplo do que fazem os adjetivos nas línguas Indo-Europeias.

‘Eu estou cansado’

b. *Ny-matukynawa-ta*

1SG-estar.enraivecido-VBLZ

‘Eu estou enraivecido’

5.2.3.2.2 Verbos intransitivos descritivos objetivos

Os verbos intransitivos descritivos objetivos marcam seu único argumento pelas formas pronominais presas de objeto agregadas à direita da raiz verbal. As noções semânticas expressas por esses verbos designam estados mais duradouros, inerentes ou, em alguns casos, permanentes, conforme pode ser observado nos exemplos abaixo:

(60)

a. *hareka-nu*

ser.bom-1SG.O

‘Eu sou bom’

b. *axipiti-nu*

ser.pequeno/baixo-1SG

‘Eu sou baixo’

b. *puukamara-ry*

ser.vermelho-3M.O

‘A roupa é vermelha’

mãkatxi

roupa

Há distinções tanto semânticas quanto morfossintáticas entre as subclasses de verbos intransitivos. Do ponto de vista semântico, a distinção entre essas duas subclasses consiste no fato de que os verbos intransitivos padrão são ativos e expressam eventos e processos, enquanto os verbos intransitivos descritivos são estativos e codificam noções que qualificam entidades no mundo. Os tipos semânticos mais comuns expressos pelos verbos descritivos subjetivos são: posições, estados fisiológicos e estados psicológicos; já os descritivos objetivos codificam: textura/consistência, velocidade, tamanho, sensação gustatória, peso, valor, forma, fisionomia/forma, idade e temperatura¹⁰².

¹⁰² Chagas (2007, p. 87) salienta que embora a noção de ‘temperatura’ corresponda a um estado passageiro, ainda assim os verbos descritivos que possuem essa semântica exigem a presença de um pronome de objeto e não de

A distinção morfossintática, por sua vez, diz respeito ao tipo de marca de correferencialidade que pode ser empregada em cada umas das subclasses de intransitivos. Como vimos acima, a língua Apurinã possui duas séries de marcas de correferencialidade: (i) uma que se agrega à esquerda da raiz verbal como correferência do sujeito; (ii) e outra que se agrega à direita da raiz como correferência do objeto. O que distingue as subclasses intransitivas é que os verbos intransitivos padrão só podem carregar as marcas de correferencialidade de sujeito. Já sobre os verbos intransitivos descritivos, há os que carregam as marcas de correferencialidade de sujeito e os que carregam as marcas de correferencialidade de objeto e há ainda os que podem carregar uma ou outra marca (FACUNDES 2000; CHAGAS 2007; FACUNDES & CHAGAS 2016).

Segundo Chagas (2007), a principal implicação desse fenômeno na língua é que ele divide o modelo de marcação gramatical (sujeito e objeto), uma vez que os verbos transitivos e intransitivos seguem o sistema de caso nominativo-acusativo, em que os sujeitos são acompanhados das mesmas marcações correferenciais no verbo, que são diferentes das marcações de correferencialidade de objeto também empregadas nos verbos. Os intransitivos descritivos seguem o sistema de intransitividade cindida, em que o sujeito do verbo intransitivo se divide entre aqueles acompanhados da mesma marca de correferencialidade de sujeito transitivo, e aqueles acompanhados da marca de correferencialidade de objeto, estes últimos, por sua vez, operam em um sistema ergativo/absolutivo, em que o argumento *So* se alinha ao argumento *O*. Esse fenômeno, de acordo com a autora, consiste em um caso de s-cindido, no qual os verbos intransitivos são divididos em dois grupos, um ocorrendo exclusivamente com o sujeito gramatical e outro com as marcas de objeto, independente da semântica do verbo.

A autora, ainda, propõe uma terceira subclasse de verbos intransitivos descritivos, os descritivos ambivalentes, os quais serão apresentados na próxima seção.

5.2.3.2.3 Verbos intransitivos descritivos ambivalentes

Os verbos intransitivos descritivos ambivalentes não apresentam uma semântica lexical aspectual definida (como os subjetivos e objetivos), podendo codificar estados que podem ser dos dois tipos: tanto adquiridos, passageiros e transitórios, quanto inerentes, duradouros e permanentes, neste caso, recebendo as formas pronominais presas de sujeito para codificar o argumento único do verbo; ou estados mais permanentes, recebendo a série das

sujeito. Isso sugere, segundo a autora, que a lexicalização dessa propriedade tenha levado mais em conta exemplos típicos do que é quente e do que é frio (tais como fogo, brasa, chama e gelo) do que o número de ocorrências de coisas quentes ou frias com as quais os falantes interagem no seu dia a dia.

formas pronominais presas de objeto para codificar o argumento único requerido pelo verbo, como podemos observar nos exemplos a seguir (CHAGAS, 2007, p. 85):

(61)

a. *Ny-pĩkare-ta*

1SG-estar/ser.medroso-VBLZ

‘Eu estou com medo’

b. *pa-pĩkare-nu*

ATRIB.INTENS-estar/ser.medroso-1SG.O

‘Eu sou medroso’

Por fim, uma questão que se apresenta em relação às distintas subclasses dos verbos intransitivos e a organização do dicionário Apurinã é o modo como vamos tratá-los, uma vez que essa subdivisão requer uma compreensão ampla acerca de quais marcas de correferencialidade usar com cada tipo de verbo intransitivo. Diante disso, baseado no critério de fácil manuseio da obra lexicográfica, optamos em marcar essa distinção entre as diferentes subclasses de intransitivos apenas no campo ‘informação gramatical’ do dicionário. Desse modo, os verbos intransitivos padrão são representados pela abreviatura (*v.int*); os verbos intransitivos descritivos subjetivos por (*vids*); os verbos intransitivos descritivos objetivos por (*vido*); e os verbos intransitivos descritivos ambivalentes por (*vida*). Na parte introdutória do dicionário, entretanto, são indicadas quais marcas de correferencialidade são empregadas em cada uma das subclasses de intransitivos do Apurinã.

Na próxima seção apresentaremos as características gerais dos verbos transitivos em Apurinã.

5.2.4 Verbos transitivos

Verbos transitivos, diferentemente dos verbos intransitivos, selecionam dois argumentos: (i) um argumento mais agentivo que é marcado por formas pronominais presas de sujeito; (ii) e um argumento menos agentivo que é marcado por formas pronominais presas de objeto. Segundo Facundes (2000), há dois tipos de verbos transitivos: os regulares e os (potencialmente) ditransitivos, os quais posteriormente foram chamados por Facundes e Chagas (2014, p. 124) de ambiditranstivos.

5.2.4.1 Verbos transitivos regulares

Os verbos transitivos regulares exigem, além de um SN sujeito, um SN objeto ou apenas as suas marcas de correferencialidade correspondentes, como podemos ver nos exemplos abaixo (FACUNDES 2000, p. 286):

(62)

a. *hātaku-ru* *apa-nany-ta-ry* *aũty*
 garota.F buscar-PROG-VBLZ-3M.O uxi
 ‘A garota está procurando uxi’

b. *maky* *atha* *apa*
 castanha nós buscar
 ‘Nós juntamos castanha’

c. *a-makatxaka-ry*
 1PL-tirar.colocar para fora-3M.O
 ‘Nós o tiramos para fora’

5.2.4.2 Verbos ambiditransitivos

Verbos ambiditransitivos requerem até três argumentos semânticos: o agente (argumento causador volitivo da ação); o tema (argumento afetado pela ação deslocando-se física ou metaforicamente); e o argumento recipiente, beneficiário ou locativo. Este último pode ser marcado por uma posposição. O terceiro argumento (recipiente, beneficiário ou locativo) pode ocorrer acompanhado de uma marca de correferencialidade de objeto empregada ao verbo. Cabe destacar também que o terceiro argumento dessa subclasse de verbos transitivos pode ser omitido, sem que a sentença se torne agramatical. Vejamos os exemplos a seguir:

(63)

a. *ny-syka-ru* *ny-serepi* [*pitha-mukary*]¹⁰³
 1SG-dar-3F.O 1SG-flecha 2SG-META
 ‘Eu te dei minha flecha’

¹⁰³ O argumento entre colchetes no exemplo (63a) não é obrigatório, ou seja, a ocorrência ou não dele não compromete a gramaticalidade da sentença, sendo, portanto, apenas dois argumentos obrigatórios, quando se usa esse tipo de verbo transitivo.

b. *atha taka-ny-ru kumerype iie takatari-ã*
 1PL colocar-novamente-3M.O massa.de.mandioca DEM forno-LOC
 ‘Nós colocamos a massa de mandioca de novo no forno’

c. *syka u-txa-ry kutary*
 dar 3SG.F.AUX.3M.O panheiro
 ‘Ela deu o panheiro para ele’

d. *kutary u-syka-pe-nu*
 panheiro 3SG.F-dar-PFTV-1SG.O
 ‘Ela me deu o panheiro’

d. *nuta awaraka-i hithe nh-imatuyre*
 1SG ensinar-3O 2PL 1SG-conhecimento
 ‘Eu lhes ensino o meu saber’

e. *ny-kama-iãkyta-ta-i hithe*
 1SG-fazer-sabedoria-VBLZ-2O 2PL
 ‘Ensino vocês’

Os verbos, *syka* (63a e c) e *waraka* (63d) podem carregar marcas de correferencialidade para marcar recipiente/beneficiários (marcas não locativas). Em (63c), as marcas de correferencialidade *u-* e *-ry* são empregadas no verbo auxiliar, *txa* (fato que ocorre quando um verbo auxiliar está presente em uma sentença), e *-ry* corresponde ao argumento beneficiário. Nos casos em que o recipiente/beneficiário é marcado pela forma correferencial no verbo, o tema (quando explicitamente manifesto) é expresso no SN, como *kutary* no exemplo (63c-d) e *nhimature* em (63d). Como acontece com os demais tipos de verbos na língua, nos verbos ambiditranstivos a presença de uma marca correferencial no verbo torna sintaticamente opcional a presença do SN correspondente, inclusive o SN recipiente/beneficiário, como podemos observar em (63b-c) em que o SN recipiente não está explicitamente expresso. Em (63e) vemos ainda que, quando o SN tema *iãkita* ‘sabedoria’ é incorporado ao verbo *kama* ‘fazer’, a forma correferencial no verbo pode marcar recipiente/beneficiário.

Os verbos ambiditranstivos, portanto, se diferenciam morfossintaticamente dos verbos transitivos regulares por admitirem um terceiro argumento acompanhado da marca de correferencialidade de objeto empregada no verbo (FACUNDES; CHAGAS 2014, p. 126).

5.2.6 A forma verbal *txa*

O verbo *txa* pode ser empregado em diferentes contextos, adquirindo significados distintos na língua Apurinã. Facundes (2000) descreve quatro usos distintos para *txa*, são eles: (i) como verbo pleno significando ‘falar; dizer’; (ii) como verbo auxiliar; (iii) como cópula; (iv) e finalmente, o uso do *txa*, no qual pode substituir outro verbo encontrado no discurso anterior. Entretanto, o autor não apresenta muitas explicações para as diferentes ocorrências do *txa*. A fim de explicar o comportamento de *txa*, em um primeiro momento, vamos apresentar, de modo sistemático, as diferentes instâncias desta forma.

De acordo com Facundes (2000), um dos usos do verbo *txa* é como verbo pleno, significando ‘dizer; falar’, conforme os exemplos a seguir:

(64)

- a. *kyky-ka-ne-ra-ny* *i-txa*
 homem-PRED-também-FOC-1SG.O 3M-dizer
 ‘Ele disse: “É um homem que eu também sou”’
- b. *kyky-ka-ne-ra* *uwa* *u-txa-ry*
 homem-PRED-também-FOC 3SG.M 3F-dizer-3M.O
 ‘Ela disse que ele também é um homem’
- c. *Py-kanhikuwata txa-ka-ta*¹⁰⁴
 2SG-subir dizer-INT-VLBZ
 ‘Suba, disse a ele’
- d. *Awãã sa-ry nhi-txa-ka-ta ywãtã ny-sa-ry-ka-ku watxa*
 Pajé ir-3M.O 1SG-dizer-INTENS-VBLZ então 1SG-IR-3M.O-PRED-FUT agora
 ‘Agora eu vou! Disse Awãã’.

Os exemplos acima permitem verificar que *txa* introduz uma citação direta (64a, 64c e 64d) ou indireta (64b). Segundo o autor, essa é a ocorrência mais prototípica de *txa* enquanto verbo principal. No que corresponde ao seu comportamento sintático, o *txa* significando ‘dizer’ ou ‘falar’ é tido como transitivo, pois, além do argumento sujeito, apresenta também um objeto, como pode ser visto nos exemplos acima.

¹⁰⁴ Os exemplos (64c-d) foram retirados da narrativa Awãã. Tal narrativa está armazenada no banco de dados da língua Apurinã.

Um segundo uso do verbo *txa* é como auxiliar (seu uso mais frequente na língua) carregando partes das flexões do verbo principal que o antecede, sem adicionar nenhum significado na oração, como podemos observar nos exemplos abaixo (FACUNDES, 2000, p. 295):

(65)

a. *akirita* *i-txa-ru* *uwa*
 chamar 3SG.M-AUX-3F 3SG.F

‘Ele a chamou’

b. *pitxeka* *i-txa* *kumyry*
 crescer 3SG.M-AUX mandioca

‘A mandioca cresceu.’

c. *hareka-ku* *pi-txa*
 ser bom-FUT 2SG-AUX

‘Seja bom’

d. *atha yutika-xiti-ka-ta* *txa*
 1PL queimar-terra-INTENS-VBLZ AUX

‘Nós queimamos bem o campo agrícola’

Como observamos nos exemplos acima, o *txa* funciona como um instrumento para carregar noções gramaticais dos verbos principais aos quais se atrela. Note também que *txa* pode receber (65a, 65b e 65c) ou não (ex. 65d) as marcas pronominais de sujeito e de objeto. No entanto, ainda não se sabe ao certo o que faz com que esse verbo receba ou não tais marcas. A esse respeito, Facundes (2000, p. 295-296, *tradução da autora*), afirma que:

Até o momento, não encontrei qualquer fator gramatical ou semântico que determine quando *txa* é usado ou não, tampouco fui capaz de encontrar qualquer motivação gramatical ou semântica com relação a quando um formativo preso irá se ligar ao auxiliar e não ao verbo lexical. Exceto em casos raros, o sujeito e/ou marcas pronominais irão se ligar à forma auxiliar quando este auxiliar está presente na mesma sentença. Entretanto, outros formativos presos são mais frequentemente encontrados atrelados à base lexical ao invés de se ligar ao auxiliar.

Uma informação interessante sobre o verbo *txa* usado como auxiliar é que, segundo Facundes (2000), esse verbo raramente é encontrado em seções de elicitación ou mesmo na fala espontânea. Entretanto, é muito comum encontrá-lo em textos da língua.

Há, na língua, também, sentenças em que *txa* pode ser usado como cópula, significando ‘ser’, ligando o sujeito ao seu predicativo em uma oração. Nesse caso, a marca reflexiva *-wa*¹⁰⁵ ocorre atrelada ao verbo em questão, conforme os exemplos abaixo (FACUNDES, 2000, p. 296):

(66)

- a. *Uwa-kanera* *sytu* *u-txa-wa*
 3SG.F-também mulher 3SG.F-SER-REFL
 ‘Ela é uma mulher também’
- b. *Uwa-kanera* *kyky* *i-txa-wa*
 3SG.M-também homem 3SG.M-SER-REFL
 ‘Ele é um homem também’
- c. *Iie kuruky taka-ry-nuka-ra* *nuta* *i-txa-ka-ta-wa*
 Esse broto plantar-3M- apenas-FOC 1SG 3SG-SER-INTENS-VBLZ-REFL
 ‘Eu sou o único broto que resta.’
- d. *N-yry ka-xikare-ry* *i-txa-wa*.¹⁰⁶
 1SG-pai.de ATRIB-cantar-3SG.M.O 3SG.M-ser-REFL
 ‘O meu pai é um cantor.’

Adicionalmente às ocorrências descritas acima, verifica-se o uso de *txa* o qual pode substituir qualquer outro verbo encontrado no discurso precedente. Observa-se que esta instância do verbo *txa* funciona como uma espécie de pró-forma verbal, em que é utilizado como um elemento anafórico. Esta pró-forma, portanto, ocupa o lugar de outro verbo, geralmente para evitar repetições de um verbo ou até mesmo uma frase verbal. Veja os exemplos a seguir (FACUNDES, 2000, p. 297):

(67)

- a. [...] *a-txa-ru* *atha* *kitxakapirika*
 1PL-fazer-3M.O 1PL antigamente

¹⁰⁵Segundo Facundes (2000), a forma *-wa* corresponde à marca reflexiva na língua Apurinã; no entanto, nos contextos dos exemplos (66a, b e c), tal marca parece não exercer a função reflexiva. Ainda não se sabe ao certo se a forma *-wa* dos contextos em questão corresponde ao reflexivo de fato ou se se trata de uma outra marca com mesma forma. Essa é uma questão ainda por ser resolvida.

¹⁰⁶ Exemplo retirado do material de conversação em Apurinã.

‘Nós fazíamos isso antigamente’

[...] *i-txa-ka-ta-ru*

3M-fazer-INTENS-VBLZ-3M.O

‘Ele realmente fez isso’

b. *Kutxi atha kyky-ākinhi a-kama-ry tukury,*
 porque 1PL homem-grupo 1PL-fazer-3SG.M.O roçado

‘Nós, os homens, fazemos o roçado, [...]’

kumyry amapuruka, katarukyry a-kama, a-ũkatsaãta, ã-aiata,
 mandioca arrancar farinha 1PL-fazer 1PL-pescar 1PL-caçar

‘[...] arrancamos a mandioca, fazemos a farinha, pescamos, caçamos, [...]’

*a-txa atha wai.*¹⁰⁷

1PL-fazer 1PL aqui

‘[...] tudo isso nós fazemos aqui.’

Vale ressaltar que, em termos sintáticos, a forma *txa*, nesse caso, adquire a estrutura argumental e funcional do verbo que está retomando.

A partir das informações descritas acima, é possível dizer que o que estamos testemunhando é a gramaticalização gradual do *txa*¹⁰⁸. A gramaticalização é frequentemente descrita como um processo gradual de mudança linguística. Compreendida, sobretudo, pelo desenvolvimento de formas gramaticais a partir de formas lexicais. Procurou-se, entretanto, ao longo do tempo, ampliar este conceito de gramaticalização, concebendo-o como um fenômeno a ser investigado a partir de padrões flexivos do uso concreto da língua, extrapolando, assim, o estudo da morfologia e do léxico, ao introduzir o discurso como parâmetro a ser investigado. Desenvolve-se, então, a ideia de que o discurso motiva as transformações que sofrem os elementos linguísticos e que essas transformações apresentam uma unidirecionalidade; ou seja, seguem um contínuo que vai do discurso para a gramática e nunca o contrário (MARTELOTTA, 2011, p. 91).

¹⁰⁷ Exemplo retirado do material de conversação da língua Apurinã.

¹⁰⁸ A gramaticalização do verbo *txa* foi discutida preliminarmente por Lima-Padovani (2017), em um trabalho elaborado como atividade obrigatória para a disciplina *Tópicos Avançados em Linguística - Gramatização e Sintaxe Comparativa*, do programa de pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Pará, no primeiro semestre de 2017. Além deste trabalho, a análise apresentada nesta tese, leva em consideração também o trabalho realizado posteriormente por Andrade (2019).

A definição descrita acima nos permite, portanto, compreender a gramaticalização como alterações de propriedades sintáticas, semânticas e discursivo-pragmáticas de uma unidade linguística que promove alteração no seu *status* categorial; isto é, a gramaticalização refere-se ao grau de função gramatical que um item linguístico tem em uma escala entre o significado puramente lexical e o puramente gramatical. Isso implica também uma perspectiva de análise diacrônica e uma perspectiva sincrônica. Nesse sentido, Traugott & Heine (1991, p. 1, *tradução da autora*)¹⁰⁹ afirmam que:

A gramaticalização é o processo linguístico, ao mesmo tempo diacrônico e sincrônico, de organização de categorias e de codificação gramatical de significados e funções linguísticas. O estudo da gramaticalização, portanto, se volta para a tensão entre a flexibilidade relativa de expressões lexicais e a codificação morfossintática mais rígida, apontando para a indeterminação relativa da língua e não para a ideia de categorias básicas discretas.

As afirmações de Traugott & Heine apresentadas acima nos permitem refletir acerca do caráter abrangente do conceito gramaticalização. Há uma série de perspectivas diferentes através das quais o fenômeno pode ser focalizado. Segundo os autores, não há acordo nem na maneira como se deve denominar tal fenômeno. Uma gama de termos alternativos surgiu para rotular esse processo de mudança linguística, tais como: *gramaticização e gramatização*. Adota-se, entretanto, neste trabalho, o termo gramaticalização, por ser o uso mais difundido na literatura¹¹⁰. Ainda, sobre o caráter abrangente da gramaticalização Gonçalves *et al.* (2007, p. 16) afirmam que tal fenômeno pode também ser compreendido como um *processo* ou como um *paradigma*. A gramaticalização é considerada como um *paradigma* se observada num estudo da língua que se preocupe em focalizar na maneira como formas gramaticais e construções surgem e como são usadas. É considerada como *processo* se centrar o foco da atenção na identificação e análise de itens que se tornam mais gramaticais. Tomaremos essa última

¹⁰⁹ *Grammaticalization is the linguistic process, both through time and synchronically, of organization of categories and of coding. The study of grammaticalization therefore highlights the tension between relatively unconstrained lexical expression and more constrained morphosyntactic coding, and points to relative indeterminacy in language and to the basic non-discreteness of categories.*

¹¹⁰ O termo gramaticalização foi aparentemente usado pela primeira vez por Meillet em 1912, embora, as reflexões sobre a gramaticalização em geral tenham uma tradição muito mais longa. Nas duas primeiras décadas do século XX, o tópico foi utilizado principalmente para explicar a origem das formas gramaticais. Apresentando, portanto, uma orientação estritamente diacrônica. Motivo pelo qual a gramaticalização especialmente durante o florescimento do estruturalismo e do gerativismo, era meramente de interesse secundário. Somente na década de 1970 no contexto da Linguística Funcionalista norte-americana é que começou seu enorme avivamento, provavelmente em consequência do artigo de Givón intitulado "Sintaxe histórica e morfologia sincrônica; uma viagem de campo de um arqueólogo", contendo o famoso *slogan* "A morfologia de hoje é a sintaxe de ontem". Desde então, podemos notar uma expansão de estudos de gramaticalização de abordagens predominantemente diacrônicas para investigações sincrônicas e tipológicas de material linguístico (DIEWALD & WISCHER, 2002).

abordagem da gramaticalização como mecanismo de análise para as diferentes manifestações da forma *txa*.

Conforme observado anteriormente, a gramaticalização é um processo de mudança que opera nas línguas, fazendo com que uma determinada unidade linguística se torne gradativamente mais gramatical ou se já possui *status* gramatical, tenha sua gramaticalidade ampliada. Para Heine (2004), a motivação principal subjacente à gramaticalização é o sucesso da comunicação. Para este fim, a estratégia utilizada consiste em usar formas linguísticas com significados concretos, facilmente acessíveis para também expressar conteúdos de significado menos concretos, menos acessíveis. Ou seja, expressões com significados concretos (domínio fonte) são usadas em contextos específicos para codificar significados gramaticais (domínio alvo). De acordo com o autor, nas mudanças linguísticas via gramaticalização, a passagem de um estágio para outro é regida por alguns mecanismos inter-relacionados reveladores de regularidades na evolução das unidades linguísticas, tais como:

- a) *Extensão*: os elementos envolvidos assumem, com a mudança, um novo contexto de uso¹¹¹.
- b) *Bleaching Semântico*: caracteriza-se pela perda de conteúdo semântico.
- c) *Descategorização*: consiste na perda de propriedades típicas das formas fonte, com a aquisição de novas características morfossintáticas ou discursivas; isto é, ocorre uma mudança de classe gramatical.
- d) *“Erosão” Fonética*: resume-se à perda de substância fonética. Os elementos tendem a sofrer fusão de formas adjacentes e diminuição de forma.¹¹²

Segundo Heine (2004), cada um desses mecanismos foca em um aspecto diferente da estrutura da língua e/ou com o uso dela: (a) relaciona-se à pragmática (b) à semântica, (c) à morfossintaxe e (d) à fonética. Alguns desses mecanismos envolvem perda de propriedades (b, c, d), mas há também, segundo o autor, ganhos; isto é, da mesma forma que os itens linguísticos submetidos à gramaticalização perdem substância semântica, morfossintática e fonética, eles também ganham nas propriedades características de seus usos em novos contextos (a).

Cada um desses mecanismos, segundo Heine (2004), dá origem a uma evolução que pode ser descrita a partir de um modelo denominado *modelo de sobreposição* que, por sua vez,

¹¹¹ Segundo Martelotta (2011, p. 107), a extensão é um fenômeno eminentemente gradual, que envolve componentes de natureza sociolinguística, discursivo-pragmática e semântica.

¹¹² Tal mecanismo de gramaticalização ocorre, em geral, pela frequência de uso da unidade linguística da construção em questão.

apresenta três estágios de gramaticalização, do significado fonte para o significado alvo, são eles: (i) uma expressão linguística **A** que é recrutada pela gramaticalização; (ii) esta expressão adquire um segundo padrão de uso, **B**, com o efeito de ambiguidade entre **A** e **B**; (iii) **A** é perdido, isto é, agora existe apenas **B**. É importante notar também que nem todas as instâncias de gramaticalização, de fato, passam para o estágio (iii); Pode acontecer que o processo fique detido no estágio (ii); No entanto, uma vez que o estágio (iii) é alcançado, **B** se transforma em uma nova categoria gramatical.

Além disso, a literatura sobre gramaticalização apresenta também algumas motivações para o desencadeamento deste processo de mudança linguísticas, são elas: (i) *motivações comunicativas*, por exemplo, a necessidade de expressar domínios abstratos da cognição em termos de domínios concretos; a negociação do sentido por falantes e ouvintes no ato da comunicação; tendência dos falantes para usar expressões novas e extravagantes; iconicidade, frequência, etc.; (ii) *motivações associadas ao contato linguístico*, em que a gramaticalização de um elemento de uma dada língua pode ser acionada pelo contato com outras línguas. Este processo, segundo Martelotta (2011), é conhecido por replicação gramatical, que consiste na transferência de padrões ou sentidos gramaticais de uma língua para outra, quando ambas estão em situação de contato).

Partindo dos dados e das informações sobre gramaticalização descritos nos parágrafos acima, podemos lançar a hipótese de que o verbo *txa* se apresenta no estágio dois de gramaticalização, onde temos a co-ocorrência entre o verbo pleno, significando ‘dizer, falar’ (domínio fonte) e suas formas derivadas como verbo auxiliar, cópula e como um pró-verbo (domínios alvos). Desse modo, as formas mais gramaticais de *txa* (como auxiliar, como cópula e como pró-verbo) teriam se originado de sua forma lexical mais recorrente, que seria como verbo dicendi. Nossa hipótese é que a frequência de uso do *txa*, significando ‘dizer, falar’ teria se expandido para outros contextos e nesses novos contextos teria perdido de forma gradual sua semântica lexical tornando-se, portanto, um verbo auxiliar, uma cópula e um pró-verbo. Mas essa é apenas uma hipótese que precisa ser confirmada ou refutada a partir da verificação de dados mais robustos.

Em suma, a evolução do *txa* na língua Apurinã se deu provavelmente da seguinte forma: (i) havia um único verbo com significado pleno, que consistia em um verbo dicendi; (ii) o verbo dicendi teria se generalizado para outros contextos; (iii) nesses novos contextos sofre uma dessemantização; (iv) tornando-se um verbo auxiliar, uma cópula, e um pró-verbo (elementos puramente gramaticais), sendo utilizado apenas para carregar noções morfossintáticas.

Cabe destacar, ainda, que no Apurinã atual não há nada que indique que houve uma progressão por meio de estágios de gramaticalização em que o domínio-fonte gradativamente foi gerando as demais formas, os dados indicam que a forma de verbo pleno *txa* ‘dizer’ originou os três domínios-fontes concomitantemente (ANDRADE, 2019).

Diante disso, optamos por registrar as distintas ocorrências da forma *txa* no dicionário Apurinã em entradas diferentes, uma vez que não há como justificar sincronicamente a relação entre as distintas ocorrências de *txa* no Apurinã atual, pois os falantes não conseguem estabelecer uma relação entre os significados dessas unidades. Nesses casos, como vimos no Capítulo 2, deve-se registrar como palavras homônimas aquelas unidades que têm significados distintos que não é possível identificar *semas* em comum. O contrário disso é considerado polissemia.

Na próxima seção, discutiremos acerca do verbo *awa* que, analogamente à forma *txa*, também apresenta distintas ocorrências.

5.2.7 A forma verbal *awa*

A forma verbal *awa*, assim como ocorre com a forma *txa*, apresenta, segundo Facundes (2002, p. 292), diferentes ocorrências. O autor descreve quatro instâncias distintas de *awa*: (i) como verbo de apresentação; (ii) como existência; (iii) como locativo; e (iv) como posse. Abaixo iremos apresentar detalhadamente cada uma dessas ocorrências da forma verbal *awa*.

A ocorrência de *awa* como verbo de apresentação é utilizada para introduzir um participante no discurso. Tal ocorrência da forma verbal *awa* pode ser interpretada como “haver”, como podemos observar nos exemplos abaixo (FACUNDES, 2000, p. 292):

(68)

a. *sāku* *awa*

traíra haver

‘Há traíra’

b. *apuka-kuru* *yuwata* *awa*

encontrar-REL faca haver

‘Há uma faca que foi encontrada’

Nos exemplos (68a) e (68b) o verbo *awa* adquire sentido de ‘haver’, no primeiro exemplo introduzindo o participante *sāku* ‘traíra’; já no segundo exemplo, se relaciona com o participante *yuwata* ‘faca’.

A forma verbal *awa* pode também ser usada com um significado existencial, no sentido de “existir/viver”, como podemos observar nos exemplos abaixo (FACUNDES, 2000, p. 293):

(69)

- a. *pupỹka-ru-wakury* *awa-ry*
 Apurinã-M-PL.M existir-3SG.M.O
 ‘Apurinã existe’
- b. *kuna* *kariwa* *awa-ry*
 não não índio existir-3SG.M.O
 ‘Pessoas brancas não existem’

Nos exemplos acima, a forma verbal *awa* vem acompanhada da marca *-ry*, que corresponde à terceira pessoa do singular, masculino e objeto. Note que, em ambos os casos, *awa* se comporta como verbo principal, significando ‘existir’.

A forma verbal *awa* também pode se referir a circunstâncias de lugar, no sentido de “viver em/com, habitar, residir”, conforme (FACUNDES, 2000, p. 292):

(70)

- a. *nu-wãka-tu-kata* *n-awa*
 1SG-xará-grande-ASSOC 1SG-viver
 ‘Eu vivo com meu xará’
- b. *uwã-ra* *atha* *wai* *awa-pe-ru*
 PTC-ESS 1PL aqui ficar-PFTV-3M.O
 ‘Então ficamos aqui’

Como podemos observar nos exemplos acima, a forma verbal *awa* também se comporta como um verbo principal, admitindo marcas de pessoa e aspecto. Em (70a), *awa* adquire o sentido de viver, morar; e em (70b), é usado com o sentido de ‘estabelecer-se, ocupar, habitar’.

Por fim, há também a ocorrência de *awa* como verbo principal com significado possessivo, como podemos observar nos exemplos abaixo (FACUNDES, 2000, p. 294):

(71)

- a. *nha-pakunu-pa* *p-ãtenekuru* *p-awa*
 wh-mais-INT 2SG-criança 2SG-ter

‘quantas crianças você tem?’

b. *n-awa-ry epi kanawa*

1SG-have-3M.O dois canoa

‘Eu tenho duas canoas’

Facundes (2000, p. 293) ressalta que os diferentes significados de *awa* necessitam de uma análise mais cuidadosa para definir se essas distintas interpretações refletem propriedades semânticas de entradas lexicais diferentes, comportando-se como unidades homônimas ou se elas se constituem com subvariantes semânticas de uma mesma entrada. Com o objetivo de explicar tais cocorrências de *awa*, Freitas (2017, p. 227-250) propõe que as diferentes instâncias dessas formas aparentemente iguais, semanticamente relacionadas, mas que ocorrem em contextos diferentes, com diferentes significados, vêm passando por um processo de gramaticalização que pode ser observado sincronicamente. A autora apresenta, primeiramente, em seu trabalho, as características mais prototípicas de *awa*:

- a) *awa* = *possessivo* (*awa-P*) – verbo de dois lugares que requer em sua estrutura funcional os papéis de sujeito e objeto; quanto à estrutura argumental, requer os papéis de possuir e de item possuído, como podemos observar nos exemplos a seguir: a. [*Ny-karu*]^O *awa* [*nuta*]^A (1SG-cicatriz.de ter 1SG) ‘Eu tenho cicatriz’ Lit.: “Eu tenho minha cicatriz”. Para Freitas (2017, p. 233), algo específico dessa instância de *awa* corresponde ao fato de, ainda que este seja um verbo que requer dois argumentos, um sujeito/possuidor e um objeto/item possuído, tal forma verbal não admite a ocorrência de pronomes correferenciais antepostos ao verbo (como podemos observar nos exemplos acima), diferindo de verbos transitivos padrão.
- b) *awa* = *existencial* (*awa-E*) – aqui a autora inclui em uma única categoria a ocorrência que Facundes (2000) considerou como verbo de apresentação; já que, segundo a autora, em termos morfossintáticos, não há diferença entre essas ocorrências. *Awa-E* requer como único argumento obrigatório um sujeito (podendo admitir adjuntos circunstanciais opcionais), cujo papel semântico corresponde a ‘ente’ (isto é, algo ou alguém que existe ou cuja existência é imposta). De acordo com Freitas (2017, p. 237), essa ocorrência de *awa* funciona como um verbo descritivo ambivalente da língua (descrito na seção 5.2.4.2). Seu argumento único pode vir sob (ou ser correferencial) a forma de uma marca pronominal presa ou de sujeito, no primeiro caso, operando em um sistema ergativo/absolutivo, no segundo, em um sistema nominativo/acusativo, vejamos alguns exemplos: *kutxi ywātāa awa-ry [nhipuku-ry]*^S (porque naquele.lugar existir-3SG.M.O

comida-N.POSSD) “[...] porque lá tinha (havia) comida”; *N-awa-panhi-ka [nuta]^S* ou *[Nuta]^S awa-panhi-ka* (1SG-existir-IPFTV-PRED 1SG) “Eu ainda existo”; *Awa [xika-ry-ene xipuãta-kary]^S* (existir canto-N.POSSD-som cantar-REL.S.M) ‘Tem as músicas que (se) canta’.

- c) *awa* = *locativo* (*awa-L*) – requer, por sua vez, a presença de um complemento locativo e de um sujeito, diferindo de *awa-E* pelo fato de neste último o locativo não ser obrigatório. Também funciona como um verbo ambivalente em Apurinã, uma vez que pode ocorrer com marcas pronominais correferenciais de sujeito ou de objeto. De todo modo, há uma clara sobreposição entre as ocorrências de *awa* como locativo e como existencial, como podemos observar nos exemplos: *[Nuta ãkiri]^S awa-ry [paraka-ã]^{Loc}* (1SG filho.de estar.em-3SG.M barraca-LOC) “Minha filha está em casa”; *[Syrywyny]^{Loc} n^S-awa Seruini* (1SG-estar.em) “Eu sou do Seruini”; *[Utaku-tixi]^{Loc} ø^S-awa-ma [ywa]^{Loc}* (distante-terra 3SG.M.O- estar.em-FRUSTR 3SG.M) ‘Ele morava longe’; *[aikuã]^{Loc} awa-karu [Īkiiapa]^S, pymãa-ry* (casa-LOC estar.em-REL.S.F n.prop perguntar-3SG.M.O) “A Īkiiapa, que tava em casa, perguntou: [...]”

Todos os casos de *awa* ilustrados até aqui nos permitem observar uma nítida relação semântica que se estabelece entre eles. Por conta disso, parece plausível a ideia de que o que temos é a ocorrência de sub-variantes semânticas de uma mesma entrada lexical. O que é corroborado pelo trabalho de Freitas (2017, p. 238). A literatura sobre posse, usada pela autora para desenvolver seu trabalho, deixa clara a relação conceitual entre posse, localização e existência¹¹³.

De acordo com Perniss e Zeshan (2008 apud FREITAS, 2017, p. 241), entre as línguas naturais há uma sobreposição empírica substancial entre estruturas usadas para expressar existência e posse; nesse sentido, não é difícil fazer uma conexão entre “alguma coisa existindo dentro da esfera de influência de alguém” e “alguma coisa pertencendo a alguém”. Segundo Freitas (2017), essa afinidade empírica e conceitual entre construções existenciais, locativas e possessivas pode ser, em parte, explicada pelo fato de que, recorrentemente, construções de posse se originam a partir de construções existenciais ou locativas preexistentes em dada língua; ou seja, é comum o domínio da posse ter como fonte os domínios da existência e da localização.

Isso corre, segundo Heine (2001, p. 317), porque a posse é um conceito muito abstrato, e é muito mais fácil descrever onde um dado item está e o que aconteceu a ele ou de quem ele

¹¹³ Para mais detalhes ver Freitas (2017).

está acompanhado, por exemplo, usando movimentos corporais. Então, ação, localização, acompanhamento, etc., fornecem modelos estruturais convenientes para expressar posse: um item que eu tomei ou peguei, que está normalmente localizado onde eu estou, ou de que eu estou regularmente acompanhado, pode, em certas situações, ser interpretado como pertencendo a mim. Com o passar do tempo, uma expressão linguística definindo uma ação, uma localização ou um acompanhamento pode se tornar uma expressão possessiva convencionalizada.

Diante disso, Freitas (2017) afirma que a forma verbal *awa* encontra-se em um processo de gramaticalização. De acordo com a autora, as evidências sincrônicas observadas em Apurinã apontam para uma interpretação de que a forma *awa* encontra-se no estágio II de gramaticalização (ver a seção anterior), em que tanto o significado existencial (fonte) quanto o significado possessivo (alvo) coexistem, estão disponíveis, em certos casos, havendo ambiguidade entre eles. A relação que se estabelece entre essas duas instâncias de *awa* (existencial e possessiva) é a de que a expressão de posse na língua se originou a partir da expressão de existência (uma vez que esta última tem um significado mais empírico, menos abstrato que a primeira), o que é bastante comum nas línguas naturais, como mencionamos anteriormente.

A autora, ainda, afirma que tanto a existência quanto a localização são domínios fonte possíveis (e recorrentes nas línguas do mundo) para a posse e, não coincidentemente, *awa*, como já mencionado, pode ter uma interpretação locativa. Isso nos conduziria à possibilidade de que as ocorrências locativas de *awa* também pudessem ser a fonte para a posse em Apurinã. Entretanto, de acordo com Freitas (2017, p. 248), sincronicamente, não há nenhuma construção locativa que possa ser interpretada com sentido possessivo. Em nenhuma das ocorrências dessa forma verbal com sentido locativo é possível uma interpretação possessiva, ou seja, não foi possível atestar, sincronicamente, o possuidor sendo concebido como o lugar em que o item possuído está. Há, entretanto, uma sobreposição semântica evidente entre certas ocorrências de *awa* locativo e existencial, como podemos observar nos exemplos a seguir: *Awa kākity keku-txĩ-ã* (existir/estar.em gente rede.de-N.POSS-LOC) “Tem uma pessoa na rede”; *Nuta axi-ra, ximaky awa-ry pānērẽ-ã* (1SG cozinhar-FOC peixe existir/estar.em-3SG.M.O panela-LOC) “Eu cozinhei, o peixe tá na panela”.

Observa-se a proximidade entre “Tem (existe/há) uma pessoa na rede” e “Uma pessoa está (localizada) na rede”; o mesmo ocorre em “O peixe está na panela” e “tem peixe na panela”. O critério adotado por Freitas (2017) é o de que, quando o complemento locativo for obrigatório, teremos *awa-L*; caso contrário, teremos *awa-E*. De todo modo, em certos casos,

decidir se o locativo é ou não obrigatório, segundo a autora, depende de fatores que vão além de uma análise formal, já que isso dependerá de questões pragmáticas (que tipo de informação o falante pretende fornecer/evidenciar, por exemplo), a relação da sentença com outras, no nível textual, entre outras questões.

Segundo Freitas (2017, p. 249), tanto a existência como a localização constituem esquemas de eventos¹¹⁴, isto é, construtos de situações prototípicas, embasadas em domínios experimentais concretos. Conforme Heine (1997), quando temos um caso como o de *awa*, que pode denotar existência, localização ou posse, não é difícil concluir que a codificação desta última noção em Apurinã é resultado de um processo de gramaticalização, em que ou *awa-E* ou *awa-L* serviu de domínio fonte para a posse. Sincronicamente, não temos evidências de que o locativo tenha originado a posse; temos, de acordo com Freitas (2017), evidências da relação entre existência e posse. Também não é possível determinar sincronicamente se *awa-E* deu origem a *awa-L* ou vice-versa. Apenas um estudo diacrônico poderia dar informações mais conclusivas acerca de qual teria sido, de fato, o domínio fonte da posse na língua Apurinã, existência ou localização, ou qual desses dois teria primazia sobre o outro.

No dicionário Apurinã iremos registrar como entrada principal o verbo *awa* significando ‘haver’, pois, como vimos acima, a língua parece interpretar as distintas ocorrências de *awa* com esse sentido, sendo que em contextos morfossintáticos diferentes essa forma pode adquirir diferentes nuances de significado (possessivo, locativo ou existencial), mas todos eles relacionados. Por sua vez, as sub-variantes semânticas de *awa* serão registradas como subentradas.

Na próxima seção, discutiremos brevemente acerca dos verbos com nomes incorporados.

5.2.8 Verbos com nomes incorporados

Os verbos em Apurinã podem também incorporar nomes adjacentes a suas raízes. Esses nomes incorporados podem ser: i) um nome regular (nomes inalienáveis não classificatórios e/ou nomes alienáveis); ou ii) um nome classificatório (FACUNDES, 2000, p. 297)¹¹⁵. Os nomes incorporados aos verbos, assim como qualquer outra forma que ocorre como

¹¹⁴ Heine (2011 apud Freitas 2017, p. 241), propõe a existência de certos domínios fonte, os quais chama de *esquemas de evento*, os quais correspondem a construtos de situações prototípicas, embasadas em domínios experimentais concretos. De acordo com o autor, existem oito os esquemas de evento: i) esquema de ação; ii) esquema de localização; iii) esquema de acompanhamento; vi) esquema fonte; v) esquema equativo; vi) esquema genitivo; vii) esquema meta; e viii) esquema tópico (os três últimos são desdobramentos do esquema da existência).

¹¹⁵ Cabe ressaltar que até o momento apenas atestamos a incorporação de nomes em verbos transitivos.

parte da estrutura morfológica do verbo obedecem a regras morfológicas de posicionamento dentro da estrutura verbal. Isto, por sua vez, significa que esses nomes apenas podem ocorrer em um lugar específico no verbo. Além disso, a incorporação de um nome ao verbo exige a presença do verbalizador *-ta*. Nas subseções a seguir, trataremos de cada um desses casos de incorporação nominal.

5.2.8.1 Verbos com incorporação de nomes regulares.

Os nomes regulares incorporados aos verbos expressam um argumento semântico dentro do verbo em que ocorrem. De acordo com Facundes (2000, p. 298), certos nomes quando usados como uma unidade sintática expressando o argumento de um verbo também podem ocorrer incorporados ao verbo e ainda apresentar a mesma função semântica que as formas não incorporadas, como podemos observar nos exemplos abaixo (FACUNDES, 2000, p. 298):

(72)

a. *tapu-txi* *py-syka-ta-nu*
 arco-N.POSS 2SG-dar-VBLZ-1SG.O
 ‘Me dê o arco’

b. *py-syka-tapu-ta-nu*.
 3F.S 2SG-dar-arco-VBLZ-1SG.O
 ‘Me dê o arco’

(73)

a. *nuta* *py-syka-ta-nu* *py-tuy*
 1SG 2SG-dar-VBLZ-3M.O 2SG-coisa
 ‘Me de suas coisas’

b. *py-syka-tuy-txi-ta-nu*
 2SG-dar-coisa-N.POSS-VBLZ-1SG.O
 ‘Me de suas coisas’

Note que em (72a) *tapu-txi* ocorre não incorporado ao verbo, funcionando como uma unidade sintática expressando o objeto nocional da forma verbal em questão. Em (72b) a forma *tapu* ocorre incorporada ao verbo expressando também o objeto nocional do verbo. Os exemplos em (73) seguem esse mesmo padrão, exceto pelo fato de que em (73a) o nome incorporado é possuído, enquanto que em (73b) não é possuído. No entanto, sintaticamente o

nome incorporado constitui parte de uma base de verbo composto dentro da qual ele (o nome) não desempenha nenhum papel sintático, enquanto o possuidor concorda com o marcador de objeto pronominal encontrado no verbo, assim como os nominais na relação de objeto com o verbo.

Na próxima seção, apresentaremos os verbos com incorporação de nomes classificatórios.

5.2.8.2 Verbos com incorporação de nomes classificatórios.

Os nomes classificatórios incorporados pelos verbos são os de tipo NC2 (descrito na seção 5.1.1). Esses nomes classificatórios foram definidos como nomes inalienáveis que podem recorrer com a função classificatória como parte de uma formação produtiva de um composto nominal. Os nomes classificatórios incorporados a verbos ocorrem de maneira análoga a ocorrência deles na formação de nomes compostos. Os exemplos abaixo ilustram esse tipo de incorporação nominal:

(74)

a. *a-txirãka-ke-ta-ry*

1PL-dividir; partir ao meio-NC-VBLZ-3M.O

‘Abrimos um objeto longo, fino e flexível’

b. *nu-taka-pe-ta-ry*

1SG-colocar-massa-VBLZ-3M.O

‘Eu coloco a massa no objeto’

Os nomes classificatórios incorporados ao verbo podem, ainda, ser usados como uma espécie de elemento anafórico. Além disso, eles podem manter também uma cópia não incorporada na mesma sentença ou ser usada anaforicamente para se referir à propriedade de outro nominal que ocorreu no discurso anterior (dentro ou fora da mesma sentença). Vejamos o exemplo a seguir (FACUNDES, 2000, p. 302):

(75)

a. *atha* *i-ye* *ãã-ke* *txirãka-ke-ta*

1PL 3M-PROX planta-galho partir-galho-VBLZ

‘Nós partimos o galho’

b. *atha* *kumyry-pe* *ysunãka-pe-ta-ka*

1PL mandioca-massa.de secar-massa-VBLZ-CAUS

‘Colocamos a massa da mandioca para secar’

No exemplo (75a) acima, o nome classificatório *–ke* ocorre incorporado ao verbo e também como parte de uma forma nominal expressando o objeto nocional. Podemos observar o mesmo comportamento em (75b) com a forma *–pe*.

No exemplo a seguir (76a), a palavra *ytukury* 'roçado dele' é mencionada pela primeira vez em um dado texto. Duas sentenças mais adiante no mesmo texto o conceito *ytukury* é mencionado por meio do CN2 *xiti* 'terra dele' que funciona como um nome classificatório na base verbal *yutika-xiti-ta* 'queimada-terra-VBLZ' para se referir (metaforicamente) à forma *ytukuru* 'roçado' que havia sido mencionado anteriormente em (76b), como podemos observar a seguir:

(76)

a. *i-ye* *ituku-ry* *atha* *mitxi* *atha* *ĩyãpataĩ-ka-ta...*
 M-DEM roçado-N.POSSD 1PL primeiro 1PL atear.fogo-INTENS.VLBZ

‘.... Nós colocamos fogo no roçado’

b. *ata* *yutika-xiti-ta* *txa-ru*

1PL queimar-terra.dele-VBLZ AUX-3M.OBJ

‘.... Nós colocamos fogo no roçado’

De acordo com Facundes (2000, p. 303), a repetição do mesmo NC2 incorporado e não incorporado se assemelha à repetição característica dos marcadores de concordância. Mas, diferente dos marcadores de concordância típicos, a repetição do mesmo nome classificatório em uma sentença é estruturalmente opcional, como mostrado no exemplo acima.

Por fim, cabe destacar que as propriedades de “duplicação” dos nomes incorporados ao verbo e de sua utilização anaforicamente distinguem verbos com NC2 incorporados de verbos com nomes regulares incorporados. Se houver uma possibilidade (ainda a ser conclusivamente determinada) de que nomes regulares incorporados possam funcionar como o objeto gramatical, tal possibilidade não existe para CN2.

Os exemplos de nomes regulares e de nomes classificatórios incorporados ao verbo acima buscam simplesmente ilustrar a presença desse fenômeno na língua, de modo que tenhamos uma visão geral do Apurinã; contudo, eles não serão registrados no dicionário em virtude da incorporação de nomes regulares e classificatórios ao verbo não gerarem significados novos ao verbo.

Por fim, na próxima seção trataremos especificamente da morfologia dos verbos na língua Apurinã.

5.2.9 Morfologia dos verbos em Apurinã

No que corresponde à morfologia dos verbos em Apurinã, Facundes (2000) afirma que eles são constituídos por uma base lexical mínima, a qual chama de $base_0$, mais formas morfológicas que são inerentemente verbais (isto é, formativos que só podem ocorrer com verbos) e, como resultado, teremos a $base_1$. De acordo com o autor, existem duas classes de formativos gramaticais que são agregados à base verbal, são elas: (i) formativos da classe₁, exclusivamente verbais, que exigem a presença do verbalizador *-ta* que, por sua vez, “fecha” uma $base_1$ – a forma gramatical *-ta* não constitui um formativo da classe₁, pertencendo à segunda classe de formativos gramaticais, como será explicado a seguir; (ii) e formativos da classe₂, que consistem de formas exclusivamente verbais, mas que não exigem a presença do verbalizador *-ta*. Nos quadros abaixo iremos apresentar o significado e/ou função desses formativos com exemplos de contexto de uso:

Quadro 33: Formativos da classe₁

Formativo	Função	Descrição	Exemplo
<i>-puku</i>	marcador de evento distribuído	indica que os participantes do evento se movem de uma direção à outra, como um evento descontinuo ou intermitente.	<i>Y-myteka-puku-ta-pe</i> (3SG.M-correr-DISTR-VBLZ-PFTV) “Ele correu, parando aqui e ali”.
<i>-ka₂</i> ¹¹⁶	causativo	aumenta a valência verbal, podendo ocorrer tanto com verbos transitivos como com intransitivos.	<i>Nhi-nhipuku-ka1-ka2-ta-ry</i> (1SG-comida-INTENS-CAUS-VBLZ-3SG.M.O) “Eu fiz ele comer.”
<i>-rewa</i>	intransitivizador	se liga a verbos transitivos, tornando-os intransitivos	<i>N-atama-ta-i</i> (1SG-ver-VBLZ-2SG.O) “Eu olho pra você.” <i>N-atamata-rewa-ta</i> (1SG-ver-INTR-VBLZ) “Eu olhei”.
<i>-puwa</i>	aumentativo	usado com verbos intransitivos para aumentar o tamanho do participante expresso como sujeito nocial da sentença; mas	<i>Y-myteka-puwa-ta</i> (3SG.M-correr-AUM-VBLZ) “O gordo correu.” <i>Nhi-nhika-puwa-ta-ry</i>

¹¹⁶ Segundo Facundes (2000), o morfema *-ka₂* foi atestado apenas na Comunidade do Japiim. Em oposição a *-ka₂*, Facundes chama de *-ka₁* um morfema intensificador que será apresentado mais adiante.

		também com verbos transitivos, para aumentar a quantidade do que é expresso como objeto nocional do verbo.	(1SG-comer-AUM-VBLZ-3SG.M.O) “Eu comi muito isso.”
-ã ¹¹⁷	factualidade	marca de evidencialidade usada para expressar um forte grau de certeza com relação à proposição da sentença	<i>øapu-ã₂-ka₁-ta</i> (3SG.M-chegar-FACT-INTENS-VBLZ) “Ele realmente chegou.”
-kýtaka	causativo transitivo	aumenta a valência apenas de verbos transitivos	<i>N-uka-kýtaka-ta</i> (1SG-matar-CAUS-VBLZ) “Eu fiz (ele) matar (algo)”.
-pirĩka	coletivo	formativo usado para marcar um evento que envolve vários participantes	<i>Amu anhipuku-pirĩka-ta</i> (vamos comer-COLETV-VBLZ) “Vamos todos comer”.
-nany	progressivo	formativo usado para marca um evento em progresso	<i>U-nhikanany-ta-ry</i> (3SG.F-comer-PROGR-VBLZ-3SG.M.O) “Ela tá comendo algo”.
-wari	anti-perctivo “quase”	marca um evento que quase aconteceu, isto é, iria acontecer, mas não aconteceu.	<i>Nhi-nhika-wari-ta-ry</i> (1SG-comer-quase-VBLZ-3SG.M.O) “Eu quase comi isso”.
-ãpu	marcador de evento aleatório.	marca eventos que ocorrem aleatoriamente, sem um objetivo definido.	<i>Nhi-nhika-ãpu-ta-ry</i> (1SG-comer-ALEAT-VBLZ-3SG.M.O) “Eu comi aleatoriamente (comi por comer, sem propósito específico)”.
-ka ₁	intensificador	aumenta a intensidade com que um evento ocorre.	<i>Y-myteka-ka₁-ta</i> (3SG.M-correr-INTENS-VBLZ) “Ele corre muito”.
-ene	desiderativo “querer”	marca o evento/estado expresso por um verbo, como um desejo do sujeito nocional do verbo.	<i>Nhi-nhika-ene-ta-ry</i> (1SG-comer-DESID-VBLZ-3SG.M.O) “Eu quero comer isso”.
-pira	marcador de fala reportada	pode ser usado para marcar a informação expressa no verbo como algo sobre o qual se está falando, mas que não tenha sido “testemunhado”.	<i>Y-myteka-pira-ta</i> (3SG.M-correr-FAL.REP-VBLZ) “A notícia correu.”

Fonte: Elaborado pela autora.

Abaixo, temos o Quadro 34 contendo os formativos da classe₂, que se ligam à base₁ para formar a base₂, como mencionado anteriormente, sendo exclusivamente verbais. Tais

¹¹⁷ O número subscrito, de acordo com Facundes (2000), em -ã ocorre em virtude de haver outros morfemas com essa mesma forma como, por exemplo, o locativo.

formativos podem se ligar tanto a verbos transitivos quanto a verbos intransitivos padrão. Esses formativos se diferem dos formativos da classe₁ pelo fato de não exigirem a presença do verbalizador *-ta*. Segundo Facundes (2000), quando tal verbalizador ocorre, os formativos desta classe não o precedem. Os formativos da classe₂ podem preceder os *formativos presos especiais* (a ser definido mais adiante). Os formativos da classe₂ são os seguintes:

Quadro 34: Formativos da classe₂

Formativo	Função	Descrição	Exemplo
<i>-ta</i>	verbalizador	vincula-se, na estrutura verbal, entre os formativos da classe ₁ e da classe ₂ , derivando verbos de raízes nominais e de raízes dependentes; agregar-se também a raízes inerentemente verbais para receber os sufixos da classe ₂ .	<i>kariwa-ta</i> não-índio-VBLZ “Ser, agir como branco” <i>Nhipuku</i> ¹¹⁸ - <i>ta</i> comida-VBLZ “comer”
<i>-ã</i> ¹¹⁹ ₃	hipotético	usado quando o falante levanta uma hipótese acerca de uma dada situação.	<i>Y-kuri-ã3-ka4</i> (3SG.M-morrer-HIPOT-PRED) “Se ele tivesse morrido...”
<i>-napanu</i>	iminente	usado para marcar um evento que está prestes a acontecer.	<i>N-ymaka-napanu-ka4</i> (1SG-dormir-IMIN-PRED) “Eu estou quase dormindo”
<i>-ka</i> ₃	causativo	sua funcionalidade é semelhante ao marcador causativo da classe ₁ <i>-ka</i> ₂ , no entanto difere em sua posição dentro do verbo. Provoca um aumento na valência verbal, adicionando o sentido de causativização.	<i>Ny-myteka-ka3-ry</i> (1SG-correr-CAUS-3SG.M.O) “Eu fiz ele correr”.
<i>-pi</i>	habitual	marca eventos que ocorrem com certa frequência.	<i>Uwa txita-pi-ka4</i> (3SG.F brigar-HAB-PRED) “Ela vive brigando”
<i>-kaka</i>	recíproco	marca eventos em que os participantes agem um sobre o outro	<i>Atha atama-ta-kaka</i> (1PL ver-VBLZ-RECIPR) “Nós nos olhamos”.

Fonte: Elaborado pela autora.

Os formativos da classe₁ e da classe₂, descritos por Facundes (2000), como visto acima, correspondem àqueles que ocorrem exclusivamente com bases verbais. Vale destacar,

¹¹⁸ A forma **nhipuku* é uma raiz dependente. Isso significa que esta forma precisa de morfologia para se realizar como nome *nhipuku-ry* “comida”; *nhi-mhipuku-re* “minha comida” ou como verbo *nhipuku-ta* “comer”. A glosa “comida” não se refere à classe de palavra “nome”, mas sim à ideia, ao significado lexical da palavra.

¹¹⁹ Como já mencionamos anteriormente, há outros morfemas iguais a este, tal como o locativo *-ã*, por isso o número subscrito, para identificar essas formas homônimas.

ainda, que esses formativos, no que corresponde à sua posição dentro da estrutura verbal, são organizados linearmente uns com relação aos outros¹²⁰.

O autor ressalta também que há mais outro pequeno grupo de formativos, que se ligam apenas aos verbos descritivos. No Quadro 35 abaixo apresentaremos esse grupo de formativos, conforma Facundes (2000) e Chagas (2007):

Quadro 35: Formativos restito aos verbos descritivos

Formativo	Função	Descrição	Exemplo
<i>ka-</i>	verbalizador atributivo	formativo que pode ocorrer tanto com verbos inerentemente descritivos objetivos como com bases nominais.	<i>Ka-tyma-ry</i> (atrib-ser.rápido-3sg.o) 'Ele é rápido'
<i>pu-</i>	verbalizador atributivo	formativo que funciona do mesmo modo que <i>ka-</i>	<i>Pu-txua-ry txipary</i> (atrib-ser.doce-3sg.o banana) 'A banana é doce.'
<i>pa-</i>	verbalizador atributivo intensificador	formativo que intensifica a semântica dos itens que se liga, derivando verbos descritivos objetivos	<i>Ka-txiku-nu</i> (atrib-ser/estar.sujo-1sg.o) 'Eu estou sujo' <i>Pa-txupu-nu</i> (atrib.intes-ser.sujo-1sg.o) 'Eu estou muito sujo'
<i>my-</i>	verbalizador atributivo intensificador	Formativo que funciona da mesma forma que <i>pa-</i>	<i>Pu-nhiku-ry ximaky</i> (atrib-gosto-3sg.o peixe) 'O peixe é gostoso' <i>My-nhiku-ry ximaky</i> (atrib-intens-gosto-3sg.o peixe)
<i>ma-</i> ¹²¹	verbalizador privativo	formativo que se liga a bases nominais ou verbais para indicar que o sujeito nocional do verbo descritivo resultante não apresenta a propriedade descrita pela base verbal.	<i>Pu-tyma-ry maniti</i> (atrib.ser.rápido-3sg.o veado) 'O veado é rápido' <i>Ma-tyma-ty maniti</i> (priv-ser.rápido-3sg.o) 'O veado não é rápido'
<i>wẽ-</i>	verbalizador reversivo	Formativo que cancela /reverte o significado negativo de formas verbais descritivas a que se liga.	<i>Ma-ere-ty</i> (priv-ser.bonito-3sg.m.o) 'Ele não é bonito.' <i>Ma-wẽ-ere-ty</i> (priv-rev-ser.bonito-3sg.m.o) 'Ele é bonito.'

Fonte: Elaborado pela autora.

¹²⁰ Para mais informações sobre a organização posicional (posição de um em relação ao outro, tendo como referência o verbo) dos formativos ver Facundes (2000, p 322-330).

¹²¹ A presença do privativo *ma-* desencadeia uma alomorfa condicionada morfológicamente, segundo a qual a terceira pessoa, *-ry* e *-ru* (masculino e feminino, respectivamente), muda para *-ty* e *-tu*.

Os formativos descritos acima correspondem principalmente à classe de verbos descritivos objetivos Apurinã, uma vez que apenas essa subclasse de verbos da língua possui morfologia distinta das demais classes de verbos (FACUNDES, 2000; CHAGAS, 2007).

5.3 Resumo do capítulo

Nesse capítulo apresentamos as categorias lexicais abertas (nome e verbos) da língua Apurinã. Definimos, primeiramente, a categoria de nomes e em seguida descrevemos as suas distintas subcategorias (inalienáveis, alienáveis, compostos, etc.), pontuando as informações que devem (ou não) ser registradas no dicionário. Tratamos, ainda, acerca dos processos de inovação da língua (empréstimo e neologismo), bem como da variação lexical, traço linguístico importante na distinção dos diferentes grupos Apurinã, e do fenômeno de “Duplo Vocabulário” presente na língua. Apresentamos também as características gerais da categoria de verbo e suas subcategorias (transitivos, intransitivos padrão, intransitivos descritivos, bitransitivos, etc.). Mais especificamente, discutimos sobre as suas propriedades morfológicas e sintáticas, pontuando, obviamente, as informações mais relevantes para o dicionário Apurinã. No próximo capítulo, apresentaremos e discutiremos acerca das demais classes de palavras do Apurinã que constituem a categoria lexical fechada da língua.

6 CATEGORIAS LEXICAIS FECHADAS

Neste capítulo apresentaremos, com base fundamentalmente em Facundes (2000), as demais categorias lexicais da língua Apurinã. São elas: pronomes, demonstrativos, numerais e quantificadores, palavras interrogativas, interjeições, ideofones e partículas. Neste capítulo descreveremos, ainda, os morfemas flutuantes, classe especial de morfemas presos encontrados na língua que ocorrem fora da morfologia afixal cuja distribuição é restrita à categoria de nomes e fora da morfologia afixal cuja distribuição é restrita à categoria de verbos. Definiremos e mostraremos exemplos de uso de cada uma dessas categorias lexicais, com o intuito de que se tenha uma visão geral da língua Apurinã, e de modo a demonstrar quais informações sobre cada uma dessas categorias devem ser registradas (ou não) no dicionário Apurinã.

6.1 Pronomes

Os pronomes em Apurinã constituem a única categoria lexical cujos membros se combinam para codificar pessoa, número e gênero ou uma combinação desses significados, dependendo do pronome em questão. De acordo com Facundes (2000, p. 345), os pronomes não apresentam uma morfologia inerente, podendo se diferenciar morfológicamente de nomes e verbos, uma vez que não necessitam da morfologia que é inerentemente nominal ou verbal. Segundo o autor, os únicos formativos presos que se ligam às bases pronominais são aqueles denominados *formativos presos especiais* (que serão descritos mais adiante). Existem sete pronomes livres em Apurinã, quatro no singular e três no plural, sendo que a distinção de gênero é expressa somente na terceira pessoa singular, como podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 36: Pronomes livres na língua Apurinã¹²²

Pessoa e Gênero	Singular	Plural
1	<i>nuta</i>	<i>atha</i>
2	<i>pithe</i>	<i>(h)ÿthe</i>
3M	<i>ywa</i>	<i>ynawa, ynuwa, nynawa, nynuwa</i>
3F	<i>uwa</i>	

Fonte: Facundes (2000, 346, *tradução e adaptação nossa*).

¹²² Cabe destacar que as formas pronominais de segunda pessoa singular e plural apresentam variação dialetal: *pithe* e *(h)ÿthe*, respectivamente. Há, ainda, variedades da língua que podem pronunciar o pronome de segunda pessoa plural com ou sem a fricativa glotal /h/. No que corresponde à terceira pessoa do plural, nota-se que as formas *nynawa* e *nynuwa* são variantes morfológicas das formas *ynawa* e *ynuwa*. Tais formas não coocorrem em uma mesma variedade da língua Apurinã. Quando em uma determinada comunidade se usa uma dessas formas as outras não são usadas (FACUNDES, 2000; LIMA-PADOVANI, 2016).

Os pronomes livres podem ser usados como sujeito e objeto, sendo que o sujeito e o objeto gramatical quando ocorrem após o verbo podem estabelecer uma relação de correferencialidade com formas pessoais presas marcadas no verbo, como podemos verificar nos exemplos a seguir (FACUNDES, 2000, p. 346-347):

(77)

- a. Nhi-nhipuku-ta nuta
 1SG.S-comer-VBLZ 1SG.S
 ‘Eu comi’
- b. Pi-nhipuku-ta pitha
 2SG.S-comer-vblz 2SG.S
 ‘Você comeu’
- c. U-nhipuku-ta uwa
 3SG.F.S-comer-VBLZ 3SG.F.S
 ‘Ela comeu’
- d. I-nhipuku-ta ywa
 3SG.M.S-comer-VBLZ 3SG.M.S
 ‘Ele comeu’
- e. A-nhipuku-ta atha
 1PL.S-comer-VBLZ 1PL.S
 ‘Nós comemos’
- f. Hĩ-nhipuku-ta hỹtha
 2PL.S-COMER-VBLZ 2PL.S
 ‘Vocês comeram’
- g. I-nhipuku-ta ynawa
 3PL.M.S-comer-VBLZ 3PL.S
 ‘Eles comeram’

Os pronomes livres podem também funcionar como possuidor em sintagmas nominais possessivos. Nesse caso, o possuidor, codificado por um pronome livre, vem anteposto à base nominal, como podemos observar nos exemplos a seguir:

(78)

- a. *Nuta aiku-te*
 1SG casa-POSS
 ‘Minha casa’
- b. *Pitha aiku-te*
 2SG casa-POSS
 ‘Sua casa’
- c. *Ywa aiku-te*
 3SG.M casa-POSS
 ‘Casa dele’

Os pronomes livres podem, ainda, substituir construções nominais funcionando como sujeito, objeto ou possuidor, como nos exemplos abaixo:

(79)

- a. *Hātaku-ru ymaka-nany-ta*
 jovem-F dormir-PROGR-VBLZ
 ‘A menina está dormindo’
- b. *Uwa ymaka-nany-ta*
 3SG.F dormir-PROGR-VBLZ
 ‘Ela está dormindo’
- c. *Hātaku-ru ynyru iri-pe*
 jovem-F mãe cair-PFTV
 ‘A mãe da menina caiu’
- d. *Uwa ynyru iri-pe*
 3SG.F mãe cair-PFTV
 ‘A mãe dela caiu’

Em Apurinã, há também as formas pronominais presas (já mencionadas na seção 5.2.1) que Facundes (2000) agrupou entre os *formativos presos especiais* que podem exercer a função de sujeito/possuidor ou objeto. As formas pronominais que funcionam como sujeito/possuidor ocorrem antepostas às bases verbais ou nominais; por sua vez, as formas pronominais que funcionam como objeto ocorrem pospostas às bases verbais.

Quadro 37: Pronomes presos com função de sujeito/possuidor e objeto

Pessoa/Gênero	Sujeito/possuidor		Objeto	
1	<i>ny=</i>	<i>a=</i>	<i>=nu</i>	<i>=wa</i>
2	<i>py=</i>	<i>hỹ=</i>	<i>=i</i>	<i>=i</i>
3M	<i>y=</i>	<i>y=...=na</i>	<i>=ry</i>	<i>=ry</i>
3F	<i>u=</i>	<i>u=....=na</i>	<i>=ru</i>	<i>=ru</i>

Fonte: Facundes (2000, p. 349, tradução e adaptação da autora).

De acordo com Facundes (2000), o paradigma sujeito/possuidor apresentado acima, corresponde às formas básicas desse tipo de pronome, pois essas formas dão origem a diferentes alomorfes resultantes das operações fonológicas que ocorrem na língua, como podemos observar nos exemplos ilustrados no Quadro 38 a seguir:

Quadro 38: Exemplos de pronomes com a função sujeito/possuidor e seus alomorfes

Pessoa e Gênero	<i>taka</i> 'plantar'	<i>etama</i> 'ver'	<i>ãta</i> beber	<i>nhika</i> comer	<i>(h)erêka</i> sangue.de	<i>(h)ĩmata</i> copular
1SG	<i>ny-taka</i>	<i>n-etama</i>	<i>n-ãta ~ ny-ãta</i>	<i>nhi-nhika</i>	<i>nỹ-erêka</i>	<i>nhĩ-ĩmata</i>
2SG	<i>py-taka</i>	<i>p-etama</i>	<i>p-ãta ~ py-ãta</i>	<i>pi-nhika</i>	<i>pỹ-erêka</i>	<i>pĩ-ĩmata</i>
3SG.M	<i>y-taka</i>	<i>ø-etama</i>	<i>ø-ãta~ y-ãta</i>	<i>i-nhika</i>	<i>ỹ-erêka</i>	<i>ĩ-ĩmata</i>
3SG.F	<i>u-taka</i>	<i>ũ-etama</i>	<i>ũ-ãta</i>	<i>u-nhika</i>	<i>ũ-erêka</i>	<i>ũ-ĩmata</i>
1PL	<i>a-taka</i>	<i>ã-etama</i>	<i>ã-ãta</i>	<i>a-nhika</i>	<i>ã-erêka</i>	<i>ã-ĩmata</i>
2PL	<i>hỹ-taka</i>	<i>h-ẽtama</i>	<i>h-ãta ~ hỹ-ãta</i>	<i>hĩ-nhika</i>	<i>hỹ-erêka</i>	<i>hĩ-ĩmata</i>
3PL.M	<i>y-taka-na</i>	<i>ø-etama-na</i>	<i>ø-ãta-na~y-ãta-na</i>	<i>i-nhika-na</i>	<i>ỹ-erêka-na</i>	<i>ĩ-ĩmata-na</i>
3PL.F	<i>u-taka-na</i>	<i>ũ-etama-na</i>	<i>ũ-ãta-na</i>	<i>i-nhika-na</i>	<i>ũ-erêka-na</i>	<i>ũ-ĩmata-na</i>

Fonte: Freitas (2017, p. 86).

A partir dos exemplos ilustrados no Quadro 38 podemos observar que há o apagamento de *y=* diante de vogal oral (*n-etama* 'eu vejo'); nasalização de *u=* na terceira pessoa feminino singular e plural (*ũ-etama* 'ela vê' e *ũ-etama-na* 'elas veem') e na primeira pessoa do plural (*ã-etama* 'nós vemos'), já que vogais orais se nasalizam diante de outra vogal¹²³. Verifica-se também o apagamento de *y=* (*h-ẽtama*) diante de vogal oral, porém, a nasalidade de *hỹ=* permanece sobre a vogal inicial de *etama*. Observa-se também a nasalização de *a=* primeira pessoa plural (*ã-ãta* 'nós bebemos') e *u=* terceira pessoa plural feminino, seguindo a regra de nasalização de vogal diante de outra vogal. Temos ainda *y=* se realizando como *i=* diante /*p/* e o som *n* passando a /*ɲ/* diante da vogal *i* (*nhi-nhika* 'eu como'). Essa mudança é condicionada, segundo Facundes (2000), pela presença de sons palatais da língua: /*i/*, /*j/*, /*ʃ/*, /*tʃ/*, /*c/* ou /*ɲ/*. Outra alomorfia interessante de se observar envolve o som /*h/*; como já mencionado no quarto

¹²³ Exceto a vogal alta central [i].

capítulo, este som varia com \emptyset , em certas variedades da língua. Essa consoante, mesmo em variedades em que não é usada, provoca a nasalização da vogal que ocorre antes dela, o que pode ser visto no paradigma de posse do nome (*h*)*erêka* ‘sangue de’. Note-se também que, nesses casos, *y*= não se apaga, como se o *h* ainda estivesse lá “bloqueando” a influência da vogal oral sobre *y*= . Por fim, quando a consoante *h* ocorre seguida de *i*, como no exemplo do verbo (*h*)*imata* ‘copular’, observa-se a seguinte alomorfa: **nyhimata* > **n̄yhimata* > **n̄yimata* > **n̄imata* > *nh̄imata*. Cabe destacar que este é o único exemplo deste tipo de alomorfa atestado até o momento na língua Apurinã (FREITAS, 2017, p. 87-88). Os casos de alomorfa descritos acima não se restringem apenas aos pronomes que exercem função de sujeito/possuidor. Tais operações são resultado da aplicação de regras fonológicas que se incidem sobre a língua como um todo¹²⁴. No que diz respeito ao tratamento dado a esses casos de alomorfa no dicionário Apurinã, optamos em indicá-los no item ‘variante’, seguido da palavra ‘alomórfica’ entre parênteses para diferenciá-lo dos outros casos de variação¹²⁵.

No que corresponde aos pronomes presos que exercem a função de objeto, estes ocorrem, como já mencionamos, pospostos a bases verbais¹²⁶. Tais formativos pronominais apresentam também, como podemos observar no Quadro 37 acima, distinção de gênero na terceira pessoa singular e plural, sendo que as formas para singular e plural são iguais, exceto para as formas de primeira pessoa. Os exemplos abaixo ilustram o uso dessas formas pronominais (FACUNDES, 2000, p. 347):

(80)

- | | |
|-------------------------------------|--------------|
| a. <i>N-etama-ta-ĭ</i> | <i>pitha</i> |
| 1SG.S-ver-VBLZ-2SG.O | 2SG |
| ‘Eu vi você’ | |
| b. <i>P-etama-ta-nu</i> | <i>nuta</i> |
| 2SG.S-ver-VBLZ-1SG.O | 1SG.O |
| ‘Você me viu’ | |
| c. \emptyset - <i>etama-ta-ru</i> | <i>uwa</i> |
| 3SG.M.S-ver-VBLZ-3SG.F.O | 3SG.F.O |

¹²⁴ Para mais informações sobre tais processos Ver Facundes (2000) e Freitas (2017).

¹²⁵ É importante destacar que esse critério foi usado para os demais casos de alomorfa que ocorrem na língua Apurinã.

¹²⁶ Esses pronomes podem também se atrelar a nomes que funcionam como predicado, como, por exemplo: *iri-txi-pe-ka-nu nuta* (pai.de-N.POSS-PFTV-PRED-1SG.O 1SG) ‘Eu já sou pai’.

‘Ele a viu’

d. *Ā-ātama-ta-i* *hĩtha*
 1PL.S-ver-VBLZ-2PL.O 2PL.O

‘Nós vimos vocês’

e. *H-ātama-ta-ru/ry* *ynawa*
 2PL.S-ver-VBLZ-3PL.F.O/3PL.M.O 3PL.O

‘Vocês os/as viram’

De modo geral, as formas pronominais diferem sintaticamente dos nomes, pois sobre os pronomes não recaem as mesmas categorias observadas nos nomes, exceto o gênero (já que há distinção de gênero na terceira pessoa). Outra diferença entre essas duas categorias é a de que um pronome não pode ser o elemento nuclear de uma construção de posse.

6.2 Demonstrativos

Os demonstrativos em Apurinã constituem uma categoria lexical fechada, formando um sistema no qual estão envolvidos parâmetros espaciais e definitude. Os demonstrativos em Apurinã, ainda, flexionam-se em dêxis e gênero, como podemos observar no Quadro a seguir:

Quadro 39: Demonstrativos em Apurinã

Dêxis	Gênero	
	Masculino	Feminio
Proximal	<i>i-ie</i>	<i>u-ie</i>
Distal	<i>y-kira</i>	<i>u-kira</i>

Fonte: Facundes (2000, p.356, *tradução da autora*).

Facundes (2000, p. 357) afirma que os elementos iniciais ‘*i/y*’ e ‘*u*’ dos demonstrativos correspondem, respectivamente, às formas pronominais que codificam a terceira pessoa masculino ‘3M’ e feminino ‘3F’. Desse modo, conclui-se que *-ie* é o demonstrativo proximal e *-kira* é o demonstrativo distal. Os exemplos abaixo ilustram o uso dos demonstrativos na língua Apurinã que se referem a elementos próximos ao falante ou ao ouvinte (FACUNDES, 2000, p. 356):

(81)

a. *i-ie* *hātaku-ry*
 M-PROX jovem-M

‘Esse rapaz’

b. *U-ie* *hātaku-ru*

F-PROX jovem-F

‘Essa moça’

Os exemplos em (82), por sua vez, demonstram os usos dos demonstrativos distais, ou seja, demonstrativos que se referem a elementos que estão distantes do falante ou do ouvinte:

(82)

a. *y-kira* *hātaku-ry*

M-DIST jovem-M

‘Aquele rapaz’

b. *u-kira* *hātaku-ru*

F-DIST jovem-F

‘Aquela moça’

Pode ocorrer a neutralização da distinção de gênero masculino/feminino em favor da forma masculina ao modificarem nomes no plural, como podemos observar nos exemplos abaixo:

(83)

a. *ī-ye* *hātaku-ru-waku-ru*

M-PROX moça-F-PL-F

‘Essas moças’

Facundes (2000, p. 368) afirma que o emprego dos demonstrativos pode ser diferenciado, em variedades diferentes da língua, citando o caso da forma *wera*, que também pode codificar o distal, como podemos ver no exemplo (84):

(84)

a. *wera* *sytu*

DIST mulher

‘Aquela mulher’

b. *wera* *kyky*

DIST homem

‘Aquele homem’

6.3 Numerais e quantificadores

Em Apurinã, a noção semântica de número é expressa por um sistema morfológico plural que marca formas pronominais e nomes. Como observamos na seção 6.1, Apurinã apresenta formas pronominais livres e presas que distinguem singular e plural. No caso dos nomes, como ilustrado no capítulo anterior, existem dois sufixos que marcam o plural: o *-waku* (forma que marca os nomes com traços + humano); e *-ny* (que marca os nomes com traços - humano). Além disso, é possível observar também em Apurinã numerais e quantificadores que codificam a noção de número sintaticamente, os quais serão descritos nos parágrafos abaixo.

6.3.1 Numerais

Em Apurinã o sistema numérico é baseado na soma dos dedos de uma mão, sendo, portanto, possível contar apenas até cinco. Temos o numeral *(h)ãt-y/ (h)ãt-u*, codificando o numeral ‘um’, no masculino e no feminino, respectivamente; e *epi* (ou *ipi*, em algumas variedades da língua), que se refere ao numeral ‘dois’. Esses dois numerais, por sua vez, se combinam com a forma *pakyny*, que significa ‘mais’, para formar outros numerais. O Quadro abaixo ilustra os numerais e suas formas varinates:

Quadro 40: Numerais em Apurinã

Numerais	Glossa
<i>(h)ãty/ (h)ãtu</i>	‘um/uma’
<i>epi ou ipi</i>	‘dois’
<i>epi-(h)ãty-pakyny</i>	‘três’
<i>epi-epi-pakyny</i>	quatro
<i>epi-epi-(h)ãty-pakyny ou (h)ãtywaku/ (h)ãtypiu</i>	cinco

Fonte: Facundes (2000, p. 359, *tradução e adaptação da autora*)

Cabe destacar que a coleta de dados para esta tese nos ofereceu um inventário mais robusto acerca dos numerais na língua Apurinã (ver anexo); no entanto, os falantes Apurinã contam espontaneamente apenas os numerais de um a três, pois observamos que a contagem até cinco, na maioria das vezes, envolve alguma hesitação por parte dos falantes. A noção de cinco pode também ser expressa apenas pela forma *(h)ãtywaku* ou *(h)ãtypiu* (dependendo da variedade) que significa ‘uma mão’.

No que se refere à estrutura da sentença que contém termos numéricos, verifica-se que essas formas em Apurinã são modificadores nominais que podem ocorrer antes do nome, como

em (85a e b) ou depois do nome, como em (85c). Há, ainda, ocorrências em que o numeral pode ocorrer sozinho no início da sentença, como em (85d e e). Vale ressaltar que em sentenças que possuem numerais os nomes não recebem marca morfológica de plural. Vejamos os exemplos a seguir¹²⁷:

(85)

a. *Kyky kama-ry ywa hãty sacu-te katarukyry*
 homem fazer-3SG.M.O 3SG.M um saca-POSS farinha

‘O homem fez uma saca de farinha’

b. *Nuta awa ipi kanawa.*

1PL ter dois canoa

‘Eu tenho duas canoas’

c. *Kyky uka-ry kaiaty ipi-hãty*

homem matar-3SG.M.O paca três

‘O homem matou três pacas’

d. *Ipi nuta awa-ry xiripitxi*

dois 1PL ter. 3SG.M.O flecha

‘Eu tenho duas flechas’

e) *Ipi-hãty pakyny nhi-keta irary*

três mais 1PL.atirar queixada

‘Eu atirei em três pacas’

Na próxima seção apresentaremos os quantificadores que ocorrem na língua Apurinã.

6.3.2 Quantificadores

Apurinã possui três quantificadores que expressam a noção de ‘muito’: *ithu*, *kaiãu* e *kuna kamuny*; e dois que denotam a noção de ‘pouco’: *puiãu* e *axipitika*. Esses quantificadores exprimem a quantificação de nomes massivos e de nomes contáveis na língua. A diferença entre

¹²⁷ Dados coletados pela autora desta tese em viagem a campo nos meses de dezembro de 2016 e julho de 2017.

esses quantificadores está associada à variação linguística, como veremos nas subseções a seguir.

6.3.2.1 O quantificador *ithu*

O quantificador *ithu* parece ocorrer sempre antes do nome, codificando a noção de ‘muito’, tanto para nomes contáveis (86a-b), quanto para nomes massivos (86c-d):

(86)

a. *Kyky* *ũkatsãata-ry* *ithu* *ximaky*

homem pescar-3SG.M.O QUANT peixe

‘O homem pescou muito peixe’

b. *Kyky* *kama-ry* *ithu* *xiripitxi*

homem fazer. 3SG.M.O QUANT flecha

‘O homem fez muitas flechas’

c. *Sytu* *ãta-ru* *ithu* *ũparãa*

mulher beber.3SG.F.O QUANT água

‘A mulher bebe muita água’

d. *Sytu* *awa-ry* *ithu-ry* *u-tyny-pẽ*

mulher tem-3SG.M.O QUANT.3SG.M.O 3SG.F.seio.NC

‘A mulher tem muito leite materno’ Lit.: A mulher tem muito leite

A forma *ithu*, de acordo com Freitas (2017, p. 250), pode apresentar também um comportamento verbal significando ‘ter muito’ (87a-b) e/ou ‘existir muito’ (87c-d). Essas ocorrências, segundo a autora, estão relacionadas à expressão de posse na língua¹²⁸:

(87)

a. *Ithu-pe-ka-ry* *mãka-txi* *nuta*

ter.muito-PFTV-PRED-3SG.M.O roupa-N.POSSD 1PL

‘Eu já tenho muita roupa’

¹²⁸ Para uma visão mais ampla dessas ocorrências ver Freitas (2017).

b. [...] *ithu-ry* *kimi ny-upeta-ky ãkapanhi*
 ter.muito. 3SG.M.O milho 1SG.pilar.NC com.o.propósito.de

‘Tem muito milho para pisar’ Lit.: ‘Tem muito milho para pilar’

c. *Ithu-pyty-ry* *kãkiti*
 existe.muito-ENF-3SG.M.O gente

‘Tem muita gente mesmo’

d. *Kuna* *ithu-i* *hÿtha*
 não existir.muito-2PL.O 2PL

‘Vocês são poucos’ Lit.: ‘Não existem muitos de vocês’

6.3.2.2 O quantificador *kaiãu*

O quantificador *kaiãu* sempre precede o nome que modifica. Esse quantificador, como já mencionamos, pode também codificar tanto nomes contáveis (88a-b), quanto nomes massivos (88c-d). Além disso, o quantificador pode vir acompanhado do distributivo *-puku*. Observamos que em alguns casos em que *kaiãu* foi usado com *-puku* há também o acréscimo das marcas de gênero *-ry* e *-ru*.

(88)

a. *Kyky* *kama-ry* *kaiãu-puku-ry* *xiripi-txi*
 homem fazer-3SG.M.O QUANT-DISTR-3SG.M.O flecha-N.POSS
 ‘O homem fez muita flecha’

b. *Ximaky* *kaiãu-puku* *ny-mãÿka*
 peixe muito-DISTR 1SG-pegar
 ‘Eu peguei muito peixe’

c. *Nuta* *kama-ry* *kaiãu-puku* *atarukyryky*
 1PL fazer-3SG.M.O QUANT-DISTR farinha
 ‘Eu fiz muita farinha’

d. *Sytu* *awa-ry* *kaiãu-puku* *u-tyny-pẽ*
 mulher tem-3SG.M.O muito- DISTR 3SG.F.seio.NC.LÍQUIDO
 ‘A mulher tem muito leite (materno)’

O quantificador *kaiãu* pode, assim como *ithu*, apresentar um comportamento verbal, exprimindo a noção de posse e existência quantificada, significando ‘ter muito’ (89a-b) e ‘existir muito’ (89c-d). Além disso, *kaiãu* pode estar, ainda, associado à forma verbal *iãu* que corresponde a ‘contar’. Essas formas se assemelham tanto no aspecto formal quanto no significado, pois ambas codificam a noção de quantificação; porém, ainda não foi feito um estudo diacrônico para se obter resultados mais conclusivos dessa relação. (FREITAS, 2017, p. 260). Vejamos a seguir exemplos dessas ocorrências de *kaiãu*¹²⁹:

(89)

a. *Ywa kaiãa-puku-ry i-kikiu-te*
 3SG.M ter.muito-DISTR-3SG.M.O 3SG.M-roçado-POSSD
 ‘Ele tem muito roçado’ Lit.: ‘Ele tem muito roçado dele’

b. *Kyky kaiãũ-puku-ry dinẽru*
 homem ter.muito-DISTR-3SG.M.O dinheiro
 ‘O homem tem muito dinheiro’

c. *Kaiãu-ru kimitxithu watxa*
 existir.muito-3SG.F.O pium hoje
 ‘Tem muito pium hoje’

d. *Kaiãu-i ãthe*
 existir.muito-2PL.O 2PL
 ‘Tem muitos de vocês’

6.3.2.3 O quantificador *kuna kamuny*¹³⁰

Freitas (2017, p. 273) atestou também em algumas variedades da língua Apurinã a construção *kuna kamuny*¹³¹: (i) como quantificador, codificando a noção de ‘muito’ para nomes contáveis¹³², podendo haver concordância de gênero entre tal construção e o nome que

¹²⁹ Exemplos retirados de Freitas (2017).

¹³⁰ Cabe destacar que essa forma é a menos frequente entre as ocorrências de quantificadores e de posse quantificada em Apurinã, tendo sido atestada apenas com falantes mais velhos da comunidade Morada Nova (T.I. Acimã), sendo que os mais jovens reconhecem, mas não usam.

¹³¹ Sincronicamente, não é possível decompor a forma em questão, já que *kamuny* não apresenta significado em isolado, formando uma unidade com a negação, sendo que construções como **Kamuny nhipuku-ry* ‘Tem pouca comida’ são consideradas agramaticais pelos colaboradores consultados.

¹³² Até o momento não se verificou a construção de *kuna kamuny* com nomes massivos.

quantifica (90a-b); (ii) e como uma construção verbal, significando ‘existir muito’, mas podendo ser interpretada também como ‘ter muito’ (90c-d).

(90)

a. *Nuta etamata-ru kanawa kuna-kamuny*
1SG ver-3SG.F.O canoa muito

‘Eu vi muita canoa’

b. *Nuta etamata kuna-kamuny-ry kākiti*
1SG ver muito-3SG.M.O gente

‘Eu vi muita gente’

c. *Kuna-kamuny-ry kākity ã-awinhi-puku iātã*
existir.muito-3SG.M.O gente 1PL-comunidade-DISTR lugar

‘Tem muita gente na nossa comunidade’

d. *Kuna-kamuny nhipuku-ry*
existir.muito comida-3SG.M.O

‘Tem muita comida’.

6.3.2.3 O quantificador *puiãu*

O quantificador *puiãu*, por sua vez, exprime a noção de ‘pouco’, tanto para nomes contáveis (91a) quanto para nomes massivos (91b e c). Similar ao quantificador *kaiãu* descrito acima, *puiãu* pode também se comportar como um verbo, expressando ‘ter pouco’ e/ou ‘existir pouco’ (91d e e). De acordo com Freitas (2017), essa forma teria também derivado do verbo *iãu* ‘contar’. Vejamos alguns exemplos desse quantificador abaixo:

(91)

a. *Watxa puiaũ-nuka pupỹkaryawa-ry kutxi*
hoje quant-RESTR Apurinã existir-3SG.M.O porque

karywa xipuka-ry pupỹkary-waku-ry.
não.índio acabar-3SG.M.O Apurinã-PL-M

‘Hoje tem (só) pouco índio, porque o branco acabou com os índios’

b. *Nuta kama-ry puiãu-ka katurukyry-pe*
1PL fazer-3SG.M.O QUANT-PRED farinha-NC

‘Eu fiz pouca farinha’

c. *Sytu iãta-ru puiãu-ka ãparãã*
mulher beber.3SG.F.O QUANT-PRED água
‘A mulher bebeu pouca água’

d. *Puiãũ-ka-wa atha*
existir.pouco-PRED-1PL.O 1PL
‘Tem poucos de nós’

e. *Sytu puiãu-ka u-nyrymane*
mulher ter.pouco-PRED 3SG.F-parente.de
‘A mulher tem poucos parentes’

6.3.2.4 O quantificador *axi*

A noção de ‘pouco’ pode ser expressa, ainda, pelo verbo descritivo *axi* que significa ‘ser pequeno’, o que em certos contextos pode ser ‘ter/ser um pouco, um pouco’. Essa forma sempre vem acompanhada do predicativo *-ka* e do intensificador *-piti*, como podemos observar nos exemplos a seguir:

(92)

a. *Axi-ka-piti awa -ry kyky*
ser.pouco-PRED-INTS viver-3SG.M.O homem
‘O homem viveu muito pouco’ Lit.: ‘Era pouco (que) o homem viveu’

b. *Axi-piti-ka-ra u-ãata-ry ãparãã sytu*
ser.pouco-INTS-PRED-FOC 3SG.beber-3SG.M.O água mulher
‘A mulher tomou um pouco de água’

6.3.2.5 O quantificador *ykyny*

O quantificador universal *ykyny*, por sua vez, codifica a noção de ‘todos/tudo’, ocorrendo sempre antes do nome que modifica. Além disso, esse quantificador pode também receber o morfema *-puku* ‘distributivo’, modificando um nome ou uma forma composta formada a partir de um nome classificatório. Similar a outros quantificadores, o nome modificado pelo quantificador *ykyny* também não recebe marca de plural. Os exemplos em (93) ilustram o uso desse quantificador:

(93)

- a. *Ykyny-ka pathary y-myteka*
 QUANT-? galinha 3SG.M.correr
 ‘Todas as galinhas fugiram’ Lit.: ‘Todas as galinhas correram’
- b. *Ykyyny-ka kãkyty awa-ry kyynyry-ã*
 QUANT-? gente existir-3SG.M.O xingané-LOC
 ‘Todos estavam no xingané’
- b. *Ywa awa-ry ykyny-puku aapuku-txi*
 3SG. M ter-3SG.M.O QUANT-DISTR casa-N.POSSD
 ‘Ele tem tudo em casa’
- c. *Ywasaaky ykyny-mane sãkira-wa-ta pupỹkary sãkire.*
 Naquela época QUANT-NC.corpo.de falar-REFL-VBLZ Apurinã língua
 ‘Naquela época, todos falavam a língua Apurinã’

6.3.3 Quantificadores e variação dialetal

Como descrito acima, em Apurinã, existem cinco formas diferentes associadas à noção de quantificação, *ithu*, *kaiãu*, *kuna kamuny*, codificando a noção de 'muito' e *puiãu* e *axipitika* que codificam a noção de 'pouco'. Tais formas parecem não co-ocorrer na mesma variedade da língua Apurinã, ou seja, quando em uma determinada comunidade se usa uma dessas formas, as outras formas não são empregadas. Portanto, a diversidade de formas que denotam a noção de quantificação está relacionada à ampla dispersão geográfica das comunidades. Essa situação favorece a variação lexical na língua como um todo, fazendo com que certas variantes sejam usadas em algumas comunidades, mas não em outras (ver LIMA-PADOVANI, 2016).

Há, como mencionamos anteriormente, uma exceção ao padrão de variação geográfica. Verificamos a co-ocorrência de dois quantificadores para denotar a noção de 'muito', são elas: *ithu* e *kuna kamuny*. A última forma foi, no entanto, fornecida por falantes mais antigos da comunidade. Uma vez que esses dados foram verificados com falantes de outras comunidades, percebemos que os últimos reconheceram a segunda forma, mas disseram não usar. Dessa forma, concluímos que a forma *kuna kamuny* está associada, além da variação geográfica, à variação geracional, uma vez que foi atestada apenas na fala de indivíduos mais velhos. Dada a baixa frequência de uso *kuna kamuny* podemos concluir que este quantificador está entrando em desuso na língua Apurinã.

6.4 Palavras interrogativas

Como em outras línguas, o Apurinã emprega palavras interrogativas para expressar perguntas na língua. Tais palavras se constituem de formas morfológicas complexas que resultam da combinação de vários formativos diferentes. As palavras interrogativas são usadas no início da sentença para introduzir perguntas informacionais. Elas podem assumir formas e usos diferentes na língua, como podemos observar nos exemplos a seguir (FACUNDES, 2000, p. 361-363):

(94)

a. *ke-ry-pa umaka wai?*
 Q-3M-INT dormir aqui
 ‘Quem dorme?’

b. *ki-pa apu-pe?*
 Q-INT chegar-PFTV
 ‘Quem/o que chegou?’

c. *ke-nere-pa p-uka-pe-ry ãkiti*
 Q-will-INT 2SG-matar-PFTV-3M.O onça
 ‘Por que você matou a onça?’

d. *nhã-pa¹³³ p-uka-pe-ru ãkiti*
 Q-INT 2SG-matar-PFTV-3M.O onça
 ‘Onde você matou a onça?’

e. *ĩthepa-i pithe?*
 onde-2O 2SG
 ‘Onde você está?’

f. *nha-payuny-pa¹³⁴ kyky-waku-ry apu-pe*
 Q-mais-INT homem-PL-M chegar-PFTV
 ‘Quantos homens chegaram?’

g. *kanhi-pa¹³⁵ p-uka-pe-ry ãkiti*

¹³³ Formas variantes *ã-pa*, *na-pa*, *nanhi-pa* são encontradas em variedades dialetais do Apurinã.

¹³⁴ A forma variante *ky-pakyny-pa* é encontrada em algumas variedades dialetais do Apurinã.

¹³⁵ A forma variante *natuku-pa* é encontrada em algumas variedades dialetais do Apurinã.

como-INT 2SG-matar-PFTV-3M.O onça

‘Como você matou a onça?’

h. *ke-ry-sawaky-pa p-uka-pe-ry* *ãkiti*

Q-3M-TEMP-INT 2sg-matar-PFTV-3M.O onça

‘Quando você matou a onça?’

Em (94a) a palavra interrogativa *ke-ry-pa* é usada para perguntar sobre o sujeito e em (94b) sobre o objeto. No exemplo (94c) a palavra interrogativa *ke-nere-pa* é usada para questionar a razão de um evento/ação/processo/estado ter ocorrido. A palavra interrogativa em (94d), por sua vez, é usada para questionar o local onde um evento ocorreu e (94e) é usado para questionar a localização de uma entidade no espaço. Em (94f) *nha-pakyny-pa* é a palavra interrogativa numeral usada para perguntar sobre o número de referentes expressos pelo sujeito ou objeto em uma sentença. A palavra interrogativa *ka-nhi-pa* usada no exemplo (94g) questiona a maneira que um evento/estado ocorreu. Por fim, em (94h), a palavra interrogativa *ke-ry-sawaky-pa* é usada para questionar o horário em que um evento/estado acontece. No quadro abaixo resumimos as palavras interrogativas da língua Apurinã.

Quadro 41: Palavras interrogativas

Formas	Glosa
<i>ki-pa, ke-...-pa</i>	‘que, quem’
<i>ka-nhi-pa</i>	‘como’
<i>nhã-pa, ãthepa</i>	‘onde’; ‘onde fica’
<i>nha-pakunu-pa</i>	‘quantos’
<i>ke-nere-pa</i>	‘porque’
<i>ke-ry-sawaky-pa</i>	‘quando’

Fonte: Facundes (2000, 361, tradução e adaptação da autora).

Convém salientar que, em virtude das palavras interrogativas serem constituídas por diferentes morfemas, iremos no final do verbete indicar, pelo sistema de remissa, quais unidades constituem essas palavras interrogativas, bem como relacionar uma entrada a outra.

Na próxima seção, iremos apresentar brevemente as interjeições e ideofones da língua Apurinã.

6.5 Interjeições e Ideofones

6.5.1 Interjeições

As interjeições são usadas com propósitos exclamatórios, como chamar alguém, gritar, expressar pena, surpresa ou outros tipos de sentimentos. Diferem de outras categorias lexicais

fechadas por serem usadas apenas em contextos exclamatórios-enfáticos específicos, como ilustrado nos exemplos em (95) abaixo:

(95)

- a. *hei!* ‘homem respondendo a um chamado’
- b. *uh!* ‘mulher respondendo a um chamado’
- c. *ha!* ‘iniciação de uma contação de história’

6.5.2 Ideofones¹³⁶

Os ideofones em Apurinã são unidades lexicais de natureza onomatopaica, que exprimem uma ação usualmente expressa por verbos. Os ideofones em Apurinã apresentam propriedades que fogem em certa medida ao padrão fonológico da língua, sendo “sempre icônicas em relação a algumas propriedades de seus referentes, diferindo de nomes por não admitirem a morfologia inerentemente nominal” (FACUNDES, 2000, p. 364). Verifica-se que os ideofones em Apurinã são frequentes em distintos discursos, mas são usados sobretudo em narrativas. Os exemplos a seguir ilustram alguns dos ideofones da língua Apurinã:

(96)

- a. *tuh* ‘som que o pé de abacaxi faz’
- b. *xii* ‘som do facão’
- c. *tuuy* ‘som de bater em alguém com um pau’
- d. *tei tei tei* ‘som de bater’
- e. *tii tii tii* ‘som de morcegos’
- f. *puma puma puma* ‘som que a bananeira faz’
- g. *heheeee* ‘som de muitas pessoas’
- h. *tuy tuy tuy* ‘som da bola sendo chutada’

Podemos distinguir, ainda, dois tipos de ideofones na língua Apurinã: (i) ideofones constituídos por um único formativo como em (96a-c); (ii) ideofones constituídos por uma sequência de formas reduplicadas como em (96d-h). De modo geral, os ideofones do primeiro

¹³⁶ Facundes (2000) utilizou o termo onomatopeia para nomear essa categoria, entretanto, nesse trabalho utilizaremos o termo ideofone por compreendermos que as onomatopeias se limitam a imitar sons, dependendo intimamente do som. Por isso, podem extrapolar o fato de pertencerem a uma língua específica, ou seja, qualquer falante de qualquer língua do mundo pode identificar o seu significado. Os ideofones, por sua vez, são expressões de natureza onomatopaicas que além de imitar sons, podem expressar ações, modo, qualidades, estados, etc. e são reconhecidas apenas por falantes de uma língua específica (DOKE, 1935; FORDYCE, 1988; BECK, 2005).

tipo exprimem uma ação pontual, e as formas reduplicadas exprimem uma ação não pontual, durativa.

Seguem alguns exemplos, extraídos de textos que ilustram o emprego dos ideofones em Apurinã que expressam sons de ações de pessoas, animais ou plantas personificadas (FACUNDES, 2000, p. 365):

(97)

a. <i>tei! tei! tei! i-txa-ka-ta</i>	<i>i-ye</i>	<i>kuriwa</i>	<i>hawithe</i>
3M-dizer-INTENS-VBLZ	3M-DISTAL	juari	chefe

‘O chefe dos juari fez tey! tey! tey!’

b. <i>tii! tii! tii! i-txa-ka-ta</i>	<i>xiiuky</i>	<i>hawithe</i>
3M-dizer-INTENS-VBLZ	morcego	chefe

‘O chefe dos morcegos fez tii! tii! tii!’

Cabe destacar que, embora os ideofones tenham sido incluídos na descrição de categorias lexicais fechadas, eles, segundo Facundes (2000, p. 365), constituem uma categoria lexical que tem o potencial lógico de ser aberto, uma vez que diferentes expressões icônicas podem representar diferentes "coisas", estados, eventos, etc. em todos os contextos linguisticamente possíveis. Entretanto, em Apurinã observamos que apenas um pequeno conjunto de ideofones é usado sistematicamente; ou seja, somente um número limitado de ideofones é realmente armazenado como parte do léxico Apurinã.

Por fim, cabe destacar nesta seção que a inserção de interjeições e ideofones no dicionário geral da língua Apurinã é essencial, pois como já mencionamos em diferentes momentos deste trabalho, um dicionário geral deve refletir a língua em sua totalidade e tais unidades lexicais auxiliam no desenvolvimento e na compreensão do discurso na comunicação diária e, sobretudo, nas narrativas Apurinã. As interjeições e os ideofones serão descritos segundo os mesmos critérios observados em relação às outras unidades lexicais. O que se deve enfatizar nas entradas referentes a essas unidades são os seus contextos de uso e no caso de algumas interjeições identificar se a unidade é usada por homens ou mulheres.

Na seção a seguir, descreveremos brevemente as partículas da língua Apurinã.

6.6 Partículas

O conjunto de partículas encontradas na língua Apurinã pode ser descrito como constituindo uma categoria lexical que apresenta variadas funções. Os membros dessa categoria

não se enquadram em nenhuma outra categoria da língua, pois não apresentam morfologia inerente e também não admitem a morfologia inerentemente nominal ou verbal. O significado/função associado a essa categoria lexical corresponde à modificação adverbial e ligação sintagmática/sentencial/discursiva. Observa-se em Apurinã diferentes conjuntos de partículas: adverbiais, de polaridade, discursivas e exortativas. Nas subseções abaixo, faremos uma apresentação e exemplificação geral dessas partículas.

6.6.1 Partículas adverbiais

As partículas adverbiais apresentam significados que incluem: tempo, modo e dêixis espacial; ou seja, propriedades semânticas que lembram certos advérbios das línguas europeias. Agrupam-se aqui três subconjuntos de partículas:

(i) *Partículas adverbiais de tempo*: referem-se a parte de um dia e a períodos mais curtos ou mais longos na vida de uma pessoa; são elas: *watxa* ‘hoje; agora’, *(k)atana* ‘amanhã’, *kyta* ‘ontem’, *upusu* ‘depois’, *mitxi* ‘primeiro, primeiramente’, *kitxaka* ‘antigamente’ *kitxakapirika* ‘antigamente, no passado’. Os exemplos a seguir ilustram algumas dessas partículas:

(98)

- a. *ã-apu-pe* *watxa*
 1PL-chegar-PFTV hoje/agora
 ‘Nós chegamos hoje’
- b. *kyta* *ny-sa-ry*
 ontem 1SG-sair-3M.O
 ‘Eu sai ontem.’
- c. *(k)atana* *awa-ry* *kyynyry*
 amanhã ter-3M.O xingané
 ‘Amanhã tem xingané’

(ii) *Partícula adverbial de modo* – há apenas um caso claro desse tipo de partícula, que corresponde a forma *arikika* que pode ser traduzido como ‘lentamente’. Essa partícula pode ocorrer antes (99a) ou depois (99b) do predicado modificado, vejamos os exemplos abaixo:

(99)

- a. *arikika* *sãki-rewa-ta-kary* *kyky* *apu-pe*

lentamente falar-INTR-VBLZ-RELZ homem chegar-PFTV
 ‘O homem que fala lentamente chegou.’

b. *sāki-rewa-ta-kary* *kyky* *apu-pe* *arīkika*
 falar-INTR-VBLZ-RELZ homem chegar-PFTV lentamente
 ‘O homem que fala lentamente chegou.’

(iii) *Partículas adverbiais de dêixis espacial* – de modo análogo aos demonstrativos, as partículas espaciais podem ser empregadas de modo proximal (perto do falante) como em (100a) ou distal (longe do falante) como em (100b).

(100)

a. *n-awa-ry* *wai*
 1SG-haver-3M.O aqui
 ‘Eu vivo/moro aqui.’

b. *ny-sa-ry* *werã*
 1SG-ir-3M.O lá
 ‘Ele foi lá.’

6.6.2 Partículas de polaridade

As partículas de polaridade são usadas para responder perguntas polares, são elas: *kuna* 'não' e *ary* 'sim'. A partícula negativa *kuna* pode ser usada, ainda, para negar expressões frasais. A partícula positiva *ary* ‘sim’, por sua vez, é a única partícula que pode ser usada com o sufixo *-te*, significando ‘realmente, de fato’ (FACUNDES, 2000, p. 371-372). Os exemplos a seguir ilustram o uso dessas partículas¹³⁷.

(101)

a. *Pithe-nhi* *Awãĩ?*
 2SG-AFET. Awãĩ
 ‘É tu que és o Awãĩ?’
Ary, *nuta-ra!*
 sim 1SG-FOC

¹³⁷ Exemplos retirados da narrativa Awãĩ.

‘Sim, sou eu’

b. *Āthe-pe-pa-ry* *ny-nyrymane?*

1PL-PFTV-INTS-3M.O 1SG-parente

Cadê os meus parentes?

Kuna *nynery* *iie* *a-nyrymane-nhi,* *kuna* *awa-ry.*

não ? DEM 1PL-parente-AFT não existir-3SG.M.O

‘Os nossos parentes não existem mais’

6.6.3 Partículas discursivas

As partículas discursivas em Apurinã são normalmente usadas para conectar diferentes partes do discurso (FACUNDES, 2000; BARROS, 2016). No Quadro abaixo apresentamos as partículas discursivas encontradas em Apurinã.

Quadro 42: Partículas discursivas do Apurinã

Partículas discursivas	Glossa aproximadas
<i>ane</i>	‘então, portanto’
<i>arywatxa</i>	‘isto, isso’
<i>ateeneka</i>	‘está bom, está certo, tudo bem’
<i>atuku</i>	‘depois’
<i>ary</i>	‘sim, certo’
<i>ereka</i>	‘depois’
<i>erekapytykary</i>	‘está bem’ ‘está certo’
<i>īia/iie</i>	‘este’
<i>inhinhĩã</i>	‘então, sendo assim’
<i>īkapane</i>	‘com o propósito de’ ‘para’
<i>īka</i>	‘então’, ‘portanto’
<i>īnekane</i>	‘é verdade?’
<i>kutxi</i>	‘porque’
<i>yusatuku</i>	‘depois’
<i>upusu</i>	‘depois’
<i>ywasaaky/saaky</i>	‘quando’ ‘enquanto’
<i>ywaĩka</i>	‘ali mesmo, portanto’
<i>ywaã</i>	‘então’ ‘portanto’

Fonte: Barros (2016, p. 74).

Barros (2016, p. 77) agrupa essas partículas em seis grupos distintos, de acordo com as funções que tais partículas exercem, são elas: concordância ou confirmação, temporalidade, sequência, justificativa, finalidade e conclusão.

- a) Concordância e confirmação – as partículas *ary*, *ateeneka* e *erekapytykary* equivalem às expressões em português ‘sim’, ‘está bom’, ‘está bem’, ‘está certo’ e ‘muito bem’, respectivamente. Esses itens lexicais estabelecem a ideia de confirmação e/ou concordância entre os participantes do discurso. Além disso, esses termos promovem a interação entre os participantes no momento da conversa. Barros (2016, p. 78) afirma que geralmente durante os relatos cotidianos, os Apurinã interagem de modo mais intenso, e essa interação se dá, sobretudo, por meio da forma *ary*. E, quando há a necessidade de uma confirmação ou concordância mais expressiva, as formas *ateeneka* e *erekapytykary* são requisitadas, sendo a forma *ateeneka* a mais frequente, a qual é comum sofrer uma redução – *teeneka* - por ser inúmeras vezes empregadas durante a fala.
- b) Temporalidade – as partículas *ywasaaky* e *saaky*, segundo Barros (2016, p. 80), consistem, na verdade, em uma única forma que apresenta comportamentos distintos. Quando tal partícula ocorre atrelada à uma base verbal a forma empregada é *saaky* como em *Lábrea py-sy-ka-saaky yukyra nuta p-amanh-innhi* (Lábrea 2.SG-ir-VBLZ-quando sal 1.SG 2.SG-comprar-GER) ‘Quando for em Lábrea, você compra sal para mim?’. A forma *ywasaaky*, por sua vez, ocorrer nos demais contextos, como podemos observar no exemplo a seguir: *Ywasaaky ykekutsa karaka ywa irika xity* (quando corda arrebentar 3.SG.M cair chão) ‘Quando a corda arrebentou ele caiu no chão’.
- c) Sequência – as formas *atuku*, *ereka*, *upusatuku* estabelecem a sequência dos acontecimentos dentro do discurso, como, por exemplo: ... *atuku iia né ny-sy-uawata kunusu anel y-kam-inhi*. *Atuku iia né anel, ny-ukeryt-inhi* (...depois DEM né 1.SG.ir-faca caroço anel 3.SG.M-fazer-GER. Depois DEM né anel 1SG-raspar-GER) ‘... depois eu serro o caroço pra fazer o anel, Depois esse anel, eu raspo ele’
- d) Justificativa – a noção de justificativa é expressa em Apurinã pela forma *kutxi*, como podemos observar em: *Uwa saka-ry āparāā kutxi ywa nereka-ry āparāā i-āt-inhi ĩkapane* (3SG.F dar-3SG.M água porque 3SG.M querer-3SG.M água 3SG.M-beber-GER propósito) ‘Ela deu água porque ele queria água pra beber.’
- e) Finalidade - a ideia de finalidade ou propósito em Apurinã é expressa por meio da palavra *ĩkapane*, por exemplo em *Āna n-ytary nypyry a-ynuru ny nu u-nhik-inhi ĩkapane* (não 1SG-irmão irmão 1PL-mãe mãe 3SG.F-comer-GER propósito) ‘Não meu irmão, é pra nossa mãe comer.’
- f) Conclusão – as partículas *inhinhĩã*, *ĩka* e *ywaã* expressam a ideia de conclusão, como em *Inhinhĩã ywa xirika-ry yry* (então 3SG.M lembrar-3SG.M pai) ‘Então ele lembrou

do pai dele.’; *Īka ny-kama-ry-ku* (então 1SG-fazer-3.SG.M-FUT) ‘Então, eu vou fazer.’; *Nuta ukatsaãta ywaã ny-myna-ry mamury* (1SG pescar então 1SG-trazer-3SG.M matrinchá) ‘Eu fui pescar, então eu trouxe matrinchá.’

6.6.4 Partícula exortativa

A partícula exortativa é usada para incitar ou convidar alguém a fazer alguma coisa. Em Apurinã, a partícula exortativa pode ser realizada como (*h*)*amu* ou *amu*, dependendo de uma combinação de variedade de fala no primeiro caso, ou na velocidade da fala no segundo caso. Os exemplos abaixo demonstram o uso dessa partícula.

(102)

a. *hamu* *a-sy-pe*

HORT 1PL-ir-PFTV

‘Vamos indo.’

b. *hamu* *a-kaku-rewa-ta*

HORT 1PL-mastigar.katsupary-INTR-VBLZ

‘Vamos mastigar *katsupary*.’

As partículas em Apurinã foram registradas no dicionário como entradas principais. As informações mais relevantes que constituíram o verbete dessas unidades lexicais foram as informações gramaticais e contexto de uso.

6.7 Morfemas Flutuantes

Nesta seção trataremos de uma classe especial de morfemas presos encontrados na língua Apurinã que ocorrem fora da morfologia afixal, cuja distribuição é restrita à categoria de nomes e fora da morfologia afixal, cuja distribuição é restrita à categoria de verbos. Quase todos esses morfemas são empregados em bases de duas ou mais partes do discurso. Daí Facundes (2000; 2002) ter atribuído o rótulo “morfemas flutuantes” a esses itens lexicais. Além disso, esses morfemas compartilham tanto propriedades típicas de afixos quanto propriedades típicas de palavras. A seguir descreveremos brevemente o significado e as propriedades funcionais desses morfemas:

(i) *Marcas pronominais de sujeito/possuidor*: como já mencionamos na primeira seção desse capítulo, essas formas pronominais podem se ligar a verbos, funcionando como sujeito, e/ou a

nomes, expressando o possuidor em construções possessivas. Os exemplos abaixo ilustram os marcadores pronominais sendo usados com formas verbais e nominais:

(103)			(104)
a) <i>ny-</i>	<i>ny-myteka</i>	‘Eu corro.’	a) <i>ny-kywy</i> ‘minha cabeça’
1SG	1SG-correr		1SG-cabeça.de
b) <i>py-</i>	<i>py-myteka</i>	‘tu corres’	b) <i>py-kywy</i> ‘tua cabeça’
2SG	2SG-correr		2sg-cabeça.de
c) <i>y-</i>	<i>y-myteka</i>	‘ele corre’	c) <i>y-kywy</i> ‘cabeça dele’
3SG.M	3SG.M-correr		3SG-cabeça.de
d) <i>o-</i>	<i>o-myteka</i>	‘ela corre’	d) <i>o-kywy</i> ‘cabeça dela’
3SG.F	3SG.F.correr		3SG.F-cabeça.de
e) <i>a-</i>	<i>a-myteka</i>	‘nós corremos’	e) <i>a-kywy</i> ‘nossa cabeça’
1PL	1PL-correr		1PL-cabeça.de
f) <i>hỹ-</i>	<i>hỹ-myteka</i>	‘vocês correm’	f) <i>hỹ-kywy</i> ‘cabeça de vocês’
2PL	2PL-correr		2SG-cabeça.de
g) <i>y-...-na</i> ¹³⁸	<i>y-myteka-na</i>	‘eles correm’	g) <i>y-kywy-(na)</i> ‘cabeça deles’
3-...-3PL	3-cabeça-3PL		3-cabeça-3PL
i) <i>u-...-na</i>	<i>u-myteka-na</i>	‘elas correm’	i) <i>u-kywy-(na)</i> ‘cabeça delas’

Segundo Facundes (2000), há duas razões dessas marcas pronominais serem incluídas nessa categoria: primeiro, porque elas estão em distribuição complementar com os pronomes de sujeitos pré-verbais correferenciais, bem como possuidores nominais independentes (pro) coreferenciais e; segundo, porque eles podem se ligar tanto a nomes quanto a verbos, como pudemos observar nos exemplos acima.

(ii) *Marcadores oblíquos*: podem se ligar a nomes ou pronomes livres, mantendo relações gramaticais periféricas com o predicador da sentença, comportando-se como posposições na língua. A seguir, apresentaremos o significado/função dos marcadores oblíquos em termos da sua estrutura interna no que corresponde às categorias lexicais a que esses morfemas se ligam.

- a) Marcador oblíquo de instrumento *-ã₄* é um morfema frequentemente usado como um instrumental que ocorre apenas com nomes e pronomes, como podemos observar nos exemplos: *manupi-ã₄ u-kama-ry* (tipiti-INSTR 3F-fazer-3M.O) ‘Ela fez isso com o tipiti’;

¹³⁸ O formativo *-na* é um marcador plural que está em uma relação de dependência descontínua com o marcador de terceira pessoa *y-* e *u-*.

serepi-txi-ã4 Ø-uka-ry (flecha-NÃO.POSS-INSTR 3M-matar-3M.O) ‘Ele matou com o arco’. Cabe destacar que *-ã4* pode também ser usado como locativo, por exemplo: *ny-parĩkawa-ta itukury-ã4* (1SG-trabalho-VBLZ roça-INSTR) ‘Eu trabalhei na roça.’¹³⁹

- b) Associativo *-kata*: é usado para marcar construções associativas, ocorrendo, em geral, com nomes e com formas pronominais livres, a exemplo: *hãtaku-ru u-ynyru-kata n-atama-ta* (moça-F 3F-mãe.de-ASSOC 1SG-ver-VBLZ) ‘Vi a moça com a mãe’; *nuta-kata u-apuka* (1SG-ASSOC 3F-chegar) ‘Ela chegou comigo.’¹⁴⁰
- c) Marcador oblíquo de tempo *-sawaky*: ocorre atrelado a nomes referentes a instâncias de tempo ou eventos para marcá-los como construções temporais, como demonstram os exemplos: *kyynyry-sawaky atha serena-ku* (xingané-TEMP 1PL dançar-FUT) ‘Vamos dançar durante o xingané’; *ũty-sawaky n-apu-pe* (dia-TEMP 1SG-chegar-PFTV) ‘Eu cheguei durante o dia’.
- d) Marcador de meta *-munhi/-mukary*: é usado principalmente para marcar objetivo. Ambas as formas *-munhi* e *-mukary* são atestadas com a mesma função e distribuição¹⁴¹. Os exemplos a seguir ilustram o uso de *-munhi* / *-mukary*: *kikiu-mukary ny-sa-ry* (roçado-META 1SG-ir-3M.O) ‘Eu fui para o roçado.’; *kykata-munhi y-sy-pe* (tarde-meta 3M-ir-PFTV) ‘Ele foi já pela parte da tarde.’
- e) Marcador contíguo: *-takute*: usado para indicar "próximo a" ou "próximo" ao referente do nome ou pronome ao qual ele ocorre associado; isto é, marca a proximidade da localização, como podemos observar nos exemplos: *nh-itha-ry-takute n-awa-ry* (1SG-irmão.de-M-CONTIG 1SG-live-3M.O) ‘Eu moro perto/ao lado do meu irmão’; *ywa syrỹka-puwa-ta uwa-takute* (3SG.M deitado-AUM-VBLZ 3SG.F-CONTIG) ‘Ele estava deitado perto dela’.

¹³⁹ Embora seja necessário fazer uma análise semântica mais detalhada de *-ã4*, os dados disponíveis sugerem que esse morfema é usado apenas com elementos inanimados, tanto em construções locativas quanto instrumentais. Além disso, seu significado locativo é restrito a expressões nominais que geralmente são interpretadas como localizações.

¹⁴⁰ O marcador associativo *-kata* parece estar restrito a formas referentes a humanos. De acordo com Facundes (2000, p. 388), o único caso atestado até o momento em que *-kata* não é usado com seres humanos foi na construção *seruta-ry₁-nanu-kata* [sal-M-RESTR-ASSOC] ‘apenas com sal’, que foi fornecida em um texto. No entanto, ao transcrever este texto com um falante diferente, ele afirmou que *-kata* não se encaixava lá. É possível que alguns falantes possam estar usando *-kata* com não-humanos por influência do português (onde ‘com’ é usado de maneira não distinta com humanos e não-humanos). Essa possível influência do português, no entanto, requer uma investigação mais detalhada.

¹⁴¹ Facundes (2000) menciona que na aldeia Japiim as duas formas são usadas. É preciso verificar com mais atenção se há alguma diferença de registro entre essas duas formas.

- f) Marcador de fonte casual *-xika*: se liga a nomes e pronomes para expressar a fonte causal do que é expresso no predicado, como, por exemplo: *sytu-xika n-yna-ry* (mulher-C.FONTE 1SG-vir-3M.O) ‘Eu vim por causa da mulher’

(iii) *Enfático -pyty*: como o nome sugere, o marcador *-pyty* enfatiza o significado proposicional expresso pela sentença dentro da qual ele ocorre, ou enfatiza o significado da unidade lexical a qual se liga em tal sentença. Esse marcador enfático pode se atrelado a nomes, pronomes ou verbos, como podemos observar nos exemplos a seguir:

(105)

- a) *n-apuka-ry* *kupiti-pyty-nhi*¹⁴²
 1SG-achar-3M.O panela-ENF-AFET
 ‘Eu achei a panela realmente quebrada’

- b) *nuta-pyty-ka4-ra*
 1SG-END-PRED-FOC
 ‘Sou eu mesmo!’

- c) *nhi-nhika-pyty-ka4-ry*
 1SG-come-ENF-PRED-3M.O
 ‘Eu comi mesmo.’

(iv) *Marca de gerúndio -inhi*: foi introduzida na seção 5.1.7 (capítulo cinco), como um formativo que costuma se ligar às bases verbais para formar verbos semelhantes a nomes ou formas nominais com propriedades verbais. Segundo Facundes (2000), o gerúndio difere de outros formativos especiais por gerar categorias híbridas.

(106)

- a) *n-aiat-inhi-ry-ku*
 1SG-caçar-GER-3M.O-FUT
 ‘Minha caçada atrás dele...’

- b) *y-suk-inhi-nu-ku*
 3M-dar -GER-1SG.O-FUT

¹⁴² Nota-se que ocorre assimilação do traço palatal pela vogal /y/, que passa a /i/ pelo acréscimo da marca de afetado *-nhi*. Este fenômeno é observado também nos exemplos (107b) e (112a).

‘A doação dele para mim...’

(v) *Marca de afetado –nhi*: este morfema pode se ligar também a nomes, pronomes ou verbos intransitivos. Em termos sintáticos, quando atrelado às bases dos nominais, *-nhi* ocorre com nomes que funcionam como argumentos que mudam de local/estado (física ou metaforicamente). Em geral, a mudança de localização/estado é acompanhada por alguma afetação negativa, como podemos observar nos exemplos a seguir:

(107)

a) *ypuwa-nhi* *n-atama-ta*
 lago-AFET 1SG-ver-VBLZ

‘Eu vi o lago seco.’

b) *anãpa* *akatsata-ry* *kyki-nhi*
 cachorro mordeu-3M.O homem-AFFECT

‘O cachorro mordeu o homem (ferido)’

c) *ywa-nhi* *hãkiti* *nhi-pe*
 3SG.M-AFET onça comer-PFTV

‘A onça já comeu ele.’

d) *y-myteka-nhi-pẽ-ka*
 3M-correr-AFET-PFTV-PASS

‘Ele sendo ferido teve que correr’

Note que em (107) *ypuwa* ‘lago’ ao receber o morfema *-nhi* passou por alguma mudança ao ser (negativamente) afetado por uma ação ou processo, levando os falantes/ouvintes a interpretá-lo como ‘lago seco’. Os exemplos (107b e d) seguem padrões semelhantes.

(vi) *Perfectivo –pe e imperfectivo –panhi*: podem se ligar a nomes, pronomes livres e verbos. Pode-se argumentar que os marcadores de aspecto não devem ser considerados como parte da morfologia nominal ou pronominal, uma vez que o escopo desses marcadores é o evento/estado, propriedade expressa pelo verbo, e não o referente nominal ou pronominal em questão. Pode-se inversamente argumentar que bases de palavras que recebem os marcadores de aspecto perfectivo ou imperfectivo não são formas nominais ou pronominais, pois assumem formas da marcação associadas ao evento/estado expresso no verbo. Segundo Facundes (2000), tais

argumentos estão corretos em outras línguas (ou em Apurinã sob uma visão diferente do domínio da morfologia) porém, o fato é que os marcadores de aspecto se ajustam à definição de palavra gramatical em Apurinã. Os exemplos abaixo demonstram os usos desse morfema:

(108)

a) *kyky-pe-ka₄-ra* *apu-ka₄*
 homem-PFTV-PRED-FOC chegou-PRED
 ‘É o homem que chegou.’

(109)

a) *hātaky-ry₁-panhi* *kuna* *apu-ka₄*
 rapaz-M-IMPFTV não chegar-PRED
 ‘O rapaz ainda não chegou.’

b) *ywa-pe-ka₄-ra...* *hātaku-ru...*
 3SG.F-PFTV-PRED-FOC moça-F
 ‘(foi) ela ... a moça...’

b) *wai-ka-ra-nu* *nuta-panhi*
 aqui-PRED-FOC-1SG.O 1SG-IMPFTV
 ‘(Aqui) eu ainda estou’

c) *nhi-nhipuku-ta-pe-ka₄*
 1SG-comer-VBLZ-PFTV-PRED
 ‘Eu já comi’

c) *nhi-nhipuku-ta-panhi-ka₄-ku*
 1SG-comer-VBLZ-IMPFTV-PRED-FUT
 ‘Ainda vou comer’

(vii) *Predicativo -ka₄*: pode ocorrer atrelado a verbos, nomes, pronomes livres, números e partículas. Com nomes, pronomes ou partículas, *-ka₄* funciona como marcador de predicado não verbal. Os exemplos em (110) ilustram o uso de *-ka₄*:

(110)

a) *nh-iri-pe-ka₄* *nuta*
 1SG-cair-PFTV-PRED 1SG
 ‘Eu cai.’

b) *pupŷka-ru-ka₄-ra-nu*
 Apurinã-F-PRED-FOC-1SG.O
 ‘Eu (realmente) sou Apurinã mesmo’

c) *watxa-ka₄-ra-ku*
 ADV-PTC-PRED-FOC-FUT
 ‘Realmente será hoje/agora.’

d) *hāt-y-ka₄-ra-ku*
 um-M-PRED-FUT
 ‘Será um’

(viii) *Marcador de passiva* -- *ka*: em que "~" corresponde a um traço nasal que é adicionado à vogal imediatamente anterior da base a qual se liga. Os exemplos em (111) ilustram essa função "passivizante" de - ~ *ka*:

(111)

a) *Ø-uka-pẽ-ka*

3M-matar-PFTV-PASS

‘Ele foi morto’

b) *N-apuka-pẽ-ka*

1SG-encontrar-PFTV-PASS

‘Eu fui encontrado’

(ix) *Marcador restritivo* -- *nany*: ocorre com nomes ou pronomes livres, significando ‘apenas’, como podemos observar nos exemplos abaixo:

(112)

a) *a-sãkire-nanhi-nhi*

n-ymata

1PL-língua.de-RESTR-AFFECT

1SG-saber

‘Eu conheço apenas a nossa língua’

b) *ywa-nany*

sy-pe

3SG-RESTR

ir-PFTV

‘Só ele foi’

(x) *Frustrativo* -- *ma*: indica que o resultado do evento/estado não correspondeu ao esperado. Esse morfema pode ocorrer com nomes, pronomes livres e verbos, a exemplo:

(113)

a) *nuta-ma*

ywa-kata

sãki-rewa-ta-pe

kuna ny-sa-ry

1SG-FRUST

3SG.M-ASSOC falar-INTR-VBLZ-PFTV

não

1SG-ir-3M.O

‘Eu conversei com ele, mas não fui (com ele)’

b) *nhi-nhipuku-ta-ma-ku*

1sg-comer-VBLZ-FRUST-FUT

‘Eu como, mas...’

(xi) *Marcador de Foco –ra*: pode ocorrer com nomes, pronomes livres e verbos, como demonstram os exemplos abaixo:

(114)

a) *maky-pyty-ka₄-ra* *n-apuka*
 castanha-EMPH-PRED-FOC 1SG-encontrar
 ‘Foi mesmo castanha que eu encontrei.’

b) *ywa-ka₄-ra*
 3SG.M-PRED-FOC
 ‘Foi ele!’

(xii) *Marcas pronominais de objeto e o reflexivo –wa*: estes morfemas, como vimos na seção 6.1 desse capítulo, ocorrem atrelados às bases verbais e preenchem o mesmo “espaço” (classe posicional) para marcar o (ou ser correferencial ao) objeto gramatical da sentença, estando em distribuição complementar um em relação ao outro o objeto gramatical for pré-verbal. A seguir, os exemplos:

(115)

a) *-nu* *p-atama-ta-nu*
 1SG.O 2SG-ver-VBLZ-1SG.O
 ‘Você me viu’

b) *-i* *n-atama-ta-i*
 2O 1SG-ver-VBLZ-2O
 ‘Eu vi você.’

c) *-ry* *p-atama-ta-ry*
 3M.O 2SG-ver -VBLZ-3M.O
 ‘Você viu ele’

d) *-ru* *p-atama-ta-ru*
 3F.O 2SG-ver-VBLZ-3F.O
 ‘Você viu ela’

e) *-wa* *p-atama-ta-wa*
 1PL.O 2SG-ver-VBLZ-1PL.O
 ‘você nos viu’

(116)

a) *-wa* *nhi-iũka-ta-wa*
 REFL 1SG-pintar-VBLZ-REFL
 ‘Eu me pintei’

b) *pi-iũka-ta-wa*
 2SG-pintar-1SG.O
 ‘Você se pintou’

c) *i-iũka-ta-wa*
 3M-pintar-VBLZ-REFL
 ‘Ele se pintou’

d) *u-iũka-ta-wa*
 3F-see-VBLZ-REFL
 ‘Ela se pintou’

e) *a-iũka-ta-wa*
 1PL-pintar-VBLZ-REFL
 ‘nós nos pintamos’

f) <i>-hi~</i>	<i>n-atama-ta-i</i>	f)	<i>hĩ-iũka-ta-wa</i>
2PL.O	1SG-ver-VBLZ-3M.O		3PL-pintar-VBLZ-REFL
	‘Eu vi vocês’		‘Vocês se pintaram’
g) <i>-ry</i>	<i>p-atama-ta-ry</i>	g)	<i>i-iũka-ta-wa-na</i>
3O	2sg-ver-VBLZ-3M.O		1SG-paint-VBLZ-REFL-PL
	‘Você viu eles’		‘Eles se pintaram’

(xiii) *Marca de futuro –ku*: refere-se ao tempo futuro não imediato em verbos, mas também pode ocorrer com nomes, pronomes livres, numerais e partículas, constituindo, segundo Facundes (2000), um exemplo de formativo cujo escopo não corresponde necessariamente à base a que se liga, como nos exemplos que seguem:

(117)

a) *kupiti-ka-ra-ku* *u-kama*
 panela-PRED-FOC-FUT 3SG.F-fazer
 ‘É a panela que ela vai fazer’.

b) *nuta-ku* *syka-ry*
 1SG-FUT dar-3M.O
 ‘Eu darei para ele’

De acordo com Facundes (2000; 2002), existem três tipos principais de propriedades associadas aos morfemas flutuantes que justificam tratá-los como uma classe especial de morfemas presos, diferindo das classes de afixos e de palavras independentes encontradas na língua. São elas:

- a) Ocorrem nas classes posicionais mais externas da base da palavra, geralmente mais distantes da raiz do que os afixos da língua. Isso significa que quando esses morfemas co-ocorrem com qualquer dos sufixos inerentes aos nomes, verbos ou outra unidade lexical da categoria fechada, tais morfemas ocorrem à direita desses sufixos, como observamos em relação à marca de foco em (114a-b), a qual ocupa a última classe posicional entre os sufixos que se ligam à base da palavra.
- b) Alguns morfemas flutuantes podem “flutuar” na oração, sendo empregados em bases de classes de palavras distintas, como, por exemplo, os marcadores oblíquos, ênfase, afetado, perfectivo, etc.

- c) Alguns morfemas flutuantes apresentam um escopo semântico e sintático que vai além daquele da sua base. Essa característica simplesmente significa que o escopo semântico ou a função sintática de alguns morfemas flutuantes não se aplica à base da palavra a qual são empregados, e sim a alguma outra unidade, à exemplo de (107a-d), onde *-nhi* é empregado em bases nominais, pronominais e verbais, respectivamente; e nas três categorias o morfema marca o dano sofrido pelo argumento não-agentivo do verbo. O morfema que marca frustração, *-ma*, pode também ser usado para ilustrar essa propriedade dos morfemas flutuantes. Como vimos, *-ma* é usado para marcar o resultado de um evento/estado denotado pelo predicado, o qual é diferente daquilo que seria esperado ou desejado. Embora o sentido gramatical desse morfema esteja associado ao predicado, *-ma*, e empregado em bases nominais e pronominais, além da base verbal.

6.8 Resumo do capítulo

Nesse capítulo foram apresentadas as categorias lexicais fechadas (pronomes, demonstrativos, numerais, palavras interrogativas, partículas, interjeição, ideofones, morfemas flutuantes) da língua Apurinã, com base em Facundes (2000) e em pesquisas de campo realizada nas comunidades Apurinã. Buscamos descrever as características e funções gramaticais e semânticas de cada categoria/subcategoria para se ter uma visão geral acerca das unidades que as compõem. Procuramos também pontuar quais informações sobre essas unidades lexicais seriam (ou não) importantes para o dicionário Apurinã. Discutimos ainda a maneira que as informações sobre essas unidades lexicais são registradas na macro e microestrutura do material lexicográfico. No próximo capítulo, apresentaremos os procedimentos adotados na construção do dicionário Apurinã. Daremos ênfase, principalmente, para a organização e estruturação da macro e microestrutura do dicionário Apurinã.

TERCEIRA PARTE
DICIONÁRIO APURINÃ

7 ESTRUTURA DO DICIONÁRIO APURINÃ

Neste capítulo, apresentaremos os processos e os procedimentos envolvidos na estruturação do dicionário Apurinã. Descreveremos detalhadamente a organização da macro e da microestrutura, em termos de quais critérios foram adotados para a seleção das unidades lexicais que compõem as entradas do dicionário, bem como o tratamento dado às palavras homófonas e polissêmicas, aos neologismos, aos empréstimos, ao sistema de remissas, entre outros aspectos que fazem parte da estruturação do dicionário Apurinã. Iremos, ainda, discutir acerca dos tipos de definições e das informações contidas neste campo.

7.1 Dicionário Apurinã: algumas observações iniciais

Como já havíamos assinalado no segundo capítulo desta tese, a obra lexicográfica proposta aqui pretende ser um dicionário geral, bilíngue e bidirecional com as seguintes direções: Apurinã-Português/Português-Apurinã.

O dicionário geral é aquele que registra o léxico de uma língua em (quase) toda a sua amplitude, ou seja, sua nomenclatura compreende o léxico e suas expressões usuais, o que pertence ao acervo comum de todos os falantes na sua variedade padrão e na sua variedade diacrônica, diafásica, diastrática e diatópica (MURAKAWA & NUNES, 2011, p. 49).

Os dicionários ocupam um lugar extremamente importante na sociedade, em especial nas sociedades de tradição oral, em que as suas línguas estão ameaçadas de extinção, como é o caso da língua Apurinã, uma vez que registra e veicula, de maneira sistemática, a realidade linguística e sociocultural de uma comunidade. Tornando-se, em alguns casos, objetos culturais de referência para toda a comunidade nacional.

Razão, portanto, de suma importância para a produção de um dicionário geral para Apurinã que, como dito acima, é uma língua que está em risco de extinção. Como mencionamos no primeiro capítulo deste trabalho, a língua Apurinã é falada por possivelmente 10% da população, com diferentes graus de fluência. Diante desse quadro, a produção de um dicionário que fornecerá ao leitor informações sobre os aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e pragmáticos, assim como informações extralinguísticas das unidades lexicais, se faz necessária para que fique registrada uma parte da riqueza linguística e cultural desse povo. Do ponto de vista prático, o dicionário assegurará o registro escrito da língua Apurinã, auxiliando esse povo

no processo de ensino-aprendizagem e alfabetização da sua língua de identidade¹⁴³, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento de letramento e de aquisição da escrita.

Espera-se que o dicionário contribua para o registro de informações sobre a língua e cultura do povo Apurinã para as gerações futuras e também para que os Apurinã refinem o domínio do português enquanto ferramenta que possa ajudá-los na troca de experiências com o mundo da sociedade majoritária.

Pretendemos, ainda, que o dicionário colabore tanto no incentivo para que os falantes Apurinã reflitam sobre sua língua e sua cultura e valorizem-na, quanto no incentivo aos membros da sociedade majoritária (em especial os indivíduos não indígenas que vivem na mesma região que este povo) a conhecerem melhor a riqueza da língua e da cultura dos Apurinã, proporcionando assim a quebra de preconceitos, a compreensão e aceitação da diversidade cultural, bem como o desenvolvimento de atitudes de respeito mútuo.

Vale frisar que a elaboração do dicionário foi realizada em coautoria com os falantes Apurinã. Em conjunto, buscamos organizar o dicionário alinhando os critérios e métodos indígenas e não indígenas, com o intuito principal de fortalecer a identidade Apurinã. Desse modo, o dicionário Apurinã representaria um “empoderamento” válido e sólido que tem o objetivo de trazer ao protagonismo os falantes Apurinã calados pela assimetria entre língua majoritária e minoritária.

É importante esclarecer também que este dicionário foi produzido a partir de uma pesquisa abrangente, conduzida em uma perspectiva que considera a língua não como um objeto abstrato, mas inserida em seu contexto histórico e sociocultural. Procuramos articular objetivos acadêmicos e sociais. Assim, em uma extremidade nós temos documentação, análise e descrição do sistema linguístico, mais diretamente relacionado ao âmbito acadêmico, e na outra extremidade temos a documentação ampla da língua, mais ligada às preocupações com a crescente perda linguística e aos interesses da comunidade. O dicionário busca, portanto, correlacionar o sistema linguístico aos aspectos extralinguísticos.

O dicionário foi organizado a partir de um corpus bastante amplo, como observamos no terceiro capítulo desta tese. Os dados foram extraídos de textos de diferentes gêneros e de exaustivas sessões de elicitación, junto a vários indivíduos Apurinã de gênero, idade e comunidades distintas, de modo que tivemos um quadro bastante representativo da comunidade de fala Apurinã. O objetivo era que a documentação do léxico da língua Apurinã fosse a mais

¹⁴³ Compreende-se aqui como “língua de identidade” a língua Apurinã. Isso se deve ao valor afetivo atribuído a língua Apurinã que é entendida pelos membros dessa sociedade como a “língua do povo”, embora o português seja a língua adquirida quando criança e a língua mais usada pela maioria dos Apurinã.

abrangente possível, englobando um grande número de eventos comunicativos, tais como diálogos, relatos de experiências e de acontecimentos vivenciados pelos Apurinã no dia a dia, bem como narrativas de histórias e de textos procedurais. Vale ressaltar que sempre privilegiamos os dados em seu contexto, o que é importante, segundo Haviland (2006), para acessar o conhecimento lexical de um povo.

Importante também destacar que a pesquisa de contexto e uso das unidades lexicais foi feita com participação ativa dos falantes Apurinã. Além disso, na investigação das significações e sentidos dos itens lexicais foram usados contextos indígenas, e também não indígenas, sendo este último o mais próximo possível da realidade Apurinã. Alguns colaboradores Apurinã têm contato constante com a sociedade envolvente com acesso à televisão, internet, acompanham noticiários e outros programas. Desse modo, sentem-se à vontade para explicar os sentidos de termos da língua nativa utilizando contextos e situações da cultura não indígena.

No dicionário Apurinã também foram incluídos os neologismos, os empréstimos (estes, por sua vez, totalmente adaptados às características prosódicas do Apurinã) e novos sentidos de palavras previamente existentes na língua. Questões de privacidade e direitos da comunidade são abordadas de maneira cuidadosa. A inclusão ou não de determinadas informações, como por exemplo: religiosas, de hábitos alimentares ou relacionadas ao uso medicinal de plantas, ficaram a critério dos falantes.

Feitas essas considerações introdutórias, passamos a alguns aspectos mais concretos acerca da organização do dicionário Apurinã.

7.2 Organização do dicionário

Com relação à estruturação do dicionário Apurinã, são considerados os seguintes aspectos: macro e microestrutura, como se veem abaixo:

7.2.1 A macroestrutura

O dicionário Apurinã é composto por 4.350 entradas. Vale destacar que os dicionários para línguas indígenas, em geral, apresentam em média um total de 1.500 a 3.000 entradas. Diante disso, o dicionário Apurinã configura-se como um material complexo em termos de quantidade de entradas e informações que constituem os verbetes, no que corresponde à lexicografia voltada para línguas indígenas.

A sequência das entradas do dicionário Apurinã segue em ordem alfabética, pretendendo assim atender ao critério de fácil manuseio da obra pelos usuários (povo Apurinã,

professores, alunos e pesquisadores de diferentes áreas)¹⁴⁴. A ortografia adotada neste dicionário, como mencionamos no quarto capítulo, segue a proposta apresentada por Facundes *et al.* (2019) e atualmente é usada em outros materiais didáticos de ensino da língua Apurinã. As letras utilizadas no alfabeto são baseadas primariamente no Alfabeto Fonético Internacional (IPA), dando preferência àquelas utilizadas no sistema ortográfico do português. Em relação à ordem alfabética empregada no dicionário Apurinã, seguimos a ordem alfabética comum às línguas com a escrita latina que é, em geral, usada nos dicionários para línguas indígenas no Brasil. Outro motivo que nos leva a optar por essa ordem consiste no fato de os Apurinã que são alfabetizados já estarem habituados com a ordem do português empregada nos dicionários utilizados na escola. Foram incluídas também na lista alfabética do dicionário as letras que ocorrem em palavras emprestadas do português que não passaram por adaptação à fonologia do Apurinã, são elas: ‘b’ e ‘l’. O quadro abaixo ilustra a ordem alfabética empregada no dicionário:

Quadro 43: Ordem alfabética empregada no dicionário Apurinã.

A/Ã	B	E/Ê	H	I/Ĩ	K	L	M	N	NH	P	R	S	T	TH	TS	TX	U/Û	W	X	Y/ÿ
-----	---	-----	---	-----	---	---	---	---	----	---	---	---	---	----	----	----	-----	---	---	-----

Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto à seleção das entradas, foram incluídas no dicionário Apurinã os temas nominais (nomes simples alienáveis e inalienáveis, nomes classificatórios que podem ocorrer com nomes não-classificatórios formando compostos¹⁴⁵, não possuídos, nomes compostos e nomes derivados), os verbais, um grande número de partículas e morfemas¹⁴⁶, interjeições, ideofones, bem como arcaísmos, neologismos e empréstimo, pois o propósito deste trabalho é o registro do maior número de unidades lexicais da língua Apurinã. Deixamos como subentradas apenas os casos de palavras polissêmicas.

Como já indicamos no capítulo cinco, as entradas para a categoria de nomes são seguidas da informação sobre gênero sendo masculino (*m.*) ou feminino (*f.*). Alguns nomes

¹⁴⁴ A organização do dicionário Apurinã por campo semântico foi descartada em virtude dos Apurinã (principais usuários do dicionário) apontarem dificuldade de localização dos itens no processo de consulta do dicionário a esse tipo de dicionário.

¹⁴⁵ Quanto aos compostos, não seria possível seguir a sugestão feita por Dapena (2002), que considera todas as unidades léxicas constituídas por mais de uma unidade como subentradas. Seria pouco econômico caso o dicionário Apurinã trouxesse como subentradas, por exemplo, todos os nomes compostos que têm em sua composição o nome classificatório *-myna*, que é bastante produtivo dentro do campo semântico ‘flora’ em Apurinã, o que iria gerar entradas muito extensas no dicionário

¹⁴⁶ As formas presas sempre ocorrerão acompanhadas por um hífen antes ou depois das palavras.

ainda recebem informações sobre posse que em Apurinã ocorre à esquerda dos nomes inalienáveis com a flexão de pessoa marcada por prefixos e à direita com os sufixos *-te*, *-ne*, *-re₁* e *-re₂* para os nomes alienáveis. Os nomes inalienáveis serão registrados no dicionário em suas formas não possuídas, ocorrendo com o sufixo *-txi*. Para os termos de parentescos, que pertencem ao grupo dos nomes inalienáveis que não recebem a marca *-txi*, usaremos um hífen antes do item lexical, para indicar seu *status* de forma presa. Além disso, o item ‘informação gramatical’ será seguido da abreviatura para inalienável (*i*). As informações sobre os nomes alienáveis também serão indicadas no item informação gramatical, com a abreviatura (*a*) e o sufixo correspondente do item lexical em questão, como podemos observar nos exemplos abaixo:

Quadro 44: Nomes inalienáveis que ocorrem com o sufixo *-txi*

ãkipatxi [akipatʃi] *nmi.* coração. Órgão musculoso; centro do sistema de circulação do sangue. *Nãkipa*. Meu coração. *Campo Sem:* **parte do corpo**.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 45: Nomes inalienáveis que ocorrem sem o sufixo *-txi*

-akyru [akiru] *nfi.* avó. Termo usado para se referir a mãe do pai ou da mãe. *Akyru apupe*. A avó dele chegou. *Campo Sem:* **termo de parentesco**.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 46: Nomes alienáveis

aiku [aiku] *nma-te.* casa; maloca. Qualquer construção destinada à habitação. *Mithary aiku*. A casa é grande. *Campo Sem.:* **habitação**

Fonte: Elaborado pela autora.

Os verbos são classificados em transitivos ou intransitivos. Os verbos intransitivos, como discutimos no quinto capítulo, se subdividem, ainda, em verbos descritivos subjetivos e verbos descritivos objetivo. Os verbos descritivos subjetivos são como *usãpaka* ‘ela está cansada’, em que a noção de sujeito é marcada pelas formas presas pessoais que também marcam o sujeito de verbos não descritivos (como em *umyteka* ‘ela correu’). Já os descritivos

objetivos são como *mithary* ‘ele é grande’, em que a noção de sujeito é marcada pelas formas pessoais sufixais que também marcam o objeto de um verbo transitivo (como em *netamatary* ‘Eu o vi’). No que se refere ao tratamento dado a essa categoria lexical no dicionário, optamos em registrar como entrada a base verbal básica, que corresponde a uma raiz livre (que não pode ser analisada em unidades menores), desprovida de prefixos e sufixos, sendo que no item ‘informação gramatical’ é indicado a que subcategoria dada base verbal pertence, desse modo, os verbos transitivos são seguidos da abreviatura (*v.tra*), os intrasitivos (*v.int.*), os intransitivos descritivos subjetivos (*vids.*) e os intrasintivos descritivos objetivos (*vido.*), como ilustram os exemplos abaixo:

Quadro 47: Verbos transitivos no dicionário

sawaka [sawaka] *v.tra.* cortar, dar golpe com terçado ou machado. *Kākyty sawakary aamyna.* Gente cortou árvore.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 48: Verbos intransitivos no dicionário

myteka [míteka] *v.int.* correr. Ir com velocidade. *Umyteka kema, nuta itemateninha.* A anta correu porque me viu.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 49: Verbos intransitivos descritivos subjetivos

sāpaka [sāpaka] *vids.* cansado, estar. *Ysāpaka kyky.* O homem está cansado.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 50: Verbos intransitivos descritivos objetivos

are [are] *vido.* lindo, ser. Pessoa muito bonita; primoroso, maravilhoso. *Sytu areru.* A mulher é bonita.

Fonte: Elaborado pela autora.

No caso de homonímia, as palavras são dispostas na entrada com os significados enumerados verticalmente. Conforme podemos observar no Quadro 51:

Quadro 51: Palavras homônimas no dicionário Apurinã

- piiu₁** [pi:u] *nmi.* mão. Parte dos membros superiores do corpo humano que vai dos punhos até a extremidade dos dedos. *Nypiiu.* Minha mão. *Var.:* **waku [Km km 45; km 124; Camicuã].** *Campo Sem.:* **parte do corpo.**
- piiu₂** [pi:u] *nm.* guariúba. Árvore muito grande com tronco recoberto por uma casca grossa, lisa, de cor marrom-avermelhada, látex branco, raízes superficiais recobertas de lenticelas vermelhas, lâminas sem pêlos uncinados (em forma de ganchos), frutos vermelhos quando maduros, madeira pesada, fácil de trabalhar. *Ititi tximary piiu.* O jacamim come a fruta guariúba. *Campo Sem.:* **fruta.** *Clarisia racemosa.*

Fonte: Elaborado pela autora.

A polissemia, por sua vez, é indicada pela enumeração horizontal do referido lexema:

Quadro 52: Palavras polissêmicas no dicionário Apurinã

- kaiaty₁** [kaiati] *nm.* paca. Roedor que possui pelo de cor geral bruno-amarelada, destacam-se nitidamente 5 séries longitudinais de malhas, um pouco alongadas, branco-amareladas. *Käkyty nhikary kaiaty.* A gente come a paca. *Var.:* ~~txipãma~~ **[Japiim; Terrinha].** *Campo Sem.:* **mamífero, ordem rodentia.** *Cuniculus paca.* **kaiaty₂** *nf.* babaçu. Espécie de palmeira que pode atingir de 10 a 30 metros de altura e suas grandes folhas arqueadas podem chegar a oito metros de comprimento. Cada palmeira pode apresentar entre três a cinco longos cachos de flores amareladas. Os frutos são ovais alongados, de coloração castanha. *Kaiaty kutxi atuku utxa.* O babaçu é como aricuri. *Campo Sem.:* **fruta; palmeira.** *Attalea ssp.*

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação aos arcaísmos, Murakawa e Nunes (2011, p. 50) afirmam que, em um dicionário geral é de suma importância que a marca diassistemática¹⁴⁷ temporal seja registrada identificando o pouco uso de uma dada unidade lexical. De acordo com os autores, os critérios para inserção de arcaísmos, de palavras raras ou em desuso estão ligados ao projeto de dicionário geral que se tem em vista desenvolver. Mas, em linhas gerais, cada caso deve ser visto de modo específico, considerando a perspectiva adotada para a construção do dicionário, bem como os direcionamentos dados ao projeto. Murakawa e Nunes (2011, p. 51) argumentam,

¹⁴⁷ No campo da dialetologia, um diassistema, ou gramática poliletal, é um modelo de análise linguística elaborado para dar conta de representar uma gama de variedades apresentadas, de um modo que ele exiba suas diferenças estruturais. O termo diassistema foi cunhado por Uriel Weinreich em 1954, como parte de um esboço para estender os avanços da teoria linguística estruturalista ao domínio da dialetologia, a fim de explicar a variação linguística entre dialetos (BAGNO, 2017, p. 88-89).

ainda, que a inclusão de arcaísmo deveria atentar para quatro aspectos principais, são eles: a historicidade, a documentação, a formulação e a circulação.

No aspecto de historicidade, leva-se em consideração o recorte temporal a partir do qual serão considerados os arcaísmos. No aspecto de documentação, tem-se em vista uma descrição atenta das fontes, considerando as edições, as datações e todas as informações julgadas pertinentes para a identificação e a localização dos materiais. No aspecto formulação, leva-se em consideração a organização e a redação do verbete, de modo que ela, ao mesmo tempo, estabeleça um lugar para o arcaísmo no texto do verbete, considerando a singularidade de cada item lexical, o que se reflete em seu modo de definição, nas marcações e nos comentários. Murakawa e Nunes (2011, p. 51) chamam atenção que em alguns casos será necessária “uma pequena dose de enciclopedismo”, abarcando os mecanismos linguísticos de sua formação, etimologias, variantes gráficas. Acrescentamos ainda que, sempre que possível, deverão ser acrescentadas as condições históricas de desaparecimento/desuso da palavra. Quanto à circulação, segundo os autores, é preciso estabelecer com os consulentes do dicionário em que meio ele circulará: impresso ou eletrônico. Em um meio eletrônico, por exemplo, que não há tanta limitação de extensão da obra lexicográfica, o espaço dedicado ao arcaísmo pode ser bem amplo, bem como os seus comentários¹⁴⁸.

No dicionário da língua Apurinã, buscamos construir verbetes com o maior número de informações sobre os arcaísmos. Foram incluídas, sempre que possível, indicações acerca da historicidade das palavras, sobre suas fontes documentais (narrativas Apurinã), bem como suas novas acepções. Estas, por sua vez, foram inseridas no dicionário como subentradas. Os arcaísmos no dicionário Apurinã estão marcados pela abreviação *arc.*, entre parênteses e após a indicação gramatical. O Quadro 53 a seguir apresenta um exemplo de como os arcaísmos estão organizados no dicionário.

Quadro 53: Arcaísmos no dicionário Apurinã

<p>iumanyrypi [iumaniripi] <i>nf.</i> (<i>arc.</i>) espécie de tala que o pajé usava antigamente para fumar. Esta forma entrou em desuso, uma vez que esse hábito foi perdido na cultura Apurinã. <i>Campo Sem.: cultura material.</i> iumanyrypi <i>nf.</i> (<i>neo.</i>) cigarro. Tabaco picado e enrolado em papel, para se fumar. <i>Niumanyrypi.</i> Meu cigarro. <i>Campo Sem.: elemento manufaturado</i></p>

Fonte: Elaborado pela autora.

¹⁴⁸ Segundo Murakawa e Nunes (2011, p. 51), com a informatização da lexicografia e formação de corpora textuais, o estudo dos arcaísmos ganha novo impulso.

No que corresponde aos neologismos, Alves e Nunes (2011, p. 67) afirmam que a inclusão de neologismos em dicionários gerais é também sempre necessária, uma vez que um dicionário geral deve refletir o desenvolvimento de uma sociedade, que se manifesta linguisticamente também por meio das unidades léxicas neológicas. Segundo as autoras, os neologismos ao serem introduzidos em um dicionário devem ser descritos como as demais unidades léxicas. O que se deve enfatizar são os traços inovadores destas unidades, tanto no caráter morfossintático quanto no semântico. São considerados neologismos em Apurinã unidades lexicais que denotam conceitos que foram inseridos na cultura desse povo pelo contato com falantes do português. Os neologismos no dicionário Apurinã são indicados pela abreviação *neo.*, após a informação gramatical em itálico e entre parêntese, como podemos observar no Quadro 54 abaixo:

Quadro 54: Neologismo no dicionário Apurinã

<p>xamynaky [jaminakî] <i>nfa-te.</i> (<i>neo.</i>) espingarda. Arma de fogo de cano longo. <i>Nyxamynaky</i>. Minha espingarda. <i>Campo Sem.: instrumento de caça, elemento industrializado.</i></p>

Fonte: Elaborado pela autora.

No que se refere aos empréstimos, verificamos que Apurinã possui um número significativo de empréstimos. Estes oriundos de diferentes línguas: português (a maioria), Nheengatu e de línguas da família Aruá (faladas na região). Como mencionamos no quinto capítulo desta tese, os empréstimos provenientes da língua portuguesa estão totalmente adaptados às características prosódicas e fonológicas¹⁴⁹ do Apurinã. Os demais empréstimos são introduzidos em Apurinã de forma direta, ou seja, sem adaptações. Os empréstimos no dicionário são marcados pela forma reduzida que representa a sua origem, entre parênteses, em itálico após a informação gramatical, como ilustra o Quadro a seguir:

Quadro 55: Empréstimo no dicionário Apurinã

<p>kawaru [kawaru] <i>nf.</i> (<i>Port.</i>) cavalo. Mamífero quadrúpede usado como animal de montaria ou tração. <i>Kawaru kariwa pyruñine, kuna atha pupȳkarene awatixikerune, wai kariwa sawake atha itimataru uwa kawaru.</i> Cavalo é transporte do branco, não é da terra que nós índios mora, aqui no meio dos brancos que nós vimos o cavalo. <i>Var.: ixiwañwitha [Acimã]. Campo Sem.: mamífero. fs: Equidae</i></p>

Fonte: Elaborado pela autora.

¹⁴⁹ Romaine (1995) emprega o termo “nativização” para caracterizar este processo de “filtragem” porque passam os empréstimos da L2 para L1.

Na próxima seção, apresentaremos a organização da microestrutura do dicionário Apurinã.

7.2.2 A microestrutura

Como vimos no segundo capítulo, a microestrutura é organizada por informações ordenadas que seguem a entrada. Tais informações identificam o lema, são elas: pronúncia; classe gramatical; informações explicativas (definição e, por vezes, definições enciclopédicas); informações sintagmáticas (construção, colocações, exemplos); informações paradigmáticas (sinônimos, antônimos, etc.); vários tipos de informações semânticas; informação sobre variação dialetal; ilustração, elementos de ordenação, diversos símbolos; e remissões.

No dicionário Apurinã adota-se a seguinte ordem para cada verbete (compreendido como entrada acrescida de enunciados lexicográficos):

- (i) entrada;
- (ii) anotação fonética (pronúncia);
- (iii) indicação gramatical (seguido do gênero, no caso dos nomes);
- (iv) equivalência da palavra Apurinã em português;
- (v) definição;
- (vi) uma frase na língua-fonte (Apurinã) e sua tradução para o português (exemplos de contexto de uso);
- (vii) nota que indica variação linguística (no caso em que a palavra apresentar variação) seguida de colchete com o nome do lugar em que a variante é usada;
- (viii) campo semântico (anotação restrita apenas aos nomes);
- (ix) nome científico (nos campos específicos para fauna e flora);
- (x) Sistema de Remissa.

7.2.2.1 Estrutura do verbete

Os verbetes do dicionário Apurinã estão estruturados da seguinte forma:

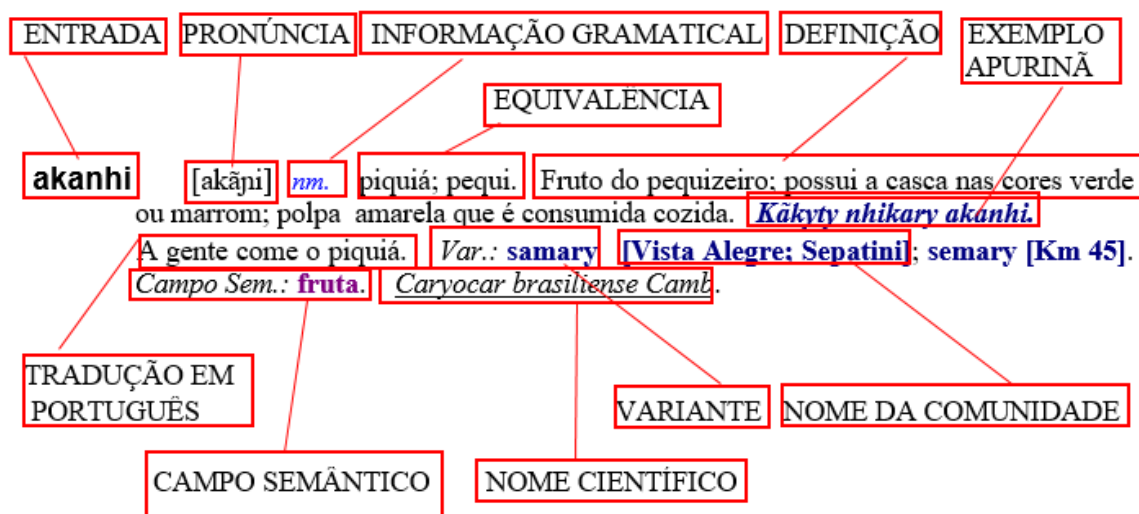
Quadro 56: Estrutura do Verbetes¹⁵⁰

ENTRADA	+	PRONÚNCIA	+	INFORMAÇÃO GRAMATICAL	+	EQUIVALÊNCIA	+	DEFINIÇÃO
+ EXEMPLO EM APURINÃ								
+ TRADUÇÃO EM PORTUGUÊS								
+ VARIANTE + COMUNIDADE EM QUE A VARIANTE É USADA + CAMPO SEMÂNTICO + NOME CIENTÍFICO + SISTEMA DE REMISSA								

Fonte: Elaborado pela autora.

Na Figura 10 segue um exemplo que ilustra a forma como as informações estão organizadas no verbete do dicionário Apurinã.

Figura 10: Verbetes do dicionário Apurinã



Fonte: Elaborado pela autora.

7.2.2.2 Convenções tipográficas da microestrutura.

Foram utilizadas algumas convenções para destacar ou diferenciar algumas informações dentro do verbete, são eles:

- Negrito: a entrada (palavra em Apurinã) que está em ordem alfabética; exemplos em Apurinã; variantes; nome das comunidades; campo semântico.
- Itálico: informação gramatical; campo semântico (Campo Sem.); variante (Var.) e o nome científico (apenas para elementos da fauna e flora);

¹⁵⁰ As partes marcadas são os elementos constantes no verbete.

- c. Fontes: Arial (a entrada) e Times New Roman (a equivalência, a definição, exemplos, tradução em português dos exemplos, variantes, nome das comunidades e informações referentes ao campo semântico);
- d. Letras maiúsculas no início da definição das entradas, dos exemplos e dos nomes das comunidades.
- e. Letras em azul: exemplos em Apurinã e variante;
- f. Letras em roxo: informação correspondente ao campo semântico;
- g. Parênteses: arcaísmos (*arc.*) neologismos (*neo.*) e empréstimos ((*Port.*), (*Aruá*) e (*Nheen.*))¹⁵¹;
- h. Colchetes: pronúncia e os nomes das comunidades;

Nas subseções a seguir, trataremos em mais detalhes da importância e dos critérios adotados na seleção de alguns itens (abreviatura, exemplos e sistema de remissas) que compõem a microestrutura do dicionário Apurinã.

7.2.2.3 Abreviaturas e símbolos

A abreviatura é um recurso convencional da língua escrita que consiste em representar de forma reduzida certas palavras e expressões ou funções morfológicas. Em dicionários, as abreviaturas são usadas para indicar a informação gramatical de uma palavra (ex. *vt.* para verbo transitivo), uma característica morfológica (ex. *m.* para masculino) ou rotular o uso particular de uma palavra (ex. *arc.* para arcaísmo).

Coward e Grimes (2000, p. 172) distinguem entre duas estratégias de abreviação, a *formal* e a *informal*. De acordo com os autores, a estratégia informal procura usar traduções equivalentes da língua-alvo tanto para o conteúdo da palavra quanto para a função. Por exemplo, em línguas da Austronésia o enclítico de terceira pessoa singular genitivo *-na* poderia ser glosado como *-seu*; *-sua*; *-dele* ou *dela* e o pronome livre *aku* poderia ser glosado como *eu*, *meu*, *minha*. A estratégia formal, por sua vez, busca usar termos consistentes e, possivelmente mais técnicos, como: *3SG* ou *1S*.

Segundo Simons e Versaw (1987 apud COWARD & GRIMES, 2000, p. 172-173), o modelo de abreviatura formal usa termos técnicos para funções gramaticais. As letras dessas abreviaturas devem ficar em maiúsculas e sem ponto no final. Por exemplo, ‘*DET*’ em vez de ‘*O*’ (artigo definido). Os autores afirmam, ainda, que a utilização de abreviaturas com letras

¹⁵¹ Português, Línguas Aruá e Nheengatu respectivamente.

maiúsculas é uma prática recente entre os linguistas, mas ganhou ampla aceitação e pode ser considerada um padrão. Uma exceção à regra geral de todas as abreviaturas maiúsculas propostas pelo modelo formal é para os pronomes. A convenção para pronomes combina um número que designa a pessoa e uma abreviatura que pode ser em letra maiúscula ou minúscula. Por exemplo, '3SG' ou '3s' para terceira pessoa do singular.

Os pronomes, na maioria das línguas da Austronésia, têm clíticos pronominais de uma ou duas letras (*ku-*, *mu-*, *-ng*, *-m*, *-n* / *-na*, etc.), diante de exemplos como estes, Simons e Versaw (1987 apud COWARD & GRIMES, 2000) afirmam que é importante usar abreviações mais curtas para as dêixis pessoais. Usando letras minúsculas para o número e letras maiúsculas para as funções gramaticais ou para as 'tags' semânticas. Vejamos os exemplos na Figura 11 abaixo:

Figura 11: Modelo de Abreviatura

1s	(s = singular)	1sS / 1sSBJ	[subject]
2s		2sO / 2sOBJ	[object]
3s		3sG / 3sGEN	[genitive]
3sn	(non-human)		
1d	(d = dual)	1dP / 1dPOS	[possessive]
2d		2dH / 2dHON	[honorific]
3d		3dA / 3dACT	[actor]
1pi	(i = inclusive)	1piA / 1piABS	[absolute]
1px	(x = exclusive)	1pxE / 1pxERG	[ergative]
2p	(p = plural)	2pD / 2pDAT	[dative]
3p		3pU / 3pUG	[undergoer]

Fonte: Coward & Grimes (2000, p. 173).

Para morfemas cumulativos (exceto aqueles pronominais já atendidos como '1sPOSS'), é comum a utilização de um ponto [.]. Uma outra convenção encontrada na literatura propõe para morfemas cumulativos a utilização de dois pontos [:], mas um ponto é mais comum. Observem os exemplos abaixo (COWARD & GRIMES, 2000, p. 174):

PRES.PROG 'present progressive'

PAST.PRF 'past perfective'

Entretanto, a sugestão Coward e Grimes (2000, p. 173) para as demais abreviaturas é que não se use o ponto no final. Conforme os exemplos abaixo:

LOC Locative
DEM Demonstrative
CNJ Conjunction

Os autores, ainda, sugerem que as abreviaturas de termos não técnicos devem ser glosadas com letras minúsculas, por exemplo: *arch.*, *cf.*, *alt.*

Segundo Coward e Grimes (2000, p. 173), o modelo de abreviaturas glosados com letras maiúsculas para função de morfemas é o padrão a ser seguindo atualmente. Tal modelo é defendido por Lehmann (1982) e evidenciado em muitos livros (COMRIE 1981, FROLEY e VAN VALIN 1984, GIVÓN 1984).

Vale ressaltar, ainda, que na proposta de Coward e Grimes (2000, p. 174) as classes de palavras para *nomes* e *verbos* são anotadas com letras minúsculas; no entanto, os autores não oferecem nenhuma explicação para tal critério. Essa proposta de glosar as categorias de nomes e verbos com letras minúsculas diverge das regras de *Leipzig* que sugere que todas as abreviaturas devem ser anotadas com letras maiúsculas.

O Departamento de Linguística do Instituto Max Planck de Antropologia Evolutiva (Bernard Comrie, Martin Haspelmath) e o Departamento de Linguística da Universidade de Leipzig (Balthasar Bickel) também desenvolveram um conjunto de normas com o intuito de padronizar as anotações da análise linguística. Tais normas ficaram conhecidas como: *The Leipzig Glossing Rules*. A convenção de *Leipzig* consiste em dez regras para a “sintaxe” e para “semântica” de glosas interlineares e um apêndice com uma proposta de abreviaturas (foco do nosso interesse). As letras do padrão de abreviaturas das regras de *Leipzig* ficam todas em maiúsculas e sem ponto no final, como nos exemplos abaixo:

TR	‘transitive’
VOC	‘vocative’

Essas normas atendem uma grande parte das necessidades dos linguistas, mas, de acordo com os idealizadores das regras de *Leipzig*, a maioria dos pesquisadores vai sentir a necessidade de adicionar (ou modificar) certas convenções (especialmente rótulos de categoria). Ainda assim, será útil ter um modelo para os linguistas poderem consultar. As regras destinam-se a refletir um uso comum de abreviaturas, e apenas em poucos casos será proposto inovações.

Ao consultarmos alguns dicionários da língua portuguesa observamos que as abreviaturas são anotadas com letras minúsculas, tal como ilustram os exemplos no Quadro abaixo:

Quadro 57: Exemplos de abreviaturas em dicionários da língua portuguesa

<i>art.indef.</i>	artigo indefinido	(Dicionário Houaiss, 2001)
<i>v.int.</i>	verbo intransitivo	(Dicionário Houaiss, 2001)
<i>pref.</i>	prefixo	(Dicionário Aurélio, 2009)
<i>s.f.</i>	substantivo feminino	(Dicionário Aurélio, 2009)
<i>prep.</i>	preposição	(Dicionário Aurélio, 2015)
<i>vt.</i>	verbo transitivo	Dicionário Aurélio, 2015)
<i>interj.</i>	interjeição	(Dicionário Priberam, 2016)
<i>poss.</i>	possessivo	(Dicionário Priberam, 2016)
num	numeral	(Dicionário Barsa, 2006)
suf	sufixo	(Dicionário Barsa, 2006)

Fonte: Elaborado pela autora.

Apesar das abreviaturas dos dicionários serem todas glosadas com letras minúsculas, eles se diferem em alguns aspectos como, por exemplo, o ponto no final da abreviatura e a forma anotada em itálico. O dicionário Barsa (2006) não usa o ponto final e nem anota a abreviatura em itálico.

Como podemos observar, não há, infelizmente, nenhuma fonte definitiva de um padrão de abreviaturas. Pelo contrário, a prática comum entre os linguistas e, mais especificamente entre os lexicógrafos, é para que cada pesquisador conceba o seu próprio conjunto de abreviaturas e disponibilize uma lista completa delas em uma introdução de uma coleção de texto, esboço da gramática ou dicionário.

Diante disso, optamos por seguir, ao menos em parte, a convenção empregada na maioria dos dicionários da língua portuguesa, pois esta convenção é mais comum aos Apurinã, principais consulentes do dicionário. Assim, as abreviaturas do dicionário Apurinã foram organizadas em letras minúsculas seguidas de ponto e em itálico¹⁵². O padrão utilizado para os pronomes segue a estratégia formal descrita por Coward e Grimes (2000, p. 173).

O modelo de abreviaturas e símbolos utilizados no dicionário Apurinã é apresentado abaixo, seguido do significado correspondente de cada abreviatura:

¹⁵² O itálico é usado nas abreviaturas para diferencia-las da entrada do dicionário (COWARD & GRIMES, 2000, p. 174).

Quadro 58: Amostra parcial das abreviaturas e símbolos empregados no dicionário Apurinã

<i>adv.</i>	advérbio
<i>advblz.</i>	adverbializador
<i>arc.</i>	arcaísmo
<i>Campo Sem.</i>	campo semântico
<i>det.</i>	determinante
<i>empr.</i>	empréstimo
<i>exort.</i>	exortativo
<i>inter.</i>	irustrativo
<i>ideof.</i>	ideofone
<i>interj.</i>	interjeição
<i>interr.</i>	interrogativo
<i>n.</i>	nome
<i>nc</i>	nome classificatório
<i>nf.</i>	nome feminino
<i>nm.</i>	nome masculino
<i>nm/f.</i>	nome masculino ou feminino dependendo do sexo
<i>nm. Próp.</i>	nome masculino próprio
<i>neo.</i>	neologismo
<i>nf. Próp.</i>	nome feminino próprio
<i>Nheen.</i>	Nheengatu
<i>num.</i>	numeral
<i>Port.</i>	Português
<i>pl.</i>	plural
<i>Pred.</i>	predicativo
<i>pron.</i>	pronome
<i>ptc.</i>	partícula
<i>quant.</i>	quantificador
<i>sg.</i>	singular
<i>suf</i>	sufixo
<i>var.</i>	variante
<i>v. aux.</i>	verbo auxiliar
<i>v. cop.</i>	verbo copulativo
<i>v. exist.</i>	verbo existencial
<i>v. loc.</i>	verbo locativo

v. <i>tra.</i>	verbo transitivo
v. <i>int.</i>	verbo intransitivo
<i>vido.</i>	verbo intransitivo descritivo objetivo
<i>vids.</i>	verbo intransitivo descritivo subjetivo
-	indicar o status de forma presa de uma unidade lexical
=	clítico
'	acento
→	sistema de remissa

Fonte: Elaborado pela autora.

7.2.2.4 Exemplos do dicionário

A inclusão de exemplos no dicionário Apurinã, de maneira geral, parece-nos muito relevante, visando ilustrar e completar as definições, bem como modelos de contexto de usos para os falantes e para o público em geral. Vale ressaltar que verificamos no levantamento realizado para o desenvolvimento desta pesquisa que uma grande parte dos dicionários bilíngues voltados para línguas indígenas não apresentam exemplos nos seus verbetes ou apresentam os exemplos apenas em alguns de seus verbetes, além disso, não há uma justificativa para a falta ou para os poucos exemplos nos dicionários¹⁵³. É importante pontuar, também, que os dicionários para línguas indígenas os quais incluem em seus verbetes exemplos, sejam em sua totalidade ou não, não são mais que algumas colocações com algumas palavras em volta.

A importância da exemplificação (compreendendo exemplos e abonações) nos dicionários é, segundo Alves e Isquierdo (2011, p. 46), um aspecto de destaque para lexicógrafos contemporâneos. Antes de prosseguirmos na discussão acerca da relevância dos exemplos no corpo dos verbetes, é importante pontuar que na literatura lexicográfica existe uma discussão em relação a *exemplos* e *abonações*. Alguns lexicógrafos e lexicólogos, como, por exemplo, Biderman, não distinguem esses dois conceitos, outros com Welker, por sua vez, os distingue. Neste trabalho, adotamos a perspectiva que distingue entre *exemplos* e *abonações*, e optamos por empregar os *exemplos* no dicionário Apurinã.

¹⁵³ Alguns exemplos de dicionários para línguas indígenas: a) que não apresentam nenhum exemplo: Dicionário Deni-Português (GORDON e KOOP, 2008), Dicionário Paumari-Português (SALZER e CHAPMAN, 1997), Dicionário Wakerena (AIKHENVALD, 2012); b) dicionários que apresentam exemplos em poucos verbetes: Dicionário Matsi-Português (FERREIRA, 2005), Dicionário Jarawara-Português (VOGEL, 2006); Ka'apór-Português (CALDAS, 2009).

Welker (2004, p. 150) afirma que *abonação* é uma frase ou trecho de frase encontrada em um texto autêntico - antigamente, procuravam-se as abonações nos “bons autores”, nos “autores abalizados” (cf. *Aurélio*, verbete *abonar*) e nos textos literários; hoje utilizam-se também de textos jornalísticos, científicos, entre outros. As abonações serviam de apoio para o texto lexicográfico e eram listadas como modelos de uso para os falantes; entretanto, o autor questiona: “quem garante que estas abonações de fato registram o uso real da língua, que não se trate de um *hápx legomenon*¹⁵⁴ ou de um uso encontrado várias vezes em apenas um autor ou só uma vez em pouquíssimos autores?”, uma vez que são extraídos de textos literários, jornalísticos, etc. O *Exemplo*, por sua vez, consiste na “frase ou trecho de frase que serve para exemplificar”, visando ilustrar e completar as definições. Deve-se, ainda, de acordo com Welker (2004, p. 150), fazer a diferença entre: *exemplos autênticos*, *abonados* e *exemplos construídos*, *inventados* (*adaptados*). Nesse sentido, Martim (1989 apud WELKER, 2004, p. 151) afirma que o exemplo construído tem o estatuto de “frase”, ao passo que a abonação tem o estatuto de “enunciado”. Na sua opinião, *exemplos abonados*, não remetem a uma situação real, fornece apenas o sentido literal, deixando de fora outras significações da unidade lexical em análise; já o *exemplo autêntico* carrega marcas históricas e ideológicas, de modo que, muitas vezes, o conteúdo só pode ser compreendido se os fatos aludidos forem do conhecimento do usuário. Em relação aos *exemplos construídos* e *inventados*, Mugdan (1985 apud WELKER, 2004, p. 153) afirma que neste tipo de exemplos faltam a complexidade sintática e as características da fala real.

Laufer (1992, p. 75), por sua vez, constatou que falantes nativos, em muitos casos, nem percebem a diferença entre *exemplos autênticos* e *construídos*, isto é, exemplos que são inventados e/ou adaptados, o que é confirmado por Humblé (2001, p. 80). Laufer (1992) ainda afirma que, para não nativos (ou no contexto específico dos Apurinã, os usuários do dicionário que não são mais falantes da língua nativa) os exemplos dos lexicógrafos, ou seja, os construídos ajudam na compreensão de novas palavras mais do que os exemplos autênticos, desde que bem construídos.

De acordo com Alves e Isquerdo (2011, p. 46), o tema da exemplificação nos dicionários foi abordado sob distintos pontos de vista pelos lexicógrafos. São eles: (i) dimensão (sintagma ou frase e minidiálogo); (ii) fonte (criação ou citação); (iii) tipo (exemplo neutralizado ou codificado); (iv) função (linguística, metalinguística, filosófica, definicional,

¹⁵⁴ *Hapax Legomenon* vem do grego “ἅπαξ λεγόμενον” e significa “algo dito apenas uma única vez”. Este fenômeno linguístico consiste em palavras de baixa frequência que fazem uma única aparição em uma determinada obra/texto, língua, ou aquelas palavras que são usadas uma única vez por certo autor (BIDERMAN, 1998, p. 176).

enciclopédica); (v) tipo de usuário (criança adultos, especialistas e público em geral); (vi) tipo de dicionário (monolíngue, bilíngue ou multilíngue)¹⁵⁵.

Dentre as questões listadas acima, uma que nos parece bastante importante, em qualquer tipo de dicionário e que já foi pontuado em partes nos parágrafos anteriores, diz respeito à fonte do exemplo, isto é, à origem desta informação, se ela foi criada pelo lexicógrafo, se é abonação documentada, se o exemplo é baseado em um corpus, e se sofreu adaptação às especificidades do dicionário. Para Alves e Isquierdo (2011, p. 46), o exemplo criado e/ou adaptado pode produzir enunciados mais gramaticais e muitas vezes artificiais. Por outro lado, os exemplos documentados, baseados em corpus garante a autenticidade da citação e parecem-nos que é o mais indicado pela lexicografia contemporânea, pois pode contar com o auxílio da Linguística de Corpus.

Dentre as múltiplas funções habitualmente atribuídas aos exemplos, podemos citar a busca em comprovar a existência de todas as afirmações que contam no verbete sobre a unidade lexical analisada; enfatizar os aspectos pragmáticos, os quais mostram a unidade léxica em uso; os de caráter morfossintático, que podem informar sobre as flexões e a sintaxe que envolvem a unidade léxica em questão; e, complementarmente, os aspectos socioculturais e enciclopédicos relativos à unidade lexical (ALVES & ISQUERDO, 2011, p. 46).

Assim, de modo geral, os exemplos têm a função de atestar o uso das unidades lexicais na sincronia (e também na diacronia, pois, para um dicionário geral é importante conhecermos a situação histórica de uma dada unidade léxica) contemplada pela obra, devem, desse modo, oferecer aos usuários uma situação concreta de uso do item lexical, contribuindo para uma melhor compreensão das acepções contempladas pela definição. Por isso elas devem, segundo as autoras, preferencialmente, ser retiradas de uma base textual.

No dicionário Apurinã utilizamos exemplos extraídos dos textos que compõem o banco de dados e de textos que foram produzidos para outros trabalhos sobre a língua Apurinã; em alguns casos foi necessário, no entanto, usarmos também exemplos construídos junto aos falantes Apurinã para este propósito. Os exemplos do dicionário em sua maioria se configuram na dimensão de frases, e alguns casos na forma de pequenos textos e/ou minidiálogo (em geral, recortes dos textos, supracitados). Observem o exemplo a seguir:

¹⁵⁵ Tais aspectos foram assuntos deliberados em julho de 2004, em Klingenberg am Main, no colóquio intitulado *Entre définition et citation – l' exemple*, e nas respectivas atas publicadas em 2015.

Quadro 59: Exemplo

ixiwaãwitha [iʃiwaãwica] *nf. (neo.)* cavalo. **[Ixiwãwita kariwa pyruũnine, kuna atha pupỹkarene awatixikerune, wai kariwa sawake atha itimataru uwa ixiwãwita.** Cavalo é transporte do branco, não é da terra que nós índios mora, aqui no meio dos brancos que nós vimos o cavalo.

Var.: **ixuwaãwithe** [Vista Alegre]; **kawaru** [Sepatini; Seruini; Terrinha; Tumiã]. *Campo*

Sem.: **mamífero.** (→ **ixiwa = tamanduá-bandeira + awitha = chefe; grande.** *fs:Equidae.*

Fonte:Elaborado pela autora.

7.2.2.5 Sistema de remissa

O sistema de remissão consiste no processo de conexão de uma entrada a outra, isto é, maneiras de remeter o usuário do dicionário de um lugar para outro. Welker (2004, p. 177) afirma que existem remissões não somente dentro do dicionário, como também para fora; estas últimas ocorrem quando o lexicógrafo remete para as fontes nas quais colheu seus dados, para a literatura metalexigráfica ou ainda para outros dicionários. Porém, as mais importantes são, evidentemente, as remissões internas.

Os meios usados para indicar o sistema remissivo variam de dicionário para dicionário. Segundo Welker (2004, p. 178), muito frequentemente é usado o verbo *ver*, geralmente abreviado *v.*, ou setas. Para o dicionário Apurinã utilizaremos este último¹⁵⁶. As remissões dentro do dicionário podem ainda ocupar diferentes posições: no verbete, no índice, numa inserção dentro da macroestrutura, em um dos textos externos (isto é, fora da macroestrutura), ou em ilustrações (normais em dicionários de imagens, mas existindo também em enciclopédias e em dicionários para aprendizes – encontram-se números que remetem aos lexemas representados por determinada parte da imagem). O mais comum, entretanto, são as remissões dentro dos verbetes que remetem, conforme Welker (2004, p. 178-179):

a) diretamente de um lema para um outro; o lexema representado pelo lema não é definido; como não há nenhuma ou quase nenhuma informação sobre o lema, Wiegand (1983 *apud* WELKER, 2004) chamou tal tipo de *lema remissivo*; trata-se de uma remissão *obrigatória*, pois o usuário recebe a informação desejada apenas se seguir essa remissão; ela ocorre em várias situações:

¹⁵⁶ Como foi dito acima, existem vários símbolos, abreviaturas e palavras usadas nas remissões. O importante é que eles sejam explicados e definidos na parte introdutório do dicionário.

- i. de um lexema mais raro remete-se a um sinônimo ou uma variante ortográfica mais frequente; a causa da baixa frequência geralmente é devida ao fato de que o lexema não pertence ao registro neutro da língua;
- ii. o lema é uma forma flexionada; remete-se ao lema da forma canônica;
- iii. o lema não constitui um lexema, mas apenas faz parte de um lexema complexo; remete-se ao verbete onde este está registrado;

b) dentro do verbete, notam-se os seguintes tipos de remissões (que Wiegand classifica como *facultativas*, pois o consulente somente as segue se quiser, isto é, se desejar mais informações):

- i. para lexemas relacionados semanticamente (sinônimos, antônimos, hiperônimos, etc.);
- ii. para lexemas relacionados etimologicamente;
- iii. para variantes ortográficas;
- iv. de lexemas compostos ou complexos para lexemas simples;
- v. para informações contidas em alguma parte do próprio verbete (onde constam, por exemplo, formas flexionadas);
- vi. para informações nos textos externos (por exemplo, para um resumo da gramática ou uma tabela de conjugações);
- vii. para ilustrações gráficas.

Machado Filho (2010, p. 57) afirma que o sistema de remissa de um dicionário deve dar conta também quer dos casos de variação fonética, quer dos casos de variação lexical, assim como de possíveis relações semânticas, como, por exemplo, de antonímia, homonímia, etc. citadas também por Welker (2004). De acordo com o autor, estas últimas relações podem ser consultadas no dicionário eletrônico através de botões de acesso. No caso do dicionário impresso, a indicação devem fazer parte da microestrutura final do verbete.

Para Weiss (1998), os sistemas de remissas buscam, principalmente, reconstruir o perfil semântico das unidades lexicais e situá-las na rede de significação, pois, de acordo com o autor, a ordem alfabética separa essa rede de conexão, tornando obscura a relação semântica entre elas. No caso do dicionário Apurinã, esse mecanismo auxiliará sobretudo os consulentes que não dominam a língua Apurinã e, portanto, não conseguem fazer as conexões entre as unidades do sistema lexical do Apurinã.

As remissas no dicionário Apurinã foram utilizadas para as palavras compostas (indica cada unidade que as compõem); para os lemas que apresentam mais de um significado para o

equivalente em português e para as formas derivadas de outros itens. As remissas são indicadas no final dos verbetes entre parênteses, seguida por uma seta (→). Veja o exemplo abaixo:

Quadro 60: Sistema de remissa no dicionário Apurinã

atukatxiãwithe	[atukatʃiãwice] <i>nm. (neo.)</i> relógio. Instrumento usado para marcar o tempo e indicar as horas do dia. Natukatxiãwithe. Meu relógio. Campo Sem.: elemento industrializado. (→ atukatxi = sol + ãwithe = chefe; grande.)
-----------------------	---

Fonte: Elaborado pela autora.

7.3 Definição

Quanto ao tópico *definição*, várias questões têm sido levantadas na literatura sob as mais variadas perspectivas (ZGUSTA, 1971; HAENSCH *et al.*, 1982; SVÉNSEN, 1993; LANDAU, 2001; GEERAERTS, 2003; RUNDELL, 2008). Para Zgusta (1971, p. 252-263), o significado lexical apresenta três componentes: (i) o referencial/denotativo; (ii) o conativo e; (iii) os contextos de aplicação. No dicionário Apurinã, a ênfase será dada ao primeiro. Porém, não descartaremos a inclusão dos demais quando for necessário.

Na definição de nomes referentes à taxonomia indígena procuramos descrever as propriedades definidoras que a comunidade Apurinã considera importante para determinar as classes e subclasses, por exemplo, a qual um vegetal ou um animal pertence. Para alguns semanticistas, como Apresjan, (apud WIERZBICKA, 1985) não é possível definir de forma completa os nomes relativos aos grupos biológicos, segundo uma perspectiva “popular”. Entretanto, para outros, como Wierzbicka (1985), alguns conceitos podem sim ter uma definição “popular” completa. Para dicionários destinados a línguas indígenas não são necessariamente relevantes as características específicas conhecidas por biólogos. É importante levar em consideração os conceitos populares da comunidade, por exemplo: o tipo de pelo ou malha do animal, o lugar em que ele habita (várzea ou terra firma), entre outros aspectos. Segundo o autor, estas sim são propriedades para as quais os falantes dão atenção na diferenciação das espécies.

Chamamos atenção ainda para a definição dos elementos que constituem a cultura material¹⁵⁷ indígena. Nesse caso, a postura metodológica mais adequada consiste em elaborar

¹⁵⁷ O que se chama aqui de “cultura material” é um conjunto de itens manufaturados pelos indígenas, como, por exemplo: equipamentos para caça, pesca e agricultura, utensílios domésticos, instrumentos musicais, cestaria, cerâmica, adornos corporais, objetos de rituais, etc.

entradas com descrições culturais detalhadas e/ou explicações etnológicas em detrimento do emprego de meros equivalentes (discutiremos acerca do emprego de equivalentes nos próximos parágrafos). Além disso, como já discutimos anteriormente, há unidades na língua-fonte que não possuem equivalentes na língua de tradução. O que exige que o lexicógrafo utilize descrições aprofundadas que registrem os saberes indígenas.

Vale ressaltar que observamos, ainda, que o registro da cultura material em muitos dicionários de línguas indígenas tem apresentado pouca informação que permita uma documentação adequada desses itens. Verificamos também que algumas propostas de dicionário não levam em consideração as especificidades de alguns elementos que compõem um subgrupo da cultura material. Tomemos como exemplo o item “flauta”. Há sociedades, como no caso dos Apurinã, que apresentam diferentes instrumentos musicais de sopro que, por sua vez, têm nomes e funções distintas. Entretanto, notamos que esses instrumentos são registrados nos dicionários apenas com a forma genérica ‘flauta’, o que não nos permite uma compreensão apropriada desses itens, gerando a perda de informações importantes sobre o objeto em questão. Nesse sentido, Fargetti (2018, p. 343) afirma:

Si no nos atentamos para la posibilidad de clasificaciones diferentes, de visiones diferentes del mundo, si no intentamos conocer lo que piensa el otro, estamos, en efecto, buscando a nosotros mismos en el otro. O sea, si no somos sensibles a las diferencias, si no buscamos la comprensión del otro sobre su mundo, estamos viendo a nosotros en un espejo borroso, y peor, concluyendo que esto es el otro, cuando somos nosotros mismos, o lo que pensamos que somos, en calcos léxicos no existentes, no usuales.

Diante disso, buscamos junto com os Apurinã construir um dicionário com definições que contemplem os aspectos linguísticos e as características usadas pelos Apurinã para identificação dos elementos da fauna e flora, cultura material, organização social, entre outros aspectos. Nesse processo, eram realizadas pequenas “reuniões”, onde tentávamos agregar Apurinã de idades, gêneros, falantes e não falantes nativos e (quando possível) indivíduos de comunidades distintas, para se discutir acerca das unidades lexicais que constituem o dicionário. Para cada unidade lexical compilada no dicionário era discutido, por exemplo, sobre sua história, características físicas e habitat (no caso de elementos da fauna e flora), função e relação com os demais elementos da cultura Apurinã. Após obter tais informações de uma dada unidade lexical, formulávamos uma proposta de verbete, que era lida e discutida, muitas vezes alterada em consequência dessas discussões, e finalmente aprovada. O objetivo era que os próprios Apurinã fizessem sua escolha de modo consciente, bem informado e ciente das opções e consequências no que se refere às informações que identificam as entradas do dicionário. Cabe

destacar que nós adotamos o recurso de utilizar equivalentes no lugar das definições apenas para os casos em que não foi possível traçar uma definição.

No que corresponde ao uso de apenas equivalentes no lugar de definições, Welker (2004, p. 194) afirma que essa é uma das principais diferenças entre os dicionários bilíngues e dicionários monolíngues. Tal questão, como já comentamos anteriormente, é problemática, pois os dicionários bilíngues estabelecem relações entre o léxico de duas línguas/culturas diferentes e, portanto, é muito arriscado acreditar na equivalência absoluta entre línguas e culturas tão distintas. Há, no entanto, de acordo com o autor, diferentes tipos de relações de equivalência entre itens de diferentes línguas. No caso de Apurinã e o português, esses diferentes tipos, elencados a seguir, demandam diferentes tipos de ‘definições’ ou mecanismos para identificar, na língua de tradução, os significados da unidade da língua-fonte, como podemos observar nos exemplos abaixo¹⁵⁸:

- a) Existência de equivalências absolutas (para essas relações é possível fornecer o equivalente por meio de traduções).

Apu: <i>ĩparãa</i>	Port: água
<i>anãapa</i>	cachorro
<i>tsapyryky</i>	açaí

- b) Um item lexical do Apurinã corresponde a vários equivalentes do português.

Apu: <i>iarita</i>	Port: afugentar
	retirar-se
	bater
	ferir

- c) Diferentes unidades do Apurinã correspondem a um equivalente no português.

Apu: <i>apuka</i>	Port: encontrar
‘achar; encontrar algo por acaso; descobrir’. <i>Apukakury iuwata awa</i>	
‘Há uma faca que foi encontrada’	

Apu: *taũkyta*

¹⁵⁸ Seki (2012) também discute sobre diferentes mecanismos de definição e relação de equivalência para o dicionário da língua Kamaiurá.

‘achar; encontra algo ou alguém que se estava procurando’. *Hãty ùty ataũkytakaka ywa ìkane*.
 ‘Tá certo. Outro dia a gente se encontra de novo’.

Para os casos mencionados em [b] e [c], é necessário indicar no corpo do verbete os contextos de usos por meio de exemplos.

d) Unidades do Apurinã não possuem equivalentes no português.

(4) **Apu:** *atxikawa* ‘tipo de fruta do mato’. Fruto comestível de forma arredonda, a casca é de cor roxa e polpa amarela com pequenas sementes pretas.

Apu: *paiãtywakury* ‘instrumento de sopro’. Instrumento parecido com uma flauta, feito de taboca de aprox. 60-70 cm.

Nestes casos, segundo Haensh *et al.* (1982, p. 259-285), é necessário utilizar descrições ou definições enciclopédicas, explicações etnológicas e, em certos casos, ilustrações (fotos e desenhos)¹⁵⁹.

e) Unidades funcionais (partículas/ morfemas gramaticais) que não apresentam equivalente no português.

(5) **Apu:** *-ãpu* **Port:** formativo que marca eventos que ocorrem aleatoriamente, sem objetivo definido. *Nhi-nhika-ãpu-ta-ry* (1sg-comer-aleat-vblz-3sg.m.o) ‘Eu como à toa’.

Apu: *-nany* **Port:** formativo que marca eventos progressivos. *N-tama-nany-ta-ry* (1sg-olhar-progr-vblz-3sg.m.o) ‘Eu estou olhando para ele’.

Nesses casos, é necessário utilizar definições de natureza metalinguística e indicar contextos de usos, tendo em vista auxiliar o usuário do dicionário no que concerne à interpretação e emprego destas unidades.

¹⁵⁹ No dicionário Apurinã utilizaremos as ilustrações também para os elementos que os Apurinã jugam importantes dentro da sua cultura.

No dicionário Apurinã buscamos organizar verbetes bem contextualizados, com dados enciclopédicos e definições ostensivas, que informem sobre o conhecimento extralinguístico do povo Apurinã. Cabe ressaltar que procuramos sempre utilizar, na anotação dos equivalentes, termos típicos da região onde os Apurinã vivem. Além disso, procuramos fazer discussões linguísticas mais aprofundadas de cada palavra-entrada de cada verbete. Por exemplo, procuramos indicar se a unidade lexical é um empréstimo e de que maneira ela foi introduzida na língua Apurinã, se foi via português ou outra língua.

Essas são algumas questões envolvidas na construção das ‘definições’ das unidades lexicais que compõem o dicionário Apurinã.

7.4 Resumo do capítulo

Nesse capítulo apresentamos as principais informações que constituem a estrutura do dicionário da língua Apurinã, em termos de macro e microestrutura. Inicialmente, fizemos uma breve discussão acerca da importância do dicionário geral bilíngue Apurinã-Português/Português-Apurinã para este povo, no que concerne à documentação/registo da língua Apurinã para as gerações futuras e para o processo de ensino e aprendizagem da língua Apurinã, bem como mecanismo de consolidação da ortografia proposta por Facundes *et al.* (2019) para o Apurinã. Mostramos também as principais informações que constituem o dicionário, no que corresponde à organização da macro e microestrutura. Buscamos apresentar os métodos, técnicas e critérios (indígena e não indígena) utilizados na elaboração dos verbetes do dicionário Apurinã.

QUARTA PARTE
CONSIDERAÇÕES FINAIS

8 CONCLUSÃO

Como observamos ao longo desse trabalho, a elaboração de um dicionário é uma tarefa complexa e exaustiva, que mobiliza diferentes áreas cujo interesse principal é a descrição e análise do léxico. Quando se pensa, então, em elaborar um dicionário bilíngue de uma língua de tradição oral, ainda em descrição e em perigo de extinção, como é o caso do Apurinã e da maioria das línguas indígenas brasileiras, mais complexa é a questão, uma vez que se tem a responsabilidade de, por meio da dicionarização, descrever os padrões linguísticos e culturais que constituem uma determinada língua e documentá-la.

A produção de dicionários para línguas indígenas é de fundamental importância científica e social, uma vez que as línguas guardam a visão de mundo e os saberes tradicionais dos povos falantes. Estas línguas, embora apresentem hoje um maior interesse por seu estudo, têm poucas descrições aprofundadas, com poucas gramáticas e dicionários de referência (em comparação com línguas que contam com estudos e documentação de séculos); fato preocupante, tendo em vista as suas crescentes perdas linguísticas (FARGETTI, 2012, p. 67).

É importante salientar que o grau de perigo de extinção de línguas indígenas foi subestimado por anos no Brasil devido à confusão entre número de falantes vs. população do grupo, somando a isso as variedades de uma língua que eram consideradas como uma língua distinta. Dados sobre a transmissão das línguas são ainda mais difíceis de conseguir, mas é o principal determinante do futuro de uma língua. De acordo com Moore e Galucio (2016), 21% das 150 línguas faladas ainda no Brasil apresentam um alto grau de perigo de extinção em um futuro próximo por causa do baixo número de falantes e a falta de transmissão.

Diante desse quadro, o trabalho lexicográfico ocupa um lugar extremamente importante na sociedade de tradição oral, uma vez que registra e veicula, de maneira sistemática, a realidade linguística e sociocultural de uma comunidade, tornando-se, em muitos casos, o material didático de referência para a comunidade. O dicionário, portanto, é um forte aliado na descrição, documentação e na revitalização de línguas indígenas ameaçadas de extinção. Evidentemente, a produção de dicionários não “salvaria” as línguas por si só, mas representaria um mecanismo válido e sólido que pode, por exemplo, “empoderar” falantes calados diante da desvalorização das línguas e culturas minoritárias indígenas em favor da língua e cultura majoritária.

Ao longo desse trabalho, buscamos descrever e analisar o sistema lexical da língua Apurinã com o objetivo de elaborar um dicionário geral bilíngue e bidirecional Apurinã/Português – Português/Apurinã. A proposta do dicionário aqui apresentada procurou

atender as diferentes realidades do povo Apurinã, tanto na qualidade de apoio ao ensino da língua nativa nas escolas indígenas, quanto na qualidade de fonte de conhecimento científico do léxico desta língua. Espera-se que o dicionário Apurinã se constitua numa fonte de informação sobre a língua, cultura e história desse povo.

Para tanto, foi necessário, primeiramente, realizar uma pesquisa bibliográfica acerca das questões ligadas ao estudo do léxico, a fim de obter orientações teóricas que permitissem refletir e descrever de modo adequado o sistema lexical da língua Apurinã e que subsidiasse o fazer lexicográfico no contexto indígena. É importante frisar que as abordagens teóricas que fundamentaram essa tese não foram suficientes para dar conta da realidade da língua e das reais necessidades dos consulentes Apurinã na compreensão das informações que compõem os verbetes do dicionário. Foi necessário aliar às orientações teóricas e metodológicas das ciências que estudam o léxico aos conhecimentos e métodos indígenas/Apurinã para se chegar ao resultado final desse trabalho.

Cabe destacar que, nessa primeira etapa da pesquisa, foi realizado também um levantamento dos materiais lexicográficos destinados às línguas indígenas, onde obtivemos um grande número de formas lexicográficas, nas quais identificamos diferentes padrões de macro e microestrutura que nos ajudaram a definir a estrutura da macro e microestrutura do dicionário Apurinã e evitar cometermos erros em relação a tais aspectos. Observamos que algumas dessas obras não são tecnicamente dicionários, configuram-se apenas como vocabulários ou listas de palavras, pois não apresentam em sua estrutura alguns elementos que constituem uma obra lexicográfica. Por exemplo, alguns desses trabalhos não tratam das palavras homônimas e polissêmicas da língua que estão registrando; seus verbetes não apresentam informações suficientes que caracterizem o item em questão; não apresentam o contexto de uso de tais itens; no lugar da definição apresentam apenas um equivalente da língua de tradução. Ressaltamos também que as obras que buscam traçar uma definição nem sempre fazem isso de modo satisfatório, uma vez que essas definições não permitem uma compreensão adequada do item lexical e/ou trazem pouca informação que permite uma documentação adequada de um elemento importante da tradição cultural de um dado povo. Entretanto, os problemas aqui apontados não diminuem a importância e a necessidade de tais obras para as sociedades indígenas.

Paralelamente a essa etapa da pesquisa, iniciamos a construção e organização do corpus utilizado no desenvolvimento desse trabalho, cuja descrição foi feita detalhadamente no terceiro capítulo dessa tese. Discutimos, inicialmente, sobre a Linguística de Corpus, enfatizando a relevância dessa área para a lexicografia em línguas indígenas. Apresentamos

também os distintos tipos de corpus e *software* utilizados no armazenamento dos dados, destacando os utilizados nesta pesquisa. Mostramos, ainda, os procedimentos e métodos adotados na construção, coleta de dados e anotação no banco de dados eletrônico da língua Apurinã do material linguístico coletado em trabalho de campo.

Baseados nos dados coletados em campo e, principalmente, em estudos anteriores, nessa pesquisa descrevemos o sistema lexical do Apurinã com o intuito de ampliar a visão sobre esse domínio da língua. Buscamos discutir sobre quais informações acerca desse domínio deveriam ou não ser registrados no dicionário. Iniciamos essa parte do trabalho tratando dos aspectos fonéticos e fonológicos da língua Apurinã. A necessidade de se discutir sobre tais traços da língua em uma tese que trata do léxico decorreu da demanda colocada pelos Apurinã e pelos professores indígenas (Apurinã que não falam a língua de seu povo e de não indígenas) de terem materiais que registrassem a maneira de se pronunciar as palavras da língua Apurinã, desse modo, as entradas lexicais do dicionário são seguidas por sua anotação fonética (pronúncia). Além disso, outra questão que se mostrou importante e que justifica a descrição sobre esse aspecto da língua é a necessidade de se registrar as variações fonológicas que ocorrem com determinados seguimentos que, por sua vez, marcam distintas variedades dialetais na língua.

Em seguida, tratamos das categorias lexicais do Apurinã. Vimos que Apurinã apresenta nove categorias lexicais (nomes, verbos, pronomes, demonstrativos, palavras interrogativas, quantificadores/numerais, ideofones, interjeições e partículas) mais os morfemas flutuantes que são distribuídos em duas classes principais: aberta e a fechada. Como vimos, a categoria lexical aberta é constituída por nomes e verbos. A classe de nomes apresenta distintas subcategorias (inalienáveis, alienáveis, compostos, etc.) que necessitaram de tratamentos distintos no dicionário. Discutimos, ainda, acerca dos tipos e diferentes processos de inovação lexical (empréstimo e neologismo); da variação lexical; e do fenômeno de Duplo Vocabulário. Mostramos que a classe de verbos apresenta também distintas subcategorias (transitivos, intransitivos, intrasitivos descritivos, bitransitivos, etc) que, assim como os nomes, precisam ser tratados de maneira diferente no dicionário. Tratamos também das propriedades morfológicas e sintáticas dos verbos e de como essas informações são registradas no material lexicográfico. Em relação à categoria lexical fechada, buscamos descrever as principais características e funções gramaticais e semânticas de cada categoria/subcategoria, enfatizando as informações mais relevantes para elaboração do dicionário Apurinã.

Feita a descrição e análise do sistema lexical Apurinã, partimos para a elaboração do dicionário geral bilíngue Apurinã-Português/Português-Apurinã. Tratamos nesse momento dos

processos e procedimentos envolvidos na estruturação e organização do dicionário, em termos de macro e microestrutura. Discutimos, nesse capítulo, os critérios adotados para a seleção das unidades lexicais que compõem as entradas do dicionário, o tratamento dado às unidades homônimas e polissêmicas, aos neologismos, empréstimos, arcaísmos, entre outros aspectos que fazem parte da estruturação do dicionário. Buscamos, ainda, apresentar os métodos, técnicas e critérios (indígena e não indígena) utilizados na elaboração dos verbetes do dicionário Apurinã.

Por fim, é preciso dizer que o dicionário Apurinã visa ser um modelo que não seja totalmente condicionado pela teoria, mas que, sem prejuízo do rigor, permita a inclusão de dados e informações importantes para linguistas e um público mais amplo, tanto acadêmico quanto não acadêmico, e que registre, para os Apurinã, as informações sobre a língua e sua cultura. Vislumbramos, portanto, não só os aspectos linguísticos da terminologia científica, mas também as características usadas pelos Apurinã para a identificação, por exemplo, das espécies de fauna e flora; os critérios de classificação social que utilizam e o modo como estas questões se entrelaçam e refletem a visão de mundo e organização social dos Apurinã. Esperamos que, a partir desse dicionário, outras matérias sejam elaboradas, como, por exemplo, uma versão eletrônica do dicionário, dicionários pedagógicos, glossários de campos específicos da cultura Apurinã e cartilhas temáticas. Além disso, esperamos também que o dicionário Apurinã se transforme em estímulo para outros pesquisadores (mais especialmente pesquisadores Apurinã e indígenas de modo geral) e para a realização de trabalhos interdisciplinares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIKHENVALD, Alexandra Y. The Arawak language Family. In: DIXON and AIKHEVALD (eds.). *The Amazonian Languages*. Cambridge: Cambridge University Press. 1999, p. 65-106.
- ALVES, Ieda Maria; NUNES, José Horta. Conversando com Estudiosos de Lexicografia. In: XATARA, Claudia; et tal (Org.). *Dicionário na Teoria e na Prática: Como e para que são feitos*. São Paulo: Parábola, 2001. p. 67-72.
- _____; ISQUERDO. Aparecida Negri. Qual a relevância da inclusão de exemplos e abonações nos dicionários, considerando os diferentes tipos de obras lexicográficas? In: XATARA, Claudia; BEVILACQUA, Cleci Regina; HUMBLÉ; Philippe René Marie. *Dicionários na Teoria e na Prática: Como e para quem são feitos*. São Paulo: Parábola, 2011. P. 45-48.
- ANDRADE. Gabriela. Gramaticalização em Apurinã: O Caso da Forma verbal *txa* em Comparação Preliminar com Outras Línguas Aruák. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Pará. 2018.
- BAGNO, Marcos. *Dicionário Crítico de Sociolinguística*. São Paulo: Parábola, 2017.
- BALDINGER, Kurt. Semasiologia e onomasiologia. *Alfa* n. 9, p. 7-36, 1966.
- BARRETO, Érica Lúcia. *Variação em Apurinã: Aspectos Linguísticos e Fatores Condicionantes*. Tese de mestrado. Universidade Federal do Pará. Belém: 2007.
- BARROS, Lidia Almeida. *Curso Básico de Terminologia*. São Paulo: Edusp, 2004.
- BARROS, Laíse Maciel. A contribuição dos estudos discursivos para a gramática da língua Apurinã (Aruák). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, 2016.
- BARROS. Jeanne Barros de. "*Para a língua voltar*": o papel da política e cultura linguística no processo de fortalecimento da língua Apurinã. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, 2018.
- BASÍLIO, M. *Formação e classe de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.
- BASSO, Renato. Semântica Formal. In: FERRAREZ JR. Celso; BASSO, Renato (Org.). *Semântica, Semânticas: Uma Introdução*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 135-151
- BECK, D. *Ideophones, adverbs and predicate modifiers in Upper Necaxa Totonac*. Department of Linguistics, University of Alberta, 2005.
- BERBER SARDINHA, Tony. *Pesquisa em Linguística de Corpus com WordSmith Tools*. Campinas: Mercado das Letras, 2009.
- BERLIN, Brent. *Etnobiological Classification: Principles of categorization of plants and animals in traditional societies*. Princeton University Press: Princeton University New Jersey, 1992.
- BETTS. L. V. *Dicionário Parintintin-Português, Português-Parintintim*. Brasília: Summer Institute of Linguistics, 1981.

BIBER, Douglas; CONRAD, Susan; REPPEN, Randi. *Corpus Linguistics: Investigating Language Structure and use*. 5ª ed. – Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

BIDERMAN, M.T.C. *As Ciências do Léxico*. In: OLIVEIRA, A.M; ISQUERDO, A.N. (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e Terminologia*. Campo Grande: Editora UFMS, 1998a. p. 13-22.

_____. *A face Quantitativa da Linguagem: um dicionário de frequências do português. O Estado da Arte nas Ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*. São Paulo: Alfa, 1998 v. 42 (n.esp.), p. 161-181.

_____. *Teoria Linguística*. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BÉJOINT, Henri. *Modern Lexicography: An Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

BORBA, Francisco da Silva. *Organização de Dicionários: uma introdução à lexicografia*. São Paulo Editora UNESP, 2003.

BRANDÃO, Ana Paula B. *Dicionário da Língua Apurinã*. Belém, 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Pará, Belém.

BRASIL, *Decreto nº 1775 de 8 de janeiro de 1996*: Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1775.htm> Acesso em: 20/11/2017.

CABRÉ, M. T. Uma Nueva Teoría de la Terminología: de lá denominación a la comunicación. In: *La Terminología: Representación y Comunicación*. Barcelona: IULA, 1999a. p. 129-150.

CANÇADO, Márcia. *Manual de Semântica: noções básicas e exercícios*. São Paulo: Contexto, 2013.

CARSERES, J. *Introducción a la lexicografía moderna*. C. S. I.C. Madrid, 1969.

CHAGAS, Angela Fabíola Alves. *Aspectos Semântico, Morfológicos e Morfosintáticos das Palavras Descritivas Apurinã*. Belém, Pará: Programa de Pós-graduação em Letras – Mestrado em Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Pará (Dissertação de Mestrado), 2007.

CHANDLESS, W. *Notes on the River Aquiry, the principal Affluent of the River Purús*. The Journal of the Royal Geographical Society, 36:119-126, 1866.

COSTA, Patricia do Nascimento da. *Pupÿkarypekarawa athe (Nós somos índios). Língua e identidade apurinã (Aruák): estudos baseados em relatos contemporâneos*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, Belém (2016).

COWARD, David; GRIMES, Charles. *Making dictionaries. A guide to lexicography and the Multi-dictionary Formatter*. SIL International: North Carolina, 2000.

CRUSE, Alan. *Meaning in Language: An Introduction to Semantics and Pragmatics*. Oxford Linguistics. New York: 2000.

_____. *Lexical Semantics*. New York: Cambridge University Press, 2001.

- CRUZ, Héctor R. *Diagnóstico Sociolinguístico de Cumaribo, Zona de Contato Indígena – Colono, Vichada. Série Encuentros. Tesis Laureadas.* Bogotá: Universidade Nacional de Colombia. Faculdades de ciências Humanas, 2003.
- DAPENA, José Alvaro Porto. *Manual de Técnica Lexicográfica.* Madrid: Arco/libros, S.A, 2002.
- DIENST, Stefan; FLECK, David W. *Pet Vocatives in Southwestern Amazonia.* In: *Anthropological Linguistics.* Vol. 51, Nº 3-4. 2009. Pp. 209-243.
- DIEWALD, Gabriele; WISCHER, Ilse. Introduction. In: *New Reflections on Grammaticalization.* John Benjamins Publishing Company: Amsterdã, Filadélfia. 2002.
- DOOLEY, R. A. *Vocabulário do Guarani. Vocabulário Básico do Guarani Contemporâneo (Dialeto Mbyá do Brasil).* Summer Institute os Linguistics: Brasília, 1982.
- DOKE, C. *Bantu Linguistic Terminology.* London: Longman, 1935.
- DUARTE. Eládia Vieira. *Concepção e Elaboração de Materiais Didáticos para Povos Indígenas: O caso dos apurinã.* Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, 2009.
- DURAN, Magali Sanches; XATARA, Claudia Maria. Critério para categorização de Dicionários Bilíngues. In: OLIVEIRA, A.M; ISQUERDO, A.N. (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e Terminologia.* Campo Grande: Editora UFMS, 2007. pp. 311-320.
- EAGLES. *Corpus Typology.* Draft work in progress, EAG-CSG/IR-T1.1, 1994. Disponível em: <<http://www.ilc.cnr.it/EAGLES96/typology/typology.html>>. Acesso em 20 outubro de 2018.
- EAGLES. *Preliminary Recommendations on Corpus Typology.* Documento Eagles (Expert Advisory Group on Language Engineering) EAG-TCWG-CTYP/P, 1996. Disponível em: <<http://www.ilc.cnr.it/EAGLES96/corpus/typology/typology.html>>. Acesso em 22 outubro de 2018.
- EHRENREICH, Paul. *Contribuições para a etnologia do Brasil.* Revista do Museu Paulista. N. S.: 1948, v. 2, p. 7-135.
- FACUNDES, Sidney da S. *The Apurinã (Arawak) Language of Brazil.* SUNY-Buffalo: Tese de Doutorado. 2000.
- _____. Notas sobre a elaboração de novos sistemas ortográficos. IN BRITO, Célia Maria Coelho; TEIXEIRA, Elizabeth Reis (Orgs.). *Aquisição e ensino-aprendizagem do português.* ADUFPA, 2002.
- _____; Brandão. Estudos comparativos do léxico da fauna e flora Aruák. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. v. 2, n. 2. 2007. p. 109-131
- _____; CHAGAS, Angela. Verbos e estrutura argumental em Apurinã. IN: *Sintaxe e semântica do verbo em línguas indígenas no Brasil.* STORTO, Luciana; FRANCHETTO, Bruna; Lima, Suzi. Mercado das Letras. 2014. pp 99-130
- FAGETTI, Cristina Martins. Dicionário de Línguas Indígenas e Questões de Prosódia. In: FAGETTI, Cristina Martins (org.). *Abordagens sobre o Léxico em Línguas Indígenas.* Campinas: Curt Nimuendajú. 2012, p. 67-81.

_____. Estúdios del léxico de lenguas indígenas: ¿terminología?. In: GONZÁLEZ, M.-D. S. P.; MATES, I. V. (Org.). *Terminología: a necessidade da colaboración*. 1. ed. Madrid: Vervuert, 2018. v. 1. p. 343-368.

FARIAS, Virgínia Sita. *Análise da Macro e da Microestrutura de um dicionário bilíngue português-alemão/alemão-português*. Revista Contingenta. Vol. 5, Nº 1. 2010. pp. 76-98.

FERRARI, Lilian. *Introdução à Linguística Cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.

FERRAREZI JR. Celso. Semântica Cultural. In: FERRAREZI JR. Celso; BASSO, Renato (Org.). *Semântica, Semânticas: Uma Introdução*. São Paulo: Contexto, 2013. P. 71-87.

FINATTO. Maria José Bocorny. Exploração Terminológica com apoio informatizado: perspectivas, desafios e limites. In: ISQUEDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria (Org.). *As ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2007, v. III. p. 447-458.

FILLMORE, C. Frame Semantics. In: *Linguistic Society of Korea* (ed). *Linguistics in the morning calm*. Seoul: Hunshin Publishing, 1982. pp. 111-137

FLECK, David W.; VOSS, Robert S. *On the Origin and Cultural Significance of Unusually Large Synonym Sets in Some Panoan Language of Western Amazonia*. In: *Antropological Linguistics*. Vol 48, nº 4. 2006. pp- 335-368.

FRAWLEY, William. *Linguistics Semantics*. New Jersey: Laurence Erlbaum Associates, 1992. P.17-139.

FREITAS, Marília Fernanda Pereira de. *A Posse em Apurinã: descrição de construções atributivas e predicativas em comparação com outras línguas Aruák*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Pará. Belém, 2017.

_____; FACUNDES, Sidney da Silva. *Considerações sobre a posse nominal em Apurinã (Aruák)*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série ciências humanas, v. 13, p. 645-662, 2018.

FREITAS FILHO, Admilton das Chagas. *A Roça, a colheita e a Festa: uma etnografia dos Roçados Apurinã da Aldeia Terra Nova*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2017.

FOLEY, William A.; VAN VALIN, Robert D., Jr. *Functional syntax and universal grammar*. Cambridge: Cambridge University Press. 1984

FORDYCE. James. *Studies in sound symbolism with special reference to english*. PH.D. dissertation. University of Califónia at Los Angeles. 1988.

GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 1984.

GONÇALVES, S. C. L.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. *Introdução à Gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

GROSJEAN, F. *Life With Two Languages: an Introduction to Bilingualism*. Harvard University Press, 1982.

HAENSH, G. Tipología de las Obras Lexicográficas. In: HAENSH, G. L. et ali. *La Lexicografía - De la Teórica a lá Lexicografía Práctica*. Madrid: Gredos. 1982. Pp. 95-187.

_____. *Los Dicionarios del Espanõl em el Umbral del Siglo XXI*. Univ. de Salamanca, 1997.

HALLYDAY, M. A. K. *Lexicology*. In: HALLYDAY, M. A. K.; TEUBERT, Wolfgang; YALLOP, Colin; CERMAKOVA, Anna. *Lexicology and Corpus Linguistics: An Introduction*. Continuum. New York. 2004.

HATMANN, R. R. K. *Lexicography: Principles and Practice*. Tokyo: Academic Press INC, London. 1983

HAUSMANN, Franz J. Grundprobleme des zweisprachigen Wörterbuchs. In: Hyldgaard-Jensen, K.; Zettersten, A. (ed.), *Symposium on Lexicography III*. Tübingen: Niemeyer, 1988. p. 137-158.

HAVILAND, J. B. Documenting Lexical Knowledge. In: GIPPERT, J.; HILMMELMANN, N. P.; MOSEL, U. (Eds.). *Essentials of Language Documentation*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006. p. 129-162.

_____; WERNER, Reinhold O. *Spezifische Bauteile und Strukturen zweisprachiger Wörterbücher: eine Übersicht*. In: Hausmann, F. J. et al. (ed.), vol. 3, 1991. P. 2729-2770.

HEINE, BERND. Grammaticalization. *The Handbook of Historical Linguistics*. Joseph, Brian D. and Richard D. Janda (eds). Blackwell Publishing, 2004. Blackwell Reference Online.

HILPERT, Martin. Corpus-based Approaches to Metaphor and Metonymy. In Anatol Stefanowitsch, Stefan Th. Gries. *Keeping and eye on the data: Metonymies and their patterns*. Mouton de Gruyter Berlin. New York: 2006. P. 123-151.

HUMBLÉ, Philippe. *Dictionaries and Language Learners*. Frankfurt am Main: Haag und Herchen. 2001.

JACKENDOFF, R. *Semantics and Cognition*. Cambridge, MA: MIT Press, 1983.

JOSSELMON, H. *Automatization of Lexicography*. CL, IX. 1966.

KATRIEL, Tamar. *Gibush: a Study in Israeli Cultural Semantics*. In: Linguistics. V 30, n. 30. 1988.

KENNEDY, G. *Introducton to Corpus Linguistics*. London: Longman, 1998.

KIBRIK; A.E. *The Methodology of Field Investigations in Linguistics*. The Hague: Mouton, 1977.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. Ein Beitrag zur Sprache der Ipuriná-Indianer. *Journal de la Société des Americanistes*, n. 11, P. 57-96, 1919.

KOOP, Gordon; KOOP, Lois. *Dicionário Deni-Português*. Associação Internacional de Linguística – SIL. Anápolis – GO. 2008. Disponível em: <<https://www.sil.org/system/files/reapdata/69/34/93/69349379289865645463609429979398393103/DNDict.pdf>>. Acesso em: 01/12/2018.

KÖPCKE, Klaus-Michael; ZUMBIN, David. Gender and folk taxonomy: the indexical relation between grammatical and lexical categorization. In Craig. Collete. *Noun class and noun classification*. Amsterdã/Philadelphia: John Bejamim Publishing Company, 1986.

KÖVECSSES, Zoltán *Metaphor in Culture: Universality in Variation*. Cambridge: C.U.P., 2005.

_____. *Metaphor: a practical introduction*. New York: Oxford University Press, 2010.

_____. *Where Metaphors come from: Reconsidering Context in Metaphor*. New York: Oxford University Press, 2015

KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. *Introdução à Terminologia: Teoria e Prática*. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. Lexicologia, Lexicografia e Terminologia: impactos necessários. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; FINATTO, Maria José Bocorny. *As ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. Campo Grande: UFMS; Porto Alegre: UFRGS, 2010, v. IV. p. 161-176.

LABOV, William. *Padrões Sociolinguísticos*. BAGNO, Marcos; SCHERRE, Maria Marta Pereira; CARDOSO, Caroline Rodrigues (trad.). São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LAKOFF, George. *Women, Fire, and Dangerous Things*. Chicago: The University of Chicago. 1987.

_____; JOHNSON, Mark. *Metaphors We Live By*. Chicago and London: The University of Chicago. 1980.

LANDAU, S. *Dictionaries: The Art and Craft of Lexicography*. New York: Cambridge, 1989.

LARA, Luis Fernando. Sociolingüística del *Diccionario del español de México*. In: *Dimensiones de la Lexicografía. A propósito del Diccionario del español de México*. México: El Colegio de México, 1996, p. 107-131

LAUFER, Batia. Corpus-based versus lexicographer examples in comprehension and production of new words. In: Tommola, H. *et al.* (ed.), *EURALEX '92 Proceedings*. Tampere: University of Tampere, 1992, p. 71-76.

LEPSCHY, J. *Léxico: Enciclopédia Einaudi, Linguagem e Enunciação*. Portugal: Imprensa Nacional – Caca da Moeda. 1984, v2.

LIMA, Bruna Fernanda S. *Variação, Mudanças e o “Duplo Vocabulário” na Língua Apurinã (Aruák)*. Belém, 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Língua Portuguesa). Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém.

LIMA-PADOVANI, Bruna Fernanda. *Levantamento Sociolinguístico do Léxico da Língua Apurinã e sua contribuição para o conhecimento da cultura e história Apurinã (Aruák)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, Belém (2016).

LYONS, John. *Linguistic Semantic: An introduction*. Cambridge University Press, 1995.

MCCARTHY, Michael. *Touchstone: From Corpus to Course Book*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MACHADO FILHO, Américo V. L. *Um ponto de interseção para a dialectologia e a lexicografia: a proposição de um dicionário dialetal brasileiro com base nos dados do ALiB*. Estudos (UFBA), v. 41, p. 49-70, 2010.

MALKIEL, Yakov. *A Typological Classification of Dictionaries on the Basis of Distinctive Features*. In: Householder, F.; Saporta, S. (ed.). 1962.

MANJALI, Franson. *Culture and Semantics*. 1998. Disponível em: <http://www.revue-texto.net/1996-2007/Inedits/Manjali_Culture.html> Acesso em: 26/01/ 2018.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. Gramaticalização e Lexicalização. In. *Mudanças Linguísticas: Uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez, 2011, p. 91- 132.

NIMUENDAJÚ, Curt. Vocabulários Makuší, Wapicána, Ipurinã' e Kapišanã'. *Journal de la Société des Américanistes*, Vol. 44. P. 179-197, 1955a.

MITHUM, M. Who shapes the record: the speaker and the linguist. In: NEWMAN, P.; RATLIFF, M. (eds.). *Linguistic Fieldwork*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, p. 34-54

MOORE, Denny; GALUCIO, Ana Vilacy. Perspectives for the documentation of indigenous language in Brazil. In: Gabriela Pérez Báez; Chris Rogers; Jorge Emilio Rosés Labrada (Org.). *Language Documentation and Revitalization in Latin American Contexts*. Berlin: De Gruyter, v. 295, p. 29-58, 2016.

MULLER. MC. M. Dicionário Ilustrado Panare-Español/Español-Panare. Graficas Armitano: Caracas, 1994.

MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo; NUNES, José Horta. Quais os Critérios que Deverão Orientar os Lexicógrafos na Inserção de Arcaísmos, Palavras Raras ou em Desuso em Dicionários Gerais. In: XATARA, Claudia; BEVILACQUA, Cleci Regina; HUMBLÉ; Philippe René Marie. *Dicionários na Teoria e na Prática: Como e para quem são Feitos*. São Paulo: Parábola, 2011. p. 49-55.

_____; ZAVAGLIA, Claudia. Os homônimos devem ser organizados em entradas diferentes, mesmo que a maioria dos consulentes não tenha noção de sua origem etimológica?. In: XATARA, Claudia; BEVILACQUA, Cleci Regina; HUMBLÉ; Philippe René Marie. *Dicionários na Teoria e na Prática: Como e para quem são Feitos*. São Paulo: Parábola, 2011. p. 30-44.

PAYNE, David L. Classification of Maipuran (Arawakan) Languages Based on Shared Lexical Retentions. In: DERBYSHIRE, D. C.; PULLUM, G. H. *Handbook of Amazonian Languages languages*. [S.l: sn]. 1991, p. 355-499.

POLAK, Jacob E. R. *A Grammar and a Vocabulary of the Ipurinã Language*. London: Kegan Paul, Trench, Trübner Co., 1894. (Vocabulary Publication Fund, n. 1). Disponível em: <<https://archive.org/details/grammarandvocabu00pola>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

POLGUÉRE, Alain. *Lexicologia e Semântica Lexical: Noções Fundamentais*. São Paulo: Contexto, 2018.

RAMIREZ, Henri. *Línguas Aruák da Amazônia Setentrional*. Manaus: Universidade da Amazônia, 2001.

- REY, Alain. *Le lexique: images et modèles. Du dictionnaire à la lexicologie*. Colin: Paris. 1977
- RISSO, Luciene Cristina. *Paisagem, Cultura e Desenvolvimento Sustentável: Um Estudo da Comunidade Indígena Apurinã na Amazônia Brasileira*. Rio Claro. 2005. P. 145-146
- RUNDELL, Michael. Recent trends in publishing monolingual learners' dictionaries (Thematic Report 6). In: Hartmann, R. R. K. (ed.), *Dictionaries in Language Learning*. 1999. Disponível em: <<http://www.fu-berlin.de/elc/tnp1/SP9dossier.doc>>. Acesso em: 25/03/2018.
- ROMAINE, S. *Bilingualism*. 2º Ed. Oxford: Blackwell, 1995.
- ROSCH, E. On Internal Structure of perceptual and semantic categories. In: Moore, T. *Cognitive Development and the Acquisition of Language*. New York: Academic Press, 1973. p. 111-144.
- SALES, Benedito Santos. *Análise acústica do acento na língua Apurinã*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, 2013.
- SALZER, Meinke; CHAPMAN, Shirley. *Dicionário Bilíngue nas Línguas Paumari e Portuguesa*. 1997. Disponível em: <<https://www.sil.org/system/files/reapdata/51/61/19/51611943349403374018341797368230947157/PMDic.pdf>>
- SAPIR, Edward. *Linguística como Ciência*. Livraria Acadêmica: Rio de Janeiro. 1961
- SCHIEL, Juliana. *Tronco Velho: Histórias Apurinã*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.
- _____; SMITH, Maira. *Levantamento Etnoecológico das Terras Indígenas do Complexo Médio Purus I: Peneri/Tacaquiri, Água Preta/Inari, Catipari/Mamoriá, Seruini/Mariênê e Tumiã*. Brasília: FUNAI/PPTAL/GTZ, 2008.
- SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa; WELKER, Herbert Adreas. A Lexicografia Deve se Vista como Técnica ou como Ciência. In: XATARA, Claudia; BEVILACQUA, Cleci Regina; HUMBLÉ; Philippe René Marie. *Dicionários na Teoria e na Prática: Como e para quem são Feitos*. São Paulo: Parábola, 2011. p. 29-37.
- SEKI, Lucy. Discutindo Dicionários Bilingues: o caso Kamaiurá. In: FARGETTI, Cristina Martins (Org.). *Abordagens sobre o léxico em línguas indígenas*. Campinas: Curt Nimuendajú. 2012. Pp. 13-36.
- SILVA, Maria Cristina Parreira da. Para uma tipologia Geral de Obras Lexicográficas. In: OLIVEIRA, A.M; ISQUERDO, A.N. (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e Terminologia*. Campo Grande: Editora UFMS. 2007. Pp. 283-293.
- SILVA, Rayssa Rodrigues. *Termos de Parentesco Apurinã*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.
- _____. Rayssa Rodrigues. *Termos de Parentesco em Apurinã e em Paumari: Contaros Linguísticos na Região de Lábrea - AM*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, Belém. 2019
- SINCLAIR, J. *Corpus, Concordance, Collocation*. Oxford: Oxford University Press, 1991.

SOUSA JÚNIOR, W.C.; WAICHMAN, A.V.; JAIME, A.L.G.; SINISGALLI, P.A.A. "Gestão das águas na Amazônia: a bacia do rio Purus." *Workshop Gestão Estratégica de Recursos Hídricos*. Brasília, 2006. Anais I GERH: ABRH, 4 p, 2006

TRAUGOTT, Elizabeth; HEINE, Bernd (eds.). *Approaches to Gramaticalization: focus on theoretical and methodological issues* (vol. I). Amsteram/Philadelphia: John Benjamins Publishing company, 1991.

TORRUELLA, J; LLISTERRI, J. Diseño de corpus textuales y orales. In BLECUA, J.M.-CLAVERÍA, G.- SÁNCHEZ, C.- TORRUELLA, J. (Eds.) *Filología e informática. Nuevas tecnologías en los estudios filológicos*. Barcelona: Seminario de Filología e Informática, Departamento de Filología Española, Universidad Autónoma de Barcelona - Editorial Milenio. 1999. Disponível em: <http://liceu.uab.es/~joaquim/publicacions/Torruella_Llisterri_99.pdf>. Acesso em: 18 de outubro de 2018.

VAUX, Bert; COOPER, Justin. *Introduction to Linguistic Field Methods*. Lincom Europa, 1999.

VILLALVA, Alina; SILVESTRE, João Paulo. Léxico. In: *Introdução ao Estudo do Léxico: Descrição e Análise do Português*. Petrópolis: Vozes, 2014.

VIRTANEN, Pirjo Kristiina. *Fatal Substance Apurin'ã's Dangers, Moviment and Kinship*. Indiana 32. 2015. P. 321-349.

_____. Redes Terrestres na Região do Rio Purus que conectam e desconectam Povos. In: MENDES DOS SANTOS, Gilton; APARICIO, Miguel (Orgs): *Redes Arawa: ensaios de etnologia do médio Purus*. Manaus: EDUA. 2016. P. 41-61.

VITAL, Thiago. *Estudos lexicográficos de línguas indígenas amazônicas: fauna e flora em textos apurinã*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Pará, 2005.

VOLGE, Alan. *Dicionário Jarawara-Português*. Sociedade Internacional de Linguística - SIL. Anápolis - GO. 2016. Disponível em: <https://www.sil.org/system/files/reapdata/42/87/63/42876337440472026850700615307716492883/Dicionario_Jarawara_Portugues.pdf> Acesso em: 25/11/2018.

WELKER, H. A. *Dicionários: uma pequena proposta à Lexicografia*. Brasília: Thesaurus. 2004.

WENER, R. Léxico y Teoría general del lenguaje. In G. Haensch et al., *La Lexicografía*. Gredos, Madrid, 1982. pp. 92-93.

WIERZBICKA, Ana. *Lexicography and Conceptual Analysis*. Karoma Publishers, INC. 1985.

XATARA, Claudia Maria; RIVA, Huéinton C. Tecnologia, Lexicografia e WEB. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; FINATTO, Maria José Bocorny. *As ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. Campo Grande: UFMS; Porto Alegre: UFRGS, 2010, v. IV. p. 311-327.

ZGUSTA, L. *Manual of Lexicography*. The Hague: Mouton, 1971.

APÊNDICE I
TEXTOS EM APURINÃ

Neste apêndice constam cinco textos pequenos coletados durante a pesquisa de campo realizada para o desenvolvimento deste trabalho.

I. Textos coletados durante a pesquisa

Texto 1 (colaborador San_Acimã)

Versão em Português: “Meu marido foi para Lábrea vender três latas de castanha. Com o dinheiro da castanha ele vai comprar caderno, lápis, caneta e borracha para as crianças estudarem na escola esse ano. Se sobrar dinheiro, meu marido vai comprar um celular e um radio”.

Versão em Apurinã:

Iia	nuta	thanyry	xirina	Lábrea	iia	maky	y-siky-ny
DEM	1SG	marido	descer	Lábrea	DEM	castanha	3SG.M-vender-?

ĩkapane.

Com.o.propósito.de.

‘Meu marido foi para Lábrea vender castanha’

Ywa	maky	ĩki-ã	y-amuta-ry	lapi,	papel tsupa
3SG.M	castanha	dinheiro-?	3SG.M-comprar-3SG.M.O	lapis,	caderno
borracha	pakyny				
borracha	adicionar; mais				

‘Com o dinheiro da castanha ele vai comprar lápis, caderno, borracha’

ywa	imi	amãatyny	iũkatsupatyne	ĩkapane
3SG.M	filho	?	escrever	com.o.propósito.de

‘Para as crianças estudarem na escola’

Ywa	dinheruta	apuka-ta-ry	saaky	iia	y-amuta-ry
3SG.M	dinheiro	encontrar-VBLZ-3SG.M.O	tempo	DEM	3SG.M-comprar-3SG.M.O
celular	iia	y-amuta-ry	gravador		pakyny
celular	DEM	3SG.M-comprar-3SG.M.O	gravador		adicionar; mais

‘Se sobrar dinheiro meu marido vai comprar um celular e um gravador’

Texto 2 (Colaborador San_Acim)

Versão em Português: “Hoje, meu marido e eu fomos no mato procurar patauá para comer na janta. Nós conseguimos apanhar dois cachos de patauá. Quando chegamos na aldeia chamei minha filha para ir amassar o patauá no igarapé. Conseguimos tirar quatro litros de vinho de patauá. No outro dia, eu fui para o roçado arrancar mandioca. Coloquei de molho a mandioca, depois descasquei e amassei para fazer farinha”

Versão em Apurinã:

Watxa	nuta	mixityky	n-apa-ry	kitxity	ny-thanyry-kata
Hoje	1SG	?	1PL-buscar-3SG.M.O	patauá	1SG-marido.ASSOC
mapiã		ny-ãta-kyty		ĩkapane	
noite		1SG-beber-REL.O.M		com.o.propósito.	

‘Hoje meu marido e eu fomos no mato procurar patauá para comer na janta’ Lit.: “hoje meu marido e eu fomos buscar patauá para beber à noite”

Atha	apuka-ry	kitxiti	ipi	kawa
1PL	achar-3SG.M.O	patauá	dois	cacho

Nós conseguimos apanhar dois cachos da patauá Lit.: “Nós achamos dois cachos”

Iia	awapuku-txi	n-apuka	n-akiita-ru	n-amãate
DEM	aldeia-N.POSSD	1SG-chegar	1SG-chamar-3SG.F.O	1SG-filho.de

kitxiti iupetyny ãkapanhi

patauá pisar; machucar com.o.propósito.de

‘Quando chegamos na aldeia chamei minha filha para amassar o patauá’ Lit.: “Cheguei na aldeia e chamei minha filha pisar patauá para mim.”

Ipi-ãty-ãty ka-pakyny-ry n-apuka-ry kitxiti-ã

Quatro ATRIB-adicionar; mais-3SG.M.O 1PL-achar-3SG.M.O vinho de patauá-NC.líquido

“Conseguimos tirar quatro litros de vinho de patauá” Lit.: “Achamos quatro litros de vinho de patauá”

Ywa ka-tyma-ry-kata ny-sa tukuri-ã

3SG.M ATRIB-levantar-3SG.M.O-ASSOC 1SG-ir roçado-Loc

kumyry ny-mapuru-kynha ãkapanhi.

mandioca 1SG-arrancar-? com.o.propósito.de.

“No outro dia eu fui para o roçado arrancar mandioca”.

Ywa wereka ny-taka-ry patapy-ã iia

3SG.M ? 1SG-colocar-3SG.M.O debaixo de algo-LOC DEM

kumyry ny-satary pariã ny-kama ãkapanhi

mandioca 1SG-? farinha 1SG-fazer com.o.propósito.de

“Coloquei de molho a mandioca, depois descasquei e amassei para fazer farinha”

Texto 3 (Colaborador San_Acim)

Versão em português: “Ontem, o homem foi para o mato caçar. Ele pegou uma anta grande que tinha muita banha. À noite, ele e a mulher dele foram assar a carne na beira do igarapé. Eles levaram uma garrafa com gelo para beber água e uma vela, porque estava escuro. A vela, o gelo e a banha da anta derreteram.”

Versão em Apurinã

Kyta kyky sa-ry ãthupa ait-inhi ãkapanhi
 ontem homem ir-3SG.M.O mato caçar-GER com.o.propósito.de

‘ontem o homem foi para o mato caçar’

Ywa uku-ra iia kema k-ãipe-ru
 3SG.M matar-FOC DEM anta ATRIB-muita banha-3SG.F

“Ele pegou uma anta que tinha muita banha” Lit. “Ele matou uma anta com muita banha”

ãkanukaty Ywa y-thanyru kimita-ry kema xinhi
 Noite 3SG.M 3SG.M-esposa.de assar-3SG.M.O anta carne.de
 sutuãry tenykaty
 igarapé beira.

“À noite ele e a mulher dele foram assar a carne da anta na beira do igarapé.”

Ywa ny-kary ãparãa karapuwa putxuẽry
 3SG.M 1SG-REL.SUJ.M água garrafa frio

iãta-kyty ãkapanhi.
 beber-REL.M.O com.o.propósito.de

“Eles levaram uma garrafa de água com gelo para beber água”

Ywa anhika-ry tirikapi ãkanuka y-putawaky ãkapanhi
 3SG.M levar-3SG.M.O lamparina; vela noite 3SG.M-? com.o.propósito.de

“Ele levou uma vela porque estava escuro”.

Iia tirikapi-te, kema ãipe iãkukaãta
 Esse vela-POSS, anta banha derreter

“A vela, o gelo e a banha da anta derreteram” Lit.: “A vela e a banha da anta derreteram tudo”

Texto 4 (Colaborador San_Acim)

Versão em português: “Agora é tempo de arrancar milho. Vai ter muito milho para pisar. Mas a pimenta deu pouco. Não vai ter muito para pisar. Mesmo assim, tem muito trabalho, porque temos muita folha de coca e de tabaco para pisar e fazer badu e rapé”

Versão em Apurinã:

Watxa	ereka-pe-ka-ry	ny-kimi-na
Agora	ser.bom-PFTV-PRED-3SG.M.O	1SG.M-milho-plantação
ny-mapuruka-ry	kimi-myna	
1SG-arrancar-3SG.M.O	milho-tronco.de	

“Agora é tempo de arrancar o milho” Lit.: “agora é bom de arrancar milho”

Ithu-ry	kimi	ny-upetaky	ĩkapanhi
Ter.muito-3SG.M.O	milho	1SG-pisar	com.o.propósito.de

“Vai ter muito milho para pisar”

Ny-puriti-na	kuna	syka
1SG-pimenta-plantação	não	dar

“Mas a pimenta deu pouco” Lit.: “A pimenta não deu”

Kuna	ithu-panhi-ry	ny-upeta	ĩkapanhi
Não	ter.muito- IMPFTV-3SG.M.O	1SG-pisar	com.o.propósito.de

“Não vai ter muito para pisar”

Ithu-ry	ny-umeru	ny-kama-kyty	ĩkapanhi	watxa
Ter.muito-3SG.M.O	1SG-trabalho?	1SG-fazer- REL.O.M.	com.o.propósito.de	agora
Ithu-ry	tabaco,	y-tsupa	ny-upeta	ĩkapanhi
Ter.muito-3SG.M.O	tabaco	3SG.M-folha	1SG-pisar	com.o.propósito.de

“Mesmo assim, tem muito trabalho, porque temos muita folha de coca e de tabaco para pisar e fazer badu e rapé”

Texto 5 (Colaborador San_Acim)

Versão em português: “Hoje à noite eu quero sair para procurar caça na mata. Vou procurar alguém para me acompanhar. Queria encontrar uma anta grande, mas só achei porquinho e macaco. Minha mulher e meu filho amanhã vão sair para procurar castanha. Meu filho ainda precisa achar uma mulher. Mas para isso ele precisa encontrar um lugar na mata para fazer o roçado.”

Versão em Apurinã:

Ĩkanũka-te-ka-ra n-aiata-panhi ĩthupa

Noite-?-?-FOC 1SG-caçar-IPFTV mato

“Hoje à noite quero sair para procurar caça na mata.” Lit.: “À noite eu caço no mato”

Ny-muianary ny-nyta-ku nuta-kata sy-ka-ry

1SG-companheiro.de 1SG-procurar-FUT 1SG-ASSOC ir-PRED-3SG.M.O

ĩkapanhe.

Com.o.propósito.de

“Vou procurar alguém para me acompanhar”

Nuta n-aiat-inhi ny-nereka-ma-ry kema, kuna n-apuka-ry

1SG 1SG-caçar-GER 1SG-querer-PRIV-3SG.M.O anta não 1SG-encontrei-3SG.M.O

kema, tãukyta miriti, karyty

anta encontrar porquinho caiarara

“Queria encontrar uma anta grande, mas só achei porquinho e macaco” Lit.: “Queria caçar anta, mas não achei. Achei miriti e caiarara”

Ny-thanuru n-amaãte katana nyta-ry maky

1SG-esposa.de 1SG-filho.de amanhã procurar-3SG.M.O castanha

“Minha mulher e meu filho amanhã vão sair para procurar castanha” Lit.: “Minha mulher e meu filho amanhã vão procurar castanha”

N-amãate iia kuna y-thanuru panhi

1SG-filho.de DEM não 3SG-mulher.de IPFV

“Meu filho ainda precisa achar uma mulher” Lit.: “Meu filho ainda não tem mulher”

Iia y-thanuru nhi-ka-saaky y-kama-pe-ka-ry

DEM 3SG.M-mulher.de 1SG.PRED-tempo 3SG.M-fazer- PFTV-PRED-3SG.M.O

ĩthupa thukury

mato roçado

“Mas para isso ele precisa encontrar um lugar na mata para fazer o roçado.” Lit.: “Se meu filho tiver mulher ele vai fazer roçado”

APÊNDICE II

QUESTIONÁRIO SOBRE A SITUAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DA COMUNIDADE

INFORMAÇÕES PESSOAIS

Nome em Português:

Nome em Apurinã:

Metade:

Clã:

Sexo: M () F () Faixa Etária: 11-30 () 31-59 () mais de 60 ()

Estado Civil: Solteiro () Casado () Viúvo ()

Comunidade:

Nome da Terra Indígena:

Onde você nasceu?

Onde sua mãe nasceu?

Onde o seu pai nasceu?

Onde os seus avós maternos nasceram?

Onde os seus avós paternos nasceram?

Onde os pais de seus avós nasceram (perguntar dos bisavós paternos e maternos)?

Onde o seu esposo ou esposa nasceu?

Onde os pais do seu esposo ou esposa nasceu?

Você tem filhos? Quantos? Onde eles moram?

Você já morou em outros lugares (além do lugar que o colaborador nasceu)? Se sim, em que lugar(es), quanto tempo e em que período?

Você já morou na cidade? Se sim, quando e quanto tempo?

STATUS DE APURINÃ

Você fala Apurinã (descrever o grau de fluência se apenas compreende; fala pouco; compreende e fala)?

Que língua você usa com mais frequência em casa?

Que língua você usa durante um ritual/cerimônia/festa do seu povo?

Você usa qual língua ou quais línguas falando fora de casa com os outros membros da comunidade?

Você fala em que língua com seus parentes mais velhos (como os seus pais e avós)?

Você fala em que língua com seus parentes mais jovens, como filhos e netos?

Você fala em que língua com seus irmãos?

Você ensina a língua Apurinã para os seus filhos?

Na cidade em que língua você fala?

Quando você está na cidade acompanhado de uma pessoa da sua aldeia, em que língua vocês conversam?

Quando acontece uma reunião entre os membros da aldeia para discutir assuntos sobre saúde, educação, qual a língua que é utilizada?

Quando acontece uma reunião na cidade para discutir assuntos sobre saúde, educação, qual a língua que é utilizada?

Você estudou na escola?

Em que língua você foi escolarizado?

Com quantos anos você começou a frequentar a escola?

Qual língua você usa com mais frequência na escola?

Qual o seu nível de escolarização?

Você escreve em Apurinã? Se sim, que tipo de texto/material é produzido em Apurinã?

INFORMAÇÕES OBTIDAS A PARTIR DE OBSERVAÇÕES E LEVANTAMENTO

a) Verificar se a língua ainda é transmitida para as crianças nessa comunidade:

b) Verificar a quantidade de indivíduos da comunidade que falam apenas Apurinã.

- Homens: 1

- Mulheres: 2

- Crianças: nenhuma

c) Verificar a quantidade de indivíduos da comunidade que falam apenas Português.

- Homens:

- Mulheres:

d) Verificar a quantidade de indivíduos da comunidade que falam Português e Apurinã.

- Homens:

- Mulheres:

- Crianças:

d) Verificar a quantidade de indivíduos semifalantes em português e em Apurinã.

e) Verificar a quantidade de falantes passivos em português.

d) Verificar a quantidade de falantes passivos em Apurinã.

OBSERVAÇÕES:

Local da entrevista: Questionário aplicado por: Comunidade: Cidade: UF:	Data da entrevista: Duração:
---	-------------------------------------

APÊNDICE III**QUESTIONÁRIO SOBRE O PERFIL DEMOGRÁFICO DA COMUNIDADE**

INFORMAÇÕES PESSOAIS

Nome em Português:

Nome em Apurinã:

Metade:

Clã:

Sexo: M () F () Faixa Etária: 11-30 () 31-59 () mais de 60 ()

Estado Civil: Solteiro () Casado () Viúvo ()

Outras Informações:

INFORMAÇÃO DA COMUNIDADE

Nome da Comunidade:

Nome da Terra Indígena:

Características Demográficas da comunidade (beira do rio; centro da mata; lago; no topo de uma serra):

Acesso à comunidade (descrever a região de ocorrência da localidade de acordo com as características locais (beira de rio, beira de estrada, morro, centro-longe do rio), bem como a forma de chegar a localidade):

Histórico da Localidade: (como surgiu, data da fundação, primeiros habitantes):

Número total da população:

- a) População Masculina:
- b) População Feminina:
- c) População de crianças do sexo masculino:
- d) População de crianças do sexo feminino:

Dados Sobre Migração (de onde a maioria dos habitantes da comunidade vieram; moraram em outros lugares):

Dados sobre a Infraestrutura da localidade (escola, polo, maloca, etc.):

INFORMAÇÕES SOBRE ATIVIDADES DE SUBSISTÊNCIA E ECONÔMICAS

Quais as principais atividades de trabalho são desenvolvidas para a sobrevivência da sua família/comunidade (plantio, caça, pesca, extrativismo)?

Quais tipo plantaço sua família/comunidade costuma cultivar (mandioca, cará, banana, abacaxi, etc.)?

Que tipo de caça é mais comum na sua comunidade?

Que tipo de peixe é mais comum na sua comunidade?

Os principais peixes pescados são:

Que tipo de produtos vocês costumam coletar na mata (açai, patauí, bacaba, castanha, etc.)?

Vocês costumam vender/ou trocar algum produto na cidade/entre comunidade/regatões? Se sim, quais (farinha, castanha, banana, pupunha, vassoura, paneiro, etc.)

Vocês costumam criar animais para consumo próprio ou para vender/trocar? Quais?

Tem aposentados na sua comunidade? Quantos?

OUTRAS INFORMAÇÕES

Tem alguém na sua comunidade casado com pessoas de outra etnia?

Tem alguém que vive na sua comunidade que seja de outra etnia?

Tem pajé na sua comunidade? Quem?

Tem alguém na sua comunidade com conhecimentos medicinais? Quem?

Tem alguém na sua comunidade reposável por contar as historias do seu povo? Quem?

Tem cantador na sua comunidade? Quem?

Tem agente de saúde na sua comunidade? Quem?

Que outros benefícios de assistência social do governo os membros da comunidades recebem (bolsa família, salário maternidade, etc.)?

Tem missionários na sua comunidade? Quantos? De que missão?

OBSERVAÇÕES:

Local da entrevista: Questionário aplicado por: Comunidade: Cidade: UF:	Data da entrevista: Duração:
---	-------------------------------------

APÊNDICE IV
QUESTIONÁRIO SOBRE A EDUCAÇÃO FORMAL DOS APURINÃ

INFORMAÇÕES PESSOAIS

Nome em Português:

Idade:

Nome Apurinã:

Metade:

Clã:

INFORMAÇÃO DA LOCALIDADE

Nome da Localidade:

Nome da Terra Indígena:

INFORMAÇÃO SOBRE A ESCOLA

Nome da escola:

Na escola tem o ensino da língua Apurinã: () Sim () Não

Quantidade de turmas: uma (), duas (), três (), Outra_____

Quantidade total de alunos da escola:

Quantidade de alunos por turma: 7 alunos

Quantidade de alunos por série:

1º ano:

4º ano:

2º ano: 1

5º ano

3º ano: 2

6º ano: 4

Quantidade de Professores: um (), dois (), três (), quatro (), mais de quatro ()

Professor Apurinã: Sim () Não ()

Quantos Professores Apurinã: _____

Professor Apurinã falante da Língua: Sim () Não ()

Quantos Professores Apurinã falantes da Língua: _____

Qual o seu grau de escolaridade: 1º Grau (), 2º Grau/Magisterio (), Nível superior ()

OBSERVAÇÃO:

Local da entrevista:	Data da entrevista:
Questionário Aplicado po: Comunidade: Cidade: UF:	Duração: